UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PATRICIA VILARINHO TAMBOURGI

**O Sistema Humanitário Internacional no século XXI:
os doadores não DAC e o caso brasileiro**

São Paulo

2017

PATRICIA VILARINHO TAMBOURGI

**O Sistema Humanitário Internacional no século XXI:
os doadores não DAC e o caso brasileiro**

Tese apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em
Relações Internacionais do
Instituto de Relações
Internacionais da Universidade
de São Paulo, para a obtenção
do título de Doutora em
Ciências.

Orientadora: Prof. Dr. Adriana Schor

Versão corrigida

A versão original se encontra disponível na Biblioteca do Instituto de Relações Internacionais.

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação

Instituto de Relações Internacionais da Universidade de São Paulo

*Dedico este trabalho a meus pais, Denise e Silvio, a minha irmã, Beatriz,
a minhas avós queridas e a minha orientadora Adriana,
por nunca terem deixado de acreditar em mim.*

AGRADECIMENTOS

Nenhum homem é uma ilha. Esta frase é, talvez, o verso mais famoso que o poeta inglês John Donne chegou a escrever. O poema do qual faz parte foi publicado em 1624, e, ainda que alguns séculos depois, permanece atemporal. O ato de escrever a tese foi uma oportunidade privilegiada para testar se a hipótese levantada por Donne é, de fato, verdadeira. Para verificá-la, será válido um olhar sobre os anos de doutoramento, atribuindo particular atenção às pessoas que contribuíram para sua conclusão.

Sendo assim, em primeiro lugar, agradeço a minha querida orientadora, Adriana Schor, que aceitou o enorme desafio de me guiar nesses anos no IRI. Muito obrigada por me acolher e por me proporcionar momentos de inspiração, de questionamentos, de desabafos, de risadas e de muito aprendizado. Acima de tudo, obrigada por me ajudar a chegar até o final do processo e por nunca cansar de me incentivar e seguir em frente.

Agradeço a professora Janina Onuki, que teve papel valoroso no meu ingresso na vida acadêmica anos atrás, quando ainda tentava entrar no mestrado, em 2009. Na ocasião, mesmo sem me conhecer, ofereceu ajuda importante para a melhoria do meu projeto e consequente aprovação no Programa San Tiago Dantas. Posteriormente, já do doutorado, foi minha professora e me ajudou a chegar à minha orientadora Adriana Schor.

Também agradeço o professor Feliciano Guimarães, com quem pude fazer meu segundo estágio em docência durante o doutorado. Com ele, aprofundei meus conhecimentos sobre organizações internacionais e sobre o Atlético Paranaense.

Falando sobre futebol, agradeço também o professor Pedro Feliú, cujas opiniões nunca estiveram em concordância com as minhas no que diz respeito ao futebol paulista. Obrigada pelas conversas e pela participação na banca de qualificação.

Igualmente, não poderia deixar de agradecer o professor Felipe Loureiro pelos comentários durante a qualificação. Exigente e extremamente profissional, fez apontamentos página a página e, sem dúvida, contribuiu enormemente para o aprimoramento deste trabalho.

Agradeço os funcionários do IRI, que sempre foram extremamente prestativos, compreensivos e amigos em todas as horas. Giselle, Anderson, Cris, Ézio, Reinaldo, Rodrigo, Fabi, Darta, Wilma, Rosane, Beth, Márcio, Lucilene e Celi, muito obrigada! E, claro, agradeço a Dri Vargas de Castilho, obrigada sempre!

Ainda no âmbito do IRI, os, inicialmente, colegas e, posteriormente, amigos do GACINT fizeram muita diferença em todo o processo de doutoramento. Meu ingresso no grupo deu-se logo no primeiro semestre do doutorado, e lá permaneço, aprendendo e contribuindo para a disseminação do conhecimento difundido durante os encontros e *happy hours*. Agradecimentos especiais a Alberto Pfeifer e Ricardo Sennes pelas oportunidades e pelo aprendizado em todo o período. E muito obrigada aos amigos da equipe: André Michelin, André Siciliano, Bruno Camponês e Victor Tibau. Menção honrosa ao querido Peterson Silva, que tem sido um bom amigo e conselheiro ao longo dos anos.

Colega de equipe do GACINT e de turma de doutorado, Mari Chaimovich tornou-se uma amiga fiel para todas as horas, e sempre me trouxe palavras de incentivo e de determinação.

A turma da qual faço parte do doutorado me trouxe outras amizades que foram importantes em todo o processo, fosse para tirar dúvidas, desabafar, dar risadas, estudar EPI de madrugada pelo Skype ou para falar sobre projetos de vida. Agradeço, especialmente, Dani Gave, Daniel Flora, Flávio Barros e Gabi Ferreira pela companhia e incentivo. Mari Bernussi já era aluna do IRI quando entrei, mas mora no coração também.

Agradeço a CAPES pelo financiamento da pesquisa.

Para realizar esta pesquisa, entrei e mantive contato com funcionários de organizações internacionais, que não hesitaram em me ajudar. Gostaria de agradecer, em especial, os do Programa Mundial de Alimentos, tanto da sede, em Roma, quanto dos escritórios regionais: Caroline Hurford, Maria Vittoria Mingardi, Rafael Tarasantchi, Luca Mancurti, Michela Saponaro, Marina Garcia Real, Claudia Autorio, Leica Cousins e Valerie Guarnieri. Não poderia deixar de mencionar Isabella Cris, que, sem dúvida, teve participação crucial em todo o processo. Do Centro de Excelência do Combate à Fome do Programa, em Brasília, agradecimentos a Daniel Balaban.

Também em Brasília, agradeço os membros da recém-extinta CGFOME, do Ministério das Relações Exteriores. A convite, lá fui recebida e pude ter acesso à fonte primária de dados sobre a assistência humanitária brasileira. Agradeço a Bianca Fadel, Samanta Hamada Possi, Marcos Lopes, Cristiane Paula, Ana Lucia Campos e Milton Rondó, por me receberem e ajudarem na composição deste trabalho.

Durante o doutorado, passei a ser voluntária na filial de São Paulo da Cruz Vermelha. Agradeço a Denise, Simone, Aline, Karina, Bianca, Kamilla, Calvin e os

meninos do Projeto Jovem Voluntário por me ajudarem a colocar em prática o trabalho humanitário enquanto o estudava na teoria, bem como por me abrirem os olhos para realidades tão importantes de serem reconhecidas.

Durante o período do doutorado, quem tem amigo tem muita ajuda à mão. Sem dúvida, são parte fundamental na manutenção do equilíbrio emocional e ainda, ao perguntarem incessantemente sobre o tema estudado, acabam por auxiliar na obtenção de melhor clareza de pensamento e de outros pontos de vista. Meus agradecimentos vão para alguns que fizeram parte ativa de todo o processo, e que, constantemente, me incentivaram durante todo o caminho. Obrigada aos amigos: (i) da escola (Carol, Denni, Luci, Pati, Karina, Gabriel); (ii) da faculdade (Letha, Bel, Peri, Daneo e Sandrone); (iii) do BC (Ms.Who, Jessé, Thalís, Carol); (iv) da UNICAMP (Tati, Cami, Romi, e Professoras Germana Barata, Vera Toledo e Graça Caldas); (v) dos encontros enobrecedores (Paulinha, Pesca, Lu, Rô, Karen e Erika); (vi) da EPIBRASIL (Anny, Carol, Ling, Isilda, Prof Paula Fernandes, e os tomados Li Li Min e Camila Delmondes); (vii) da dança (Professores Luciana, Andi, Caio, Ciro e Thaís); (viii) dos jogos do SPFC (Joffer e Deiva); (ix) do Butantan (Osvaldo); e (x) outros (Adri Ortiz, Glau, Marcus, Léo, Thainá, Vini, Raduan, Maguy, Fabinho, Laís Thomaz, Professor Thales, amigos da Sagrada Família e Marquito).

Como o doutorado é de Relações Internacionais, não poderiam faltar amigos que estão fora das fronteiras do Brasil. Agradecimentos ternos aos queridos Vitu e Valéria, Israel, Aníbal, Lusibetty, Johnny e Silvinha. Ainda fora do Brasil, merecem agradecimento profundo Mery e Luna, que me ajudaram tanto e que cuidaram com tanto carinho de mim. Obrigada por todo o aprendizado de vida!

Também agradeço enormemente a Jacqueline Anthony, que teve papel fundamental no meu desenrolar e evolução durante o período. Muito obrigada!

Por fim, jamais conseguirei agradecer o suficiente a minha família, que sempre me apoiou e me ajudou neste caminhar. Foi um longo período, e aconteceram eventos que só fortaleceram o meu amor e a minha gratidão por tudo o que sempre fizeram e sempre farão por mim. Agradeço a minha irmã, por ter sido companheira e amiga quando precisei. Agradeço minha vó Nonô, por trazer tanta leveza temperada com força, fé e perseverança. Agradeço também minha vó Dirce, as minhas madrinhas, tios, primos, Nalvinha, Meg e Lily, por todo o carinho e motivação dedicados a mim. Acima de tudo,

um muito-obrigada aos meus pais. Agradeço o meu pai, por ter sempre facilitado as coisas e me ajudado no que fosse possível. Cito, como se fosse última autora, o enorme agradecimento a minha mãe, que é a “culpada”, no sentido positivo, por eu ter enveredado pela via acadêmica e que sempre foi uma “co-orientadora” dentro de casa, me incentivando e lutando para que eu conseguisse concluir todo o caminho. Amo vocês!

Em conclusão, pelo menos no caso empírico da realização desta tese, a hipótese de Donne pôde ser comprovada, sendo possível concluir que a tese leva o nome de um aluno, mas é fruto de um trabalho coletivo.

Somos assim. Sonhamos o voo, mas tememos as alturas. Para voar é preciso amar o vazio. Porque o voo só acontece se houver o vazio. O vazio é o espaço da liberdade, a ausência de certezas. Os homens querem voar, mas temem o vazio. Não podem viver sem certezas. Por isso trocam o voo por gaiolas. As gaiolas são o lugar onde as certezas moram. (Fiodor Dostoievski, Irmãos Karamazov)

RESUMO

TAMBOURGI, Patrícia Vilarinho. **O sistema humanitário internacional no século XXI: os doadores não DAC e o caso brasileiro.** Tese de doutorado. Instituto de Relações Internacionais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A arquitetura do Sistema Humanitário Internacional no século XXI está em expansão. Não somente os recursos aportados têm crescido, como também o número de atores envolvidos como doadores, tais como organizações internacionais governamentais e não governamentais. Os países são os maiores provedores de assistência humanitária, e este grupo também apresenta ampliação. Tradicionalmente, os países membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento, da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (DAC/OCDE) são os atores mais antigos do sistema humanitário contemporâneo e os que mais aportam recursos. A literatura recente, contudo, aponta para a emergência de outros países doadores de fora do grupo, que estariam trazendo mudanças na governança internacional do sistema. Os estudos sobre os doadores “Não DAC” carecem de dados precisos, sendo, em sua maioria, baseados em estimativas. Esta pesquisa visa a aprofundar os conhecimentos sobre a atuação desses doadores, valendo-se de estatística descritiva de dados primários de organizações multilaterais do sistema humanitário da Organização das Nações Unidas para se poder mais bem compreender o grau de participação financeiro que os doadores “Não DAC” agregam ao sistema. Além disso, o estudo apresenta uma análise de como o Brasil age como doador de assistência humanitária internacional.

Palavras-chave: assistência humanitária internacional; doadores Não DAC; OCDE; países emergentes; política externa brasileira.

ABSTRACT

The architecture of the International Humanitarian System in the 21st century is expanding. Not only the resources contributed have increased, but also the number of actors involved as donors, such as international governmental and non-governmental organizations. Countries are the largest providers of humanitarian assistance, and this group is also expanding. Traditionally, the member countries of the Development Assistance Committee of the Organization for Economic Co-operation and Development (OECD / DAC) are the primary actors in the contemporary humanitarian system and those who provide the majority of the resources. Recent literature, however, points to the emergence of other donor countries outside the group that might be bringing changes in the international governance of the system. Studies on “non-DAC” donors lack accurate data and are mostly based on estimates. This research aims to deepen knowledge about the performance of these donors, using descriptive statistics on primary data from multilateral organizations of the United Nations humanitarian system to better understand the degree of the financial participation that "Non-DAC" donors add to the system. Furthermore, the study presents an analysis of Brazil's actions as a donor of international humanitarian assistance.

Key words: international humanitarian assistance; Non DAC donors; OECD; emerging countries; Brazilian Foreign Policy.

LISTA DE SIGLAS

ABC Agência Brasileira de Cooperação

AGONU Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas

AHI Assistência Humanitária Internacional

BRICS Grupo Brasil-Rússia-Índia-China-África do Sul

CERF Fundo Central de Resposta Emergencial

CGFOME Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome

CHE Emergência Humanitária Complexa

CID Cooperação Internacional para o Desenvolvimento

COBRADI Relatório “Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional”

CONAB Companhia Nacional de Abastecimento

CPLP Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CSNU Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

CSS Cooperação Sul-Sul

DAC Comitê de Assistência ao Desenvolvimento

DACD Doador DAC

DEV Operação de Desenvolvimento

DFID Departamento para o Desenvolvimento Internacional

DIH Direito Internacional Humanitário

DHA Departamento de Assuntos Humanitários

ECHO Escritório Humanitário da Comunidade Europeia

EMOP Operação de Emergência

ERC Coordenador de Alívio de Emergência

FAO Organização de Alimento e Agricultura

FHC Presidente Fernando Henrique Cardoso

FTS Sistema de Rastreamento Financeiro

GTI-AHI Grupo de Trabalho Interministerial de Assistência Humanitária
Internacional

IASC Comitê Permanente Inter Agência

IBAS Fórum Índia – Brasil – África do Sul

IDP Pessoas deslocadas internamente

IFAD Fundo Internacional para Desenvolvimento da Agricultura

IH Intervenção Humanitária

IPEA Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

MRE Ministério das Relações Exteriores

NDD Doador Não DAC

OCHA Escritório para Coordenação de Assuntos Humanitários

ODA Assistência Oficial ao Desenvolvimento

OECE Organização para Cooperação Econômica Europeia

OCDE Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento

OMS Organização Mundial da Saúde

ONU Organização das Nações Unidas

PAA Programa de Aquisição de Alimentos

PEX Política Externa

PIB Produto Interno Bruto

PL Projeto de Lei

PRRO Operação de Alívio e Reabilitação

SAE/PR Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República

SHI Sistema Humanitário Internacional

SO Operação Especial

UNDP Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas

UNDRO Organização das Nações Unidas para Alívio de Desastre

UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNHCR Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

UNICEF Fundo das Nações Unidas para as Crianças

UNRWA Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina

UNWRA Agência das Nações Unidas para Alívio e Trabalhos

USD Dólar americano

USG Subsecretário Geral para Assuntos Humanitários

WFP Programa Mundial de Alimentos

LISTA DE FIGURAS

Capítulo I

Figura 1. Marcos da evolução dos Sistema Humanitário da ONU.	40
---	-----------

Capítulo III

Figura 1. Quantidade de Governos doadores de AHI por agência humanitária da ONU.	66
Figura 2. Contribuição dos governos para o Sistema Humanitário da ONU, por agência.	67
Figura 3. Dependência das agências (em %) em relação ao governo que doa mais, por ano.	70
Figura 4. Percentual (%) dos cinco maiores doadores do WFP em anos selecionados.	71
Figura 5. Percentual (%) dos cinco maiores doadores do CERF em anos selecionados.	72
Figura 6. Percentual (%) dos cinco maiores doadores do UNHCR em anos selecionados.	73
Figura 7. Percentual (%) dos cinco maiores doadores do UNICEF em anos selecionados.	74
Figura 8. Comparação percentual entre a atuação dos DACDs e dos NDDs.	75
Figura 9. Comparação entre o primeiro ano estudado de doações dos NDDs às agências do Sistema Humanitário da ONU.	77
Figura 10. Doações dos DACDs ao Sistema Humanitário ONU.	78
Figura 11. Doações dos DACDs ao Sistema Humanitário ONU.	79
Figura 12. Valores aportados ao WFP pelos DACDs e pelos NDDs.	79
Figura 13. Valores aportados ao CERF pelos DACDs e pelos NDDs.	80
Figura 14. Valores aportados ao UNHCR pelos DACDs e pelos NDDs.	81
Figura 15. Valores aportados ao UNICEF pelos DACDs e pelos NDDs.	81
Figura 16. Comparação entre os valores das doações multilaterais governamentais ao WFP, CERF e UNHCR.	89
Figura 17. Quantidade de Governos doadores de AHI por agência humanitária da ONU.	90

Figura 18. Contribuições dos DACDs aos fundos multilaterais da ONU (em milhões de US\$).	90
Figura 19. Contribuições dos DACDs aos fundos multilaterais da ONU (em %).	91
Figura 20. Contribuições dos NDDs aos fundos multilaterais da ONU (em milhões de US\$).	91
Figura 21. Contribuições dos NDDs aos fundos multilaterais da ONU (em milhões de US\$), sem o ano de 2008.	92
Figura 22. Contribuições dos NDDs aos fundos multilaterais da ONU.	92

Capítulo III

Figura 1. Valores das ações humanitárias brasileiras de 2006 a 2015.	109
Figura 2. Valor das ações em relação ao PIB.	110
Figura 3. Quantidade de ações humanitárias brasileiras por ano.	112
Figura 4. Valor médio por ação humanitária brasileira entre os anos de 2006 a 2015.	113
Figura 5. Número de países que receberam doações brasileiras por ano.	113
Figura 6. Total de recursos alocados ano a ano por região.	115
Figura 7. Valor percentual agregado por região ao longo de 2006 a 2015.	115
Figura 8. Número de ações desagregadas por região e por ano.	116
Figura 9. Percentual do total agregado das ações por região.	116
Figura 10. Número de países desagregados por região e por ano.	117
Figura 11. Quantidade de ações por tipo de canalização das AHI brasileiras ano e ano, entre 2006 e 2010.	118
Figura 12. Valores por tipo de canalização ano a ano.	119
Figura 13. Percentual das AHI brasileiras por agência (2006-2015).	119
Figura 14. Quantidade de toneladas autorizadas para AHI por legislação.	124

LISTA DE TABELAS

Capítulo I.

Tabela 1. Agências, Fundos e Programas Humanitários da ONU.	38
--	-----------

Capítulo III.

Tabela 1. Dados primários a serem utilizados.	65
--	-----------

Tabela 2. Valores percentuais (%) do total de doações a cada agência em relação ao total do WFP.	67
---	-----------

Tabela 3. Cinco principais doadores das agências humanitárias da ONU.	68
--	-----------

Tabela 4. Volume percentual das doações governamentais dos cinco maiores doadores em relação ao total doado.	68
---	-----------

Tabela 5. Porcentagem da contribuição dos NDDs ao Sistema Humanitário da ONU por agência, por ano.	76
---	-----------

Tabela 6. Aumento da contribuição dos NDDs ao Sistema Humanitário da ONU por agência, por ano.	77
---	-----------

Tabela 7. Regularidade das doações dos países de cada grupo, por intervalo de tempo (em porcentagem) e por agência da ONU.	83
---	-----------

Tabela 8. Dados agregados de regularidade (quantidade de países, em percentual, por tempo, em percentual).	84
---	-----------

Tabela 9. NDDs que contribuíram em todos os anos analisados, por agência.	85
--	-----------

Tabela 10. NDDs que doaram entre 70% e 99,9% do tempo analisado, por agência.	86
--	-----------

Tabela 11. Países que foram <i>host donors</i> em todo o período de 2010-2015.	87
---	-----------

Tabela 12. Países que não fizeram doações às agências nos períodos analisados.	93
---	-----------

Capítulo IV.

Tabela 1. Correspondência dos valores das ações humanitárias brasileiras em percentual do PIB.	109
---	------------

Tabela 2. Variação anual dos recursos de AHI em comparação à variação anual do PIB.	111
--	------------

Tabela 3. Comparação percentual do número de ações e da quantidade de verba por ano.	112
---	------------

Tabela 4. Dados sobre número de países e número de ações humanitárias por região.	114
--	------------

Tabela 5. Valores das ações multilaterais (não direcionadas) por agência (2007-2015) em milhões de USD.	120
Tabela 6. Ações de AHI brasileiras na CPLP e valor das ações.	121
Tabela 7. Limite de doação de alimentos nas legislações ao longo dos anos (em toneladas).	124
Tabela 8. Países listados como destinos para os alimentos contemplados nas Leis para realização de AHI brasileira.	126
Tabela 9. Distribuição percentual dos países mencionados na legislação de doação humanitária por região.	125
Tabela 10. Proporção percentual da população de países e <i>ranking</i> quanto à insegurança alimentar dos países mencionados como possíveis recebedores da AHI nos textos jurídicos citados*.	128
Tabela 11. Cronologia do desenvolvimento dos aparatos jurídico e estrutural da AHI brasileira.	129

Sumário

INTRODUÇÃO	21
Capítulo I	26
O SISTEMA HUMANITÁRIO INTERNACIONAL NO SÉCULO XXI E O PAPEL DA ONU	26
1.1 Introdução	26
1.2 O Sistema Humanitário Internacional: origem	28
1.3 A Carta de São Francisco e o incipiente modelamento do sistema internacional humanitário	31
1.4 A confraria dos doadores	32
1.5 Coordenação	32
1.6 As principais entidades humanitárias da ONU	38
1.7 Conclusão	45
Capítulo II	47
OS DOADORES NÃO DAC	47
2.1 Introdução	47
2.2 O recorte conceitual de “Doadores Não Dac”	49
2.3 Coordenação em um mundo “multiplexo”	50
2.4 Qualidade da ajuda externa dos NDD	53
2.5 Preferências de canalização, necessidade de reformas e motivações	54
2.6 Peso quantitativo	57
Capítulo III	61
OS DOADORES NÃO DAC NO SISTEMA HUMANITÁRIO DA ONU	61
3.1 Introdução	61
3.2 A construção do banco de dados	64
3.3. Agências	66
3.4 Doadores DAC vs. Não DAC	75
3.4.1 WFP - Programa Mundial de Alimentos	79
3.4.2 CERF – Fundo Central de Resposta Emergencial	80
3.4.3 UNHCR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados	80
3.4.4 UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância	81
3.5 Quem são os doadores Não DAC	82
3.5.1 Regularidade	82
3.5.2 Host Donors	87
3.6 “Bilateralização” do canal Multilateral	88
3.7 Outsiders	93
3.8 Conclusão	93

Capítulo IV	95
O BRASIL COMO DOADOR NÃO DAC: A VANTAGEM COMPARATIVA BRASILEIRA E A DIPLOMACIA CONTRA A FOME	95
4.1 Introdução	95
4.2 A emergência do tema da Assistência Humanitária Internacional na Política Externa Brasileira a partir de 2003.....	96
4.2.1 Nível político-econômico.....	99
4.2.1.1 CSS em sentido amplo	99
4.2.1.2 CSS em sentido estrito	101
4.2.2 Nível econômico-solidário.....	102
4.3 A institucionalização da Assistência Humanitária Internacional no governo brasileiro 104	
4.4 A Assistência Humanitária Internacional: conceito	107
4.5 A Assistência Humanitária Internacional Brasileira: Números	108
4.6 Desdobramentos Estruturais e Jurídicos das Assistência Humanitária Internacional brasileira	121
4.6.1 Armazém Humanitário	121
4.6.2 Desenvolvimento de Arcabouço Jurídico	122
4.7 Conclusão	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
BIBLIOGRAFIA.....	135
ANEXO 1	144
ANEXO 2	145
ANEXO 3	150
ANEXO 4	168
ANEXO 5	177
ANEXO 6	182
ANEXO 7	196
ANEXO 8	203
ANEXO 9	208

INTRODUÇÃO

O século XXI convive com duas realidades opostas. De um lado, a chamada 4ª Revolução Industrial está em marcha (SCHWAB, 2015). De outro, a fome ainda atinge 7,9 milhões de pessoas; mais de 2,38 bilhões são vítimas de insegurança alimentar; 66 milhões são deslocados forçadamente; 22 milhões são refugiados; e 6,3 milhões de crianças não chegam a completar cinco anos (WFP, 2017; UNHCR, 2017; UNICEF, 2017). Futuro e passado dividem o tempo presente separados pelo espaço geográfico: enquanto a 4ª revolução industrial tende a expressar-se nos países desenvolvidos, as questões sociais mencionadas tendem a ter origem em países em desenvolvimento.

Dentre os mecanismos utilizados para lidar com os problemas de fome, insegurança alimentar, refúgio e mortalidade infantil há a ajuda externa (*aid*) e, mais especificamente, a assistência humanitária internacional (AHI). O domínio da AHI movimentou, de acordo com estimativas, US\$ 24,5 bilhões de dólares, em um crescimento que vem se desenrolando nas últimas duas décadas (CARBONNIER, 2015). Os recursos são oriundos de algumas categorias de atores, que vão desde doadores privados até a organizações internacionais governamentais e não governamentais, mas são os governos os principais provedores (MAWDSLEY, 2012). Dentre os governos, um grupo se destaca como fonte majoritária de oferta. Trata-se do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC) da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), responsável por quase a totalidade dos fundos doados para assistência humanitária – e ajuda externa – no mundo. De 2000 a 2010, os países do DAC/OCDE quase dobraram a oferta nominal de assistência de US\$6,7 bilhões para US\$ 11,8 bilhões (WEISS, 2013).

Apesar da preponderância do grupo do DAC/OCDE, no século XXI percebe-se um movimento aparentemente recente no sentido de aumento da participação de outros atores estatais do lado de ajuda externa, em todas as suas modalidades. Embora não se trate de um grupo consolidado de países, uma das nomenclaturas a eles atribuída é de doadores “Não DAC”. Comparativamente, esses países teriam aumentado, de acordo com estimativas, no mesmo período de 2000 a 2010, o aporte de recursos de US\$35 milhões para US\$ 623 milhões (WEISS, 2013). Trata-se de um fenômeno que vem chamando a atenção da literatura, causando entusiasmo quanto às possibilidades de alterações sistêmicas que pode acarretar, de um lado,

bem como ceticismo sobre a manutenção do *status quo* que existe desde o fim da II Guerra Mundial, de outro (KHARAS, 2007; BARNETT, 2010; MANNING, 2006; WOODS, 2008).

Esta pesquisa visa a investigar a atuação dos países em desenvolvimento como doadores de assistência humanitária internacional, no contexto de possível alteração e de aprofundamento sistêmico da arquitetura humanitária internacional no início do século XXI. O tema abriu uma agenda de pesquisa que permite múltiplas abordagens. A questão da articulação entre doadores DAC/OCDE e Não DAC; a eficiência da ajuda externa provida pelos Não DAC; as mudanças da distribuição de poder econômico entre os estados; securitização; motivações; o impacto na governança humanitária internacional; os benefícios para os países receptores a partir de uma suposta base mais ampla de doadores; quais as preferências e projetos dos doadores Não DAC; e o futuro da ajuda externa perante uma arquitetura ampliada e com estimados volumes crescentes de recursos, são exemplos de caminhos que podem ser suscitados. O principal questionamento desta pesquisa, no entanto, volta-se para a importância financeira do aporte de recursos desse grupo de países fora do *mainstream* DAC/OCDE para o Sistema Humanitário Internacional. Esse viés é relevante por contribuir para entender o espaço que os chamados doadores Não DAC ocupam, e a importância que desempenham ou podem vir a desempenhar, mantendo ou promovendo alterações no jogo de poder no sistema internacional não só humanitário, mas, também, do cenário internacional como um todo.

Para responder essa pergunta, optou-se por uma abordagem metodológica que permitisse sanar, ainda que em parte, os problemas de falta, de imprecisão e de não homogeneidade de dados relativos aos doadores Não DAC. A opção foi olhar o aporte de recursos deles no cenário internacional a partir das organizações internacionais do sistema humanitário da Organização das Nações Unidas (ONU). Com base nessa escolha, foi possível contribuir no sentido de oferecer um banco de dados com informações homogêneas sobre os países dos grupos DAC/OCDE e Não DAC. Os dados podem ser considerados homogêneos porque se originaram da mesma fonte e por não haver conflito de percepção conceitual, uma vez que as agências humanitárias da ONU pertencem ao mesmo sistema e estão sujeitas a diretrizes basilares comuns. É importante frisar que a ONU e suas agências especializadas aparecem como atores-chave na coordenação do Sistema (WEISS, 2013).

De fato, uma das limitações mais evidentes dos estudos existentes sobre os doadores Não DAC recai no problema da apresentação de dados “estimados”, os quais interferem na aferição precisa do real estado da arte da participação deles no cenário internacional como doadores.

Há duas principais razões pelas quais existe preponderância de dados “estimados” nesse domínio. A primeira se deve à falta de transparência de parte dos países quanto à publicação de informações relativas às ações de ajuda externa internacionais, como é o caso da China e da Venezuela (MAWDSLEY, 2012). O segundo problema refere-se à falta de homogeneidade entre os dados, o que dificulta, quando não impede, comparações (BEACH & PEDERSEN, 2016). Mesmo que parte dos doadores Não DAC exerça a transparência e publique informações relativas aos valores e características das suas ações internacionais, as diferentes percepções conceituais quanto ao significado de ajuda externa e de assistência humanitária impedem a efetivação de comparações de dados que se refiram ao mesmo objeto. Não é o caso dos doadores DAC/OCDE. Estes têm que seguir um padrão de transparência, atribuindo homogeneidade às informações. Diferentemente dos estudos que envolvem doadores Não DAC, aqueles sobre os DAC/OCDE não se baseiam em estimativas. Alguns países, como Rússia, um doador Não DAC, são exceção e seguem os padrões do DAC/OCDE. O mais comum entre os Não DAC, porém, é a falta de dados ou a não homogeneidade deles.

Ao optar-se por focar nos dados oriundos do sistema humanitário da ONU, uma parcela significativa dos dados referentes aos recursos de assistência humanitária se perde. Existem três categorias principais de canalização de ajuda externa: bilateral, multilateral e triangular. A canalização bilateral representa a doação direta de um país para outro. Já a canalização multilateral significa que o governo aporta o recurso em uma organização internacional (governamental ou não) e esta destina o dinheiro para o país receptor. Por fim, uma forma de canalização que vem crescendo recentemente é a canalização triangular ou trilateral, que equivale a dizer que um país oferta um bem, outro(s) país(es) ou organização internacional arca com o frete para levar o bem ao país receptor (MCEWAN & MAWDSLEY, 2012). De acordo com a OCDE, a forma mais comum de canalização tende a ser a bilateral, tendendo a representar, anualmente, mais de 60% do total doado (KINDORNAY & BESADA, 2011; OECD/DAC, 2015). Segundo WEISS (2013), quando se consideram todos os países, estima-se que 62% dos recursos rastreáveis de ajuda externa foram canalizados por vias multilaterais, em 2009. Por mais que haja imprecisão nas informações, a canalização multilateral tende a ser considerada mais eficiente, por supostamente alocar os recursos de forma técnica, com base nas reais necessidades do país receptor, sem levar em conta interesses nacionais do país doador (BALOGH, 1967; OECD/DAC, 2015; KINDORNAY & BESADA, 2011). Nesse sentido, a escolha pela utilização apenas de dados multilaterais na primeira parte do estudo, por um lado, exclui os dados referentes a alocações bilaterais e triangulares, mas,

por outro, atribui homogeneidade e permite a apresentação de dados padronizados e comparáveis.

Então, tomando por base os dados das agências do sistema humanitário da ONU, a hipótese é de que os doadores Não DAC exercem papel restrito no Sistema Humanitário Internacional em termos financeiros. A análise dos dados permitirá avaliar se há, de fato, restrição e a magnitude dela. Permitirá, ainda, averiguar quem são os doadores Não DAC, e se agem de forma diferente dos doadores DAC/OCDE. Espera-se, também, que o banco de dados *per se* possa oferecer subsídio para o aprofundamento da agenda de pesquisa na área e refinamento dos dados utilizados para as análises.

Além de conduzir o questionamento sobre a atuação dos países em desenvolvimento como doadores, o estudo também visa a lançar um olhar sobre o caso brasileiro. Desde o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, temas ligados à agenda social estiveram presentes tanto na agenda doméstica quanto na agenda externa. O Brasil tornar-se doador de assistência humanitária internacional vem na esteira desse momento. Desde 2006, testemunhou-se um crescimento e consolidação do país como doador Não DAC, ao mesmo tempo em que se presenciou um retrocesso até o fim do período analisado, 2015. A apresentação e o estudo do caso brasileiro contribuem para averiguação do cenário a ser construído com base nos dados agregados gerais sobre os doadores Não DAC, como também auxiliará a averiguar as características particulares do país. No caso específico do Brasil, serão apresentados, além de dados multilaterais, os dados bilaterais e multilaterais, bem como a percepção do país quanto ao tema da assistência humanitária internacional.

Em resumo, a presente pesquisa tem como principal questionamento a averiguação da importância financeira dos doadores Não DAC no século XXI, tendo como hipótese a ideia de que ainda não desempenham papel significativo para provocar alterações no sistema internacional humanitário. Inicialmente, o recorte proposto visa a analisar os dados oriundos do estudo dos aportes de recursos a agências do sistema humanitário da ONU, de modo a obterem-se dados que possam ser comparáveis e mostrar as principais diferenças (ou semelhanças) em relação aos doadores DAC/OCDE. Em seguida, focar-se-á no caso brasileiro, inquirindo-se, especificamente, sobre o comportamento financeiro do país como doador não DAC. Para realizar esta construção, no primeiro capítulo, será apresentado o Sistema Humanitário Internacional, com foco no desenvolvimento do sistema humanitário da ONU. No segundo capítulo, será introduzido o tema dos doadores Não DAC e as principais agendas de pesquisa sobre eles. No capítulo terceiro, serão apresentados os resultados da pesquisa em relação às

agências da ONU, mostrando o grau de participação dos doadores Não DAC no sistema e perante os doadores DAC/OCDE. Por fim, no capítulo quarto, será discutido o caso do Brasil como doador Não DAC.

Capítulo I

O SISTEMA HUMANITÁRIO INTERNACIONAL NO SÉCULO XXI E O PAPEL DA ONU

1.1 Introdução

O sistema humanitário internacional (SHI) do século XXI é o complexo resultado da confluência do trabalho e dos recursos de diversos atores estatais, organizações internacionais, organizações não governamentais e doadores privados, que atuam de forma isolada ou combinada, visando ao alívio de sofrimento humano e ao salvamento de vidas em situações de emergência (BARNETT, 2011; WEISS, 1996; ZIMMERMANN & SMITH, 2011). Desde que surgiu, o SHI recrudescceu e se tornou complexo, sendo, atualmente, amplo e fragmentado, e com disponibilidade de recursos sem precedentes (BARNETT, 2010; CARBONNIER, 2015; KHARAS, 2007; MANNING, 2006; MAWDSLEY, 2012; WEISS, 2013; ZIMMERMANN & SMITH, 2011).

Dois motivos, dentre outros, podem explicar a amplitude atual: a aceitação do que é ação humanitária e o número de atores. Fruto do século XIX, a assistência humanitária internacional é uma modalidade de ajuda externa. Inicialmente, era destinada ao atendimento de feridos em guerra (BARNETT, 2010; BARNETT, 2011; WEISS, 2013). O conceito, contudo, passou por duas ampliações de significado e de implementação. Se, na época em que teve origem, no século XIX, a assistência humanitária era realizada em situações emergenciais em contexto de conflito, posteriormente, começou a ser conduzida no alívio do sofrimento de pessoas em contextos de risco como desastres naturais e sociais (BARNETT, 2011). A segunda mudança deu-se ao longo do século XX e no começo do século XXI, em que a assistência humanitária passou a ser considerada, também, no contexto de prevenção, de reconstrução e de desenvolvimento. Trata-se de um conceito ampliado que sai de um viés de atuação pontual e paliativa para um enfoque mais abrangente e desenvolvimentista, no sentido de evitar que as emergências voltem a se repetir. Dessa forma, torna-se menos nítida a distinção entre ações humanitárias e outros tipos de ajuda externa, como a ajuda para o desenvolvimento, ao mesmo tempo em que aumenta o número de ações que podem ser consideradas humanitárias (BARNETT, 2010; ACUTO, 2014; MAWDSLEY, 2012).

Quanto ao número de atores que ocupam o papel de doadores de assistência humanitária, há, atualmente, mais de 47 agências da Organização das Nações Unidas (ONU) que lidam com *aid* de forma geral; mais de mil *trust funds*; e milhares de organizações

internacionais não governamentais (REISEN, 2010). Há, ainda, 197 agências bilaterais e 263 multilaterais que oferecem ajuda externa de diversos tipos, humanitário incluso (KINDORNAY & BESADA, 2011; REISEN, 2010; KHARAS, 2011). Não só aumentou o número de organizações internacionais que lidam com o tema da ajuda externa, mas também está mais ampliado o rol dos Estados que oferecem recursos, tornando menos clara a linha que divide doador de receptor (WALZ & RAMACHANDRAN, 2011; ZIMMERMANN & SMITH, 2011; QUADIR, 2013).

Os atores envolvidos na assistência humanitária podem ser divididos em duas categorias: os que estão do lado da demanda e aqueles do lado da oferta, ou seja, aqueles que passam por uma emergência humanitária e aqueles que prestam socorro, respectivamente, implicando uma relação entre eles que pode ser vista, política e economicamente, como uma relação de hierarquia entre doador e receptor. Na relação entre os Estados, desde o fim da II Guerra Mundial e a reconstrução do continente europeu, essa hierarquia era evidente: doavam os países “mais ricos”; recebiam os “mais pobres”. Contudo, o SHI da atualidade traz elementos que questionam essa ordem (ZIMMERMANN & SMITH, 2011; QUADIR, 2013; NEUMAYER, 2003).

Os Estados são os maiores financiadores do Sistema Humanitário Internacional. Eles contribuem não apenas com a maior parte dos recursos para os receptores, como também são os maiores doadores para organizações multilaterais internacionais (CARBONNIER, 2015). Canalizam os recursos de três maneiras principais. O arranjo mais tradicional e comum é o bilateral. Um estado doa diretamente para o receptor. Há, também, o multilateral, em que os Estados doam para uma instituição multilateral, para que ela se ocupe da alocação dos recursos. Por fim, um arranjo mais recente é o trilateral, que envolve no mínimo um Estado doador, um Estado ou organização que custeia o transporte, e um Estado receptor. Das três formas de canalização dos recursos, é considerada como a mais eficiente a canalização multilateral (WOODS, 2008; KINDORNAY & BESADA, 2011; MCEWAN & MAWDSLEY, 2012; OECD/DAC, 2015).

Um dos problemas que advém da expansão do sistema é o da coordenação em meio à fragmentação. Devido à amplitude de atores, é comum uma mesma situação receber *aid* de diversas fontes sem que haja coordenação entre elas. Disso decorre alocação sub-ótima dos recursos e queda na eficiência do auxílio externo (MAWDSLEY, 2012; DREHER, et al., 2011; KINDORNAY & BESADA, 2011; ACUTO, 2014; DEDRING, 1996; KHARAS, 2011).

Desde o final do século passado, em que o sistema já estava ampliado, ocorreram iniciativas para promover coordenação e efetividade da ajuda externa como um todo¹. Do lado da assistência humanitária, especificamente, a ONU começou a destacar-se no cenário internacional, criando mecanismos de coordenação com o objetivo de atribuir mais eficiência às atividades entre suas diversas agências (KHARAS, 2011; DREHER, et al., 2011; KINDORNAY & BESADA, 2011).

Neste capítulo, será apresentado o Sistema Humanitário Internacional, focando no sistema multilateral construído pela ONU em suas sete décadas de atuação. Em primeiro lugar, será discutido o surgimento e ampliação do SHI. Em seguida, será explicado o Sistema Humanitário Multilateral da ONU, apresentando as principais agências humanitárias que o compõem e de que maneira a organização busca coordenar os múltiplos atores.

1.2 O Sistema Humanitário Internacional: origem

O ponto de partida do Sistema Humanitário Internacional costuma ser narrado tendo como foco não um Estado, mas sim, um civil. Uma pessoa que constituiu uma organização não governamental para, depois, transpor as ideias nela incutidas para o domínio dos Estados. O nome dele pode não ter se popularizado, mas a organização que ele ajudou a criar e as ideias que ele ajudou a propagar o foram. Cruz Vermelha, que é a mais antiga organização humanitária internacional do mundo e a ideia de “ajuda humanitária” se difundiram ao longo da história, graças a Henry Dunant, empresário suíço do século XIX (BARNETT, 2011; WALKER & MAXWELL, 2009; TERRY, 2002; BARNETT & WEISS, 2008; BORGES, 2006; BUIRETTE, et al., 2008).

“Em 24 de junho de 1859, o jovem empresário suíço se dirige a Solferino, norte da Itália, a fim de encontrar Napoleão III para obter auxílio financeiro para investimentos realizados na Argélia. Na ocasião, Dunant presencia o terrível combate entre franceses, italianos e austríacos, que deixou, ao final do dia, mais de 40 mil vítimas, entre mortos e feridos”. (BORGES, 2006, p. 10)

A partir da experiência que teve em Solferino, Dunant redigiu o livro *Un Souvenir de Solferino*. Na obra, escrita em Genebra, além de relatar as atrocidades testemunhadas durante o embate, Dunant urgiu pela criação de um tratado internacional que possibilitasse a atuação de grupos de socorro privado que ele sugeria serem criados (DUNANT, 1862).

¹ São exemplo os quatro Fóruns de Alto Nível de Efetividade de Ajuda Externa, ocorridos em: Roma (2003), Paris (2005), Acra (2008) e Busan (2011).

“Dunant’s memoir says nothing against war as such, but it provides an exhaustive list of reasons why systematic help should be forthcoming for its wounded. Despite his own religious background, Dunant uses any and every reason he can think of for giving aid.” (BARNETT & WEISS, 2008, p. 101)

Dunant fundou um comitê socorrista privado, que viria a ser chamado, anos depois, de Cruz Vermelha². Em 1963, com apoio do governo helvético, o Comitê convocou conferência diplomática internacional para tratar sobre os feridos em batalha. Em 1864, foi assinado o primeiro Tratado Internacional sobre Direito Humanitário: a Convenção de Genebra (BARNETT & WEISS, 2008; BUIRETTE, et al., 2008; BORGES, 2006).

Interessante notar que, um ano antes da assinatura da Convenção de Genebra, era criado o Código Leiber nos Estados Unidos, primeiro marco de direito humanitário no continente americano. O texto, de autoria de Francis Leiber, era um código de conduta militar escrito a pedido do presidente Abraham Lincoln, que visava à limitação das hostilidades no contexto da Guerra Civil Americana (LEIBER, 1863).

Na realidade, aprimoramentos no atendimento médico em conflitos já vinham sendo advogados desde o início do século XIX. O Código Leiber e a Convenção de Genebra vêm na esteira de um processo que já vinha se consubstanciando no contexto histórico da época (BARNETT, 2011). O Código Leiber pode ter antecedido em um ano a Convenção de Genebra; porém, enquanto aquele se restringia ao território norte-americano, esta tinha pretensões universais.

“Dunant also was joining a number of others who were agitating for improving medical relief. In the early nineteenth century, militaries began to develop field units for wounded soldiers. At midcentury, the push to improve medical assistance for soldiers was occurring on both sides of the Atlantic. A few years after Dunant, during the American Civil War, Florence Nightingale drew from her experiences in the Crimean War to lobby for the improved medical relief, Francis Leiber helped to author military codes of conduct, and the Sanitary Commission proposed various reforms, including improved hygiene to reduce disease among troops”. (BARNETT, 2011, p. 79)

A Convenção de Genebra trouxe as primeiras normas do Direito Internacional Humanitário (DIH)³, a qual foi seguida por dezenas de textos jurídicos com regras específicas

² O nome atual, Comitê Internacional da Cruz Vermelha, foi oficializado em 1880. Inicialmente, a Cruz Vermelha chamava-se Comitê Internacional de Ajuda aos Feridos. Também era conhecida como “Comitê dos 5”, referindo-se aos cinco fundadores: Henry Dunant, Louis Appia, Théodore Maunoir, Gustave Moynier e Guillaume-Henri Dufour.

³ Foi ratificada pelo Brasil em 1906 (SOARES, 2004).

para a conduta dos Estados beligerantes na guerra, contidos, por exemplo, nas Convenções de Paz de Haia⁴. Como consequência, o que passou a distinguir as ações humanitárias daquela época em relação às anteriores é que os atos começaram a ter organização por parte do Estado e tornaram-se parte integrante da governança internacional, direcionados a habitantes de outros territórios. Dentre os legados da Cruz Vermelha está a própria acepção do que é ação humanitária. Trata-se de uma das definições mais propaladas no mundo, sendo tida como provisão imparcial, neutra, independente de alívio a vítimas de conflitos e de desastres naturais (BARNETT, 2011; SOARES, 2004; TAMBOURGI, 2012; WEISS, 1996).

O conceito como tal se baseia em alguns princípios, como os da imparcialidade, da neutralidade e da apolitização, que, posteriormente, serão criticados e ostensivamente quebrados nas atividades humanitárias práticas (WEISS, 1996; MCEWAN & MAWDSLEY, 2012; TERRY, 2002).

Desde a celebração da Convenção de Genebra até a Segunda Guerra Mundial, houve aprofundamento normativo no DIH. Ainda versando sobre o direito durante a guerra – *jus in bello* – surgiram a Declaração de São Petersburgo, primeiro documento internacional que dá continuidade à Convenção de Genebra⁵, e as Conferências de Paz de Haia, de 1899 e 1907, que aprofundaram o conteúdo normativo do DIH, no sentido de proibir ou limitar a utilização de armas causadoras de sofrimentos desnecessários aos combatentes e à população civil afetada pelo conflito.

Paralelamente ao arcabouço normativo humanitário desenhado para os Estados, organizações não governamentais começam a se multiplicar, principalmente no período que envolve as Guerras Mundiais. Uma delas, por exemplo, é a organização Save the Children, que foi criada em 1919 no Reino Unido “*to feed children facing starvation after the First World War*” e que existe até hoje. Outra organização não governamental humanitária relevante foi criada em 1942, durante a II Guerra Mundial: OXFAM, para entrega de alimentos nos Balcãs (ROBERTS, 1996; OXFAM, 2016; SAVE THE CHILDREN, 2016).

⁴ O Direito Internacional Humanitário regula a proteção de feridos em combate e civis durante conflitos interestatais (SOARES, 2004).

⁵ A adesão do Brasil à Declaração de São Petersburgo aconteceu em 1869 (CICV, 2012). Isso significa que o país aderiu à Declaração trinta e sete anos antes de aderir à Convenção de Genebra.

1.3 A Carta de São Francisco e o incipiente modelamento do sistema internacional humanitário

Após o fim da II Guerra Mundial e a criação da Organização das Nações Unidas, as ações de assistência humanitária foram ampliadas em termos de escopo, coordenação e receptores, para além do DIH. O “humanitário” figurou desde os propósitos e princípios da organização nascente, logo no primeiro artigo do documento fundador da Organização das Nações Unidas, a Carta de São Francisco, de 1945:

“To achieve international cooperation in solving international problems of an economic, social, cultural, or humanitarian character, and in promoting and encouraging respect for human rights and for fundamental freedoms for all without distinction as to race, sex, language, or religion.” (ONU, 1945).

No seio da ONU, as temáticas humanitária e de direitos humanos ganharam proximidade, podendo ser evidenciadas em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Convenção sobre Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio, ambas de 1948, e as quatro Convenções de Genebra de 1949⁶, bem como os Protocolos Adicionais de 1977 (BARNETT & WEISS, 2008).

Além disso, a ação humanitária também passou a ser aplicada com mais frequência em questões atinentes ao socorro em casos de desastres naturais (BARNETT, 2011).

A criação de agências especializadas da ONU contribuiu para o processo de ampliação das ações de assistência humanitária para além dos conflitos armados. São de 1946, por exemplo, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e a *International Rescue Organization*, que embrião do Alto Comissariado da ONU para Refugiados (UNHCR). Deve-se mencionar também o primeiro organismo especializado em assistência humanitária em casos gerais de emergências, o *United Nations Disaster Relief Organization* - UNDRO (MARCOS, 2005). Enquanto a UNDRO direcionava esforços a vítimas de desastres naturais, o papel de auxiliar vítimas de desastres provocados pelo homem era incumbido a outras organizações especializadas, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP), o UNICEF, o UNHCR, o Programa Mundial de Alimentos (WFP), a Organização de Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização Mundial de Saúde (OMS). O trabalho era realizado sem um órgão central que efetivasse a coordenação (GIANNINI, 2008).

⁶ Situadas dentro do âmbito do DIH, as quatro Convenções de Genebra são relativas: (i) à proteção dos feridos e enfermos; (ii) aos náufragos, feridos e enfermos no mar; (iii) aos prisioneiros de guerra; e (iv) à proteção dos civis em tempos de guerra. Nos protocolos adicionais, as regras são estendidas para a proteção de vítimas em contexto de conflitos civis (SOARES, 2004).

1.4 A confraria dos doadores

Paralelamente à atuação da ONU, alguns Estados se reuniram em um grupo menor, mas economicamente forte. Em 1948, foi criada a Organização para Cooperação Econômica (OECE), envolvendo Estados Unidos e os países europeus afetados pela Segunda Guerra Mundial, com o intuito de aprimorar a aplicação do Plano Marshall. Anos depois, reconstruída a Europa, a OECE foi relançada em 1961, com o nome de Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Faziam parte da organização os países com as maiores economias do mundo⁷. O importante é notar que, nesse segundo momento, foi criado o Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (DAC).

Nem todos os membros da OCDE são membros, também, desse comitê. O DAC é um fórum optativo em que se realizam as diversas modalidades de “*aid*”, como cooperação técnica, empréstimos para fins de desenvolvimento e assistência humanitária⁸. O DAC atua no sentido de:

“... [to] promote development co-operation and other policies so as to contribute to sustainable development, including poor economic growth, poverty reduction, improvement of living standards in developing countries, and a future in which no country will depend on aid.” (OECD/DAC, 1961)

Se por um lado a ONU oferecia toda a infraestrutura e *locus* democrático para planejamento e tomada de decisões, era da OCDE e dos países membros do DAC de onde proviam os recursos. O desenrolar do século XX e o início do século XXI trouxeram à luz novos atores com poder de oferta de assistência, fora do grupo DAC/OCDE.

1.5 Coordenação

Os assuntos humanitários careciam de coordenação até a II Guerra Mundial. Posteriormente, com a profissionalização e a burocratização dos trabalhos, coordenação incipiente começou a surgir. No mais, os próprios Estados passaram a demonstrar mais interesse pela ajuda externa, devido a “[...] *not only to a newfound passion for compassion but also to a*

⁷ Em 1960, quando foi criada, a OCDE era composta por dezoito países europeus mais Estados Unidos e Canadá. Atualmente, a organização tem trinta e cinco membros. São eles: Alemanha, Austrália, Áustria, Bélgica, Canadá, Chile, Coreia do Sul, Dinamarca, Eslováquia, Eslovênia, Espanha, Estados Unidos, Estônia, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Irlanda, Islândia, Israel, Itália, Japão, Letônia, Luxemburgo, México, Noruega, Nova Zelândia, Polônia, Portugal, Reino Unido, República Tcheca, Suécia, Suíça, Turquia e União Europeia.

⁸ Não fazem parte do DAC atualmente: Chile, Estônia, Israel, Letônia, México e Turquia.

belief that their political, economic, and strategic interests” (BARNETT, 2011) . A partir de então, agências humanitárias e Estados deram início a uma relação codependente, ainda que diante de uma coordenação embrionária.

Os receptores também se tornaram mais variados. Inicialmente, a AHI era direcionada aos países do continente europeu, afetados pela guerra. Com o término do conflito, muitas das agências humanitárias do período expandiram suas atividades para além das fronteiras europeias, apoiadas no crescente movimento de descolonização e no emergente discurso desenvolvimentista. Além disso, a Guerra Fria incorporou o “Terceiro Mundo” na estratégia de enfileiramento periférico dos dois blocos, tendo havido ações de intervenção humanitária, em contexto de operações de paz, em Biafra, Vietnã, Camboja, Etiópia, em contextos de operações de paz. Foi durante o período da Guerra Fria que a assistência humanitária se tornou global (BARNETT & WEISS, 2008).

O Sistema Humanitário da ONU recrudescer nos anos 1990. Desde então, é composto por uma rede de organizações, agências especializadas, fundos, escritórios e programas, os quais a organização se propõe a coordenar de modo garantir a oferta mínima de assistência humanitária, de forma rápida, a qualquer momento e em qualquer parte do mundo, como comenta o ex-Secretário Geral da ONU, Kofi Annan.

“Nowadays people everywhere expect the United Nations, the Red Cross and other relief bodies to be ready and able to respond to a human crisis or disaster in any part of the world, on a moment’s notice. The fact that the capacity now exists in many places, and that people everywhere play their part in making it happen, is one of the great achievements of humanity in the second half of the last century”. (ANNAN, 2000, pp.7-8)

Antes da década de 1990, algumas resoluções e documentos já haviam sido produzidos pela Assembleia Geral da ONU (AGONU) voltadas para o contexto humanitário, a exemplo da publicação da AGONU “Uma nova ordem humanitária internacional”, de 1981, em que foi reconhecida a necessidade de fortalecimento das ações internacionais relativas a emergências humanitárias e a favor de coordenação mais eficiente com outras organizações intergovernamentais e não governamentais. Desde então, outras resoluções foram sendo produzidas.

O documento basilar da ONU referente a questões humanitárias foi produzido uma década depois, em 1991, após o *débâcle* do conflito bipolar. Na Resolução 46/182, “*Strengthening of the coordination of humanitarian emergency assistance of the United Nations*”, estão congregados os princípios e as práticas relativas à assistência humanitária internacional, segundo a AGONU. No documento, a AGONU orienta a atuação dos Estados

em caso de oferecimento de assistência humanitária a outros países, pautando-a pelos princípios da humanidade, da neutralidade e da imparcialidade, tal como delineados na Conferência de Genebra, de 1864. É enfática ao realçar a necessidade de respeito à soberania do Estado socorrido, a quem cabe a responsabilidade originária de cuidar das vítimas e de organizar a coordenação dos trabalhos de alívio. Nesse sentido, a assistência humanitária ocorrerá mediante solicitação e consentimento do país afetado.

A Resolução 46/182 estabeleceu alguns desdobramentos no SHI da ONU. Em primeiro lugar, menciona-se a criação do Comitê Permanente Inter Agência (*Inter Agency Standby Committee - IASC*), formado por algumas agências especializadas da ONU para provisão de assistência humanitária. “*The IASC was established in 1991 in response to a spate of humanitarian emergencies around the world that generated massive outpourings of public generosity*” (ANNAN, 2000).

Estão sob o guarda-chuva do IASC: (i) o UNHCR; (ii) o WFP; (iii) o UNICEF; (iv) a FAO; (v) a OMS; (vi) o PNUD; (vii) o Fundo das Nações Unidas para as Populações; (viii) o Banco Mundial; (ix) o Alto Comissariado dos Direitos Humanos; (x) as principais organizações humanitárias intergovernamentais como a Cruz Vermelha; (xi) o representante do secretário Geral para deslocados internos; e (xii) três consórcios internacionais de organizações não governamentais: *Inter Action*, *International Council of Voluntary Agencies* e o *Steering Committee for Humanitarian Response* (GIANNINI, 2008).

Além disso, com a Resolução 46/182 foi criada a figura do *Emergency Relief Coordinator* (ERC), como ponto focal das emergências humanitárias. O Secretário-Geral à época, o peruano Javier Pérez de Cuéllar elevou o *status* do ERC para *Under-Secretary-General* (USG) para Assuntos Humanitários. Com esses acréscimos ao aparato de coordenação da ONU, foi criado o posto de *Under-Secretary-General for Humanitarian Affairs and Emergency Relief Coordinator*, posto no qual o brasileiro Sérgio Vieira de Mello trabalhou de 1998 a 2001.

“My principal challenge – as Emergency Relief Coordinator – is of course the challenge of coordination. This is not merely a technical challenge, though it is that, but, rather, it is one articulated in the founding principles and purposes of the United Nations: that individual states can work collectively, through a multi-lateral channel, to solve problems of a collective nature. In today’s environment, however, effective coordination is in many ways becoming more difficult to achieve, ironically because of our remarkable success in raising the public profile of humanitarian action. This success has brought with it a proliferation of new actors engaged in the provision of humanitarian assistance and the protection of civilians. Whether new or old, many are allergic to coordination.” (MELLO, 2000)

Por fim, menciona-se a criação do Departamento de Assuntos Humanitários (DHA), em 1992, a fim de dar suporte institucional ao USG/ERC (OCHA, 2016). A institucionalização da coordenação teve continuidade. Em 1998, foi convertido no Escritório de Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), para enfatizar ainda mais o papel de coordenação nas emergências e crises. Atualmente, o OCHA tem 35 escritórios ao redor do mundo⁹ (OCHA, 2017; OCHA, 2017).

O gerenciamento ficou a cargo Coordenador de Socorro de Emergência das Nações Unidas ou Secretário Geral Adjunto de Assuntos Humanitários, atuando como principal assessor político e coordenador de questões humanitárias.

As novidades normativas na ONU contribuíram para a ampliação da agenda relativa às ações de AHI. Como apresenta a Resolução 46/182, além das ações puramente de alívio imediato, é ressaltada a relação entre emergência, reabilitação e desenvolvimento. Não só medidas de reconstrução tornaram-se parte das ações de cunho humanitário. Passaram-se a considerar medidas preventivas, que atuassem diretamente nas causas dos desastres sócio naturais (BARNETT, 2011). Essa ampliação aconteceu em momento em que também se deu aprofundamento do regime de direitos humanos, fortalecidos no discurso humanitário. Reflexo do aumento do escopo é a ação das agências de ajuda, cujos objetivos tornaram-se multidimensionais. Tanto no que tange à atuação do Estado quanto àquela das agências, o que antes eram ações que combatiam tão somente os efeitos imediatos das emergências tornaram-se ações para combater causas, efeitos imediatos e efeitos de longo prazo, inclusive questões relativas ao desenvolvimento.

Um dos resultados da ampliação da agenda é o surgimento de ações de assistência humanitária militarizadas. O novo escopo de AHI passou a englobar ações que variavam desde alívio emergencial imediato a reconstrução de cidades, também incluindo, ao lado de missões de paz tradicionais com anuência do Estado afetado, as chamadas intervenções armadas (BARNETT & WEISS, 2008). As intervenções humanitárias ocorridas no pós-Guerra Fria podem ser consideradas como uma tentativa de tornar mais eficiente a assistência humanitária

⁹ A maior parte dos escritórios está localizada no continente africano. Também estão na Ásia, na Europa e nas Américas, como mostra a lista a seguir. **“Africa:** Burkina Faso; Central African Republic; Chad; Democratic Republic of the Congo; Eritrea; Ethiopia; Libya; Mali; Niger; Nigeria; Regional Office for the Middle East and North Africa; Regional Office for West and Central Africa; Sahel; Somalia; Regional Office for Southern and Eastern Africa; South Sudan; Sudan. **Asia and the Pacific:** Afghanistan; Democratic People's Republic of Korea; Indonesia; Japan; Myanmar; Pakistan; Regional Office for Asia and the Pacific; Regional Office for the Caucasus and Central Asia; Office for the Pacific; The Philippines. **Middle East:** Iraq; Occupied Palestinian Territory; Syria; Yemen. **Europe:** Ukraine. **Americas:** Colombia; Haiti; Regional Office for Latin America and the Caribbean” (OCHA, 2017).

aos não combatentes atingidos pela eclosão de conflitos étnicos e nacionais ao redor do globo (RODRIGUES, 2000).

O surgimento dessas ações está associado a dois fatos. O primeiro é o destravamento das atividades do Conselho de Segurança da ONU (CSONU). Após o fim da ordem bipolar, os trabalhos do CSONU apontaram para uma definição expandida do significado de ameaça à paz e à segurança internacionais, em consonância com a crescente percepção de que guerras civis e conflitos internos poderiam ter implicações internacionais (BARNETT & WEISS, 2008). O segundo é a real existência de quadros de conflitos internos que foram percebidos como ameaça à manutenção da paz e da segurança internacionais. Essas situações foram rotuladas de “emergências humanitárias complexas” (CHEs). As CHEs configuram desastre humanitário relacionado com conflitos, envolvendo um alto grau de destruição e distúrbio social, sendo necessária uma resposta de ajuda humanitária sistemática a partir o plano internacional (DUFFIELD, 2001).

“A complex emergency combines internal conflicts with large-scale displacements of people and fragile or failing economics, political, and social institutions. Other symptoms include non-combatant death, starvation, or malnutrition; disease and mental illness; random and systematic violence against non-combatants; infrastructure collapse; widespread lawlessness; and interrupted food production and trade. (...) The root causes of complex emergencies are a combination of political power struggles, ethnic or religious tension, economic or territorial disputes, a perceived sense of widespread injustice and/or natural disasters such as drought or flooding.” (WEISS, 1996, p. 04)

As CHEs são uma manifestação de fragmentação econômica, conflito político e sofrimento de seres humanos e que tiveram bastante expressão nos anos 1990. Independentemente da(s) causa(s), o aspecto chave da crise humanitária configurada como CHE é a violência doméstica em larga escala, levando à morte de número elevado de pessoas, intensificando problemas pré-existentes, como provisão de alimentos e deslocamento interno de pessoas e acesso à saúde (VÄYRYNEN, 2000).

O uso da força foi autorizado na Libéria, Iraque, Bósnia, Somália, Ruanda e Kosovo (BROWN, 2002). A militarização das ações de assistência humanitária foi alvo de fortes críticas seja por causa de ineficiência, da controvertida relação entre uso da força e ações humanitárias, e, acima de tudo, do desrespeito a um dos pilares mais valiosos à ordem internacional de Westphalia: a soberania e, por consequência, a não intervenção. Na década considerada pela ONU como a década de Redução de Risco de Desastres, o que mais chamou a atenção da

comunidade internacional foi a ampliação da assistência humanitária militarizada (BARNETT & WEISS, 2008).

Para além da militarização, o SHI do pós-Guerra Fria também passa a não só lidar com as situações de emergência e seus efeitos, mas também com as causas dessas emergências, em uma guinada em direção ao desenvolvimento, deixando cinzenta a linha que dividia as duas instâncias.

Diante dessas ampliações, a ONU tem papel central promover a coordenação dos diversos atores envolvidos nas doações, de modo a otimizar as alocações e salvar o maior número de vidas, exercendo função significativa, principalmente, no contexto de ações multilaterais.

A criação do OCHA, em 1998, aprofundou a coordenação das atividades humanitárias da ONU. Entre suas principais atividades, estão também o desenvolvimento de políticas e de agendas para diminuir o impacto das emergências humanitárias e incrementar o preparo para poder oferecer respostas imediatas a elas. Além disso, ocupa-se do gerenciamento das informações e do financiamento humanitário. Sob o seu guarda-chuva, são quatro as entidades-chave.

“Four UN entities, the United Nations Development Programme (UNDP), the United Nations Refugee Agency (UNHCR), the United Nations Children's Fund (UNICEF) and the World Food Programme (WFP) have primary roles in the delivery of relief assistance”. (U.N., 2015)

Nos anos seguintes, no entanto, ainda se notavam problemas na coordenação dos trabalhos humanitários conduzidos pela ONU. Esse fato levou o OCHA a desenvolver o documento *Humanitarian Response Review*, que apontou falhas no sistema e sugeriu mudanças de modo a tornar as respostas humanitárias melhores e mais previsíveis (WALKER & MAXWELL, 2009). Dentre as falhas, foram ressaltadas a fragmentação dos doadores, agindo de forma isolada, o que impedia a otimização dos recursos; a necessidade de mais *accountability* bem como de respostas mais ágeis; e a necessidade de conhecimento a respeito do tema (ADINOLFI, et al., 2005).

“Ultimately, clusters were formed around 11 sectors or programmatic areas: shelter (led by UNHCR), health (WHO), nutrition (UNICEF), water, sanitation, hygiene – collectively known as WASH – (UNICEF), education (UNICEF, Save the Children), agriculture (FAO), early recovery (UNDP), camp management (UNHCR) and logistics (WFP). Notably absent from the list of “clusters” was food security, food aid, and livelihoods” (WALKER & MAXWELL, 2009, p. 105).

1.6 As principais entidades humanitárias da ONU

Cronologicamente, a primeira entidade humanitária a ser criada no seio da ONU foi o UNICEF. Tendo como precursor o *International's Emergency Children's Fund*, a ideia de criação de um fundo humanitário para proteção de crianças foi executada em 1946, por meio da Resolução 57 (I) da Assembleia Geral da ONU, cerca de um ano após o término da Segunda Guerra Mundial e da criação da própria organização. A mudança para o nome atual – *UN Children's Fund* – aconteceu em 1953 (UNICEF, 2017).

Como mandato inicial, o UNICEF estava destinado a prover alimentos para crianças sofrendo de fome na Europa. Em 1948, diante de cenário de crise de tuberculose na Europa, o fundo lançou campanha internacional contra a doença em favor da vacinação. Esse foi o início das atividades do UNICEF em saúde pública e campanhas de vacinação. A expansão das atividades continuou. Na década de 1950 começou a atuar fora da Europa, protegendo crianças de forma global, além de começar a atuar, igualmente, no setor de educação. “*UNICEF evolved from a temporary emergency child-feeding agency into a permanent child welfare and then child development agency*”. (WALKER & MAXWELL, 2009).

Já o Alto Comissariado da Nações Unidas para Refugiados (UNHCR) pode não ser tão amplamente conhecido como o UNICEF, mas atua para garantir o direito de asilo e refúgio seguro a pessoas fugindo de violência, perseguição, guerras ou desastres (UNHCR, 2017).

De todas, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (UNDP) é a entidade humanitária da ONU mais voltada para a prevenção e para o desenvolvimento. Fundado em 1966, trabalha em 170 países. O UNDP surgiu da fusão do Programa Expandido de Cooperação Técnica da ONU, de 1949, com o Fundo Especial da ONU.

Tabela 1. Agências, Fundos e Programas Humanitários da ONU.

	PÚBLICO ALVO	TIPO DE ASSISTÊNCIA
UNDP	Governos de países em desenvolvimento	Coordenação das atividades de desenvolvimento
WFP	Pobres Famintos ¹⁰	Assistência alimentar em dinheiro ou <i>in-kind</i>

¹⁰ De acordo com o Programa Mundial de Alimento, são pobres e famintos aqueles que vivem com menos de um dólar por dia ou que alocam a maior parte do orçamento familiar em alimentos.

	Refugiados	
CERF	Crises humanitárias	Assistência Financeira
UNICEF	Crianças envolvidas em crise humanitária e suas famílias	Proteção, salvamento de vidas e garantia dos direitos das crianças em todos os lugares
UNHCR	Refugiados Regressantes Apátridas Pessoas Deslocadas Internamente Demandantes de Asilo	Proteção, abrigo, saúde e educação

Fonte: WFP, CERF, UNICEF, UNHCR, UNDP.

Atualmente, tem como missão contribuir para a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades e da exclusão, com o desenvolvimento de políticas, habilidades, parcerias, capacidades institucionais e resiliência. Suas metas estão direcionadas para apoiar a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030 e os 17 novos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (UNDP, 2016).

Por fim, o Programa Mundial de Alimentos (WFP), que é uma das mais importantes agências humanitárias atuando no mundo (SMITH, 2011). Com cinquenta e cinco anos de funcionamento, o mandato central do WFP é assistência humanitária alimentar e é também uma das entidades mais avançadas em termos de diálogo com os doadores Não DAC (HARMER & COTTERRELL, 2005).

O WFP foi criado no final de 1961, como um programa experimental de três anos, que deveria começar a funcionar em janeiro de 1963, de acordo com resolução adotada pela Assembleia Geral da ONU e pela FAO. Porém, devido a um terremoto no Irã, a um furacão na Tailândia e à independência da Argélia, começou a atuar antes do previsto. Atualmente, o WFP tem quatorze mil e setecentos funcionários, 90% dos quais trabalham em campo, além de setenta e nove escritórios espalhados pelo mundo, concentrados principalmente em países de baixa e média rendas. A **Figura 1** mostra os principais marcos evolutivos do Sistema Humanitário da ONU ao longo dos anos.

Figura 1. Marcos da evolução dos Sistema Humanitário da ONU.

Fonte: Nações Unidas, OCHA, UNICEF, UNHCR, WFP.

O mandato principal da agência é no campo da segurança alimentar, e atua não somente com famintos, mas também com população de baixa renda e refugiados. Além disso, tem projetos em mudança climática. Transporte marítimo representa cerca de 90% de todo o transporte de alimentos do WFP. Segundo a entidade, a parte mais difícil da logística é depois que o alimento chega ao país de destino.

“But as complex as shipping arrangements can be, that's just the easy part. The hard bit lies in getting the food from the ships to the people who need it. To achieve this, WFP's transport officers stretch a logistical lifeline across deserts, mountains and rivers deep into the heart of the world's poorest countries. If there are no roads or bridges, WFP builds them. Where there's no landing space for aircraft, it arranges an airdrop. The Programme even rehabilitates entire ports and railways. Once the supply line is secure, WFP brings in its emergency food supplies via wing, wheel and wagon. It uses whatever means are available: ships, barges, dug-out canoes; trucks and trains; planes, helicopters and airdrops; even the backs of donkeys, yaks and elephants. (WFP, 2016)

O trabalho do WFP é desenvolvido com algumas parcerias. Com sede em Roma, o WFP trabalha de forma complementar às outras duas agências da ONU com sede na capital italiana: a *Food and Agriculture Organization* (FAO) e o *International Fund for Agricultural Development* (IFAD). Enquanto o WFP está voltado para as emergências e a reconstrução, contribuindo para a passagem do momento da recuperação para o desenvolvimento, a FAO e o IFAD dedicam-se à cooperação técnica e implementação de programas. Além da FAO e do IFAD, o WFP mantém parcerias com mais de três mil ONGs para a distribuição dos alimentos¹¹ (WFP, 2015).

O mandato do WFP não se restringe a emergências humanitárias. A agência também trabalha com a promoção de desenvolvimento. O objetivo é promover a segurança alimentar das comunidades atendidas, para que fujam da “armadilha da pobreza”. Dentre os projetos, podem ser citados *Food-for-Assets*, através do qual o programa oferece aos membros da comunidade alimentos como remuneração por trabalho em estradas, escolas, poços ou sistema de irrigação, ou em auxílio a negócios incipientes ou no replantio de florestas (WFP, 2015). Há também projetos de incentivo à frequência de crianças em escolas, com o oferecimento de lanches durante as aulas.

¹¹ A quantidade de alimento distribuído por pessoa é com base em duas mil e cem calorias de porção. Cada uma é constituída de cereais, leguminosas, óleo vegetal, sal, açúcar, biscoitos com alto valor energético e pão.

Em linhas gerais, realiza quatro tipos de operações: operações de emergência (EMOPs), operações de alívio e reabilitação (PRROs), operações de desenvolvimento (DEV) e operações especiais (SOs) (WFP, 2017).

As EMOPs consistem em operações para alívio de fome com duração máxima de três meses a um ano. Na necessidade de estabelecimento de projeto para conter a insegurança alimentar por mais tempo, são constituídas as PRROs. As EMOPs normalmente são ativadas diante de três tipos de emergências: desastres naturais repentinos; desastres previsíveis, como seca e quebra de safra; e emergências humanitárias complexas (WFP, 2016).

Já com as PRROs, o WFP visa a contribuir para a sustentabilidade de comunidades atingidas por desastres na estabilização da segurança alimentar. São desenhadas a partir da avaliação de que as EMOPs não serão suficientes e que são necessários mais de vinte e quatro meses para o reestabelecimento do local atingido. Podem durar até três anos. As PRROs abarcam ações de: “*food-for-education*”, em que são distribuídos lanches às crianças que vão às escolas, bem como alimento aos professores; assistência ao retorno de refugiados e pessoas internamente deslocadas (*internally displaced people*); e “*food-for-recovery*”, em que alimentos são oferecidos às pessoas que trabalharem em programas de reconstrução de infraestrutura danificada e replantio de colheitas (WFP, 2016).

Essas ações em que as pessoas devem trabalhar pelo alimento não estão livres de críticas, como apontam CATLEY *et. al* (2012), comentando sobre a situação no Quênia, nos anos 2000.

“Although some food aid is distributed freely, a large proportion is allocated as food-for-work. WFP’s justification for making people work is ‘a fear about creating dependency’, but this seems misplaced given that the acute malnutrition rate in this population consistently averages 30 per cent. Harvey and Lind (2003) undertook an analysis of ‘dependency’ in Ethiopia and Kenya and concluded that vaguely formulated concerns about dependency should not be a good enough basis for humanitarian programming. The larger problem is the poor design of public works programmes, resulting in poorly maintained assets that are not valued by the community. The case for providing more appropriate forms of assistance becomes even more convincing given that food-for-work participants in Kenya (60 per cent of whom were women) were carrying out labour intensive activities such as soil excavation with their bare hands, due to insufficient provision of tools. [...] Recent innovations in public works are challenging some of these negative perceptions and dubious practices. Payment is increasingly made in the form of ‘cash-for-work’ rather than ‘food-for-work’” (CATLEY, et al., 2012).

As DEVs são realizadas em contexto de avaliação de situações de concentração de risco pré-identificadas de insegurança alimentar, normalmente áreas rurais de baixa produtividade, predispostas a desastres naturais e suscetíveis a escassez de alimentos, bem como de concentração de má nutrição (WFP, 2016).

Por fim, as SOs são operações voltadas para implementação de logística e infraestrutura para superação de gargalos, mesmo que o WFP não seja a agência a entregar o auxílio humanitário alimentar. Podem englobar, por exemplo, reparos a estradas, pontes e aeroportos, criando estrutura específica com a finalidade de operações de emergência (WFP, 2016).

A captação de recursos de todas essas agências humanitárias (UNICEF, UNHCR, UNDP e WFP) é feita através de contribuições voluntárias, sem recebimento de recursos da ONU. Isso significa que toda a contribuição que recebem é oriunda de doações voluntárias dos governos, das corporações, de outras agências especializadas ou fundos da ONU, ou de doadores privados (UNDP, 2017).

Diferentemente das demais agências, o UNICEF construiu, ao longo de sua história, uma imagem que o popularizou.

“UNICEF is arguably the best-known component of the UN system, at least as far as the general public is concerned. Unlike most UN bodies, UNICEF’s budget is met in full through voluntary contributions—from governments, private organisations and the general public. [...] The positive imagery that surrounds public perceptions of UNICEF is, in large measure, deserved. With its highly practical operations, its strong in-country presence and its rapid response times in emergencies, UNICEF has clearly demonstrated its worth, even if its operational effectiveness can easily be overstated.” (JONES, 2006, p. 591)

Sujeito também ao financiamento voluntário, o Alto Comissariado tende a ser mais afetado por interesses políticos do que o UNICEF, por exemplo, dado o teor de suas ações. “*UNHCR is particularly affected by funding discrepancies between those refugee emergencies that are perceived to hold important stakes for major donor governments and those that are not*” (TERRY, 2002).

O orçamento do WFP, além de doações em dinheiro, é também composto por doações em alimentos, produtos ou serviços (WFP, 2016). No mais, os doadores ao WFP podem escolher a maneira como alocar os recursos. Podem tanto optar por fazer doações multilaterais ou direcionadas (*directed multilateral*). A alocação dos recursos multilaterais é

discrecionária por parte do WFP, sendo dirigida às situações julgadas mais urgentes pelo programa. Já as doações direcionadas têm uma finalidade explícita e são os doadores que escolhem a emergência/país a que serão destinadas.

Os governos são os maiores doadores ao programa. Em 2014, representaram 92% do total das contribuições. Para incentivar a ação deles, o WFP criou, em 2012, um departamento específico de “*Donor Visibility*”, a fim de, como o próprio nome diz, dar visibilidade aos doadores. Trata-se de um departamento de Marketing e Comunicação que trabalha com uma tríade de objetivos: dar visibilidade ao doador, prestar contas aos pagadores de impostos dos países dos quais são oriundas as doações e prestação de *accountability* do próprio WFP para a sociedade.

De acordo com o departamento, há três categorias de doadores, divididos com as seguintes denominações: países membros da OCDE/DAC, doadores emergentes e governos anfitriões (“*host donors*”). Os últimos representam países que contribuem para projetos ou ações a serem desenvolvidas em si. Já os doadores “emergentes” são considerados aqueles que, embora no passado realizassem contribuições ocasionais, têm nos últimos anos se tornado doadores regulares e com somas com tendência de crescimento. Os países considerados doadores emergentes são: África do Sul, Andorra, Arábia Saudita, Argentina, Azerbaijão, Botswana, Brasil, Bulgária, Catar, Chile, China, Chipre, Croácia, Egito, El Salvador, Emirados Árabes Unidos, Eritreia, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Ilhas Faroe, Índia, Irã, Islândia, Israel, Jordânia, Kuwait, Líbano, Líbia, Liechtenstein, Lituânia, Marrocos, México, Mônaco, Omã, Panamá, Polônia, República da Coreia, República Tcheca, Romênia, Rússia, San Marino, Santa Sé, Singapura, Síria, Tailândia, Trinidad e Tobago, Tunísia, Turquia, Ucrânia, Venezuela e Vietnam.

Mesmo antes de o departamento de *Donor Visibility* ter sido criado, o WFP já vinha sendo observado pelo tratamento diferenciado que atribui aos doadores (HARMER & COTTERRELL, 2005). O que está claro é que a organização está ciente das mudanças de governança na ordem humanitária e resolveu se adequar:

“Between 2002-2003, 23 low-income countries contributed to WFP, to a value of \$56 million; as a result, WFP set itself the goal of securing contributions from all 191 members of the UN. Its strategy to achieve this – ‘New Partnerships to Meet Rising Needs’ – was released in 2004. The agency has also decentralised its donor relations offices, and plans to open new offices in Riyadh, Saudi Arabia, and other regional locations. WFP has been more adaptive and innovative in the way in which it supports and matches

contributions from non-DAC donors, not only in provision of goods and services, but also in in-kind aid” (HARMER & COTTERRELL, 2005, p. 30).

Nesse sentido, mesmo antes de 2012, a fim de contornar a preferência dos governos pela canalização bilateral, o WFP também decidiu oferecer publicidade e serviços de cobertura de imprensa, assim como a solicitar assistência para países em que esses doadores tenham interesse político (HARMER & COTTERRELL, 2005).

Na tentativa de contornar os problemas de financiamento e de ter recursos prontamente disponíveis para emergências, sem a possibilidade de o doador poder ter voz sobre o destino do dinheiro, o OCHA criou o Fundo Central de Resposta a Emergências (CERF). Lançado em 2006, e completando sua primeira década de atuação em 2015, foi criado para ser um mecanismo rápido e eficaz para prover fundo humanitário durante emergências. Até o momento, USD 4 bilhões já foram entregues em esforços de alívio a emergências em 40 países. Diferentemente do WFP, entretanto, CERF/OCHA parece não desenvolver uma estratégia para incorporar os NDDs (MAWDSLEY, 2012). É um fundo essencialmente multilateral, não permitindo que os países doadores façam uso do “*power of the purse*” para escolher a finalidade do dinheiro. A escolha da alocação é guiada essencialmente pelo Fundo.

A questão do financiamento exclusivamente voluntário às entidades humanitárias da ONU é alvo de críticas, por torná-las dependentes dos governos que as financiam.

“The major UN humanitarian agencies – the World Food Programme, UNICEF and the UN High Commissioner for Refugees – which must rely on direct fundraising from member governments to sustain their programmes are directly accountable to member states’ governments and must sustain strong links with the major industrial states in order to sustain funding and donations. For instance, the food aid programme of the WFP, which is the largest source of grant-based assistance for developing countries among all the agencies in the UN system (as at 1991), is largely based around donations in kind of grain surpluses from developed countries such as the United States” (MINEAR & SMITH, 2007, p. 53).

Com efeito, os atores governamentais são os principais financiadores do sistema humanitário internacional, embora sejam as organizações internacionais e as organizações não governamentais as principais executoras.

1.7 Conclusão

A Organização das Nações Unidas (ONU) e suas entidades humanitárias especializadas aparecem como atores chave na coordenação do Sistema (WEISS, 2013). Em 1991, a Assembleia geral da ONU aprovou a resolução 46/182, para fortalecer as respostas

humanitárias e aumentar a eficácia das ações. A aprovação da resolução foi um marco, uma vez que deu início a outras iniciativas no sentido de prover melhor assistência humanitária. Seguiram, ainda na década de 1990: (i) a criação do posto de alto nível de Coordenador de Alívio de Emergência (ERC); em seguida, (ii) o estabelecimento do Departamento de Assuntos Humanitários (DHA), bem como (iii) a determinação do ERC com o status de Sub-Secretário Geral para Assuntos Humanitários, com escritórios em Nova York e em Genebra; (iv) a criação do Comitê Permanente Interagência (IASC), como mecanismo de coordenação das ações; e (v), em 1998, a reorganização do DHA no Escritório para a Coordenação dos Assuntos Humanitários (OCHA), cujo mandato incluía não apenas a resposta humanitária per se, mas, também, desenvolvimento de políticas e *advocacy* (OCHA, 2016). O último fruto institucionalizado da resolução 46/182 foi o Fundo Central de Alívio de Emergência (CERF), de 2006 (CERF/OCHA, 2016).

Sob o guarda-chuva do OCHA e do IASC, há três principais agências humanitárias, além do Fundo CERF. São elas o Programa Mundial de Alimentos (WFP), o Fundo da ONU para Crianças (UNICEF) e o Alto Comissariado da ONU para Refugiados (UNHCR). Todas elas trabalham com conceito ampliado de assistência humanitária. Se, no século XIX, quando surgiu, a prática se restringia ao alívio imediato, no século XXI, a assistência humanitária se refere, também, à prevenção e à reconstrução, em um movimento de aproximação com o domínio do desenvolvimento (MAWDSLEY, 2012; CARBONNIER, 2015).

As três entidades, junto com o OCHA, com o UNDP (mais voltado para questões atinentes ao desenvolvimento), e a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) são as agências que mais recebem recursos de *ajuda externa*¹² (WEISS, 2013).

¹² Por ter foco no desenvolvimento, o UNDP não se enquadra no Sistema Humanitário Internacional.

Capítulo II

OS DOADORES NÃO DAC

2.1 Introdução

O início do século XXI trouxe à luz novos atores com poder de oferta de assistência. Esses novos atores estatais que ampliam o lado da oferta da assistência humanitária partilham de uma característica em comum. São países fora do grupo da DAC/OCDE, que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, atua como um oligopólio de provedores de assistência humanitária. Por quase cinquenta anos desde então, a clivagem entre os doadores e os receptores de assistência humanitária costumava ser relativamente clara. Uns doavam. Outros recebiam. Atualmente, países receptores tornaram-se, também, doadores, expandindo os recursos disponíveis para a atividade, por um lado, e tornando cinzentas as divisões entre doadores e receptores, por outro.

Os doadores “não DAC” (NDDs), como são chamados, são os países que compõem o lado da oferta de assistência humanitária internacional, considerados principalmente a partir dos anos 2000 e que não são membros do grupo de doadores do DAC/OCDE. Em sua maioria, são Estados atualmente de renda média alta, média baixa e baixa que tradicionalmente eram/são receptores. Alguns deles não o são mais, mas há ainda aqueles que doam e recebem a um só tempo. Quando se fala em NDDs, em primeiro lugar faz-se necessário mencionar que não se trata de um fenômeno restrito à assistência humanitária internacional apenas. É visto nos domínios mais abrangentes da ajuda externa.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, os países que compõem DAC/OCDE tornaram-se os mais significativos doadores internacionais. Assim como o Grupo dos Sete está para a riqueza líquida do planeta, os membros do DAC/OCDE estão para o lado da oferta de recursos assistenciais internacionais. Doadores DAC/OCDE tornaram-se “*mainstream*” (MAWDSLEY, 2012).

Até os anos 2000, a política e a economia internacionais passaram por inúmeras transformações. Fim do padrão dólar-ouro, processos de descolonização, ascensão e debacle da Guerra Fria, desmembramento da União Soviética, desenvolvimento do sistema ONU são apenas alguns exemplos do que encerrou o meio século pós Segunda Guerra Mundial. Especificamente no campo da AHI, organizações não governamentais e governamentais foram instituídas, e o sistema internacional humanitário se consolidou.

No período da virada do século, países de fora do círculo do DAC/OCDE passaram a se tornar doadores internacionais com mais regularidade e recursos. Embora a literatura não apresente dados consolidados e abrangentes sobre o comportamento dos Estados não DAC como doadores, é fato que desde os primeiros anos após a II Guerra Mundial já havia registros de ações nesse sentido. Porém, ou se tratavam de ações *ad hoc*, ou seja, sem periodicidade e realizadas de forma específica para determinada(s) situação(ões), ou se tratavam de ações que apresentavam baixa regularidade. Foi no período da virada do século que se passou a perceber um movimento de mais regularidade nas doações – daqueles que já as faziam de forma *ad hoc* ou pouco regular – retorno dos que haviam se afastado, ou de entrada de novos países como doadores.

O fato não foi ignorado pelos estudiosos da área. A “ascensão” dos NDDs abriu uma agenda de pesquisa e expandiu os estudos pré-existent¹³, suscitando interesse no mundo acadêmico e entre os *stakeholders* políticos, tanto do lado da oferta quanto da demanda por recursos. O que mudou ou o que poderia mudar na dinâmica do “clube” de doação expandido? Que transformações potencialmente poderiam trazer os novos doadores ao Sistema e à governança pré-existent? Em um espectro amplo, podem-se citar debates que se situam nos campos da Economia Política Internacional, da Governança Econômica Global e do papel das instituições. Potencialmente, é mais um espectro dos desafios às relações Norte-Sul como característica estruturante do sistema internacional (HURRELL & SENGUPTA, 2012). Neste capítulo, serão discutidos alguns dos debates específicos suscitados pelo tema, dos quais podem-se mencionar:

- Nomenclatura;
- Coordenação das atividades com os NDDs de modo a garantir eficiência na alocação de recursos;
- Qualidade dos recursos oferecidos pelos NDDs;
- Preferências de canalização e padrões de alocação;
- Motivações dos NDDs e comparação com aquelas dos DAC/OCDE;
- Peso quantitativo dos NDDs no SHI.

¹³ Antes dos anos 2000, são escassos os resultados para buscas de artigos, por exemplo, em que constem os conceitos de “*emerging donors*” ou de “*non-Dac donors*”. Em contrapartida, a partir dos anos 2000, o volume de publicações se torna numeroso a respeito do tema.

2.2 O recorte conceitual de “Doadores Não Dac”

Uma das preocupações iniciais nessa nova agenda de pesquisa apresenta-se como debate pouco frutífero acerca do termo a ser utilizado para referência ao grupo. Para todas as expressões aventadas há prós e contras, não tendo nenhuma delas sido adotada de forma consensual.

Dentre as mais usuais, duas das expressões mais comuns são doadores “emergentes” e “novos doadores”. Enquanto a primeira evoca outros termos como “mercados emergentes”, “economias emergentes” ou “poderes emergentes”, a segunda dá a impressão de que os membros do grupo são doadores pela primeira vez (SIDAWAY & PRYKE, 2000; LAI, 2006). No entanto, as limitações do termo são evidentes. No primeiro caso, países considerados “mercados”, “economias” ou “poderes” emergentes são apenas parte restrita do grupo, não podendo representá-lo por completo¹⁴. No caso do termo “novos doadores”, há quem o defenda, argumentando-se a favor da transição dos países antes exclusivamente receptores para um *status* de doador também.

When the Millennium Development Goals were first agreed, the world appeared evenly divided; there were countries that had to achieve the goals themselves and others that had to help them do so. Ten years later, the line between ‘aid recipients’ and ‘donors’ has become blurry. The impressive rise of China, India, Brazil and many other emerging economies has been accompanied by an equally impressive growth in the development co-operation they provide to other countries. (ZIMMERMANN & SMITH, 2011, p.722)

Contudo, muitos componentes do grupo já tiveram experiências anteriores como doadores de alguma modalidade, como cooperação para o desenvolvimento.

“It is worth emphasizing that although they are often labelled ‘new donors’ most of the emerging donors are not in fact ‘new’ to development assistance. For example, it has been estimated that in the period 1974–94 Arab countries’ foreign aid constituted on average 13.5 per cent of all such aid. The People’s Republic of China began giving aid to other countries virtually from its birth in 1949, with an aid programme to Africa commencing in the 1950s. However, in recent years, in the face of increases in aid from these countries, western commentators have become more anxious and vociferous about the emerging donors and their impact on the pattern of aid provision.” (WOODS, 2008, p. 1205)

¹⁴ No caso de “doadores emergentes”, “*rising donors*” é termo similar e com as mesmas limitações. Outros termos usados são “*post colonial donors*”, “*non western donors*” e “*non traditional donors*”. Para uma explicação mais detalhada sobre a nomenclatura, ver MAWDSLEY (2012).

Interessante notar que Woods acaba optando por “*emerging donors*”. O problema é que, em ambos os casos citados, o uso de características específicas para tratar do todo acaba por efetivar generalização de modo impreciso. Mawdsley chega a propor o termo “*re-emerging*” para contornar o problema, embora o termo não tenha encontrado eco na literatura e recaia no problema de não representar a todos os membros (MAWDSLEY, 2012).

O que decorre dessas poucas observações é que se trata, na realidade, de um grupo heterogêneo. Além disso, podem-se elencar outras características que os distinguem, como orientações de política externa e prioridades nacionais, sendo um desafio tentar uniformizá-los em apenas uma categoria (QUADIR, 2013).

Este estudo recorre ao termo “doadores Não DAC”. Isso porque, em primeiro lugar, permite uma generalização do grupo, sem incorrer em imprecisões, uma vez que nenhum dos membros do grupo faz parte do DAC/OCDE, mesmo que alguns façam parte apenas da OCDE. Em segundo lugar, evidencia a existência do grupo DAC/OCDE, que, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, monopoliza os trabalhos de ajuda externa e de cooperação para o desenvolvimento em termos de doações governamentais. Metodologicamente, a escolha pela denominação de um conceito por seu polo negativo (DAC vs. Não DAC) costuma receber críticas negativas (BEACH & PEDERSEN, 2016). No entanto, para efeito de categorização, levando em conta a finalidade desta pesquisa, a utilização desse par conceitual contribui para a clareza da apresentação do caso.

2.3 Coordenação em um mundo “multiplexo”

É notória a evolução e sofisticação do SHI desde o seu surgimento, no século XIX. Multiplicaram-se os atores, o arcabouço normativo foi ampliado, os recursos são mais abundantes, as atividades estão mais coordenadas e há agências profissionalizadas trabalhando em prol do alívio do sofrimento em situações humanitárias. Contudo, o SHI ainda é incapaz de atender a todas as demandas (WEISS, 1996).

O sistema de ajuda externa passa por momento de transição (ZIMMERMANN & SMITH, 2011). Embora não exista consenso sobre a intensidade desse movimento, o fato é que, desde o final do século XX, multiplicam-se os atores que participam como provedores de ajuda externa: organizações não governamentais, organizações internacionais e Estados estão mais numerosos do que nunca antes visto na história, atuando de maneira não coordenada e em várias instâncias, direcionando fundos para os mesmos fins (BARNETT, 2011; REISEN, 2010). Esse

processo de fragmentação vai contra a otimização de recursos e diminui o potencial de eficiência do sistema (KHARAS, 2007).

O sistema de ajuda externa, contudo, repete algo que já vem acontecendo de forma mais abrangente no sistema internacional. ACHARYA (2014) argumenta que a governança global passa por um processo de “fragmentação”, em que os diversos atores agem em diferentes instituições internacionais e regimes, que muitas vezes atuam sobre o mesmo objeto, podendo ter mandatos que se sobrepõem (“*overlapping mandates*”). A fragmentação não é linear e ocorre sob formas distintas, como com o regionalismo e o plurilateralismo (ACHARYA, 2016).

“As with a multiplex theater, there would be a variety of plots (ideas, worldviews), actors, producers, and directors of world politics. A multiplex world comprises multiple key actors/producers/directors (including shape-shifting villains like terrorist groups) whose relationships are defined by complex forms of interdependence. A multiplex world is not a multipolar world, especially of the pre-World War II European kind. The key players in international politics today are not just the great or rising powers. They also include regional powers, international institutions, nonstate actors (good and bad), and multinational corporations. Interdependence in this multiplex world is complex and multidimensional [...]” (ACHARYA, 2014, p. 07)

Nesse sentido, o Sistema Humanitário Internacional (SHI) representa um “microcosmo” (ou uma camada) desse “mundo multiplexo”, em que um número crescente de atores estatais e não estatais interagem em múltiplos níveis (instituições internacionais governamentais e não governamentais, bilateralmente ou via organizações privadas), com vistas à consecução da assistência humanitária, por motivações diversas. Tomando um olhar mais próximo aos atores do SHI, especificamente do lado da oferta, percebe-se uma heterogeneidade de atores que antes não era tão clara ou existia em grau menor.

Com a entrada dos novos atores ou fortalecimento dos que apresentavam atuação prévia, o processo de fragmentação descrito por ACHARYA se acentuou no SHI, com uma ampliação da rede de conexões entre os diversos nodos que o compõem.

Longe de ser um processo necessariamente com consequências negativas, a fragmentação pode trazer benefícios a algumas partes. No caso do SHI, por exemplo, os países receptores se beneficiam a partir da maior disponibilidade de recursos e de fontes de recursos. Nesse sentido, principalmente em casos de ajuda externa (e menos nos casos de AHI), os países do lado da demanda podem escolher a fonte que requeira menos condicionalidades ou que se alinhe ideologicamente de modo mais próximo ao seu sistema doméstico (MAWDSLEY, 2012).

Além disso, a entrada dos novos atores tende a ser bem-vinda, dada a magnitude dos problemas enfrentados pelo SHI.

“The UN’s ability to alleviate the suffering of populations will never exceed the demand. The UN itself, together with the NGOs, specialised Agencies and National militaries with which it shares the work, are as much a part of the international system as the structures and dynamics which produce and support large-scale poverty, repression, war and state collapse.” (WEISS, 1996, p.13)

A fragmentação impõe o desafio de mais bem coordenar as atividades entre os atores responsáveis pela oferta. Os esforços remontam a 1991, no ONU, com a Agenda para a Paz, a criação do Departamento de Assuntos Humanitários e a Resolução 46/182 da Assembleia Geral, como apresentado no Capítulo 1, tendo havido um salto qualitativo (BARNETT, 2011).

A questão da coordenação diante de quadro amplamente fragmentado com múltiplos atores sempre foi uma questão relevante, principalmente no que diz respeito ao alívio emergencial em AHI. Uma resposta internacional rápida é de importância vital – literalmente – para salvar vidas de pessoas envolvidas em catástrofes naturais e sociais, para evitar falhas como a que ocorreu em 1991 nas operações para assistir os curdos no norte do Iraque. *“Coordination considerations do not figure much at the front line of humanitarian action”* (DEDRING, 1996, p.40).

Além do quadro de múltiplas agências e atores agindo simultaneamente, é notória a expansão dos mandatos das agências em relação ao que foram originalmente designadas.

The picture of a large number of agencies, within and beyond the UN system, designed for one set of problems and having trouble adapting to another set, is not altogether fair. Many agencies have moved gradually beyond their original purposes and have tackled other problems than those they were originally set up to address. (ROBERTS, 1996, p. 73)

Embora no texto da Res 146/182 não esteja dito, explicitamente, quem são as instituições que devem participar do processo de coordenação, fica subentendido como parceiros óbvios UNHCR, UNICEF, WFP, que compõem a linha de frente da assistência humanitária da ONU. Podem ser citados, também, WHO, UNDP, FAO, UNESCO, UNEP e as instituições de Bretton Woods, ou seja, Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional (DEDRING, 1996).

2.4 Qualidade da ajuda externa dos NDD

Que os doadores “Não DAC” não conformam um grupo heterogêneo é fato. Contudo, o princípio da não intervenção em assuntos domésticos parece perpassar a conduta majoritária dos países NDDs (KHARAS, 2007). A persecução do princípio da não intervenção aporta alguns significados. Um deles é o fato de que os NDDs, ao enviarem ajuda externa, tendem a não impor condicionalidades, tal como fazem os doadores DAC/OCDE. Como consequência, o envio de ajuda externa não levaria em conta condições internas tais como ditaduras, enviando dinheiro ao governo receptor sem ter a garantia de contrapartida. Por esse motivo, são criticados por supostamente apoiarem os chamados “*rogue states*”, Estados pária.

“The most obvious critique of emerging donors focuses on their support for rogue states, or, as they would put it, their determination not to involve themselves in the politics of countries with which they deal. Zimbabwe is one such case. China has long delivered both aid and military equipment to Zimbabwe, and after the Zimbabwe elections fiasco in July 2008 it joined Russia in vetoing a US-sponsored UN Security Council resolution to impose sanctions on Zimbabwe”. (WOODS, 2008, p. 1207)

China, Irã, Arábia Saudita e Venezuela tendem a ser considerados como “*rogue donors*”, sendo acusados de doar “ajuda externa tóxica” (“*toxic aid*”), no sentido de buscarem, como doadores, promover seus interesses nacionais à custa dos princípios de boa governança construídos ao longo das décadas (MAWDSLEY, 2012; NAÍM, 2009). Contudo, não há prova empírica de que doar para Estados pária tenha efeitos negativos.

“But the critics do not have evidence that economic disaster has in fact followed acceptance of aid from emerging donors. Indeed, there is now some evidence that countries with intensified aid and trade links with China are enjoying higher growth rates, better terms of trade, increased export volumes and higher public revenues.” (WOODS, 2008, p. 1208)

A questão da não demanda por condicionalidade, contudo, é avaliada de forma diversa pela narrativa dos NDDs, que temem ser associados com os doadores DAC/OCDE (QUADIR, 2013). Ao não adotarem os padrões da OCDE, os NDDs se distinguem e fortalecem a narrativa contra a hierarquização entre doador-receptor, mantendo os países de ambos os polos no mesmo nível hierárquico. Porém, em que pese a narrativa diversa, a qualidade da ajuda externa tende a ser a mesma daquela da OCDE.

“Contrary to what the Southern donors claim, their aid is not qualitatively different from that of the aid flows from OECD countries. Like DAC countries, most Southern donors use their overseas development assistance programmes to promote their own trade, investment and

commercial interests. The rhetoric of non-tied aid, for instance, does not have much of an empirical grounding in the development operations of virtually any the Southern donors. Almost without exception China's development assistance programmes insist on using Chinese materials, labour, and engineering and other technical skills in construction and infrastructure building projects. Yashwant Sinha, India's former foreign minister, made no secret of the fact that India's development initiatives are 'tied to the extent that procurement could be made through Indian suppliers'. South Africa also requires recipient countries to use its resources, including its technology, skilled labour and equipment. Critics also argue that the Southern donors' desire to either develop or further strengthen their relationships with other Southern countries is driven primarily by their national political and economic interests". (QUADIR, 2013, p.332)

Embora possa se argumentar que não há evidências de que exista efetivamente *toxic aid*, quantitativamente, tendem-se a se considerar positivos os esforços no sentido de haver mais dinheiro ofertado, aportando opções diversificadas de financiamento (ZIMMERMANN & SMITH, 2011).

2.5 Preferências de canalização, necessidade de reformas e motivações

Os recursos de governos para assistência humanitária internacional podem ser alocados por três principais vias de canalização. Em resumo, a canalização bilateral representa a doação direta de um país para outro. Já a canalização multilateral significa que o governo aporta o recurso em uma organização internacional (governamental ou não) e esta destina o dinheiro para o país receptor. Por fim, uma forma de canalização que vem crescendo recentemente é a canalização triangular ou trilateral, que equivale a dizer que um país oferta um bem, outro(s) país(es) ou organização internacional arca com o frete para levar o bem ao país receptor. Para as Nações Unidas, a terminologia "triangular" deve ser aplicada somente no caso em que dois ou mais países em desenvolvimento aparecem como doadores ou no caso em que um país em desenvolvimento se associe a uma agência multilateral para efetuar a doação (UN, 2012). O arranjo triangular é considerado o mais novo fruto da governança de assistência humanitária e tem crescido continuamente nos últimos 20 anos, atingindo, em 2011, mais de USD 54 bilhões (CHATUVERDI, 2012; FORDELONE, 2009; RHEE, 2011; MCEWAN & MAWDSLEY, 2012).

De acordo com a OCDE, a forma mais comum de canalização tende a ser a bilateral, tendendo a representar, anualmente, mais de 60% do total doado (KINDORNAY & BESADA, 2011; OECD/DAC, 2015). Porém, segundo WEISS (2013), 62% dos recursos rastreáveis da ajuda externa como um todo foram canalizados por canais multilaterais, em 2009. Quando se

refere à alocação estritamente humanitária, o canal multilateral parece estar mais próximo ou até superar o canal bilateral. Em 2000, a provisão de ajuda humanitária por meio de organizações multilaterais contabilizou 36% do total. Em 2008, esse valor subiu para 52% (US\$484.1 milhões), cuja maior parte – USD 360,7 milhões – foi destinada ao Programa Mundial de Alimentos (SMITH, 2011).

As relações bilaterais envolvem dois atores (um doador e um receptor) e, historicamente, tendem a ser as mais comuns e mais volumosas. Contudo, não são aferíveis quando se trata de países de fora da OCDE, dada a não publicação completa de dados e a falta de transparência (QUADIR, 2013; ZIMMERMANN & SMITH, 2011; WOODS, 2008; KHARAS, 2007; MANNING, 2006; MAWDSLEY, 2012). O que é possível constatar é que a nova geografia da assistência humanitária contempla modelos de doação bilateral “Norte-Sul”¹⁵ (tradicionalmente os mais comuns), “Sul-Sul” (em crescimento, mas não totalmente computáveis), e, curiosamente, “Sul-Norte” (principalmente em casos de desastres naturais). São exemplos deste último arranjo o caso do Furacão Katrina, em 2006, nos Estados Unidos, que recebeu ajuda, inclusive, do Sri Lanka, e o caso do tsunami no Japão, em 2011, que recebeu ajuda da Índia e de tantos outros países fora da OCDE (MAWDSLEY, 2012).

Dificuldades na coleta de dados são um aspecto da falta de ordem no que se refere à arquitetura da ajuda. É um sistema complexo, com valores alocados em ascensão e uma proliferação de agências e doadores estatais (BURRAL, et al., 2006). A Declaração de Paris, de 2005, instava por reformas, principalmente em direção a mais harmonização, no sentido de que arranjos comuns, procedimentos racionalizados e partilha de conhecimento sejam feitos, a fim de otimizar a alocação de assistência humanitária.

Economicamente, recorrer a agências multilaterais deveria auferir ganhos de eficiência, por proporcionar ganhos de escala e menores custos de transação por unidade (OECD, 2015). Tecnicamente, há uma base profissional especializada mais ampla que aquela de doadores bilaterais individualmente. O Brasil, por exemplo, vem alocando assistência humanitária prioritariamente, desde 2008, via instituições multilaterais. A falta de recursos humanos no departamento responsável pela distribuição de doações humanitárias ao país é suavizada pelo uso da expertise de agências humanitárias internacionais (TAMBOURGI, 2012). Politicamente, especialmente para os NDDs, recorrer a agências multilaterais pode representar um ponto de partida para forçar e lutar por mais representação e democratização na

¹⁵ As terminologias “Norte” e “Sul” são usadas como na forma recorrente em que aparecem na literatura.

arena multilateral, bem como influenciar políticas e práticas nessas instituições. No mais, a participação na assistência humanitária pode auferir mais *status* para o país tanto na sua região quanto na comunidade internacional, dada a atuação por meio de uma instituição eivada de legitimidade. A Declaração de Paris, portanto, reforçou o papel das instituições multilaterais no processo de reforma da arquitetura da ajuda humanitária, que até o momento não ocorreu (MAWDSLEY, 2012; BURRAL, et al., 2006).

Uma década após, é relativamente consensual que o sistema multilateral atual ainda é muito fragmentado e ineficiente (KHARAS, 2011; MAWDSLEY, 2012; REISEN, 2010; HARMER & COTTERRELL, 2005; WOODS, 2008). Reisen o chama de “não-sistema”, dada a falta de unidade e coexistência de agências multilaterais que se sobrepõem, faltando governança, legitimidade e efetividade (KHARAS, 2011). Um mapeamento completo do Sistema multilateral de doações humanitárias é uma tarefa ainda por ser feita. Estimava-se haver 263 agências humanitárias multilaterais em 2012. Além disso, organizações multilaterais ainda sub representam os NDDs na governança da ajuda externa,

“ [...] especially the World Bank and IMF. Though the Bretton Woods institutions have repeatedly stated their commitment to meaningful governance reform, change has been painfully slow. A major transformation is required if the current aid architecture is to evolve sufficiently to establish a credible and legitimate governance mechanism that represent new development partners as well as traditional interests”. (PARK, 2011)

Ngaire Woods ecoa essa ideia urgindo pela “reforma mínima” na atual configuração do sistema multilateral, afirmando que a falta de voz dos doadores emergentes nas instituições de coordenação de *aid* configura uma situação em que não há incentivos suficientes para haver mais engajamento (WOODS, 2008).

Em 2008, um Novo Fórum de Cooperação em Desenvolvimento foi lançado pelo Conselho Econômico e Social, com o intuito de fortalecer o engajamento de doadores no fórum humanitário de doação multilateral. Similarmente, Manning considera que aos NDDs deveriam ser atribuídos papéis mais fortes e voz na arena multilateral. Contudo, um papel mais proeminente e empoderamento de NDDs na arquitetura multilateral de ajuda externa poderá acontecer caso a alocação de dinheiro desses países cresça de modo a poderem estar mais próximos do volume alocado pelos países da OCDE/DAC (MANNING, 2006).

No que diz respeito à motivação, a canalização bilateral tende a ser associada com a ideia de promoção do interesse econômico do doador, escolha racional, busca por prestígio internacional e desígnios políticos mais abertamente (BURNSIDE & DOLLAR, 2000;

CASSEN, 1994; FEENY & MCGILLIVRAY, 2008). YOUNAS (2008) exemplifica afirmando que países da OCDE “*allocate more aid to recipient nations who import goods in which donor nations have a comparative advantage in production*”. NEUMAYER (2003) também enfatiza o viés de alocação dos doadores DAC/OCDE pró antigas colônias. Para BALOGH, a busca por finalidades políticas está sempre presente. Por outro lado, a canalização multilateral é vista mais como “manifestação de altruísmo” (visto que a alocação de recursos por agências multilaterais oferece menos publicidade e visibilidade às ações efetuadas) e busca por eficiência (FINDLEY, et al., 2014). Nesse sentido, o canal multilateral tende a focar em “*poorer countries with greater needs*” (FINDLEY, et al., 2014), agindo em função de nível de renda, população e boas práticas políticas, em busca de desenvolvimento (BURNSIDE & DOLLAR, 2000). A assistência humanitária multilateral é, pois, vista como mais técnica, efetiva e menos politizada, uma vez que as agências são instâncias especializadas em que a tomada de decisões é, em teoria, ao menos, mais baseada em necessidades do que em “*self interest*”, sendo, portanto, menos sujeitas a interrupções.

Se os Estados fossem tomadores racionais de decisão, a escolha entre a canalização bilateral ou multilateral deveria estar relacionada aos ganhos na alocação do recurso. Se o país busca apenas visibilidade internacional, então escolher a forma de alocação bilateral é o caso. Não é de se espantar, então, que a preferência dos doadores recaia sobre a assistência bilateral na maior parte dos casos. Mas também é verdade que o canal multilateral tem se expandido. Em abril de 2015, um terremoto de 7.8 graus na escala Richter atingiu o Nepal¹⁶. Pelo menos 56 países ofereceram suporte à população afetada pelo desastre suporte à população afetada pelo desastre (FTS, 2015). Diferentemente, 20 anos atrás, em 1994, apenas 16 governos doadores ofereceram oficialmente auxílio humanitário na crise Bósnia (HARMER & COTTERRELL, 2005). Isso evidencia o fato de que o número de atores envolvidos em doação de assistência humanitária tem crescido nos últimos anos, pelo menos na canalização multilateral.

2.6 Peso quantitativo

Tradicionalmente, os estudos a respeito de Assistência Humanitária Internacional focam em dois grandes temas: efetividade das ações e as motivações dos doadores. É mais recente, contudo, o fortalecimento de outro campo de estudo. Trata-se da “economia humanitária”, que lida com a questão do ponto de vista da economia política intrincada nas

¹⁶ Mais de 8 milhões de pessoas necessitaram de ajuda humanitária na ocasião.

volumosas somas de dinheiro envolvidas nas transferências humanitárias (CARBONNIER, 2015). Esse fortalecimento se dá em meio a contexto de crescimento sem precedentes dos recursos com fins humanitários, não só aportados por Estados, mas também pela iniciativa privada e por Organizações Não Governamentais e Internacionais. “*There is more money for humanitarian action than ever before, largely thanks to states and taxpayers*” (WEISS, 2013).

O crescimento de recursos disponíveis para assistência humanitária vem se desenrolando ao longo do início do século XXI. A situação apresenta-se bastante diferente do que na década de 1990, quando havia uma crise crônica de financiamento humanitário ao mesmo tempo em que as demandas aumentavam (WHITMAN, 1996). No entanto, a previsão de WHITMAN, àquela época, de que o Sistema Humanitário da ONU estaria sempre na posição de “mendicância” perante os governos doadores parece ainda não ter sido contestada. O “*power of the purse*” dos doadores governamentais, principais atores a financiar o sistema, tende a se voltar para doações bilaterais, enfraquecendo o sistema multilateral. Entre 2012 e 2014, estima-se que os recursos para assistência humanitária aumentaram em um terço, atingindo a cifra de US\$ 24,5 bilhões (CARBONNIER, 2015).

Há pelo menos seis principais bases de dados de financiamento de ações humanitárias. Uma delas é da própria OCDE. O *Creditor Reporting System* (CRS) apresenta, detalhadamente, todos os dados sobre assistência humanitária realizadas pelos membros do grupo. Trata-se, pois, do sistema de transparência da OCDE. É uma ferramenta que possibilita refinar a busca por data, tipo de fluxo humanitário, país recipiente, tipo de canalização. Outra base de dados é da ONU (OCDE, 2016). O *Financial Tracking Service* (FTS) pertence ao Escritório das Nações Unidas para Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA, 2016). Essa base de dados serve de fonte para muitos estudos. Tem a vantagem de ser uma fonte oficial das Nações Unidas e por canalizar dados primários de todos os Estados membros. Há duas grandes deficiências. A primeira delas é que nenhum Estado é obrigado a colocar dados na base. A segunda deficiência, decorrente da primeira, reside no fato de a base não exigir que todos os dados dos países sejam nela inseridos. Eles trabalham com “*humanitarian aid reported data*” (OCHA, 2016). Ou seja, os Estados podem ou não alimentar a base, bem como podem alimentá-la apenas com os dados que acharem divulgáveis. Como consequência, a base não é confiável para estudos empíricos. Uma terceira base de dados é o AidData (AIDDATA, 2016), que é alimentada por meio de *crowdsourcing*. Trata-se de uma das mais confiáveis e completas bases de dados sobre informações humanitárias, mas que também sofre com a falta de dados de muitos estados doadores. Há também iniciativa de transparência internacional da governança de ajuda

humanitária. A plataforma IATI foi lançada em Acra, Gana, em 2008, com o intuito de reunir dados para aumentar a transparência em ajuda externa. Assim como o FTS, depende de as instituições alimentarem a plataforma com dados. Em 2013, por exemplo, o Programa Mundial de Alimentos tornou-se a 150ª instituição a publicar dados no *site*. Contudo, apresenta dados apenas referentes aos anos de 2010 a 2012 (IATI, 2016).

Um exemplo de estudo empírico com fonte nessas bases de dados é de DREHER, NUNNENKAMP & THIELE (2011). Nele os autores buscam responder à pergunta sobre se o padrão de alocação dos novos doadores difere daquele dos membros da OCDE. Para tanto, escolheram 16 países fora da OCDE no período de 2001 a 2008. Os dados foram obtidos no AidData, em janeiro de 2010, no que diz respeito a informações relacionadas a projetos sobre engajamento de doadores em países recipientes específicos. Os próprios autores reconhecem que a cobertura dos dados está longe de ser completa para vários dos 16 países analisados. Para o Brasil, faltam dados relativos aos anos de 2002-03. No caso da Colômbia, apenas 2007 e 2008 são analisados. E para Tailândia, apenas 2007. Apesar das limitações, julgam os dados relevantes para condução da pesquisa. Em estudo mais recente, FUCHS & KLANN (2013) analisaram a alocação de assistência humanitária de 105 países, dentre os quais 83 de fora da OCDE. As bases de dados utilizadas são o FTS e o EM-DAT¹⁷. Em ambos os casos, o problema de fonte aparece, uma vez que os dados do FTS também não são completos.

Ambos os estudos apresentados analisam dados bilaterais de assistência humanitária, ou seja, o que um estado doador oferece a um estado receptor. Como visto, análises com esse tipo de dado tendem a ser falhas dadas as limitações de informação existentes.

Uma maneira de contornar o problema dessas bases de dados é recorrer às bases fornecidas diretamente instituições internacionais. Cruz Vermelha, UNICEF, Programa Mundial de Alimentos são exemplos de instituições internacionais que produzem suas próprias bases de dados. Embora estejam isoladas, a vantagem dessas bases de dados é que cada uma delas apresenta os dados completos de financiamento que obtiveram ano a ano, seja de países da OCDE ou não. Dessa maneira, é possível observar o comportamento dos novos doadores mais completa e com dados homogêneos e comparáveis.

¹⁷ A base internacional EM-DAT é voltada exclusivamente para desastres naturais. Estabelecida em 1963, está vinculada à Universidade Católica de Louvain, na Bélgica, e é apoiada pela ONU, pela União Europeia e Cruz Vermelha, entre outros. É uma base confiável, mas não avalia financiamento. Disponível em: <http://www.emdat.be/>.

No capítulo a seguir, será apresentado estudo sobre os doadores Não DAC que se apoia, diferentemente das pesquisas anteriores, em dados exclusivamente multilaterais, permitindo uma análise com dados completos sobre o período a ser analisado para todos os países.

Capítulo III

OS DOADORES NÃO DAC NO SISTEMA HUMANITÁRIO DA ONU

3.1 Introdução

Para além dos questionamentos abordados no capítulo II, a possibilidade de mudanças estruturais no SHI com a entrada dos novos atores também aparece como indagação. A literatura sobre governos provedores de assistência humanitária contemporânea diverge sobre a importância dos novos atores. Há variação entre entusiasmo, sobre os efeitos trazidos à governança por esses atores, e ceticismo, quanto ao seu potencial transformador.

Na tentativa de entender como se situam os NDDs, em iniciativa pioneira com o relatório publicado em 2005 pelo britânico *Overseas Development Institute*, HARMER & COTTERRELL apresentaram mapeamento do novo panorama da assistência humanitária internacional, discutindo o crescente processo de diversificação dos doadores de AHI e os desafios que se impunham à governança global da área (HARMER & COTTERRELL, 2005). No ano seguinte, MANNING já advertia que dois fenômenos estavam transformando a arquitetura humanitária internacional. Para ele, tanto a atuação das empresas privadas quando a entrada de novos atores estatais como doadores estavam gerando uma nova realidade do terreno da ajuda humanitária. O pensamento de Manning, que foi diretor do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE (DAC/OCDE) e diretor-geral de política do Departamento para o Desenvolvimento Internacional (DFID) do governo britânico, serviu de referência para outros pesquisadores no sentido de defender a importância dos NDDs na governança humanitária internacional (MANNING, 2006). O interesse despertado sobre o tema foi notório, e grande parte da literatura se mostrou entusiasta a respeito da participação dos novos atores em cena. Em 2007, KHARAS já se referia ao cenário de diversificação de doadores como uma “*new reality of aid*” (KHARAS, 2007). Na sequência, WOODS publicava artigo em que ressaltava a “revolução silenciosa” que os NDDs realizavam no SHI (WOODS, 2008). No mesmo diapasão, MAWDSLEY (2012) publicou livro sobre o tema, dizendo que a rápida transformação da governança de assistência humanitária em curso deveu-se a “*seismic shifts taking place in the geographies of power and wealth*”, ressaltando o processo de multipolarização do mundo.

“Foreign aid and development cooperation constitute a relatively small element within this turbulent sea of global change, but it is an arena that is revealing of wider patterns and trends in political, economic and cultural power” (MAWDSLEY, 2012, p.02)

Em meio ao otimismo quanto à participação desses novos atores estatais, algumas visões aparecem ponderadas, afirmando que as modificações que devem ocasionar não serão fortes o suficiente para que os doadores DAC/OECD deixem de ser, em um futuro próximo, “*mainstream*” (MANNING, 2006; QUADIR, 2013).

“The findings [...] cast doubt as to the future of a new global aid regime that is fundamentally different from the existing DAC-dominated aid structures. Despite the increased presence of the Southern donors in development cooperation, the relatively small volume of their aid has not yet posed a significant challenge to the current practices of OECD countries and official aid agencies. What makes their quest for finding a defined voice in global development aid even more challenging is their dual, somewhat contradictory, role as a recipient and a donor” (QUADIR, 2013, p.335)

Dois problemas fundamentais tornam terreno pantanoso o estudo sobre a real participação financeira dos novos doadores no domínio da assistência humanitária internacional: (i) falta de informação completa e padronizada e (ii) dificuldade de avaliar empiricamente a situação.

Fazer avaliação das ações dos países DAC não é tarefa hercúlea. Criada em 1960, a OCDE desenvolveu e aprimorou mecanismos de transparência e informação (OECD, 2016). Não só a OCDE disponibiliza uma vasta plataforma de dados com fontes primárias *online*, como também tem várias publicações sobre o assunto. Os países membros do DAC devem reportar, anualmente, os agregados de fluxo de assistência humanitária diretamente à OCDE em formato padronizado (BRECH & POTRAFKE, 2014). Além disso, há diversos estudos independentes publicados por acadêmicos analisando, discutindo e debatendo o DAC. Nesse sentido, há um alto grau de certeza sobre a preferência dos países DAC pelo canal bilateral. Em 2013, por exemplo, os membros do DAC canalizaram USD 59 bilhões para e por organizações multilaterais, ao passo que USD 85,9 bilhões foram contabilizados para provisões bilaterais. Em porcentagem, isso significa 41% contra 59%, respectivamente (OECD, 2015). No geral, membros do DAC tendem a direcionar 30% do total de recursos para organizações multilaterais, mas a média sobe devido a variações de país para país. Em 2010, por exemplo, 74% do total de *aid* da Itália foram instituições multilaterais. No outro extremo, as menores porcentagens foram distribuídas pelos Estados Unidos (12%) e Austrália (14%) (OECD, 2015).

Diferentemente dos doadores DAC/OCDE, os estudos sobre os NDDs apresentam dois problemas relevantes relativos aos dados: transparência e padronização. Por diversos motivos, doadores não DAC não disponibilizam todas as informações relacionadas ao *aid* que

disponibilizam. Esse é o caso da China, Índia e Venezuela (BRÄUTIGAM, 2011; DREHER, et al., 2011). Apenas dados incompletos estão disponíveis. Seja por temor à desaprovação doméstica ou por temor a não mais também poder receber ajuda externa de outros países, alguns governos mantêm em segredo as informações sobre ajuda externa e assistência humanitária (ou parte delas), como é o caso da Arábia Saudita e o Kuwait. Em decorrência desses problemas os estudos existentes sobre doadores Não DAC baseiam-se em dados incompletos (MAWDSLEY, 2012; NONNEMAN, 1988; VAN DEN BOOGAERDE, 1991; VILLANGER, 2007; D. & MARCOUX, 2011).

Disso decorre o segundo problema: falta de padronização dos dados. Obter informações comparáveis e padronizadas, organizadas de acordo com parâmetros iguais não é uma realidade no caso dos novos doadores. O humanitário é um campo de conceitos e padronizações ajustáveis às estratégias políticas de cada país. No caso do DAC/OCDE, desde a década de 1960 há um sistema para catalogar e classificar diferentes tipos de ajuda humanitária, tal como a “Assistência Oficial para o Desenvolvimento” (*Official Development Assistance* – ODA). Diferentemente dos doadores DAC, a maior parte dos NDDs não segue esse padrão de relatoria. Cada um segue sua própria metodologia de organização e disponibilização da informação, bem como define o que é assistência, desenvolvimento, ajuda humanitária, doador, parceria etc, o que exemplifica a dificuldade para se analisar as diferentes modalidades de ajuda externa em uma arena crescentemente multipolar. Portanto, como avaliar se a arquitetura da governança humanitária mudou de forma estrutural? Como aferir se a entrada de novos atores será o fim do então “monopólio” DAC? Eles trarão mudanças nas relações de poder dentro do lado da oferta de assistência humanitária? Qual o grau de significância dos recursos aportados pelos recém-chegados?

Alguns estudos tentaram analisar o perfil dos doadores emergentes. HARMER & COTTORRELL (2005) focaram a análise no financiamento humanitário. Elas estimam que a participação dos NDDs aproxima-se de 12% anualmente (HARMER & COTTORRELL, 2005). PARK (2011) seleciona nove países em desenvolvimento¹⁸ e observa que, de forma similar aos doadores DAC, os NDDs preferem a canalização bilateral, com proporção menor que aquela dos doadores DAC: em média, 18%¹⁹. A metodologia utilizada avalia dados da OCDE/DAC (2010) sobre o financiamento dos membros para 14 agências multilaterais. Nenhum dado sobre

¹⁸ Os países estudados são: Brasil, China, Índia, Kuwait, México, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, e Emirados Árabes Unidos.

¹⁹ Novamente, pode haver variações não computadas.

o total de ajuda externa desses países é disponibilizado. O estudo carece de precisão e não faz uso de dados primários. Por outro lado, no caso de canalização multilateral, dados podem ser obtidos via doador ou agência. Portanto, uma maneira de superar essa dificuldade é olhando como o grupo de NDDs age em agências humanitárias multilaterais.

3.2 A construção do banco de dados

A falta de dados e de transparência sobre a atuação dos doadores Não DAC é uma das maiores dificuldades para estudá-los e compreendê-los acuradamente (KHARAS, 2007; QUADIR, 2013; WOODS, 2008; ZIMMERMANN & SMITH, 2011).

Como forma de apresentar dados confiáveis e comparáveis para futuros estudos, a presente pesquisa objetiva a analisar a participação dos novos doadores de assistência humanitária por meio de uma avaliação empírica por meio de dados consolidados de fonte primária, obtidos por meio de agências humanitárias multilaterais da ONU, de modo a não cair da armadilha dos dados bilaterais incompletos.

Nesse sentido, a proposta é comparar a assistência humanitária de todos os Estados doadores, focando nas doações que fazem a instituições multilaterais. Nesse caso, a busca por dados é feita nas próprias instituições multilaterais, não dependendo de banco de dados limitados ou da vontade de o Estado divulgar ou não informações.

Para manter a homogeneidade nos dados, foram escolhidas apenas instituições multilaterais humanitárias da ONU. Os assuntos humanitários na organização são conduzidos pelo OCHA/UN, segundo o qual há três *loci* chave responsáveis no seio da ONU com papel primário de alocação de ajuda humanitária²⁰. São eles: o Programa Mundial de Alimentos (WFP)²¹, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)²², e o Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR)²³. Todos têm, como função primordial, o envio de alívio humanitário. Além deles, foi incluso na pesquisa o Fundo Central de Resposta a Emergências (CERF)²⁴, manejado pelo próprio OCHA. A diferença deste para os demais é que o CERF constitui um fundo voltado para doações essencialmente multilaterais (ou seja, somente o fundo escolhe onde alocar os recursos), ao passo que os outros abarcam tanto doações multilaterais quanto direcionadas, nas quais os governos doadores podem escolher o destino do recurso. A

²⁰ Disponível em: <<http://www.un.org/en/sections/what-we-do/deliver-humanitarian-aid/>>. Acesso em: 25 de agosto de 2016.

²¹ Disponível em: <<http://www.wfp.org/>>. Acesso em: 25 de agosto de 2016.

²² Disponível em: <<http://www.unicef.org/>>. Acesso em: 25 de agosto de 2016.

²³ Disponível em: <<http://www.unhcr.org/cgi-bin/texis/vtx/home>>. Acesso em: 25 de agosto de 2016.

²⁴ Disponível em: <<http://www.unocha.org/cerf/>>. Acesso em: 25 de agosto de 2016.

metodologia a ser empregada é de estatística descritiva de dados de instituições multilaterais humanitárias da ONU.

Além de os dados terem sido colhidos essencialmente em agências multilaterais humanitárias da ONU, os Estados incluídos na pesquisa são apenas países-membros da ONU²⁵.

Selecionada a amostra, todas as entidades foram consultadas sobre dados de financiamento. O WFP, de 1961, foi a agência que apresentou mais dados disponíveis. O banco de dados formado vai de 1998 a 2015, seguida do UNICEF, cujos dados têm início em 1999. Já o UNHCR disponibiliza dados a partir de 2011. Por fim, o CERF, fundo da ONU criado em 2006, dispõe de todos os dados de financiamento desde a sua criação. A **Tabela 1** resume as disponibilidades de dados para realização do estudo²⁶.

Tabela 1. Dados primários a serem utilizados.

<i>Instituição humanitária</i>	<i>Anos obtidos</i>
<i>ONU</i>	
WFP	<i>1998-2015</i>
CERF	<i>2006-2015</i>
UNHCR	<i>2011-2015</i>
UNICEF	<i>1999-2015</i>

Fonte: WFP, CERF, UNHCR, UNICEF.

De modo a tornar os dados comparáveis, todos os valores obtidos, nominais, foram convertidos para o ano-base 2000, em milhões ou bilhões de dólares.

Embora haja limitações de disponibilidade de dados, é possível utilizá-los de forma comparável, trazendo luz sobre a magnitude da participação dos países fora do DAC/OCDE na arena de assistência humanitária internacional.

Em termos conceituais, os países a serem analisados serão divididos em dois grandes grupos: os países do DAC/OCDE (*DAC Donors – DACDs*), de um lado, e os demais países (*Non DAC Donors – NDDs*), de outro, observando-se a maneira como financiam cada uma das entidades selecionadas.

²⁵ Atualmente, a ONU possui 193 países-membros, sendo o último a ingressar na organização o Sudão do Sul, em 2011 (UNITED NATIONS, 2017).

²⁶ O UNDP não será analisado por ter foco primordial em questões de desenvolvimento.

A seguir, serão analisados os dados obtidos, começando por uma descrição mais ampla dos resultados em relação às agências humanitárias, a fim de oferecer um panorama geral do Sistema Humanitário Internacional na ONU. Em seguida, serão detalhadas questões mais específicas que evidenciem o papel dos NDDs na arquitetura humanitária internacional.

3.3. Agências

As agências e o fundo que fazem parte do guarda-chuva humanitário da ONU são financiados de forma totalmente voluntária. Não há contribuição compulsória demandada pela ONU. O financiamento é obtido por contribuições voluntárias regulares e contribuições mediante apelos específicos para determinada emergência ou projeto.

No que diz respeito ao número de doadores por instituições, a **Figura 1** mostra que, na maior parte dos anos estudados, o UNICEF é o canal mais buscado pelos governos doadores, à exceção de 2012, quando o número de Estados doadores ao WFP foi superior.

Em 2009, o CERF atingiu seu maior número de doadores; depois, porém, percebe-se que o número de doadores ao CERF sofreu quedas consecutivas, ao passo que os dos WFP mantiveram-se relativamente estáveis. No UNICEF, houve incrementos substanciais a partir de 2013, atingindo 128 países, em 2015. Já o UNHCR vem mantendo, nos últimos quatro anos, média de 74 doadores.

Figura 1. Quantidade de Governos doadores de AHI por agência humanitária da ONU.

Fonte: WFP, CERF, UNHCR, UNICEF.

Além de o número de doadores ao CERF ter decaído e ser inferior aos demais, o fundo também é o que menos recebe verba. As doações ao Programa Mundial de Alimentos são significativamente superiores aos demais, como mostra da **Figura 2**.

Figura 2. Contribuição dos governos para o Sistema Humanitário da ONU, por agência

Fonte: WFP, CERF, UNHCR, UNICEF.

* USD em valores reais, ano-base 2000, em bilhões de dólares.

Em um extremo, o WFP, cujas arrecadações ultrapassaram os três bilhões de dólares nos últimos dois anos e que alcançou pela primeira vez os dois bilhões em 2003. Em outro, o CERF, com US\$361 milhões, em 2008. Em todos os anos, o UNICEF teve arrecadações governamentais inferiores ao WFP, e próximas ao UNHCR, a partir de 2011. A **Tabela 2** deixa clara a distância orçamentária entre WFP de um lado, e CERF, UNHCR e UNICEF do outro. Novamente, percebe-se que o fundo CERF apresenta trajetória declinante, apresentando, desde 2012, percentual regressivo.

Tabela 2. Valores percentuais (%) do total de doações a cada agência em relação ao total do WFP.

	CERF	UNHCR	UNICEF
1999			49,79
2000			45,97
2001			49,25
2002			54,21
2003			47,24
2004			63,28
2005			58,31

2006	13,83		69,67
2007	16,95		71,42
2008	10,50		24,15
2009	11,65		54,59
2010	13,37		61,12
2011	14,78	55,23	65,05
2012	12,97	55,77	61,47
2013	12,79	64,44	34,12
2014	9,98	56,83	65,69
2015	9,02	62,49	63,32

Fonte: WFP, CERF, UNHCR, UNICEF.

A **Tabela 3** apresenta, a título de exemplificação, quem são os cinco maiores doadores de cada agência analisada em quatro períodos distintos: 2002, 2007, 2012 e 2015, último ano de análise. Percebe-se que, na amostra, o único NDD que aparece é o Kuwait, em 2015, no UNHCR. Contudo, a análise dos dados completos não apresenta diferença significativa: em todas as agências, observados todos os anos, só se encontra Arábia Saudita em dois registros, ambos no WFP: em 2008 como segundo maior doador, e em 2014, como quinto. Nos demais casos, o padrão explicitado pela amostra da **Tabela 3** se repete. No WFP e no UNHCR, Estados Unidos são os doadores prioritários em todos os anos analisados (de 1998 a 2015, no WFP; e de 2011 a 2015, no UNHCR). No CERF (2006-2015), o Reino Unido é o doador número um em quase todos os anos, com exceção de 2010, capitaneado pela Noruega. E no UNICEF, Reino Unido também é o primeiro, exceto em 2015, ano em que Estados Unidos lideraram. Nas demais posições, principalmente Japão, Canadá, Alemanha, Holanda alternaram-se.

Tabela 3. Cinco principais doadores das agências humanitárias da ONU.

		WFP	CERF	UNHCR	UNICEF
2002					
	1º	Estados Unidos			Estados Unidos
	2º	Reino Unido			Japão
	3º	Japão			Holanda
	4º	Alemanha			Noruega
	5º	Holanda			Suécia
2007					
	1º	Estados Unidos	Reino Unido		Estados Unidos
	2º	Canadá	Noruega		Noruega
	3º	Japão	Holanda		Reino Unido
	4º	Holanda	Suécia		Holanda
	5º	Reino Unido	Canadá		Suécia
2012					

	1º	Estados Unidos	Reino Unido	Estados Unidos	Reino Unido
	2º	Canadá	Noruega	Japão	Estados Unidos
	3º	Reino Unido	Suécia	Suécia	Noruega
	4º	Japão	Holanda	Holanda	Japão
	5º	Alemanha	Dinamarca	Reino Unido	Canadá
2015					
	1º	Estados Unidos	Reino Unido	Estados Unidos	Estados Unidos
	2º	Reino Unido	Holanda	Reino Unido	Reino Unido
	3º	Alemanha	Suécia	Japão	Alemanha
	4º	Canadá	Noruega	Alemanha	Suécia
	5º	Japão	Alemanha	<u>Kuwait</u>	Noruega

Fonte: WFP, CERF, UNHCR, UNICEF.

O volume de dinheiro alocado por esses cinco principais doadores representa em torno de 70% do total do orçamento governamental das agências analisadas, como mostra a **Tabela 4**. Considerando o crescimento no número total de doadores em todas as agências, à exceção do fundo CERF, uma hipótese seria de que o valor percentual das doações dos cinco maiores doadores cairia. Contudo, o que se percebe é uma queda pouco expressiva nos casos do WFP e do CERF, e aumento de concentração nos casos do UNHCR e do UNICEF. Ou seja, maior número de doadores não significa que os principais doadores percam peso no panorama geral. Há, de fato, mais dinheiro. Mas a repartição não sofreu alterações relevantes no que diz respeito ao peso percentual dos cinco maiores nem da diversidade de países.

Tabela 4. Volume percentual das doações governamentais dos cinco maiores doadores em relação ao total doado.

	WFP	CERF	UNHCR	UNICEF
2002	76,13			68,00
2007	70,83	72,40		62,29
2012	72,33	74,50	72,34	63,52
2015	72,90	71,32	78,29	66,35

Fonte: WFP, CERF, UNHCR, UNICEF.

Ainda seguindo a amostra acima, é possível desagregar os valores de modo a se observar quanto cada um dos cinco maiores contribuem por ano, por agência. No que diz respeito ao WFP e UNHCR, os Estados Unidos não apenas são o número um, mas também são os que contribuem com valores próximos à metade do orçamento de origem governamental do programa. Apesar das semelhanças, há diferenças que merecem nota. Como mostram os dados, no WFP a participação de Washington apresenta tendência de queda. Embora não haja NDDs, é evidente uma redistribuição intra-DACDs, como mostra a **Figura 4** a seguir. Portanto, ainda que não mostrem que os NDDs consigam chegar no topo da cadeia de doadores, os dados

evidenciam que os Estados Unidos perdem presença proporcional em relação aos pares DACDs no WFP. Por outro lado, os dados sugerem movimento no sentido contrário no UNHCR, em que a predominância dos EUA parece crescer, como mostra a **Figura 6**.

Quanto ao CERF e ao UNICEF, parece haver mais homogeneidade, uma vez que os valores doados pelos cinco maiores provedores são mais próximos, não havendo um doador tão expressivo como ocorre nas outras duas agências, como apresentam as **Figuras 5 e 7**, respectivamente, embora no UNICEF o poder do primeiro doador pareça estar crescendo. Nesse sentido, pode-se inferir que, enquanto no WFP e no UNHCR o “*power of the purse*” dos EUA é relevante, no CERF e no UNICEF esse poder é mais diluído entre os cinco maiores doadores. A **Figura 3** mostra, de forma simples, como WFP e UNHCR dependem mais do doador prioritário do que CERF e UNICEF, o que atribui aos Estados Unidos, a rigor, maior capacidade de influência em assuntos relacionados a fome e a refugiados.

Figura 3. Dependência das agências (em %) em relação ao governo que doa mais, por ano.

Fonte: WFP, CERF, UNHCR, UNICEF.

Figura 4. Percentual (%) dos cinco maiores doadores do WFP em anos selecionados.

Fonte: WFP.

Figura 5. Percentual (%) dos cinco maiores doadores do CERF em anos seleccionados.

Figura 6. Percentual (%) dos cinco maiores doadores do UNHCR em anos selecionados.

Fonte: UNHCR.

Figura 7. Percentual (%) dos cinco maiores doadores do UNICEF em anos selecionados.

Fonte: UNICEF.

3.4 Doadores DAC vs. Não DAC

A participação do grupo dos NDDs é significativamente inferior àquela dos DACDs. Contudo, os dados absolutos sobre a atuação dos NDDs na arquitetura humanitária internacional não deixam dúvidas sobre o aumento da quantidade de dinheiro por eles aportada no lado da oferta de AHI. Percentualmente, também é possível observar aumento ao longo dos anos, à exceção do CERF, em que os NDDs nunca ultrapassaram os 2,4% **Figura 8.**

Figura 8. Comparação percentual entre a atuação dos DACDs e dos NDDs.

Fonte: WFP, CERF, UNHCR, UNICEF.

Interessante notar alguns casos. Embora a atuação dos DACDs seja preponderante, há nuances sobre os NDDs que merecem atenção. Em primeiro lugar, é preciso atentar para o fato de que houve, sim, crescimento do volume de dinheiro ofertado pelos doadores Não DAC. À exceção do CERF, em que os números não apresentam diferencial estatisticamente significativo, nas demais agências foi registrado ampliação de atuação. No WFP, no primeiro ano de análise constava participação de 0,89%. Depois, atingiu pico em 2008, com 15,30%, variando em torno da média de 10,13% nos últimos cinco anos. Mais notório pode ser visto em 2012, no UNICEF, em que os NDDs alcançaram 18,53% do total. Em 1999, contabilizavam 1,57%. No UNHCR, embora haja menos informações, nota-se, igualmente, crescimento. Na

agência humanitária para refugiados, o valor pouco passa do 1% em 2011, atingindo o valor máximo em 2014, com 8,77%, permanecendo em torno dos 6% no último ano (**Tabela 5**).

Tabela 5. Porcentagem da contribuição dos NDDs ao Sistema Humanitário da ONU por agência, por ano.

	WFP	CERF	UNHCR	UNICEF
1998	0,89			
1999	0,88			1,57
2000	1,49			1,65
2001	1,49			1,62
2002	2,87			1,52
2003	3,44			1,40
2004	5,07			1,15
2005	5,05			2,25
2006	8,44	3,32		1,48
2007	6,84	1,59		2,01
2008	15,30	1,27		3,05
2009	5,07	1,76		3,23
2010	7,97	1,72		2,65
2011	8,60	2,45	1,02	2,73
2012	9,55	2,44	1,86	18,53
2013	8,22	1,89	6,33	5,00
2014	13,33	1,31	8,77	7,89
2015	10,96	1,67	5,87	7,25

Fonte: WFP, CERF, UNHCR, UNICEF.

Em cifras, as diferenças parecem mais evidentes. No WFP, no primeiro ano de análise, os valores não atingem os três milhões de dólares, ao passo que nos últimos cinco anos a média foi de USD 297 milhões, contra média de USD 17 milhões nos primeiros cinco anos de análise. De acordo com a **Tabela 6**, no último ano, o volume de contribuições dos NDDs ao SHI da ONU atingiu USD 354,82 milhões. No caso do UNHCR, cerca de onze milhões de dólares alcançaram 118 milhões. E, no UNICEF, 9,29 milhões transformaram-se em 152,97 milhões em 2015. O CERF foi lugar em que a atuação dos NDDs teve crescimento comparativamente mais discreto.

Tabela 6. Aumento da contribuição dos NDDs ao Sistema Humanitário da ONU por agência, por ano.

	ANO INICIAL (USD)	ANO FINAL (USD)	AUMENTO PERCENTUAL (%)
WFP*	14,38	355,06	2.369,12
CERF**	8,45	4,89	-42,13
UNHCR***	13,59	118,83	774,39
UNICEF****	10,87	153,78	1.314,72

Fonte: WFP, CERF, UNHCR e UNICEF. *O ano inicial para o WFP é 1998. ** O CERF foi criado em 2006. ***O ano inicial para o UNHCR é 2011. ****A contagem do UNICEF começa em 1999.

A **Figura 9** apresenta graficamente a diferença entre a atuação dos NDDs entre as agências, tornando possível visualizar com clareza a preferência dos NDDs pelo WFP e o salto no quantitativo do programa em relação às demais agências humanitárias da ONU.

Figura 9. Comparação entre o primeiro e último anos estudados de doações dos NDDs às agências do Sistema Humanitário da ONU.

Fonte: WFP, CERF, UNHCR e UNICEF. *O ano inicial para o WFP é 1998. ** O CERF foi criado em 2006. ***O ano inicial para o UNHCR é 2011. ****A contagem do UNICEF começa em 1999.

O volume das contribuições dos DACDs ao sistema multilateral humanitário da ONU está representado na **Figura 10**. Como se percebe, os valores atingem a casa dos “bilhões”, diferentemente dos NDDs, que não passam dos “milhões”.

No geral, é parecido o padrão de alocação em termos de escolha de agência da ONU. Há preferência evidente, em ambos os casos (DACDs e NDDs), pelo WFP. Similarmente, o CERF é o que menos recebe verba também em ambos os casos. De natureza diferente dos demais, o CERF é um fundo para alocação imediata em casos de emergências, ao passo que UNICEF, WFP e UNHCR têm áreas específicas de atuação e escopo de ações que abrangem ações humanitárias imediatas, bem como ações voltadas para o desenvolvimento. Com relação ao UNICEF, os dados sugerem ser a segunda área temática preferencial para alocação, tanto entre DACDs quanto entre NDDs. Chama atenção o ano de 2012, no qual enquanto entre os DACDs o tema refúgio recebe mais recursos que infância, entre os NDDs o tema infância recebe mais recursos inclusive que o WFP, que é superior em todo o resto da série histórica entre os NDDs.

A **Tabela 5** já evidenciara que o UNICEF, percentualmente, recebia mais atenção dos NDDs no todo por agência do que o UNHCR. Nos últimos dois anos analisados, a média do UNICEF foi de 9,29% contra 7,32% do UNHCR. Para além desses dados, a **Figura 11** mostra que, em 2015, o valor atribuído ao Fundo da Infância foi superior, ainda que relativamente, ao Alto Comissariado para Refugiados. Ressalta-se novamente que, apesar da quantidade pequena de dados, é possível sugerir que a temática do refúgio parece receber mais atenção dos DACDs do que a temática da proteção infantil. No caso dos NDDs, os dados sugerem preferência pelo tema refúgio em alguns anos, mas, em 2015, não permitem distinção.

Figura 10. Doações dos DACDs ao Sistema Humanitário ONU.

Fonte: WFP, CERF, UNHCR, UNICEF.

Figura 11. Doações dos DACDs ao Sistema Humanitário ONU.

Fonte: WFP, CERF, UNHCR, UNICEF.

3.4.1 WFP - Programa Mundial de Alimentos

A participação dos NDDs no WFP é a mais expressiva de todas, tanto em termos absolutos quando em termos proporcionais. Em 2009, os NDDs alcançaram os 15% do total das contribuições ao Programa. É interessante notar que, em 1998, a participação deles era de menos de 1%, ao passo que, dezoito anos depois, alcança 10%. A evolução pode ser considerada lenta, mas com poucos recuos (**Figura 12**).

Figura 12. Valores aportados ao WFP pelos DACDs e pelos NDDs.

Fonte: WFP (1998-2015).

3.4.2 CERF – Fundo Central de Resposta Emergencial

A participação dos países NDDs no *Central Emergency Response Fund* (CERF) é, em média, de 1,48%, a mais baixa em relação a todos os centros humanitários analisados. O fato de o fundo permitir alocações unicamente multilaterais, em que os doadores não têm voz em relação ao destino do dinheiro alocado, pode ser um fator a explicar a baixa quantidade de doações. Além disso, ele é o único exclusivo para emergências humanitárias em sentido estrito, não destinando recursos a projetos que também combinem elementos de prevenção ou desenvolvimento.

Figura 13. Valores aportados ao CERF pelos DACDs e pelos NDDs.

Fonte: CERF (2006-2015).

3.4.3 UNHCR - Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados

O UNHCR é o que menos apresentou disponibilidade de dados para este estudo. Contudo, nos cinco anos avaliados, é possível observar que a participação dos NDDs saiu de 1%, em 2011, para atingir 8,77%, em 2014, ou seja, US\$ 173 milhões. A título de comparação, no mesmo ano, no WFP, os NDDs aportaram US\$ 465 milhões. No ano seguinte, 2015, houve queda na participação dos NDDs no UNHCR. A **Figura 14** mostra as diferenças entre os recursos dos DACDs e dos NDDs no período de 2011 a 2015.

Figura 14. Valores aportados ao UNHCR pelos DACDs e pelos NDDs.

Fonte: UNHCR (2011-2015).

3.4.4 UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância

No caso do UNICEF, os valores iniciais dos NDDs encontram-se ao redor dos US\$ 10 milhões, e atingem o seu valor mais alto em 2012, com US\$ 280 milhões. Diferentemente do WFP, em que o crescimento dos valores absoluto e percentual ocorrem de forma gradual, no UNICEF percebe-se que esses valores permanecem na faixa de variação, até 2011, entre US\$ 10 milhões e US\$ 40 milhões, ou entre 1% e 3% do total. Em seguida, depois do pico em 2012, os valores não recuam para os padrões anteriores, mantendo-se em torno dos 6%, como mostra a **Figura 15**.

Figura 15. Valores aportados ao UNICEF pelos DACDs e pelos NDDs.

Fonte: UNICEF (1999-2015).

3.5 Quem são os doadores Não DAC

O conceito até agora apresentado neste estudo de doador Não DAC é de um país que faz doações internacionais sem pertencer ao DAC/OCDE. Nesta seção, o intuito é explorar outras duas características, com o objetivo sugerir um conceito mais detalhado.

3.5.1 Regularidade

Uma característica comum aos doadores DAC é o comprometimento perene e regular com aportes financeiros ao sistema humanitário. Antes da virada do século, a literatura argumenta que os demais países fora do clube DAC/OCDE realizavam suas doações de forma *ad hoc*, ou seja, sem previsibilidade ou continuidade nos aportes. Nesse sentido, uma mudança que os teria garantido a atribuição do título de “doadores” é, justamente, a capacidade de doar de maneira regular.

Contudo, a falta de dados na literatura é um gargalo para aferição precisa sobre a veracidade da assertiva. Serão, de fato, os países de fora do DAC/OCDE doadores efetivamente regulares?

Para responder a essa pergunta, um passo inicial foi averiguar quantos anos nos períodos analisados cada país contribuiu para as agências humanitárias da ONU. Não foram

Tabela 7. Regularidade das doações dos países de cada grupo, por intervalo de tempo (em porcentagem) e por agência da ONU.

INTERVALOS DE TEMPO	CERF		WFP		UNHCR		UNICEF	
	NDD	DACD	NDD	DACD	NDD	DACD	NDD	DACD
0%	42,68		28,05		65,24		7,93	
[0,1%, 9,9%)			9,76				4,27	
[10%, 19,9%)	14,63	3,45	12,80				16,46	
[20%, 29,9%)	6,71		11,59		5,49		15,24	
[30%, 39,9%)	5,49		12,20				3,66	
[40%, 49,9%)	3,66		1,22		3,05		12,80	
[50%, 59,9%)	3,05		7,32				8,54	
[60%, 69,9%)	6,10	6,90	4,88		3,05		4,27	
[70%, 79,9%)	7,32	13,79	4,27	6,90			4,88	6,90
[80%, 89,9%)	1,83	3,45	4,27	6,90	6,10	3,45	7,32	10,34
[90%, 99,9%)	3,05	20,69	2,44	3,45			4,27	6,90
100%	5,49	51,72	1,22	82,76	17,07	96,55	10,37	75,86

Fonte: WFP, CERF, UNHCR, UNICEF.

avaliados os valores das doações. Apenas observou-se se houve ou não, em cada ano, aporte de dinheiro, utilizando-se variáveis binárias (“zero”, para ausência de doação; e “um”, para ocorrência de doação). Inicialmente, a contabilização foi feita de modo absoluto. Porém, dada a discrepância de anos analisados em cada agência, uma vez que a quantidade de anos avaliados muda de agência por agência, os dados obtidos foram transformados em porcentagens, a fim de permitir homogeneidade e comparabilidade. A **Tabela 7** apresenta o percentual de países por quantidade percentual de tempo em que fizeram as doações para cada agência, ou seja, a distribuição da regularidade dos países por grupo (DACD e NDD) e por agência (CERF, WFP, UNHCR, UNICEF). A primeira coluna divide o período analisado em doze intervalos de tempo em porcentagem. Do total de 193 países membros da ONU, 28 constituem o DAC/OCDE e 165 representam os NDDs. É possível observar que, enquanto a maior parte dos DACDs se encontra no intervalo de “100%”, apenas uma parte reduzida dos NDD alcança esse percentual de regularidade nas doações. Tome-se, por exemplo, o UNHCR. Dos 165 NDDs, 65,24% não fizeram nenhuma doação no período de cinco anos analisado, ao passo que, dos 29 DACDs, 95,55% realizaram doações em todo o período.

De acordo com essa metodologia, percebe-se que os todos os DACDs doaram acima dos 70% do total de anos por agência no WFP, no UNHCR e no UNICEF. No caso dos NDDs, os países estão espalhados nos doze intervalos de tempo, sendo baixa a quantidade de países que fizeram doações em 100% dos anos avaliados. O percentual mais alto de NDDs que doaram em todos os anos foi de 17,07%, no UNHCR. A **Tabela 8** resume as informações, apresentando a quantidade percentual agregada de países com regularidade até 69,9% e de 70% a 100%. Considerando que regularidade alta é igual ou superior a 70% do tempo, pelos dados, percebe-se que a maior parte dos NDDs não têm regularidade alta, sendo, na realidade, um grupo restrito aquele que efetivamente doa com regularidade.

Tabela 8. Dados agregados de regularidade (quantidade de países, em percentual, por tempo, em percentual).

INTERVALOS DE TEMPO	CERF		WFP		UNHCR		UNICEF	
	NDD	DACD	NDD	DACD	NDD	DACD	NDD	DACD
[0%, 69,9%)	82,31707	6,9	87,80488	0	76,82927	0	73,17073	0
[70%, 100%)	17,68	89,65517	1,22	100	17,07	100	10,37	100

Fonte: WFP, CERF, UNHCR, UNICEF.

A **Tabela 9** apresenta os NDDs que efetivaram doações, por agência, em todo o período analisado. Embora o WFP tenha os maiores recursos governamental em praticamente todo o período, do lado dos NDDs, somente dois países contribuíram 100% do tempo: China e Egito. Por outro lado, no UNICEF, para o qual são apresentados dados relativos a dezessete anos de atuação – contra dezoito do WFP –, há dezessete NDDs que aportaram recursos em todo o tempo.

Tabela 9. NDDs que contribuíram em todos os anos analisados, por agência.

CERF	UNHCR	UNICEF	WFP
África do Sul	África do Sul	Andorra	China
Andorra	Andorra	Barbados	Egito
Armênia	Arábia Saudita	Chile	
Estônia	Argélia	China	
Indonésia	Argentina	Cingapura	
Liechtenstein	Azerbaijão	Emirados Árabes Unidos	
México	Brasil	Federação Russa	
Mônaco	Bulgária	Filipinas	
Peru	Catar	Israel	
	Chile	Liechtenstein	
	China	Mônaco	
	Chipre	Mongólia	
	Cingapura	Panamá	
	Costa Rica	Sri Lanka	
	Federação Russa	Tailândia	
	Israel	Tunísia	
	Liechtenstein	Turquia	
	Lituânia		
	Malta		
	Marrocos		
	México		
	Mônaco		
	Nigéria		
	Kuwait		
	Peru		
	Romênia		
	Sérvia		
	Tailândia		

Fonte: WFP, CERF, UNHCR, UNICEF.

Além desses países, podem ser considerados NDDs com regularidade alta (acima dos 70%) os países constantes na **Tabela 10**. A tabela inclui os países e o percentual de tempo em que fizeram doações às agências.

Tabela 10. NDDs que doaram entre 70% e 99,9% do tempo analisado, por agência.

CERF	%	UNHCR	%	UNICEF	%	WFP	%
Chile	90	Armênia	80	Bangladesh	94,12	Arábia Saudita	94,5
China	90	Botswana	80	Belize	94,12	Índia	94,5
Índia	90	Cazaquistão	80	Estônia	94,12	Jordânia	94,5
Kuwait	90	Croácia	80	Honduras	94,12	Panamá	94,5
Paquistão	90	Estônia	80	Índia	94,12	República Checa	94,5
Brasil	80	Indonésia	80	Nicarágua	94,12	Andorra	88,9
Cazaquistão	80	Letônia	80	Paquistão	94,12	Colômbia	88,9
Sri Lanka	80	Namíbia	80	África do Sul	88,24	Tailândia	88,9
Arábia Saudita	70	Quirguistão	80	Arábia Saudita	88,24	Cuba	83,3
Argentina	70	Turcomenistão	80	Bolívia	88,24	Quênia	83,3
Colômbia	70			Kuwait	88,24	República Árabe da Síria	83,3
Emirados Árabes Unidos	70			Malásia	88,24	Sri Lanka	83,3
Malásia	70			Marrocos	88,24	África do Sul	77,8
Marrocos	70			México	88,24	Israel	77,8
Mianmar	70			Omã	88,24	Paquistão	77,8
Peru	70			Romênia	88,24	Catar	72,2
San Marino	70			Costa Rica	82,35	Chipre	72,2
Tailândia	70			Etiópia	82,35	Equador	72,2
Trinidad e Tobago	70			Lesoto	82,35	Nicarágua	72,2
Vietnã	70			Cuba	76,47		
				Mianmar	76,47		
				Trinidad e Tobago	76,47		
				Argélia	70,59		
				Armênia	70,59		
				Bulgária	70,59		
				Cazaquistão	70,59		
				Indonésia	70,59		

Fonte: WFP, CERF, UNHCR, UNICEF.

O conceito que vinha sendo utilizado de *Non DAC donors* até o momento se referia aos países doadores de ajuda externa que não eram membros do DAC/OCDE. Porém, a análise sobre o quesito “regularidade”, tal como desenvolvido, ao tomar como baliza mínimo de 70% de doação ao longo do período, por agência, propõe um refinamento do conceito inicial, reduzindo a lista de NDDs para aqueles que não são membros do DAC, mas que, ao mesmo tempo, contribuem de forma regular. Os demais países, excluídos da lista, embora sejam doadores, permanecem como doadores *ad hoc*.

3.5.2 *Host Donors*

No WFP é possível que o país faça doações para projetos a serem conduzidos em seu próprio território. São os chamados “*host donors*”. São países, portanto, que figuram como doadores nos dados de recursos, mas, ao mesmo também, são receptores desses aportes. Nesse sentido, poderiam ser excluídos da ideia de NDD, por utilizarem as agências para melhoria interna, e não como parte do sistema internacional de ajuda.

O WFP tem dados disponibilizados sobre *host donors* desde 2010. A **Tabela 11** apresenta os países que, nesses seis anos, apenas doaram para si. De 17 países, apenas três são asiáticos. A maior parte dos *host donors* é, por conseguinte, africana.

Tabela 11. Países que foram *host donors* em todo o período de 2010-2015.

Bangladesh
Burundi
Camarões
Camboja
Congo
Egito
Etiópia
Lesoto
Madagáscar
Malaui
Nepal
Quênia
República Democrática do Congo
São Tomé e Príncipe
Senegal
Suazilândia
Zimbábue

Fonte: WFP

Sendo assim, este estudo propõe que se considere como NDDs os países doadores de fora do grupo DAC, que fazem doações regulares (acima de 70% do tempo), excluindo os *host donors*.

3.6 “Bilateralização” do canal Multilateral

A canalização da ajuda externa pela via bilateral tende a ter a preferência dos governos. Porém, a canalização multilateral é significativa e tende a ter mais legitimidade perante os receptores (OECD, 2015; MAWDSLEY, 2012; REISEN, 2010; KINDORNAY & BESADA, 2011). No entanto, a literatura aponta para uma tendência de “bilateralização do multilateral” (KINDORNAY & BESADA, 2011). Isso quer dizer que os países estariam se valendo, de forma crescente, do canal multilateral para realizar canalizações bilaterais.

Como apontado anteriormente, são voluntárias todas as contribuições às agências e fundos humanitários da ONU analisados nesta pesquisa, sendo realizadas de forma regular, ou seja, anualmente, ou *ad hoc*, mediante apelo da agência perante determinada emergência. É possível, ainda, diferenciar o destino da verba aplicada. No WFP, no UNHCR e no UNICEF o dinheiro pode ser destinado para: (i) fundo multilateral, cujo manejo é atribuição da agência receptora; (ii) projeto específico, em que o país doador decide onde o recurso será alocado; (iii) fundo próprio, em que o país doador destina o recurso para si, no caso do WFP (“*host donors*”). A “bilateralização do multilateral” ocorreria no segundo caso, em que o doador toma a decisão sobre como alocar o recurso.

Diferentemente dos demais, o CERF é um fundo essencialmente multilateral. Como mostra a **Figura 16**, considerando-se apenas os dados relativos a doações multilaterais, o CERF recebeu mais que WFP e UNHCR, à exceção de 2008 e de 2015²⁷.

²⁷ O WFP disponibiliza dados desagregados referentes a doações essencialmente multilaterais a partir de 2002.

Figura 16. Comparação entre os valores das doações multilaterais governamentais ao WFP, CERF e UNHCR.

Fonte: WFP, CERF, UNHCR.

Em relação ao número de países doadores, também o CERF foi superior em quase todos os anos analisados, à exceção de 2015, em que o UNHCR foi superior (**Figura 17**).

No que diz respeito especificamente aos aportes multilaterais dos DACDs, o CERF foi o local preferencial em quase todos os anos analisados, à exceção de 2015, como mostram as **Figuras 18 e 19**. Quanto aos NDDs, contudo, as respostas apresentam mais variação, havendo crescimento e predomínio, nos últimos anos, menos 2012, também do CERF, como mostram as **Figuras 20, 21 e 22**. Vale notar o ano de 2008, em que o WFP representou 99,44% do total de recursos do ano (**Figura 22**). Isso se deveu a uma doação específica da Arábia Saudita, que, sozinha, foi superior à soma de todas as contribuições dos países membros do DAC. Isso porque, em 2008, o país fez uma doação multilateral ao WFP de US\$ 368,5 milhões, enquanto os países-membros da OCDE-DAC doaram, juntos, US\$302,4 milhões.

Figura 17. Quantidade de Governos doadores de AHI por agência humanitária da ONU.

Fonte: WFP, CERF, UNHCR.

A **Figura 20** mostra as contribuições dos NDDs aos fundos multilaterais da ONU. Porém, a visualização não fica clara devido à excepcionalidade do ano de 2008, em que a Arábia Saudita realizou uma doação significativamente volumosa (*outlier*). Para visualizar melhor os dados, a **Figura 21** os apresenta sem o ano de 2008. Percebe-se que, nos últimos anos, à exceção de 2012, o CERF tem recebido a maior parcela de doação dos governos. Esse dado difere daquele dos DACDs, em que desde que foi criado, menos em 2015, o CERF foi o *locus* preferencial em termos de alocação multilateral.

Figura 18. Contribuições dos DACDs aos fundos multilaterais da ONU (em milhões de US\$).

Fonte: WFP, CERF, UNHCR.

Figura 19. Contribuições dos DACDs aos fundos multilaterais da ONU (em %).

Fonte: WFP, CERF, UNHCR.

Figura 20. Contribuições dos NDDs aos fundos multilaterais da ONU (em milhões de US\$).

Fonte: WFP, CERF, UNHCR.

Figura 21. Contribuições dos NDDs aos fundos multilaterais da ONU (em milhões de US\$), sem o ano de 2008.

Fonte: WFP, CERF, UNHCR.

Figura 22. Contribuições dos NDDs aos fundos multilaterais da ONU.

Fonte: WFP, CERF, UNHCR.

3.7 Outsiders

Os dados permitem observar, também, se há países que não participaram como doadores em nenhum dos anos analisados em nenhuma das agências (**Tabela 12**).

Tabela 12. Países que não fizeram doações às agências nos períodos analisados.

Bielorrússia
Dominica
Quiribati
Micronésia (Estados Federados da)
Seychelles
Ilhas Salomão
Tonga
Vanuatu

Fonte: WFP, CERF, UNHCR, UNICEF.

3.8 Conclusão

Este capítulo buscou analisar o tema dos doadores Não DAC, partindo de dados multilaterais de agências humanitárias da ONU. Essa metodologia permitiu que dados homogêneos fossem usados, de modo a permitir comparações.

A análise dos dados permitiu a observação de uma mudança lenta, porém gradativa, da distribuição de pesos entre os DACDs e os NDDs. Em termos financeiros, a participação dos NDDs no Sistema Humanitária Internacional é reduzida, tendo eles tido sua maior participação percentual em 2012, no UNICEF, quando representaram 18,53%, e em 2008, no WFP, quando representaram 15,30%. No entanto, embora a participação deles seja pequena, os dados mostram que, ao longo dos anos, houve crescimento significativo em WFP, UNICEF e UNHCR, exceto no CERF.

Com relação à análise das preferências dos NDDs, percebe-se que tendem a desembolsar mais recursos para o WFP. Porém, se se refinam os dados para aportes puramente multilaterais, é possível ver que o CERF acaba por ser o *locus* preferencial na maior parte dos anos.

Os dados também permitem sugerir um detalhamento mais refinado do conceito de NDD. Além de serem países de fora do grupo DAC, também são países que apresentam regularidade nas doações, contribuindo com constância ao Sistema

Humanitário Internacional. Neste estudo, consideraram-se doadores regulares aqueles que contribuíram em mais de 70% do tempo em cada agência.

Subsidiariamente, é possível observar alguns padrões que ajudam a detalhar o conhecimento sobre o Sistema Humanitário Internacional da ONU. Como mencionado anteriormente, WFP, UNICEF, CERF e UNHCR são financiados por contribuições voluntárias apenas. Os dados permitem observar que, do ponto de vista das agências e programas, o aumento da participação dos NDDs contribui para: a ampliação dos recursos; ampliação de parceiros; e diminuição relativa da dependência dos doadores DAC. Pelos números, essa diminuição do “*power of the purse*” será lenta; não obstante, é algo que já acontece.

Os dados também parecem confirmar que é incorreto alcunhar o grupo de “Novos doadores”, uma vez que a maior parte deles já atua como doador há, pelo menos, quase duas décadas. Dados mais antigos são necessários para encerrar esse debate.

Também é possível confirmar o fenômeno da “bilateralização” do multilateral, no sentido que os países tendem a optar mais por contribuições em que possam determinar o destino da verba do que as contribuições que ficam a cargo da organização escolher o destino. Nesse sentido, pode-se afirmar que os países fazem uso político das agências multilaterais, o que tem como potencial consequência a diminuição da eficiência da ajuda externa.

Por fim, é possível afirmar que praticamente todos os países membros da ONU são doadores, mesmo que não regulares, tendo sido contabilizados oito países que, nas agências e nos períodos analisados, não contribuíram sequer uma vez como doadores. Nesse sentido, se observa um alargamento do sistema, comprovando o rompimento de fato na linha que supostamente separava doadores de receptores.

Capítulo IV

O BRASIL COMO DOADOR NÃO DAC: A VANTAGEM COMPARATIVA BRASILEIRA E A DIPLOMACIA CONTRA A FOME

4.1 Introdução

O Brasil é um doador Não-DAC. Completou, em 2015, a sua primeira década como provedor de assistência humanitária internacional (AHI). Embora já doasse de forma esporádica anteriormente, foi a partir de 2006 que o governo empenhou vontade política para a realização de ações humanitárias internacionais. No contexto, criou o Grupo de Trabalho Interministerial de Assistência Humanitária Internacional (GTI-AHI), coordenado pelo Ministério das Relações Exteriores e fora dos quadros da Agência Brasileira de Cooperação (BRASIL, 2006). Os recursos aportados seguiram trajetória de alta até 2012, quando atingiram o ápice com o valor de US\$ 78 milhões. Em seguida, porém, houve retrocesso. No ano de 2015, os recursos empreendidos para oferta de AHI recuaram para 10% do total de três anos antes, não passando de US\$ 7,8 milhões²⁸.

O Brasil passou a agir como doador regular de assistência humanitária internacional (AHI) no início do segundo mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. A transformação do Brasil em doador não é ato isolado, estando inserida em estratégia política mais abrangente de aproximação com países em desenvolvimento e de expansão da cooperação internacional brasileira conduzida a partir de 2003. No governo de Dilma Rousseff, a função de doador foi mantida, atingiu auge, e, posteriormente, se retraiu.

Neste capítulo, serão estudadas as ações brasileiras de assistência humanitária internacional, com foco nos valores e características das ações quanto a: distribuição geográfica e forma de canalização. Inicialmente, será apresentada a evolução da temática da assistência humanitária na política externa brasileira, seguida das alterações institucionais e conceituais decorrentes do desenvolvimento do país como doador.

²⁸ Neste capítulo, todos os valores foram convertidos para o ano-base 2000.

4.2 A emergência do tema da Assistência Humanitária Internacional na Política Externa Brasileira a partir de 2003

A política externa (PEX) inaugurada em 2003, com a posse na Presidência da República de Luiz Inácio Lula da Silva, teve traços marcantes, desenhados com preferências políticas claras. Houve aprofundamento em algumas situações, e “ajustes” em outras. Se a aproximação com países em desenvolvimento começava a se tornar realidade no final do segundo mandato de FHC, desde o início do governo Lula já era prioridade. Se a PEX até FHC ainda apresentava mecanismos de inserção dependente, a Política Externa Brasileira a partir do primeiro mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi conduzida por um modelo de inserção exterior de interdependência real, buscando maior democratização das relações internacionais, como com a interrupção das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) (CERVO & BUENO, 2011). Em análise similar, VIGEVANI & CEPALUNI (2007) observaram que o Brasil, embora participando ativamente nos grandes temas da agenda internacional, restringe-se a questões meramente “técnicas”, para *“enfatizar a defesa da soberania e do interesse nacional, com visão mais crítica das vantagens e desvantagens da liberalização comercial em uma situação de assimetria em relação aos países ricos”*. (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p. 317)

A rejeição a um modelo de dependência e de busca por um modelo autônomo e ativo de inserção mostrou-se logo nos primeiros anos do governo, privilegiando o multilateralismo e as relações com países em desenvolvimento, consubstanciada por meio da retomada da Cooperação Sul-Sul (CSS) na política externa brasileira (CERVO & BUENO, 2011; VIGEVANI & CEPALUNI, 2007; VIZENTINI, 2012). Segundo Amado Luiz Cervo, esse tipo de cooperação é um *“sonho que vem dos anos 1970 e foi abandonado por Cardoso, em favor de sua aliança com o Ocidente”* (CERVO, 2004, p.3).

“Lula da Silva utiliza uma estratégia que poderia ser batizada de ‘autonomia pela diversificação’, enfatizando a cooperação Sul-Sul para buscar maior equilíbrio com os países do Norte, realizando ajustes, aumentando o protagonismo internacional do país e consolidando mudanças de programa na política externa”. (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p.283)

O governo FHC²⁹, diferentemente, não privilegiou a relação do Brasil com países em desenvolvimento, dando preferência ao aprofundamento das relações com países desenvolvidos (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007; VIZENTINI, 2012; CERVO & BUENO, 2011).

A administração FHC privilegiou as relações com países desenvolvidos, principalmente com a União Europeia e os Estados Unidos. A aproximação com grandes países do Sul visava benefícios materiais, principalmente em setores comerciais. No final do segundo mandato, o governo buscou ampliar relações com a China, Índia, Rússia e África do Sul. No caso do contencioso das patentes farmacêuticas contra os Estados Unidos, o Brasil aproximou-se da Índia e da África do Sul, mas não institucionalizou a parceria durante o seu governo (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p.323).

Nesse sentido, quando ocorriam relações entre o Brasil e países em desenvolvimento, elas eram pautadas pelo interesse em ganhos materiais (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007).

Com Lula, a busca era por uma política externa brasileira em direção a uma “nova geografia mundial”, em coordenação com outros países do Sul. Na prática, isso levou à reaproximação do Brasil com a África, Ásia e, principalmente, os países latino-americanos (LIMA, 2005).

“Nossa prioridade é indiscutivelmente a América do Sul. Uma América do Sul politicamente estável, socialmente justa e economicamente próspera é um objetivo a ser perseguido não só por natural solidariedade, mas em função do nosso próprio progresso e bem-estar”. (AMORIM, 2003)

Antes do governo Lula, houve, principalmente, duas experiências em que se reportam a inserção da agenda da cooperação entre países em desenvolvimento. O tema cooperação internacional com países subdesenvolvidos entrou na agenda externa brasileira com a Política Externa Independente, consubstanciada nos governos Jânio Quadros, e, na sequência, de João Goulart (LEITE, 2011). Vista, inicialmente, sob a ótica dos princípios e do discurso, lentamente, ao longo dos anos, a cooperação internacional dessa natureza começou a ser colocada em prática. Tributária dos axiomas oriundos dos debates dos Países Não Alinhados e da Conferência de Bandung, bem como das mudanças políticas surgidas com a independência na África e na Ásia, a valorização da

²⁹ Durante o governo FHC, três foram os Ministros das Relações Exteriores: Luiz Felipe Lampreia (de 1º de janeiro de 1995 a 12 de janeiro de 2001); Luiz Felipe de Seixas Corrêa (interino - de 12 de janeiro de 2001 a 29 de janeiro de 2001); e Celso Lafer (de 30 de janeiro de 2001 até o final do segundo mandato do presidente FHC).

cooperação internacional com países em desenvolvimento refletia o redimensionamento da importância do eixo Leste-Oeste, marca da Guerra Fria, em face da emergência do eixo Norte-Sul, marca da percepção das assimetrias de desenvolvimento entre as nações (CERVO & BUENO, 2011).

A política externa iniciada no governo de Jânio Quadros e continuada no de João Goulart, autodenominava-se independente. Trata-se de período em que houve clara modificação das prioridades no relacionamento externo. De iniciais declarações de interesse pela situação em outros países em desenvolvimento, na África, na América Latina e na Ásia, passou-se à ação concreta de aproximação destes e também de países do Leste Europeu. (BARRETO FILHO, 2001, p.239)

Posteriormente, a cooperação com países em desenvolvimento foi retomada ainda durante o regime militar, com o Pragmatismo Responsável da Política Externa de Ernesto Geisel, conduzida pelo chanceler Azeredo da Silveira (LEITE, 2011). Em seu discurso de posse, Azeredo, que era diplomata de carreira, advogou em favor de um *“pragmatismo responsável e consciente dos deveres da Nação, bem mais adulta, no terreno da solidariedade e cooperação internacionais em prol do progresso da humanidade e da paz mundial”* (SILVEIRA, 1974). Era a favor de uma ordem internacional mais equânime, privilegiando os países em desenvolvimento, que considerava como principais vítimas da ordem econômica constituída no pós-II Guerra Mundial (BARRETO FILHO, 2006).

Porém, foi com Lula que a cooperação Sul-Sul ganharia protagonismo. A busca por cooperação horizontal intentada por Itamar Franco e pleiteada, mas não desenvolvida, por Fernando Henrique Cardoso (FHC), teve continuidade no governo seguinte, indicada, logo no início do governo, com a escolha de Celso Amorim para ocupar o cargo de Ministro das Relações Exteriores (PECEQUILO, 2008).

“A nomeação do embaixador Celso Amorim para o Ministério das Relações Exteriores teve um significado simbólico para o estabelecimento das grandes linhas da política externa do governo Lula. A indicação de um diplomata de carreira, que fora chanceler durante o governo Itamar Franco, foi mais um sinal de que a política externa do Brasil não sofreria uma mudança brusca nem adotaria uma postura ‘militante e ideológica’, como especularam alguns analistas”. (VIZENTINI, 2006, pp. 165-166)

Cem dias após o início do governo, em Aula Magna do Instituto Rio Branco, o chanceler Celso Amorim elencou os eixos estratégicos da política externa brasileira,

enfatizando o compromisso com o multilateralismo e com as parcerias com países em desenvolvimento (AMORIM, 2003; VIZENTINI, 2006).

Tendo como um dos primeiros passos a Primeira Conferência de Países da Ásia e da África, em Bandung, na Indonésia, em 1955, o termo “CSS” tem sido utilizado de forma abrangente, podendo incluir diversas formas de cooperação, como formação de coalizões políticas, promoção de comércio Sul-Sul, construção de espaços regionais de integração, financiamento de projetos de infraestrutura via empréstimos subsidiados, até modalidades de transferência de tecnologia, intercâmbio de experiências no campo das políticas públicas e cooperação técnica por meio de ministérios, agências, entidades subnacionais, universidades e organizações não governamentais (MILANI & CARVALHO, 2013; LEITE, 2012).

“O termo “cooperação Sul-Sul” (CSS) vem sendo usado, talvez com recorrência inédita, por governos, organizações internacionais e entidades da sociedade civil. Em geral ele é usado para se referir a um amplo conjunto de fenômenos relativos às relações entre países em desenvolvimento – formação de coalizões de geometrias múltiplas, barganha coletiva em negociações multilaterais, arranjos regionais de integração, assistência para o desenvolvimento, intercâmbio de políticas, fluxo de comércio e de investimentos privados etc. Já para especialistas a CSS diz respeito a uma modalidade da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID)”. (LEITE, 2012, p. 01)

Nesse sentido, o termo Cooperação Sul-Sul pode ser interpretado de maneira ampla e de maneira restrita. A seguir, serão apresentadas iniciativas do governo brasileiro de articulação pela política externa frente à cooperação Sul-Sul, abordando-a de ambas as maneiras (ampla e restrita) e em dois eixos: político-econômico e econômico-solidário.

4.2.1 Nível político-econômico

4.2.1.1 CSS em sentido amplo

A diplomacia presidencial exerceu papel relevante nas concertações político-econômicas de CSS, principalmente durante os dois mandatos do governo Lula (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007). Foram, pelo menos, 285 viagens internacionais e 485 dias fora do país, com destinos principalmente para América do Sul, América Central e África, de 2003 a 2010 (CORNETET, 2014). Ao longo de seu governo, Lula tornou-se o presidente brasileiro que mais visitou o continente africano (VILELA & NEIVA, 2011).

Também faz parte da estratégia política de aproximação com países em desenvolvimento a abertura de postos diplomáticos no exterior. Até 2005, das 35 novas representações diplomáticas, 15 foram em território africano (MIYAMOTO, 2009). Ao longo dos dois mandatos de Lula, foram abertas 40 embaixadas e 67 consulados. No governo Dilma, não só a diplomacia presidencial sofreu retração, bem como o ritmo de abertura de representações brasileiras no exterior diminuiu, tendo sido, até 2013, 8 novas embaixadas e 10 novos consulados (CORNETET, 2014). Tanto as visitas quanto a abertura de representações visavam ao estreitamento das relações políticas quanto à abertura de mercados (VIZENTINI, 2012).

Além da diplomacia presidencial e da abertura de embaixadas, a ação política voltada para países em desenvolvimento se consubstanciou em coalizões de geometria variável, com o objetivo de alterar a geografia do poder mundial e de buscar maior equilíbrio nas relações Norte-Sul (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007). A participação no G-20 comercial é um exemplo. Constituído em 20 de agosto de 2003, nas reuniões preparatórias para a V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), a realizar-se em Cancun, no México, o Brasil articulou e liderou as negociações sobre o destravamento das negociações sobre agricultura (VIZENTINI, 2006). Antes, em junho do mesmo ano, o país participou do Fórum Trilateral Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) – ou G-3 – como foro diplomático voltado para ação articulada para o fortalecimento das instâncias multilaterais, bem como para promoção das relações entre si (CERVO & BUENO, 2011; VIZENTINI, 2006).

Vale mencionar, também, outro foro de concertação política com países emergentes: BRICS, o qual se refere a um grupo que surgiu da sigla “BRICs”, atribuída em 2001 pelo economista da Goldman-Sachs, Jim O’Neill, para referir-se a quatro países emergentes – Brasil, Rússia, Índia e China – com potencial de elevado crescimento econômico e de ultrapassar as maiores economias do mundo. O que nasceu como sigla evoluiu para grupo informal em 2006, tendo sido consolidado em 2009, com adesão, em 2011, da África do Sul (O’NEILL, 2001; ABDENUR & FOLLY, 2017). Visava-se à ampliação da cooperação política e econômica, bem como a uma ordem internacional mais inclusiva (ABDENUR & FOLLY, 2017).

Como consequência da combinação de estratégias político-econômicas, o Brasil logrou ampliação de laços com países árabes, africanos e asiáticos, garantindo, também, a participação de países da América do Sul.

“Outras iniciativas a serem destacadas foram as visitas de Lula aos países árabes do Oriente Médio e a aproximação com a África, com cinco visitas presidenciais a este continente nos primeiros cinco anos de governo. Como resultado, realizaram-se, em Brasília, o I Encontro de Cúpula América do Sul-Países Árabes, quando foi assinado o acordo de cooperação Mercosul-Conselho de Cooperação do Golfo (maio de 2005), e na Nigéria, a I Reunião de Cúpula África-América do Sul (dezembro de 2006). As visitas de Lula foram importantes não apenas para as relações do Brasil com a África, mas, sobretudo, para o estabelecimento de uma associação institucionalizada entre o Mercosul e a Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), a área de integração nucleada pela África do Sul na parte meridional do continente. As relações com a Índia vêm crescendo e a parceria estratégica com a China, finalmente, ganhou um conteúdo digno do nome, extrapolando o plano meramente comercial”. (VIZENTINI, 2012, p.112)

4.2.1.2 CSS em sentido estrito

Os primeiros marcos institucionais relativos à cooperação internacional surgiram em 1950, com a criação da Comissão Nacional de Assistência Técnica, composta por membros da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, do Ministério das Relações Exteriores e de Ministérios Setoriais. À época, o país recebia doações, sob forma de cooperação Norte-Sul. Tradicionalmente, o Brasil é beneficiário de ações de cooperação (MILANI, et al., 2013). Entre 1960 e 1990, o Brasil foi receptor de mil e trezentos projetos de cooperação técnica internacional (CERVO, 2008). Após reformas durante o regime militar, os núcleos centralizados na Secretaria de Planejamento e no MRE foram fundidos, em 1987, sendo criada, então, a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), sob comando do MRE, a qual completa, em 2017, trinta anos (ALMINO & LIMA, 2017).

O Brasil mostra-se como doador de cooperação para o desenvolvimento internacional (CID) voltada para o “Sul global” desde os anos 1970, mas experimentou considerável crescimento no século XXI, tanto em termos de gastos quanto em termos de países beneficiários (MELLO E SOUZA, 2014).

Desde o governo Lula, ocorre um esforço de lançar o Brasil como polo doador de CSS. Para demonstrar a crescente atividade brasileira do lado da oferta, o governo brasileiro mensurou os dados referentes ao que considera como modalidades de CID e os publicou em um relatório chamado Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional (COBRADI). A publicação foi elaborada por quatro membros do governo:

a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE/PR), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Ministério das Relações Exteriores (MRE), e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC). Houve duas versões. A primeira foi lançada em 2010, abrangendo os anos de 2005 a 2009. A segunda, de 2013, estendeu o estudo para 2010 (IPEA/ABC, 2013).

De acordo com a consolidação dos gastos do governo federal, a CID brasileira quase dobrou entre os anos de 2005 e 2009 (LEITE, et al., 2013). No entanto, a segunda versão do estudo aponta para um crescimento ainda mais significativo em 2010 (IPEA/ABC, 2013).

“Os gastos com a cooperação brasileira em 2010 totalizaram R\$ 1,6 bilhão equivalentes a US\$ 923 milhões em moeda corrente, representando um aumento nominal de 124,3% em relação a 2009. Deste total, R\$965 milhões (66,3%) correspondem a gastos com a cooperação multilateral e R\$491 milhões (33,7%) com a cooperação bilateral”. (IPEA/ABC, 2013, p. 05)

A publicação aborda especificamente a CID, na qual a maior parte das modalidades são usadas como forma de CSS. Estão presentes no estudo quatro tipos de cooperação: a técnica; a educacional; a científica e tecnológica; e a humanitária. São considerados parte da CID também apoio e proteção a refugiados, operações de manutenção de paz e gastos com organismos internacionais. Pelos dados de 2010, os maiores gastos, em termos de área temática, ocorreram com organismos internacionais (33,7%), e em termos de região geográfica, na América Latina e Caribe (68,1%) (IPEA/ABC, 2013).

4.2.2 Nível econômico-solidário

A modalidade de cooperação humanitária e a modalidade apoio e proteção a refugiados podem ser analisadas separadamente em relação aos demais, por exercerem papel mais específico na estratégia brasileira de promoção das relações de CSS e por poderem ser vistos como parte do “programa social” internacionalizado do governo Lula (VIZENTINI, 2012).

De fato, em seu discurso de posse, em 2003, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva já sinalizava como seriam as relações externas em seu governo. Dentre elas, além da defesa da democratização das relações internacionais e da valorização do

multilateralismo, afirmou buscar ação diplomática orientada por uma perspectiva “humanista” (SILVA, 2003).

Especificamente o tema de combate à pobreza já vinha desde a década de 1990, como consequência da “década das conferências sociais³⁰” (PENNA FILHO, 2006).

“A atuação do Brasil nos foros internacionais dos anos 1990 não deixa dúvida de que as temáticas do desenvolvimento social, do combate à pobreza e da inclusão social dos grupos tradicionalmente marginalizados na sociedade brasileira vieram compor a agenda internacional do País ao lado dos temas tradicionais, como os relativos à integração regional, comércio internacional, multilateralismo etc”. (PENNA FILHO, 2006, p. 349)

Com Fernando Collor de Mello, o tema social foi discretamente abordado, uma vez que o centro da PEX estava voltado para: diminuir a imagem “terceiro-mundista” do país, atualização da agenda internacional e relações próximas com os Estados Unidos (HIRST & PINHEIRO, 1995). A política externa de FHC tampouco apresentou avanços, não tendo tido papel ativo em questões sociais (PENNA FILHO, 2006).

“Embora o chanceler Luiz Felipe Lampreia tenha afirmado em discurso que uma prioridade básica da diplomacia brasileira era servir ao objetivo do desenvolvimento econômico e social, as ações práticas recaíam muito mais na ideia de desenvolvimento econômico, ainda de certa maneira desvinculado do social”. (PENNA FILHO, 2006, pp. 354-355)

Diferentemente, ao assumir a presidência, Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), imprimiu também no plano da PEX o tema social dentre as prioridades (VIZENTINI, 2012; CERVO & BUENO, 2011; VIGEVANI & CEPALUNI, 2007). Como afirmou-se no documento que consolida a Política Internacional do PT, “*com a eleição de Lula em 2002, e sua reeleição em 2006, o PT passou a enfrentar o desafio de articular as relações internacionais do Partido com a política externa do governo Lula*” (PT, 2010, p. 10).

De fato, a PEX do presidente Luiz Inácio Lula da Silva concretizou parte das posições tradicionais do partido, que vinham se consolidando desde os anos 1970

³⁰ Na década de 1990, houve conferências da ONU sobre temas sociais específicos, como direitos humanos, desenvolvimento social, população, situação da mulher e combate ao racismo (PENNA FILHO, 2006).

(VIGEVANI & CEPALUNI, 2007). O combate à fome e à pobreza são princípios constituintes das posições internacionais do PT (PT, 2010). Porém, mais do que inserir o tema social na agenda da política externa brasileira, Lula e Amorim conseguiram incluir o tema do combate à fome na agenda da política internacional (SILVA, 2013).

O tema do combate à fome já havia sido apresentado no discurso de posse, com a introdução do programa “Fome Zero”.

“Por isso, defini entre as prioridades de meu governo um programa de segurança alimentar que leva o nome de ‘Fome Zero’. Como disse em meu primeiro pronunciamento após a eleição, se, ao final do meu mandato, todos os brasileiros tiverem a possibilidade de tomar café da manhã, almoçar e jantar, terei cumprido a missão da minha vida” (SILVA, 2003).

Inicialmente, o programa foi desenhado para ser conduzido domesticamente. Com o passar dos anos, ainda no primeiro mandato, contudo, começa a delinear-se estratégia de internacionalização do programa, com a constituição, em 2004, da Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome³¹ (CGFOME) (TAMBOURGI, 2012).

“Today, the Zero Hunger Strategy is recognised as a model by the United Nations Food and Agriculture Organisation (FAO) or the World Food Programme (WFP) in the fight against hunger and poverty, and Brazil is engaged in globally diffusing the knowledge of the Zero Hunger Strategy throughout the developing world”. (FRAUNDORFER, 2013).

A partir da criação da CGFOME, o Brasil começou a se firmar como doador de assistência humanitária. Antes, há registros apenas de algumas ações esporádicas (TAMBOURGI, 2012).

4.3 A institucionalização da Assistência Humanitária Internacional no governo brasileiro

A decisão política de inserir o Brasil como doador de AHI acarretou mudanças institucionais e instrumentais internas. Logo no primeiro ano do governo Lula, em 2003, a Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais (SAEI), do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR) foi designada para

³¹ Temas como a internacionalização do Programa Fome Zero e de outros programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) não serão analisados neste capítulo, cujo foco recai sobre os valores financeiros das ações humanitárias brasileiras.

gerenciar as ações humanitárias brasileiras. A primeira grande atuação foi por causa do tsunami de 2004, que atingiu o Sri Lanka, a Indonésia e Taiwan (COUTO & SOARES, 2007; MRE, 2010).

Também em 2004, foi criada a Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome (CGFOME), que passou a funcionar nos quadros da Secretaria-Geral das Relações Exteriores do MRE (MRE, 2008).

“A Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome³² (CGFOME) foi estabelecida formalmente em 1º de janeiro de 2004, no Ministério das Relações Exteriores, a fim de promover a cooperação humanitária internacional e a garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional. Desde então, se tornou a unidade responsável pela articulação operacional das ações humanitárias do Governo brasileiro e pelo diálogo político sobre estes temas junto aos organismos internacionais e demais instituições competentes”. (MRE, 2011)

Embora considerada um tipo de cooperação, a atividade humanitária brasileira, encabeçada pela CGFOME, não estava subordinada à Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

De acordo com a Portaria nº. 212, de 30 de abril de 2008, que apresenta o Regimento Interno da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, dispoendo sobre a Organização Geral da Secretaria de Estado das Relações Exteriores, são competência da CGFOME, conforme o Art. nº. 40:

“Art. 40. Compete à Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome tratar os seguintes temas, do ponto de vista da política externa:

- a) Segurança Alimentar (inclusive Direito Humano à Alimentação) e Nutricional;
- b) Desenvolvimento Agrário (Reforma Agrária e Agricultura Familiar);
- c) Pesca Artesanal;
- d) Instituto Social Brasil-Argentina;
- e) Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola (FIDA) e Programa Mundial de Alimentos (PMA);
- f) Fórum Social Mundial;
- g) Diálogo com a Sociedade Civil;
- h) Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; e

³² A partir de 2010, o nome da pasta foi alterado de “Coordenação-Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome” para “Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome”.

i) Assistência Humanitária.” (MRE, 2008)

Depois da criação da CGFOME, o governo brasileiro caminhou em direção à finalização do processo de institucionalização das ações de assistência humanitária com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial de Assistência Humanitária Internacional – GTI-AHI. O Grupo foi criado em junho de 2006 por Decreto Presidencial. Quando da sua criação, o GTI-AHI era formado por nove integrantes, embora o controle permanecesse no Ministério das Relações Exteriores (GTI-AHI, 2011). No ano seguinte, o Decreto de 6 de novembro de 2007 subiu para o número de membros para quatorze (BRASIL, 2007). O GTI-AHI é o detentor da capacidade jurídica específica de coordenar a ação de assistência humanitária internacional brasileira. É formado por 14 integrantes³³, mas é o Ministério das Relações Exteriores que o encabeça (GTI-AHI, 2011). Com a institucionalização centralizada no GTI-AHI, começou o Brasil a agir mais ativamente com a assistência humanitária na arena internacional. Em termos práticos, isso se traduziu em crescimento do número de ações, de recursos e de países atendidos desde 2006.

Enquanto o GTI-AHI permanece ativo, em setembro de 2016, a CGFOME foi fechada, e o chefe do departamento desde 2004, Milton Rondó Filho, foi exonerado do cargo.

A Organização Não Governamental Internacional humanitária ActionAid, única no mundo com sede na África, manifestou-se, lamentando o fim da pasta³⁴.

“O Brasil vinha se notabilizando por um papel importante na cooperação internacional, dado o êxito que o país teve internamente no combate à fome. Tanto na América Latina, quanto em países da África, a presença desta cooperação passou a ser muito relevante, principalmente repassando a experiência do Programa de Alimentação Escolar (PNAE) e do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). O CGFOME teve um papel fundamental nesta cooperação, pois intermediava a relação entre os órgãos do governo brasileiro que eram os protagonistas destas políticas e os diversos países que demonstravam interesse nos projetos. Alguns deles foram Níger, Senegal, Moçambique e Cabo Verde, na África, e Honduras, El Salvador e Colômbia, na América Latina. A extinção do

³³ Os outros 14 integrantes são: Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Defesa; Ministério da Justiça; Ministério da Fazenda; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Saúde; Ministério da Integração Nacional; Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria-Geral da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; Ministério da Educação; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Ministério das Comunicações; e Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

³⁴ A ActionAid foi criada em 1972 e está no Brasil desde 1999.

CGFOME e a absorção de suas funções por outros órgãos preocupam muito, pois enfraquecem bastante a capacidade de iniciativa do Brasil na cooperação neste tema e geram uma impressão nos outros países da retirada de prioridade interna no combate à fome”. (ACTIONAID, 2016)

Atualmente, as atividades da CGFOME foram canalizadas pela Agência Brasileira de Cooperação. No entanto, o *website* da CGFOME continua em funcionamento³⁵.

4.4 A Assistência Humanitária Internacional: conceito

As ações brasileiras podem ser classificadas em dois tipos: financeiras ou *in kind*. As ações financeiras são doações feitas em dinheiro para o receptor ou para o organismo internacional. Já as doações *in kind* são realizadas por meio de doação de bens básicos necessários à sobrevivência em contexto de emergência humanitária, a exemplo de alimentos e medicamentos.

Em termos conceituais, as primeiras definições são posteriores à criação do GTI-AHI, uma vez que, no Decreto Presidencial de 21 de junho de 2006, que o criou, apenas se mencionava o termo “assistência humanitária internacional”, sem aportar definição (BRASIL, 2006).

No ano seguinte, no Projeto de Lei 737/2007, que visava à criação de um Plano Nacional de Assistência Humanitária, apresentaram-se elementos que não estavam presentes na definição anterior, mencionando que as ações de assistência humanitária tinham por objetivo:

“[...] prevenir, proteger, preparar, evitar, reduzir, mitigar sofrimento e auxiliar outros países ou regiões que se encontrem, momentaneamente ou não, em situações de emergência, de calamidade pública, de risco iminente ou grave ameaça à vida, à saúde, à garantia dos direitos humanos ou humanitários de sua população”. (BRASIL, 2017)

Ressalta-se, aqui, a inclusão da “prevenção”, para evitar “situações de risco iminente”, para proteger contra “grave ameaça” a direitos. Enfatiza-se, também, o rol de direitos a que o texto se refere, incluindo não só o direito à vida, mas também à saúde e à garantia dos direitos humanos da população vitimada. Nesse sentido, trata-se de uma

³⁵ Disponível em: <<http://cooperacaohumanitaria.itamaraty.gov.br/>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

definição mais ampliada de assistência humanitária (TAMBOURGI, 2012).

Posteriormente, nos dois primeiros balanços das atividades do GTI-AHI, esse é o conceito apresentado. No primeiro, de 2009, inclui-se, também, uma diferente categoria conceitual como parte da AHI: “ação estruturante”, indicando que a assistência humanitária internacional não seria apenas “preventiva” ou “emergencial”, mas, também, “estrutural”, reforçando o combate à pobreza e à insegurança alimentar (TAMBOURGI, 2012). Para além da ação estruturante, no segundo relatório, passa a ser usado, também, o conceito de “assistência humanitária sustentável”, para referir-se aos atos que “contemplam a transição eficaz entre ações emergenciais e estruturantes, inclusive por meio da aquisição local de alimentos”, em referência ao PAA (GTI-AHI, 2010). A divisão da assistência humanitária em emergencial e estruturante bem como a ideia de sustentabilidade se enraizaram no discurso brasileiro.

Em 2011, no terceiro balanço das atividades humanitárias brasileiras, o GTI-AHI inovou retoricamente, passando a chamar a “assistência humanitária internacional” de “cooperação humanitária internacional”, no intento de fortalecer a imagem de Brasil como “parceiro”, e não como doador e, por conseguinte, hierarquicamente superior (MRE, 2011).

4.5 A Assistência Humanitária Internacional Brasileira: Números

O Brasil completou, em 2015, uma década como doador regular de assistência humanitária internacional. Ao todo, foram desembolsados US\$ 288.503.552,38 (CGFOME, 2016). Nesse período, o Brasil atingiu o pico de aporte de recursos em 2012, com US\$ 78 milhões, no governo da presidente Dilma Rousseff, para depois regredir, no último ano analisado, para a nível inferior a 2007, apresentando o segundo pior resultado do período, com a oferta de 10% do total de três anos antes.

O estudo compreende o período de 2006-2015, ou seja, do ano em que foi criado o GTI-AHI até a compleição de uma década de funcionamento.

A **Figura 1** mostra o valor agregado das atividades humanitárias brasileiras em seus dez anos. No primeiro ano de funcionamento do GTI-AHI, as ações não ultrapassaram meio milhão de dólares. Depois, no primeiro quinquênio, somente não houve crescimento nos recursos aportados em 2008, ano da crise financeira internacional. Em 2010, os recursos atingiram quase US\$ 74 milhões. O segundo quinquênio, contudo, parece espelhar a imagem o primeiro. De fato, de 2010 a 2012 ocorreu o período de maior

abundância de disponibilização de recursos para assistência humanitária internacional; após, os recursos não voltaram a ultrapassar os US\$20 milhões (CGFOME, 2016).

Figura 1. Valores das ações humanitárias brasileiras de 2006 a 2015.

Fonte: CGFOME/2016.

*Valores deflacionados para valores do ano 2000.

A **Tabela 1** mostra a correspondência dos valores das ações de AHI brasileiras em relação ao percentual do PIB. O maior valor percentual das ações em relação ao PIB deu-se em 2012, com quase meio por cento do total. Este foi também ano do maior aporte absoluto de recursos. Por outro lado, o menor valor verificou-se em 2006, primeiro ano de centralização das atividades humanitárias brasileiras e igualmente ano com o menor valor absoluto destinado às ações humanitárias (CGFOME, 2016; BANCO MUNDIAL, 2016).

Tabela 1. Correspondência dos valores das ações humanitárias brasileiras em percentual do PIB.

<i>Ano</i>	<i>% do PIB</i>
2006	0,003%
2007	0,072%
2008	0,055%
2009	0,118%
2010	0,424%
2011	0,304%
2012	0,448%
2013	0,084%

2014	0,109%
2015	0,046%

Fonte: CGFOME (2016) e Banco Mundial (2016).

Ainda sobre o PIB, a **Figura 2** apresenta ao mesmo tempo os aportes financeiros tanto do PIB quanto dos recursos humanitários, mostrando que aumento no PIB não necessariamente se refletiu em aumento dos recursos humanitários (CGFOME, 2016; BANCO MUNDIAL, 2016).

Figura 2. Valor das ações em relação ao PIB.

Fonte: CGFOME (2016) e Banco Mundial (2016).

*Valores deflacionados para valores do ano 2000.

A **Tabela 2** reforça o argumento, mostrando que não apenas a variação dos recursos humanitários nem sempre seguiram em sentido as variações de PIB, como também não tiveram relação em termos de variação de proporção (CGFOME, 2016; BANCO MUNDIAL, 2016). Vale ressaltar que o valor da variação da AHI em 2007 destoava dos demais devido aos valores do ano anterior serem escassos, tornando a variação mais proeminente.

Tabela 2. Variação anual dos recursos de AHI em comparação à variação anual do PIB³⁶.

	<i>Variação % da AHI</i>	<i>Variação % do PIB</i>
2006	-	-
2007	2.402,51	3,13
2008	-22,84	1,21
2009	114,29	0,23
2010	280,67	5,79
2011	-27,68	0,73
2012	46,97	-0,15
2013	-81,07	1,53
2014	28,02	-1,49
2015	-59,20	-3,96

Fonte: CGFOME (2016) e Banco Mundial (2016).

Consideradas todas as ações individuais para países e organizações internacionais, pelas vias bilaterais, multilaterais e trilaterais, o Brasil realizou, em uma década como doador, 618 ações humanitárias. Considera-se “ação” o ato de envio de dinheiro ou item *in kind* em uma remessa. Desde 2006, o número de ações humanitárias brasileiras teve aumentos sucessivos até 2012. Após esse ano, assim como em volume de recursos, o número de ações reduziu-se significativamente: em 2013, o total de ações equivalia a cerca de um terço da quantidade do ano anterior. A **Figura 3** mostra a quantidade de ações humanitárias realizadas anualmente.

Somando os dez anos tanto em número de ações quanto em termos de total gasto, percebe-se que o período entre os anos de 2010 a 2012 equivalem ao auge da assistência do Brasil como doador de assistência humanitária internacional. O triênio representa 56,8% do total de ações e concentra 71,43% da verba empregada em uma década (**Tabela 3**). Sendo assim, os valores médios por ação mais altos na década em tela pertencem ao período de 2010 a 2012, como apresenta a **Figura 4**.

³⁶ Não foi calculada variação para o ano de 2006, por não haver dados de recursos relativos a 2005.

Figura 3. Quantidade de ações humanitárias brasileiras por ano.

Fonte: CGFOME (2016).

Tabela 3. Comparação percentual do número de ações e da quantidade de verba por ano.

<i>Ano</i>	<i>% Ações</i>	<i>% Recursos</i>
2006	0,49	0,16
2007	3,88	4,07
2008	5,66	3,14
2009	8,41	6,74
<u>2010</u>	<u>14,08</u>	<u>25,64</u>
<u>2011</u>	<u>16,83</u>	<u>18,54</u>
<u>2012</u>	<u>25,89</u>	<u>27,25</u>
2013	8,90	5,16
2014	10,84	6,60
2015	5,02	2,69
Total	100	100

Fonte: CGFOME (2016)

Figura 4. Valor médio por ação humanitária brasileira entre os anos de 2006 a 2015.

Fonte: CGFOME (2016).

* Ano-base 2000.

Nos dez anos avaliados, o Brasil ampliou o rol de países para os quais enviou assistência humanitária, com queda depois de 2012, como mostra a **Figura 5**. Foi nesse ano em que o Brasil atingiu seu pico não só em verba e número de ações, mas, também, em termos de países que receberam auxílio humanitário brasileiro.

Figura 5. Número de países que receberam doações brasileiras por ano.

Fonte: CGFOME (2016).

A geografia da assistência humanitária brasileira envolveu 108 países ao longo dos dez anos em tela. Desse total, 44 são na África; 27 na América Latina e Caribe; 30 na Ásia; 4 na Oceania; e 3 na Europa (CGFOME, 2016).

Contudo, é na América Latina em que ocorreu a maior parte das ações. Foram 222, de um todo de 618 ações. Na África, foram 219, e, na Ásia, 97. A **Tabela 4** resume as informações.

Tabela 4. Dados sobre número de países e número de ações humanitárias por região.

Região	Número de países	Número de ações
África	44	219
América Latina e Caribe	27	222
Ásia	30	97
Europa	3	6
Oceania	4	4
Fundos/outros	-	70
Total	108	618

Fonte: CGFOME (2016).

Além de ser a região com maior número de ações, a América Latina e Caribe também recebeu o maior aporte de recursos. Do total de todos os anos, foi destino de US\$ 137,42 milhões, ou 51,93%, como mostram as **Figuras 6 e 7**, respectivamente. Outro dado representativo é que a região figurou como maior receptora financeiramente em cinco dos dez anos analisados (2008, 2009, 2010, 2013 e 2015). Ásia foi a maior receptora em três ocasiões: 2006, 2007 e 2014. E África, em duas: 2011 e 2012, mesmo tendo sido destino da segunda maior quantidade de recursos (CGFOME, 2016).

É interessante notar a diversificação de países que vai ocorrendo ao longo dos anos. Os países africanos, por exemplo, tornaram-se destinatários das ações de AHI brasileiras somente a partir de 2008, estando presentes nos aportes de recursos de assistência humanitária internacional em todos os anos subsequentes. A partir de 2009, o Brasil estende suas ações para um país da Oceania e, em 2010, para um país europeu, ainda que, posteriormente, apareçam essas duas regiões de forma esporádica (CGFOME, 2016).

Figura 6. Total de recursos alocados ano a ano por região.

Fonte: CGFOME (2016).

* Ano-base 2000.

Figura 7. Valor percentual agregado por região ao longo de 2006 a 2015.

Fonte: CGFOME (2016).

Em relação ao número de ações por região, por ano, a América Latina e Caribe foi superior em todos, à exceção de 2012 e 2014, quando países do continente africano foram superiores, como mostra a **Figura 8**. Em relação ao total agregado,

América Latina e Caribe e África apresentam percentagens similares, sendo 43,01% e 38,29% respectivamente (**Figura 9**) (CGFOME, 2016).

Figura 8. Número de ações desagregadas por região e por ano.

Fonte: CGFOME (2016).

Figura 9. Percentual do total agregado das ações por região.

Fonte: CGFOME (2016).

Quanto ao número de países por ano, a África, região com o maior número de estados do globo, esteve mais presente entre 2009 e 2014. Países da América Latina e Caribe também foram os mais numerosos em 2014, bem como de 2006 a 2008 e em 2015, conforme a **Figura 10**.

Figura 10. Número de países desagregados por região e por ano.

Fonte: CGFOME (2016).

Uma informação relevante para se compreender a inserção brasileira como doador de assistência humanitária está na maneira como são canalizadas as ações. Em que pesem os benefícios de eficiência com a canalização multilateral, a tendência é de redução desse tipo de canalização (KINDORNAY & BESADA, 2011). Os doadores DAC (DACDs) tendem a preferir o canal bilateral. Em 2015, por exemplo, o agregado gasto com Assistência Oficial para o Desenvolvimento (ODA) foi de 41% do total, contra 59% bilateral (OECD/DAC, 2015). No caso brasileiro, inicialmente, percebe-se preferência pelo canal bilateral. Porém, a partir de 2008 para 2009, ocorre uma mudança no perfil brasileiro de alocação, passando a ser, majoritariamente, multilateral, conforme a **Figura 11**.

Como se pode observar, entre 2008 e 2009 as ações realizadas de forma multilateral tornam-se preponderantes e assim permanecem a maior parte do período. Contudo, em 2015, as ações bilaterais voltam a tornar-se majoritárias. Vale lembrar que o referido ano apresentou o segundo menor resultado em termos de recursos e o antepenúltimo resultado em termos de números de países e de ações realizadas (CGFOME, 2016).

Figura 11. Quantidade de ações por tipo de canalização das AHI brasileiras ano e ano, entre 2006 e 2010.

Fonte: CGFOME (2016).

Pode-se notar, também, que o país ensaiou conduzir ações de modo trilateral, ou seja, com o auxílio de outros países para a consecução da ação, a partir de 2011. As ações trilaterais brasileiras caracterizam-se pelo Brasil, de um lado, ofertando um bem *in kind*, e outro país ou fundo, por outro, arcando com os custos de frete dos bens. Das 57 ações trilaterais empreendidas, os principais parceiros do Brasil foram Austrália (33,3%), Espanha (33,3%) e Estados Unidos (19,30%) (CGFOME, 2016).

De acordo com a **Figura 12**, de 2008 a 2014, o governo brasileiro deu preferência à canalização multilateral, com pico em 2010, com US\$ 59,72 milhões. No entanto, em 2015, voltou a prevalecer a canalização bilateral. É interessante notar que, em 2011, o valor das ações trilaterais se aproximou daquele das multilaterais (CGFOME, 2016).

Figura 12. Valores por tipo de canalização ano a ano.

Fonte: CGFOME (2016).

* Ano-base 2000.

Dentre os fundos multilaterais, o Programa Mundial de Alimentos (WFP) destaca-se como principal parceiro humanitário do Brasil em praticamente todos os anos, à exceção de 2014, em que o UNICEF foi o maior receptor (**Figura 13**).

Figura 13. Percentual das AHI brasileiras por agência (2006-2015)

Fonte: WFP, CERF, UNHCR, UNICEF.

A análise dos dados também permite observar que o Brasil faz uso da “bilateralização” do canal multilateral, uma vez que apenas no ano de 2012 houve doação

multilateral ao WFP, e nenhuma ao UNHCR. Percebe-se, também, a preferência pelas ações direcionadas ao se notar que o país não fez doações ao CERF nem em 2006 nem em 2015 (**Tabela 5**).

Tabela 5. Valores das ações multilaterais (não direcionadas) por agência (2007-2015) em milhões de USD.

MULTILATERAL	WFP	CERF
2007		0,02
2008		0,04
2009		0,12
2010		0,16
2011		0,38
2012	21,36	0,56
2013		0,74
2014		0,52
2015		0

Fonte: WFP, CERF.

Além das quatro entidades da ONU, também são relevantes receptores da AHI brasileira a Agência das Nações Unidas de Assistência aos Refugiados da Palestina (UNRWA) e a FAO. Isso demonstra uma preferência política a contribuir para projetos nas áreas de fome/insegurança alimentar (WFP e FAO) e Refúgio (UNRWA e UNHCR). (CGFOME, 2016).

Além dessas temáticas, os dados sugerem interesse na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Constituída em 1996, a CPLP é formada por nove Estados-membros³⁷ (CPLP, 2016). Em 2012, o país realizou doação de US\$ 45 milhões ao fundo e um total 47 ações ao longo da década, que totalizaram US\$ 5,2 milhões, como mostra a **Tabela 6**. Percentualmente, percebe-se que em 2008 a contribuição aos países de língua portuguesa atingiu 14% em número de ações. A maior quantidade de verba foi empregada em 2011, quando atingiu 4,83% do total para o referido ano (CGFOME, 2016).

³⁷ São eles: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste (CPLP, 2016).

Tabela 6. Ações de AHI brasileiras na CPLP e valor das ações.

	Número de ações	% do total/ano		Valor (US\$*)	% do total/ano
2006	-	-	2006	-	-
2007	1	4,17	2007	-	-
2008	5	14,29	2008	174.847,95	1,93
2009	5	9,62	2009	244.810,92	1,26
2010	3	3,45	2010	394.392,73	0,53
2011	9	8,65	2011	2.585.177,84	4,83
2012	12	7,50	2012	908.358,49	1,16
2013	6	10,91	2013	470.451,17	3,16
2014	1	1,49	2014	261.323,20	1,37
2015	5	16,13	2015	238.562,73	3,07
Total	47		Total	5.277.925,04	1,83

Fonte: CGFOME (2016).

* Ano-base 2000.

4.6 Desdobramentos Estruturais e Jurídicos das Assistência Humanitária Internacional brasileira

Podem ser apontados dois principais desdobramentos estruturais e jurídicos da AHI brasileira: a construção do armazém humanitário e a consolidação de uma legislação voltada para facilitar as doações de alimentos.

4.6.1 Armazém Humanitário

Um dos frutos do GTI-AHI é o Armazém Humanitário Internacional. Com o fito de aumentar a celeridade das remessas humanitárias brasileiras, o Armazém, inaugurado em 2009, tem capacidade de quatorze toneladas de estoque permanente, no qual são mantidos alimentos e artigos de primeira necessidade para pronto envio em caso de emergência humanitária. A reposição é feita pela Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (GTI-AHI, 2011).

O Armazém está localizado em frente à Base Aérea do Aeroporto Internacional Antonio Carlos Jobim, na cidade do Rio de Janeiro. No local, há aeronaves Hércules C-130 da Força Aérea Brasileira, incumbidas de fazer os envios.

Este foi o segundo armazém humanitário inaugurado na América Latina. Anteriormente ao brasileiro já existia um no Panamá, onde fica a sede regional do OCHA (OCHA/UN, 2010). Este foi inaugurado um ano antes, em janeiro de 2008. Assim como o armazém brasileiro, o panamenho fica localizado nas proximidades de um aeroporto, o

Aeroporto Internacional de Tocumen, na Cidade do Panamá, capital do país. A criação do armazém panamenho foi de iniciativa da Espanha. Por esse motivo, chama-se “Centro Logístico Humanitario de la Cooperación Española en América Latina” (Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación/España, 2012). O armazém brasileiro é, portanto, o primeiro constituído na América Latina a partir de iniciativa local.

Contudo, difere significativamente o porte dos dois armazéns. Enquanto o brasileiro tem capacidade para armazenar 14 toneladas, o panamenho pode abrigar mais de 200 toneladas de material humanitário (CIDOB, 2008; GTI-AHI, 2011). Isso representa capacidade mais de quatorze vezes maior do que a brasileira.

4.6.2 Desenvolvimento de Arcabouço Jurídico

A AHI é fruto de vontade política do governo. Essa vontade política veio acompanhada de institucionalização. Com a finalidade de prover a nascente AHI brasileira de gestão e coordenação, o Decreto Presidencial de 21 de junho de 2006 instituiu o Grupo de Trabalho Interministerial de Assistência Humanitária Internacional – GTI-AHI (BRASIL, 2006). Desde então, o GTI-AHI é o detentor da capacidade jurídica específica de coordenar a ação de assistência humanitária internacional brasileira.

Além de coordenar as atividades humanitárias nacionais, tem como objetivo trabalhar na formulação de propostas de projetos de lei que visem à autorização para ações humanitárias internacionais empreendidas pelo Brasil (BRASIL, 2006).

Posteriormente à criação do GTI-AHI, houve tentativa de se aprofundar normativamente a oferta internacional de assistência humanitária mediante a elaboração de um Projeto de Lei (PL) para um Plano Nacional de Assistência Humanitária Internacional. O PL 737/2007, com Exposição de Motivos assinada pelo então Chanceler Celso Amorim, dispunha sobre as ações de assistência humanitária internacional brasileiras a serem conduzidas pelo Executivo³⁸ (BRASIL, 2007; MRE, 2007). O PL previa autorização ao Executivo a empregar os “meios necessários e suficientes que visem a implementar as ações humanitárias internacionais³⁹” (BRASIL, 2017).

³⁸ Segundo a Secretaria de Governo da Presidência da República, o PL continua em tramitação (BRASIL, 2017).

³⁹ O PL, tal como apresentado, recebeu críticas, principalmente ao fato não impor limites à quantidade de recursos que poderiam ser empregados. No Recurso nº 425/2010 apresentado à Câmara dos Deputados, argumenta-se que o PL é inconstitucional, tal como avaliado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (FILHO, 2010).

No ano seguinte, em Relatório do governo brasileiro acerca da implementação dos compromissos oriundos da Quarta Cúpula das Américas, da Organização dos Estados Americanos, o governo voltou a demonstrar interesse em desenvolver um Plano Nacional de Assistência Humanitária voltado para ações externas (MRE, 2008).

“Para estruturar e sistematizar procedimentos para prestação de assistência humanitária, considera-se a elaboração do Plano Nacional de Assistência Humanitária Internacional, que prevê a indicação de competências claras para os órgãos públicos, sistema de estoque virtual e banco de dados.

Dessa forma, a assistência humanitária internacional brasileira estaria completa: um armazém para o primeiro momento da emergência, integrado a um Plano Nacional de Assistência Humanitária Internacional, com competências e responsabilidades claramente definidas, capaz de dar resposta às fases sucessivas e, inclusive, ao período da reconstrução (mediante a distribuição de sementes, etc).” (MRE, 2008)

Em que pese o não desenvolvimento do Plano Nacional e do PL, legislação foi criada, toda ela voltada para doações do tipo *in kind*, ou seja, no caso, em alimentos. Em 23 de dezembro de 2008, foi publicada a Lei nº. 11.881, autorizando “o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica”, em quantidade de 45 mil toneladas. O abastecimento seria proveniente da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB (BRASIL, 2008).

No penúltimo dia do segundo mandato, o Presidente Lula promulgou a MP nº 519, ampliando a doação de 510 mil toneladas. A MP previa que as doações ocorreriam por intermédio do Programa Mundial de Alimentos (WFP), e o abastecimento, pela CONAB (BRASIL, 2010).

No mês de maio do ano seguinte, a Presidente Dilma Rousseff assinou nova redação da MP, com quantidade aumentada para 710 mil toneladas. Em junho, a MP foi transformada na Lei nº 12.429 (BRASIL, 2011). Em 2014, a Lei recebeu nova redação, que expandiu as doações de alimentos para mais de um milhão de toneladas (BRASIL, 2014). Em todos os casos, o abastecimento permanece a cargo da CONAB e a parceria com o WFP é mantida. A **Tabela 7** mostra o crescimento das previsões autorizadas para doação de alimentos.

Tabela 7. Limite de doação de alimentos nas legislações ao longo dos anos (em toneladas).

	2008 Lei n°. 11.881	2010 MP n°. 519	2011 MP n°. 519 (Nova redação)	2011 Lei n°. 12.429	2014 Lei n°. 12.429 (Nova redação)
Arroz	45 mil	100 mil	500 mil	500 mil	1 milhão
Milho		300 mil	100 mil	100 mil	100 mil
Feijão		100 mil	100 mil	100 mil	100 mil
Leite em Pó	2 mil	10 mil	10 mil	10 mil	10 mil
Sementes convencionais /hortaliças	0,5	1	1	1	1

Fonte: (BRASIL, 2008; BRASIL, 2010; BRASIL, 2011; BRASIL, 2014).

Como se pode observar, a quantidade de alimentos disponibilizada cresceu de 47,5 toneladas para 1,2 milhão de toneladas em um período de sete anos, como mostra a **Figura 14**. O maior crescimento de disponibilização de alimentos foi do arroz, que, a partir de 2014, passou a corresponder a 82,65% dos mantimentos para doação de AHI.

Figura 14. Quantidade de toneladas autorizadas para AHI por legislação.

Fonte: (BRASIL, 2008; BRASIL, 2010; BRASIL, 2011; BRASIL, 2014).

Além do aumento da disponibilização de alimentos, há também aumento no rol de países aos quais os textos jurídicos autorizam doação dos estoques públicos. Como mostra a **Tabela 8**, a primeira lei sobre doações humanitárias previa a possibilidade de doação de alimentos a quatro países. A MP e a Lei subsequentes expandiram o alcance da norma para mais de vinte países.

Inicialmente, em 2008, a Lei nº 11.881 previa auxílio humanitário apenas a países da região da América Latina e Caribe. Posteriormente, são inclusos países da África e da Ásia. A **Tabela 9** mostra o percentual dos países por região de acordo com a legislação por ano.

Tabela 9. Distribuição percentual dos países mencionados na legislação de doação humanitária por região.

Região/ Ano	2008	2010	2011	2012
	Lei nº. 11.881	MP nº. 519	Lei nº. 12.429	Lei nº. 12.429 (Nova Redação)
América Latina e Caribe	100	23,8	23,81	27,27
África		61,9	61,90	59,09
Ásia		14,3	14,29	13,64

Fonte: (BRASIL, 2008; BRASIL, 2010; BRASIL, 2011; BRASIL, 2012)

Tabela 8. Países listados como destino para os alimentos contemplados nas Leis para realização de AHI brasileira.

2008 Lei nº. 11.881	2010 MP nº. 519	2011 Lei nº. 12.429	2012 Lei nº. 12.429 (Nova Redação)
Jamaica	Angola*	Angola*	Angola*
República de Cuba	Autoridade Nacional Palestina	Autoridade Nacional Palestina	Autoridade Nacional Palestina
República de Honduras	Cabo Verde*	Cabo Verde*	Cabo Verde*
República do Haiti	Estado Plurinacional da Bolívia	Estado Plurinacional da Bolívia	Estado Plurinacional da Bolívia
	Guiné Equatorial*	Guiné Equatorial*	Guiné Equatorial*
	Guiné-Bissau*	Guiné-Bissau*	Guiné-Bissau*
	Moçambique*	Moçambique*	Moçambique*
	República Centro-Africana	República Centro-Africana	República Centro-Africana
	República da Guatemala	República da Guatemala	República da Guatemala
	República da Nicarágua	República da Nicarágua	República da Nicarágua
	República de El Salvador	República de El Salvador	República de Cuba**
	República Democrática do Congo	República Democrática do Congo	República de El Salvador
	República Democrática Federal da Etiópia	República Democrática Federal da Etiópia	República Democrática do Congo
	República Democrática Popular da Coreia	República Democrática Popular da Coreia	República Democrática Federal da Etiópia
	República Democrática Somali	República Democrática Somali	República Democrática Popular da Coreia
	República do Haiti	República do Haiti	República Democrática Somali
	República do Níger	República do Níger	República do Haiti
	República do Sudão	República do Sudão	República do Níger
	República do Zimbábue	República do Zimbábue	República do Sudão
	São Tomé e Príncipe*	São Tomé e Príncipe*	República do Zimbábue
	Timor Leste*	Timor Leste*	São Tomé e Príncipe*
			Timor Leste*

Fonte: (BRASIL, 2008; BRASIL, 2010; BRASIL, 2011; BRASIL, 2012)

*Os referidos textos jurídicos mencionam “Países da CPLP”, com exceção de Portugal.

** Em 2012, a nova redação da Lei acresceu Cuba à lista de países destinatários.

Como se pode observar, à exceção do ano de 2008, em que apenas da América Latina e Caribe foram mencionados, nos demais anos, países do continente africano preponderaram. Se considerados apenas os países da CPLP, eles representam 33,3% em 2010 e 2011, e 31,82% a partir da norma aprovada em 2012.

O critério de escolha dos países, de acordo com o Itamaraty, é decorrente do quadro de insegurança alimentar (GTI-AHI, 2011). Ao se observar os *rankings* de insegurança alimentar referentes aos períodos em que as leis foram publicadas, pode-se perceber que os países elencados apresentam diferentes graus de insegurança alimentar, como mostra a **Tabela 10** (FAO, 2015). De acordo com os dados, o governo brasileiro escolheu países que apresentam, por um lado, insegurança alimentar desde mais de 50% da população, como é o caso do Haiti, nas avaliações nos períodos de 2005-2007 e 2014-2016, até menos de 5%, como o caso de Cuba, no período de 2014-2016, por outro. Vale ressaltar que Cuba foi incluída na emenda feita à Lei nº 12.429, em 2014, período em que esse país já apresentava menos de 5% de taxa de insegurança alimentar. Os dados permitem sugerir, portanto, que não apenas o critério de insegurança alimentar teria sido levado em conta na escolha dos países incluídos na legislação. Os dados permitem concluir, também, escolha política pelos países de língua oficial portuguesa.

Tabela 10. Proporção percentual da população de países e *ranking* quanto à insegurança alimentar dos países mencionados como possíveis recebedores da AHI nos textos jurídicos citados*.

País	2005–07	Ranking	País	2010–12	Ranking	País	2014–16	Ranking
Haiti	57,1	1	Haiti	49,3	2	Haiti	53,4	1
Etiópia	43,8	4	R.P.D. da Coreia	42,0	3	República Centro-Africana	47,7	3
República Centro-Africana	40,6	5	Etiópia	36,0	7	R.P.D. da Coreia	41,6	5
Zimbábue	40,4	7	República Centro-Africana	33,7	11	Zimbábue	33,4	7
Moçambique	36,9	11	Zimbábue	33,5	12	Etiópia	32,0	11
R.P.D. da Coreia	35,5	12	Timor-Leste	31,2	14	Timor-Leste	26,9	15
Timor-Leste	34,0	16	Moçambique	29,9	16	Moçambique	25,3	20
Angola	31,3	22	Bolívia	24,5	22	Guiné-Bissau	20,7	29
Bolívia	29,9	23	Guiné-Bissau	22,4	28	Nicarágua	16,6	33
Guiné-Bissau	25,7	31	Nicarágua	19,5	34	Bolívia	15,9	36
Sudão (antigo)	24,9	33	Angola	18,9	35	Guatemala	15,6	38
Nicarágua	23,2	37	Guatemala	14,8	43	Angola	14,2	40
Guatemala	15,9	53	El Salvador	12,6	51	El Salvador	12,4	45
Níger	14,5	59	Cabo Verde	12,1	52	Níger	9,5	56
Cabo Verde	14,4	60	Níger	10,5	63	Cabo Verde	9,4	58
El Salvador	10,7	70	São Tomé e Príncipe	5,9	80	São Tomé e Príncipe	6,6	71
São Tomé e Príncipe	8,9	78	Brasil	<5,0	85	Cuba	<5,0	81
Brasil	<5,0	92				Brasil	<5,0	81

Fonte: (FAO, 2015).

* A publicação não apresenta dados para: Autoridade Nacional Palestina, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Sudão (dois últimos períodos) e República Somali.

Tabela 11. Cronologia do desenvolvimento dos aparatos jurídico e estrutural da AHI brasileira.

2004	Em 1º de janeiro, foi estabelecida a CGFOME (MRE, 2011).
2006	Decreto Presidencial cria o GTI-AHI ⁴⁰ .
2007	Projeto de Lei nº. 737 dispõe sobre as AHI brasileiras.
2008	Lei nº. 11.881, de 23 de dezembro de 2008, autorizando o Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica, em um total máximo de quarenta e cinco mil toneladas de arroz beneficiado; até duas mil toneladas de leite em pó; e até quinhentos quilos de sementes de hortaliças.
2009	Inauguração do Armazém Humanitário, no Rio de Janeiro.
2010	Decreto institui a Medalha Sérgio Vieira de Mello a trabalhadores humanitários ⁴¹ (MRE, 2010).
2010	Exposição de Motivos enviada à Presidência da República urgindo para a criação de mecanismo jurídico para doação de alimentos para países em situação de insegurança alimentar ⁴² .
2010	Medida Provisória (MP) nº. 519 ⁴³ , assinada em 30 de dezembro pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, autorizando a doação de 510 mil toneladas de alimentos dos estoques públicos brasileiros a mais de vinte países em situação de insegurança alimentar e nutricional aguda.
2011	Em maio, a Presidente Dilma Rousseff assina nova redação da MP nº 519, ampliando as doações para 500 mil toneladas de arroz, 100 mil toneladas de milho, 100 mil toneladas de feijão, 10 mil toneladas de leite em pó e uma tonelada de sementes convencionais.

⁴⁰ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10864.htm>. Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

⁴¹ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12281.htm>. Acesso em: 10 de dezembro de 2016. A regulamentação veio com a Portaria nº 383/2013, disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/57843711/dou-secao-1-15-08-2013-pg-58>>, p. 58. Acesso em: 10 de dezembro de 2016. Também contribuiu para a regulamentação o Decreto nº 8.554/2015, disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Decreto/D8554.htm>. Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

⁴² Exposição de Motivos disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Exm/EMI-043-MAPA-MRE-MDA-MPV-519-10.htm>. Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

⁴³ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Mpv/519.htm>. Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

2011	Em junho, a MP foi transformada na Lei nº 12.429 ⁴⁴ .
2012	Atualização do <i>caput</i> da Lei nº12.429 pela Lei nº12.688 ⁴⁵ .
2014	Atualização do texto da Lei nº12.249 pela Lei nº 13.001 ⁴⁶ , aumentando as doações de arroz para um milhão de toneladas de arroz, sem alterar as quantidades previstas para os demais alimentos.
2016	Fechamento da CGFOME.

Fonte: CGFOME.

4.7 Conclusão

O Brasil é um doador Não DAC que, ao longo dos dez anos como tal, destinou à assistência humanitária internacional US\$ 288,5 milhões, a 108 países e a fundos multilaterais, em 618 ações. Os dados mostram que existem duas áreas geográficas principais de inserção brasileira como doador. Em primeiro lugar, é de fato prioridade a América Latina e Caribe, região seguida pela África. São nessas duas regiões que, ao longo do período, ocorreram o maior número de ações e o maior aporte de recursos como um todo. Esses dados condizem com a Política Externa Brasileira perscrutada nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e de Dilma Rousseff.

Pode-se sugerir, também, que o Brasil é um país que dá preferência à via multilateral em lugar da canalização bilateral, alocando a maior parte da verba e realizando a maior parte de suas ações por meio de instituições multilaterais. Porém, é possível verificar o fenômeno da “bilateralização” do canal multilateral.

Percebe-se, também, que o país faz uma opção política clara pelos temas de insegurança alimentar e refúgio, e interesse pelos países de língua portuguesa. A análise dos dados e dos documentos jurídicos sugerem que o país dá prioridade política ampla ao tema da insegurança alimentar. Houve reflexos, inclusive, em âmbito domésticos, com o desenvolvimento de legislação sobre doações *in kind* e repositório de alimentos para atribuição de maior eficiência às doações. A adoção de uma diplomacia contra a fome é uma estratégia que pode atender, a um só tempo, a alguns anseios tradicionais da PEB.

⁴⁴ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12429.htm>. Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

⁴⁵ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12688.htm#art27>. Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

⁴⁶ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/Lei/L13001.htm#art25>. Acesso em: 10 de dezembro de 2016.

Lida com a vontade por liderança regional ao mesmo tempo em que propicia maior prestígio internacional e o preenchimento de um espaço na política internacional como líder na luta contra a fome no mundo.

A diminuição drástica dos aportes brasileiros de assistência humanitária, sobretudo em 2015, sugere que a vontade política de investir nessa ferramenta de política externa está em extinção. Contudo, o Brasil pode perder uma janela de oportunidade de se tornar um dos contribuidores, por meio de ideias e de experiência doméstica, para a eliminação da fome no mundo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo entender melhor os doadores Não DAC (NDDs) do ponto de vista financeiro. Para tanto, foram tomados dois caminhos. Em primeiro lugar, estudaram-se as doações de recursos às três principais agências multilaterais humanitárias da Organização das Nações Unidas (ONU) e ao Fundo Humanitário da mesma organização. Em segundo lugar, foi estudado especificamente o caso brasileiro.

Uma primeira consideração que se pode aferir da análise dos dados é que a maior parte dos países membros da ONU já foi ou é doador para o sistema multilateral de assistência humanitária da organização. No período estudado, apenas oito países não fizeram nenhuma doação. Isso significa que, de fato, a linha que separava doador de receptor, como alguns autores atestavam haver no pós-II Guerra Mundial, não é representativa no lapso temporal em tela.

Contudo, há baixa regularidade na participação desses países. A maior parte dos doadores Não DAC doou menos de 70% dos anos estudados. Em média, apenas 19,97% dos países do grupo Não DAC contribuíram acima de 70% do tempo estudado. Diferentemente, todos os doadores membros do DAC (DACDs) têm regularidade acima dos 70% nas três agências da ONU. No caso do CERF, apenas dois países estão abaixo dos 70% de regularidade.

Além de apresentarem regularidade baixa, os NDDs têm aporte de recursos reduzido em comparação àquele dos DACDs, no Sistema Humanitário Internacional. A maior participação percentual no total de recursos governamentais ocorreu em 2012, no UNICEF, alcançando 18,46% e, o Programa Mundial de Alimentos, em 2018, alcançando 15,14%. Nos últimos cinco anos, em média, representaram 8,24% e 10,11%, respectivamente. No caso do CERF, a maior contribuição não passou de 2,33%, em 2012.

No entanto, embora a participação do grupo seja pequena em relação aos DACDs, os dados mostram que, ao longo dos anos, houve crescimento nos recursos aportados nas três agências.

Do ponto de vista das agências multilaterais, pode ser visto como positivo o aporte de recursos pelos NDDs. Além de dispor mais dinheiro para realização dos seus projetos, contribuem minimamente para diminuir o *power of the purse* dos países que têm

as maiores contribuições. Nesse sentido, as organizações tendem a ficar menos dependentes de poucos doadores.

Os dados sugerem, também, que o processo de “bilateralização” da canalização multilateral tem ocorrido não só entre os doadores DAC, como também nos doadores Não DAC. Isso significa que os países tendem a fazer uso das agências multilaterais para canalizar seus recursos para receptores específicos, escolhendo quem receberá os recursos aportados. Dessa maneira, a capacidade de a agência tomar decisão para aplicar o dinheiro com base no critério da necessidade se reduz, diminuindo a sua eficácia.

Em termos de alocação dos recursos multilaterais para as agências, percebe-se que os NDDs tendem a preferir o WFP, apresentando padrão similar aos DACs. No entanto, quando se considera apenas o desembolso para fundos puramente multilaterais, o CERF acaba por ser o *locus* preferencial na maior parte dos anos.

No caso do Brasil, a inserção como país doador internacional de assistência humanitária desde 2006 é fruto do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Essa inserção faz parte de três estratégias do governo: incluir o tema do combate à fome e à insegurança alimentar na agenda doméstica e, posteriormente, na agenda externa do governo; aproximação a países em desenvolvimento; fortalecimento das relações externas brasileiras por meio do multilateralismo.

Em dez anos, o Brasil tem se mostrado não apenas como um doador regular nas agências e fundos presentes nesse estudo, como também como doador bilateral. Vê-se que o principal destino foi a região da América Latina e do Caribe, seguida pela África. Contribuiu um total de US\$ 288,5 milhões (ano-base 2000), sendo o ápice das contribuições entre 2010 e 2012. Após esse ano, houve queda em todos os indicadores analisados: número de ações, número de países beneficiados e valor dos recursos. Isso indica perda de espaço da assistência humanitária internacional na agenda da política externa brasileira no final do primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff.

Apesar da queda de volume das ações, o Brasil conseguiu construir um legado e se destacar no cenário internacional como doador de assistência humanitária internacional. O viés de preferência pela temática da fome trouxe, não só trouxe o tema, pela primeira vez, à diplomacia brasileira, como inseriu e fortaleceu a questão na política internacional, com a internacionalização do Fome Zero. A Diplomacia Contra a Fome

construída no governo Lula tornou-se referência frente a organizações especializadas no tema, como o próprio Programa Mundial de Alimentos e a FAO, ressaltando a possibilidade de um poder transformativo do país por meio de ideias e de programas sociais desenvolvidos e executados domesticamente, com potencial de “exportação” para países com realidades semelhantes. Nesse sentido, embora o Brasil não tenha aportado recursos na mesma ordem que doadores DAC, e embora o volume da AHI brasileira esteja em trajetória de queda, o país conseguiu se destacar internacionalmente como doador de ideias que podem contribuir para a erradicação da fome no mundo.

BIBLIOGRAFIA

- ABDENUR, Adriana Erthal; Maiara FOLLY. "THE NEW DEVELOPMENT BANK AND THE INSTITUTIONALIZATION OF THE BRICS." Em *BRICS - Studies and Documents*, edição: Renato BAUMANN e et al., 77-111. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2017.
- ACHARYA, Amitav. "The Future of Global Governance: Fragmentation May Be Inevitable and Creative." *Global Governance*, 2016: 453–460.
- ACTIONAID. "ActionAid comenta extinção do CGFOME." 2016. 10 (acesso em dezembro de 2016).
- ACUTO, Michele. "Introduction: Humanitarian Puzzles." Em *Negotiating Relief: The politics of Humanitarian Space*, 5. London: Hurst & Company, 2014.
- ADINOLFI, Costanza et al. "Humanitarian Response Review." Agosto de 2005.
https://www.unicef.org/emerg/files/ocha_hrr.pdf (acesso em 14 de 02 de 2017).
- AIDDATA. AIDDATA. 2016. <http://aiddata.org/> (acesso em 03 de setembro de 2016).
- ALMINO, João; LIMA, Sérgio Eduardo Moreira. *30 anos da ABC : visões da cooperação técnica internacional brasileira*. Brasília: FUNAG, 2017.
- AMORIM, Celso. "Aula Magna do Senhor Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Celso Amorim, no Instituto Rio Branco, A diplomacia do Governo Lula." 10 de abril de 2003.
<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/7558-aula-magna-do-senhor-ministro-das-relacoes-exteriores-embaixador-celso-amorim-no-instituto-rio-branco-a-diplomacia-do-governo-lula> (acesso em 16 de outubro de 2016).
- ANNAN, Kofi. "Preface." Em *Humanitarian Action in the 21st Century*, 7-8. Nova York: OCHA, 2000.
- BALOGH, T. "Multilateral v. Bilateral Aid." *Oxford Economic Papers, New Series*, Nov. de 1967: 328-344.
- BANCO MUNDIAL. "GDP Market Prices." 2016.
<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD> (acesso em 17 de dezembro de 2016).
- BARNETT, Michael. *The International Humanitarian Order*. New York: Routledge, 2010.
- BARNETT, Michael; WEISS, Thomas. *Humanitarianism in Question*. New York: Cornell University Press, 2008.
- BARNETT, Michael. *Empire of Humanity: A History of Humanitarianism*. New York: Cornell University Press, 2011.
- BARRETO FILHO, Fernando P. de Mello. *Os Sucessores do Barão 1964-1985*. São Paulo: Paz e Terra, 2006.
- BEACH, Derek; PEDERSEN. *Causal Case Studies*. Michigan: University of Michigan Press, 2016.
- BORGES, Leonardo Estrela. *O Direito Internacional Humanitário*. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

- BRASIL. “Decreto de 21 de junho de 2006.” 21 de junho de 2006.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10864.htm
 (acesso em 10 de dezembro de 2016).
- . “Decreto de 21 de junho de.” 2006. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Dnn/Dnn10864.htm.
- . “Decreto de 6 de novembro de 2007.” 06 de novembro de 2007.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Dnn/Dnn11402.htm#art1
 (acesso em 10 de dezembro de 2016).
- . “Lei nº 11.881.” 23 de dezembro de 2008. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11881.htm (acesso em 10 de dezembro de 2016).
- . “Lei nº 12.429.” 20 de junho de 2011. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Lei/L12429.htm (acesso em 10 de dezembro de 2016).
- . “Lei nº 12.688.” 18 de julho de 2012. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12688.htm#art27 (acesso em 10 de dezembro de 2016).
- . “Lei nº 13.001.” 20 de junho de 2014. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13001.htm#art25 (acesso em 10 de dezembro de 2016).
- . “Medida Provisória nº 519.” 30 de dezembro de 2010.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Mpv/519.htm (acesso em 10 de dezembro de 2016).
- . “PL 2007.” 2017.
http://www.secretariadegoverno.gov.br/sobre/assuntos_parlamentares/projetos-de-lei/2007 (acesso em 02 de junho de 2017).
- . “Projeto de Lei nº 737 sobre Ações de Assistência Humanitária Internacional.” 2007.
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/PL/2007/msg230-070410.htm (acesso em 10 de dezembro de 2016).
- BRÄUTIGAM, D. “Aid "with Chinese characteristics": Chinese foreign aid and development finance meet the OECD-DAC aid regime.” *Journal of International Development*, 2011: 752-764.
- BRECH, V.; POTRAFKE, N.. “Donor Ideology and types of foreign aid.” *Journal of Comparative Economics*, February de 2014, 1 ed.: 61-75.
- BROWN, Chris. *Sovereignty, rights, and justice : international political theory today*. Cambridge: Polity, 2002.
- BUIRETTE, Patricia; LAGRANGE, Philippe. *Le droit international humanitaire*. Paris: La Découverte, 2008.
- BURNSIDE, Craig; DOLLAR, David. “Aid, Policies and Growth.” *American Economic Review*, 2000: 847-868.
- BURRAL, Simon; MAXWELL, Simon; MENOCAL, Aline Rocha. *Reforming the international aid architecture: Options and ways forward*. London: Overseas Development Institute , 2006, 1-28.

- CARBONNIER, GILLES. *Humanitarian Economics: War, Disaster, and the Global Aid Market*. Nova York: Oxford University Press, 2015.
- CASSEN, Robert et al. *Does aid work? Report to an Intergovernmental Task Force*. Oxford: Clarendon Press, 1994.
- CATLEY, Andy; LIND, Jeremy; SCOONES, Ian. *Pastoralism and Development in Africa: Dynamic Change at the Margins*. Nova York: Routledge, 2012.
- CERF/OCHA. "CERF." 2016. <http://www.unocha.org/cerf/about-us/cerf-at-a-glance> (acesso em 19 de março de 2016).
- CERVO, Amado Luiz. *Inserção Internacional - formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.
- CERVO, Amado Luiz. "Objetivos da Política Externa de Lula." *Meridiano 47* nº 47 (2004).
- CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4ª Edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.
- CGFOME. "Compilado das Ações de Assistência Humanitária Internacionais Brasileiras." Brasília, 2016.
- CHATUVERDI, S. "Characteristics and Potential of Triangular Development Cooperation (TDC): Emerging Trends, Impact and Future Prospects." *Department and Social Affairs, United Nations Secretariat (UNDESA)*, 2012.
- CIDOB. "América Latina: inauguración del Centro logístico humanitario de Panamá." 2008. https://www.cidob.org/publicaciones/documentacion/cronologias/america_latina_inauguracion_del_centro_logistico_humanitario_de_panama_12_enero_2008.
- CORNETET, João Marcelo Conte. "A política externa de Dilma Rousseff: contenção na continuidade." *Revista Conjuntura Austral*, junho/julho de 2014: 111-150.
- COUTO, J.; SOARES, J. "'Lições' de Gerenciamento de Crises. ." *Secretaria de Acompanhamento e Estudos Institucionais*. 2007. <http://www.planalto.gov.br/gsi/saei/publicacoes/licoesGerenciamentoCrises.pdf> (acesso em 17 de julho de 2014).
- CPLP. "CPLP - Estados Membros." 2016. <https://www.cplp.org/id-2597.aspx> (acesso em 17 de dezembro de 2016).
- DEDRING, Jurgen. "Humanitarian Coordination." Em *After Rwanda: the Coordination of United Nations Humanitarian Assistance*. Londres: Palgrave Macmillan, 1996.
- DREHER, A.; NUNNENKAMP, P; THIELE, R.. "Are 'New' Donors Different? Comparing the Allocation of Bilateral Aid between Non-DAC and DAC Donor Countries." *World Development*, 2011: 1950-1968.
- DUFFIELD, Mark. *Global Governance and the New Wars: The Merging of Development and Security*. London: Zed Books, 2001.
- DUNANT, Henry. <https://www.icrc.org/fre/assets/files/publications/icrc-001-0361.pdf>. Genebra: Comité international de la Croix-Rouge, 1862.

- FAO. "The State of Food Insecurity in the World 2015." 2015. <http://www.fao.org/3/a-i4646e/index.html> (acesso em 12 de janeiro de 2017).
- FEENY, Simon; MCGILLIVRAY, Mark. "What Determines Bilateral Aid Allocations? Evidence From Time Series Data." *Review of Development Economics*, 2008: 515-529.
- FINDLEY, Michael G.; MILNER, Helen V.; NIELSEN, Daniel L.. "The Effects of Multilateral vs. Bilateral Aid on Recipient BEhavioral Support." *Working Paper*, 2014: 1-10.
- FORDELONE, T.Y. "Triangular cooperation and aid effectiveness." *Paper prepared for Policy Dialogue on Development Cooperation, OECD-DAC, Mexico City*, 2009.
- FRAUNDORFER, Markus. "Zero Hunger for the World - Brazil's Global Diffusion of Its Zero Hunger Strategy." *Austral: Brazilian Journal of Strategy & International Relations*, Jul-Dec. de 2013: 91-116.
- FTS. "Total Humanitarian Funding per Donor in 2015 ." *Financial Tracking System*. 24 de 05 de 2015. https://fts.unocha.org/reports/daily/ocha_R24_E16575___1506051735.pdf.
- GIANNINI, Renata Avelar. *A Organização das Nações Unidas e o Desafio das Intervenções*. São Paulo: Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas., 2008.
- GTI-AHI. *Brasil - Assistência Humanitária Internacional (2006-2009)*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2010.
- GTI-AHI. *Cooperação Humanitária Internacional*. Brasília: MRE, 2011.
- HARMER, Adele; COTTERRELL, Lin. *Diversity in Donorship: The changing landscape of official humanitarian aid*. London: Humanitarian Policy Group at the Overseas Development Institute, 2005.
- HIRST, Mônica; PINHEIRO, Letícia. "A política externa do Brasil em dois tempos." *Revista Brasileira de Política Internacional*, 1995: 5-23.
- HURRELL, Andrew; SENGUPTA, Sandeep. "Emerging powers, North-South relations and global climate politics." *International Affairs*, March de 2012: 463-484.
- IATI. *IATI*. 2016. <http://www.iatiregistry.org/> (acesso em 03 de setembro de 2016).
- IPEA/ABC. *Cooperação Brasileira para o desenvolvimento internacional: 2010*. Brasília: IPEA/ABC, 2013.
- JONES, Phillip W. "Elusive mandate: UNICEF and educational development." *International Journal of Educational Development*, 2006: 591-604.
- KHARAS, H. *Rethinking the roles of multilaterals in the global aid architecture*. 2011 Brookings Blum Roundtable Policy Briefs, 2011.
- . "The New Reality of Aid." *Brookings Institution*. 2007. http://www.brookings.edu/~media/Research/Files/Papers/2007/8/aid%20kharas/08aid_kharas.pdf.
- KINDORNAY, Shannon; BESADA, Hany. "Multilateral Development Cooperation: Current Trends and Future Prospects." *Canadian Development Report*, 2011: 11-26.

- LEIBER, Francis. "Instructions for the Government of Armies of the United States in the Field (Lieber Code)." 24 de abril de 1863. <https://ihl-databases.icrc.org/ihl/INTRO/110> (acesso em 09 de novembro de 2016).
- LEITE, Iara Costa. "Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos." *Observatório Político Sul-Americano*, 2012: 1-41.
- LEITE, Iara Costa; SUYAMA, Laura; WAISBICH, Trajber. "Para além do tecnicismo: a Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional e caminhos para sua efetividade e democratização." 22 de julho de 2013. http://articulacaosul.org/wp-content/uploads/2014/07/Policy_Briefing_Para_alem_do_tecnicismo.pdf (acesso em 15 de janeiro de 2014).
- LEITE, Patrícia Soares. *O Brasil e a Cooperação Sul-Sul em três momentos de política externa: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geisel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: FUNAG, 2011.
- LIMA, Maria Regina Soares. "A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul." *Revista Brasileira de Política Internacional*. 48 (1) (2005): 24-59.
- MANNING, Richard. "Will 'Emerging Donors' Change the Face of International Co-operation?" *Development Policy Review*, 2006: 371-385.
- MARCOS, Francisco Rey. *El sistema Internacional de respuesta a los desastres: limitaciones y tendencias*. Madrid: Cuadernos del IECAH, 2005.
- MAWDSLEY, Emma. *From Recipients to Donors: Emerging Powers and the Changing Development Landscape*. London: Zed Books, 2012.
- MCEWAN, Cheryl; MAWDSLEY, Emma. "Trilateral Development Cooperation: Power and Politics in Emerging Aid Relationships." *Development and Change*, 2012, 43 ed.: 1185-1209.
- MELLO E SOUZA, André de. *Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento*. Brasília: IPEA, 2014.
- MELLO, Sérgio Vieira de. *Humanitarian Action in the 21st Century*. Nova York: OCHA, 2000.
- MILANI, Carlos; SUYAMA, Bianca; LOPES, Luara L. . "Políticas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no Norte e no Sul: que lições e desafios para o Brasil?" *Fundação Friedrich Ebert*, novembro de 2013: 1-60.
- MILANI, Carlos; CARVALHO, Tássia C. O.. "Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no continente africano." *Estudos Internacionais*, jan-jun de 2013: 11-35.
- MINEAR, Larry; SMITH, Hazel. *Humanitarian Diplomacy: Practitioners and their craft*. Nova York: United Nations University Press, 2007.
- Ministerio de Asuntos Exteriores y de Cooperación/España. *Acción Humanitaria*. 2012. <http://www.aecid.cr/modules/info/index.php?id=64>.
- MIYAMOTO, Shiguenoli. "O Brasil e a comunidade dos países de Língua Portuguesa (CPLP)." *Revista Brasileira de Política Internacional*, 2009: 22-42.
- MRE. 2011. <http://www.assistenciahumanitaria.mre.gov.br/sobre-a-assistencia> (acesso em 29 de outubro de 2011).

- . 2010. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/13715-medalha-sergio-vieira-de-mello> (acesso em 10 de dezembro de 2016).
 - . “Exposição de Motivos acerca do PL nº 737/2007.” 06 de fevereiro de 2007. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/EXPMOTIV/MRE/2007/32.htm (acesso em 10 de dezembro de 2016).
 - . “Histórico da cooperação humanitária brasileira.” 2011. <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/sem-categoria/13229-historico-da-cooperacao-humanitaria-brasileira> (acesso em 10 de dezembro de 2016).
 - . “Portaria nº 212, de 30 de abril de 2008.” 2008. <http://dai-mre.serpro.gov.br/clientes/dai/dai/legislacao/regimento-interno-da-secretaria-de-estado-rise> (acesso em 10 de dezembro de 2016).
 - . “Relatório do Brasil sobre Implementação dos Compromissos emanados da Quarta Cúpula das Américas.” 2008.
- NAÍM, Moises. “Rogue Aid: what's wrong with the foreign aid programs of China, Venezuela and Saudi Arabia? They are enormously generous. And they are toxic.” *Foreign Policy*, 2009.
- NEUMAYER, Eric. “Is respect for human rights rewarded? An analysis of total bilateral and multilateral aid flows.” *Human Rights Quarterly*, 2003: 510-527.
- NONNEMAN, G. *Development, Administration and Aid in the Middle East*. London: Routledge, 1988.
- O’NEILL, Jim. “Building Better Global Economic BRICs.” *Global Economics*, 2001: Paper No 66.
- OCDE. *Creditors Reporting System*. 2016. <https://stats.oecd.org/Index.aspx?DataSetCode=CRS1> (acesso em 03 de setembro de 2016).
- OCHA. 2017. <http://www.unocha.org/where-we-work/all-countries> (acesso em 02 de Janeiro de 2017).
- . *Finacial Tracking System*. 2016. www.fts.unocha.org (acesso em 03 de setembro de 2016).
- . “This is OCHA.” 2016. https://docs.unocha.org/sites/dms/Documents/this_is_ocha_2016_lowres.pdf (acesso em 13 de setembro de 2016).
- OCHA/UN. “Panamá.” 2010. <http://www.unocha.org/rolac/perfil-de-pa%C3%ADses/panama>.
- OECD. Maio de 2016. <http://www.oecd.org/dac/stats/> (acesso em 17 de maio de 2016).
- OECD. “Multilateral Aid 2015.” 2015.
- OECD/DAC. *Development Assistance Committee (DAC)*. 1961. <http://www.oecd.org/development/developmentassistancecommitteedac.htm> (acesso em 28 de 01 de 2017).
- OECD/DAC. *Multilateral Aid 2015 - Highlights*. OECD, 2015.
- ONU. 2017. <http://www.un.org/en/sections/member-states/growth-united-nations-membership-1945-present/index.html> (acesso em 15 de 04 de 2017).

- ONU. *Charter of the United Nations*. São Francisco: UN, 1945.
- OXFAM. "History of Oxfam International." 2016. <https://www.oxfam.org/en/countries/history-oxfam-international> (acesso em 02 de abril de 2016).
- PARK, Kangho. "New Development Partners and a Global Development Partnership." Em *Catalysing Development: A New Vision for Aid*, por H. KHARAS, K. MAKINO e W. JUNG. Washington, D.C.: Brookings Institution, 2011.
- PECEQUILO, C.S. "A Política Externa do Brasil no Século XXI: os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical." *Revista Brasileira de Política Internacional* 51 (2) (2008): 136-153.
- PENNA FILHO, Pio. "Estratégias de desenvolvimento social e combate à pobreza no Brasil." Em *Relações Internacionais do Brasil - temas e agendas - vol. 2*, edição: Henrique ALTEMANI e Antonio Carlos LESSA, 339-364. São Paulo: Saraiva, 2006.
- PT. *A política internacional do PT*. Brasília: Secretaria de Relações Internacionais do PT, 2010.
- QUADIR, Fahimul. "Rising Donors and the New Narrative of 'South-South' Cooperation: what prospects for changing the landscape of development assistance programmes?" *Third World Quarterly*, 2013: 321-338.
- REISEN, Helmut. "The Multilateral Donor Non-System: Towards Accountability and Efficient Role Assignment." *Economics*, 1 de February de 2010.
- RHEE, H. "Promoting South-South Cooperation through knowledge exchange." Em *Catalysing Development: A New Vision for Aid*, edição: H. KHARAS, K MAKINO e W. JUNG. Washington, D.C.: Brookings Institution, 2011.
- ROBERTS, Adam. "Humanitarian Action in War." *The Adelphi Papers*, 1996.
- RODRIGUES, Simone Martins. *Segurança Internacional e direitos humanos: a prática da intervenção humanitária no pós-Guerra Fria*. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.
- SAVE THE CHILDREN. "OUR STORY." 2016. <https://www.savethechildren.net/about-us/our-story> (acesso em 02 de abril de 2016).
- SCHWAB, Klaus. "The Fourth Industrial Revolution." *Foreign Affairs*. 12 de dezembro de 2015. <https://www.foreignaffairs.com/articles/2015-12-12/fourth-industrial-revolution> (acesso em 24 de abril de 2016).
- SHUSHAN, D.; MARCOUX, C.. "The rise (and decline?) of Arab aid: generosity and allocation in the oil era." *World Development*, 2011: 1969-80.
- SIDAWAY, J. "Geographies of development: new maps, new visions?" *Professional Geographer*, 2012: 1-14.
- SILVA, Luiz Inácio "Lula" da. "Discurso de Posse." *Resenha de Política Exterior do Brasil*, 1º semestre de 2003: 13-20.
- . *Discurso proferido no encerramento da Conferência Nacional "2003-2013: Uma Nova Política Externa"*. 2013.
- SILVEIRA, Azeredo. *Resenha da Política Exterior*. Vol. I, Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1974.

- SMITH, K. *Non-DAC donors and humanitarian aid: shifting structures, changing trends*. Global Humanitarian Assistance Briefing Paper, 2011.
- SOARES, Guido. *Curso de Direito Internacional Público*. São Paulo: Atlas, 2004.
- TAMBOURGI, Patrícia. *O Brasil e a Assistência Humanitária Internacional: prática, discurso e tendências*. São Paulo: Dissertação de mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP/UNICAMP/PUC-SP), 2012.
- TERRY, Fiona. *Condemned to repeat? The paradox of Humanitarian Action*. Nova York: Cornell University Press, 2002.
- U.N. *Deliver Humanitarian Aid*. 2015. <http://www.un.org/en/sections/what-we-do/deliver-humanitarian-aid/> (acesso em 27 de 01 de 2017).
- UNDP. *Contributors to regular resources*. 2017. <http://www.undp.org/content/undp/en/home/ourwork/funding/top-contributors/core-donors.html> (acesso em 27 de 01 de 2017).
- . *Overview*. 2016. <http://www.undp.org/content/undp/en/home/ourwork/overview.html> (acesso em 15 de 08 de 2016).
- UNHCR. “Figures at a Glance.” 24 de maio de 2017. <http://www.unhcr.org/figures-at-a-glance.html> (acesso em 24 de maio de 2017).
- . *UNHCR*. 2017. <http://www.unhcr.org/about-us.html> (acesso em 27 de 01 de 2017).
- UNICEF. “Child Survival.” 24 de maio de 2017. <https://data.unicef.org/topic/child-survival/under-five-mortality/> (acesso em 24 de maio de 2017).
- . *Our History*. 2017. <https://www.unicef.org/about-us/70-years-for-every-child> (acesso em 27 de 01 de 2017).
- VAN DEN BOOGAERDE, P. *Financial assistance from Arab countries and Arab regional institutions*. International Monetary Fund, 1991.
- VÄYRYNEN, Raimo. “Complex Humanitarian Emergencies: Concepts and Issues.” Em *War, Hunger, and Displacement: The Origins of Humanitarian Emergencies: Volume 1*, edição: E. Wayne Nafziger, Frances Stewart e Raimo Väyrynen. Oxford: Oxford University Press, 2000.
- VIGEVANI, Tullo; CEPALUNI, Gabriel. “A Política Externa de Lula da Silva: A.” *Contexto Internacional*, jul/dez de 2007, no 2 ed.: 273-335.
- VILELA, Elaine; NEIVA, Pedro. “Temas e regiões nas políticas externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso dos dois presidentes.” *Revista Brasileira de Política Internacional*, junho/dezembro de 2011: 70-96.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. “O G-3 e o G-20.” Em *Relações Internacionais do Brasil - temas e agendas*, edição: Henrique ALTEMANI e Antonio Carlos LESSA, 159-194. São Paulo: Saraiva, 2006.
- . *Relações Internacionais do Brasil - De Vargas a Lula*. 3ª Edição. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

- WALKER, Peter; MAXWELL, Daniel. *Shaping the Humanitarian World*. Nova York: Routledge, 2009.
- WALZ, J.; RAMACHANDRAN, V.. "Brave New World: A Literature review of Emerging Donors and the Changing Nature of Foreign Assistance." *Center for Global Development*, 21 de November de 2011.
- WEISS, Thomas G. *Humanitarian Business*. Cambridge: Polity Press, 2013.
- . *Humanitarian Challenges and intervention: world politics and the dilemmas of help*. Oxford: Westview Press, 1996.
- WFP. 2016. <http://www.wfp.org/funding> (acesso em 19 de 04 de 2016).
- . *Development*. 2016. <https://www.wfp.org/operations/development> (acesso em 17 de 04 de 2016).
- . *Emergency*. 2016. <https://www.wfp.org/operations/emergency> (acesso em 17 de 04 de 2016).
- . *Relief*. 2016. <https://www.wfp.org/operations/relief> (acesso em 17 de 04 de 2016).
- . *Special Operations*. 2016. <https://www.wfp.org/operations/special> (acesso em 17 de 04 de 2016).
- . *The World Food Programme*. 2015. www.wfp.org (acesso em 31 de 10 de 2015).
- . *World Food Programme Database*. 2017. <https://www.wfp.org/operations/database> (acesso em 10 de 01 de 2017).
- . "Zero Hunger." 29 de maio de 2017. <http://www1.wfp.org/zero-hunger> (acesso em 29 de maio de 2017).
- WHITMAN, Jim. "The political limits of humanitarian assistance." Em *After Rwanda: the Coordination of United Nations Humanitarian Assistance*. London: Palgrave Macmillan, 1996.
- WOODS, Ngaire. "Whose aid? Whose influence? China, emerging donors and the silent revolution in development assistance." *International Affairs*, 2008, 84 ed.: 1205-1221.
- YOUNAS, Javed. "Motivation for bilateral aid allocation: altruism or trade benefits." *European Journal of Political Economy*, 2008: 661-674.
- ZIMMERMANN, F.; SMITH, K.. "More Actors, More Money, More Ideas for International Development Co-operation." *Journal of International Development*, 2011: 722-738.

ANEXO 1

Datas de ingresso dos países na OCDE e no DAC.

	INGRESSO OCDE	INGRESSO DAC
Alemanha	1961	1961
Austrália	1971	1961
Áustria	1961	1966
Bélgica	1961	1961
Canadá	1961	1961
Chile	2010	
Dinamarca	1961	1963
Eslováquia	2000	2013
Eslovênia	2010	2013
Espanha	1961	1991
Estados Unidos da América	1961	1961
Estônia	2010	
Finlândia	1069	1975
França	1961	1961
Grécia	1961	1999
Holanda	1961	1961
Hungria	1966	2016
Irlanda	1961	1985
Islândia	1961	2013
Israel	2010	
Itália	1962	1961
Japão	1964	1961
Letônia	2016	
Luxemburgo	1961	1992
México	1994	
Noruega	1961	1962
Nova Zelândia	1973	1973
Polônia	1996	2013
Portugal	1961	1961*
Reino Unido	1961	1961
República Checa	1995	2013
República da Coreia	1996	2010
Suécia	1961	1965
Suíça	1961	1968
Turquia	1961	

Fonte: OCDE⁴⁷.

* Portugal retirou-se do DAC em 1974 e retornou em 1991.

47Sobre os membros da OCDE, disponível em: <<http://www.oecd.org/about/membersandpartners/list-oecd-member-countries.htm>>. Acesso em: 08 de maio de 2017. Sobre os membros do DAC, disponível em: <<http://www.oecd.org/dac/dacmembers.htm>>. Acesso em 08 de maio de 2017.

ANEXO 2

Dados do Programa Mundial de Alimentos sobre a atuação dos países doadores, divididos em três categorias: (A) apenas doadores; (B) doadores e receptores; (C) *host donors*, no Programa Mundial de Alimentos, no período de 2010 a 2015⁴⁸. Para itens marcados com (N/A), as informações não estavam disponíveis.

Países	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Afeganistão		A	C			
África do Sul			A	A		
Albânia						
Alemanha	A	A	A	A	A	A
Andorra		A	A	A	A	A
Angola			A			
Antiga República Jugoslava da Macedónia						
Antígua e Barbuda						
Arábia Saudita		A	A	A	A	A
Argélia		A				
Argentina						A
Armênia						
Austrália	A	A	A	A	A	A
Áustria	A	A	A	A	A	A
Azerbaijão					A	
Bahamas						
Bahrein						
Bangladesh	C	C	C		C	C
Barbados						
Bélgica		A	A	A	A	A
Belize						
Benin	A		C			
Bielorrússia						
Bolívia				A	C	A
Bósnia e Herzegovina						
Botswana						
Brasil	A	A	A	A	A	A
Brunei Darussalam						
Bulgária				A	A	A
Burkina Faso	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Burundi		C	C	C	C	C
Butão	A	A	A			
Cabo Verde	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Camarões			C			C

⁴⁸ Não há dados desagregados nesse nível para os anos anteriores.

Camboja		C	C	C	C	C
Canadá		A	A	A	A	A
Catar		A	A	A	A	A
Cazaquistão	A	A	A	A		N/A
Chade						
Chile	A	A		A	A	A
China		A	A	A	A	A
Chipre	A		A	A	A	A
Cingapura		A				
Colômbia		A	A	A	C	C
Comores						
Congo		C	C	C	C	C
Costa do Marfim						
Costa Rica						
Croácia	A		A			
Cuba	A	A	A		A	
Dinamarca		A	A	A	A	A
Djibuti						
Dominica						
Egito	C	C	C	C	C	C
El Salvador	A	A				A
Emirados Árabes Unidos		A	A	N/A	A	A
Equador	A	A	A	A	A	
Eritreia						
Eslováquia		A	A	A	A	A
Eslovênia	A	A		A	A	A
Espanha	A	A	A	A	A	A
Estados Unidos da América	A	A	A	A	A	A
Estônia	A	A	A	A	A	A
Etiópia		C			C	
Federação Russa		A	A	A	A	A
Fiji						
Filipinas		A	A	A		
Finlândia	A	A	A	A	A	A
França	A	A	A	A	A	A
Gabão						
Gâmbia			C		C	
Gana	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Geórgia		A				
Grécia	A	A	A	A	A	
Granada						
Guatemala		A		A	C	A
Guiana						
Guiné					A	B
Guiné Equatorial						
Guiné-Bissau						

Haiti					N/A	
Holanda	A	A	A	A	A	A
Honduras			C	C	C	B
Hungria	A	A	A	A	A	A
Iêmen						
Ilhas Marshall						
Ilhas Salomão						
Índia		B	B	A	C	C
Indonésia	C		A	N/A		
Irã (República Islâmica do Irã)						
Iraque	B	C	C	C		C
Irlanda	A	A	A	A	A	A
Islândia	A	A	A	A	A	A
Israel		A	A	A	A	N/A
Itália	A	A	A	A	A	A
Jamaica						
Japão	A	A	A	A	A	A
Jordânia	A	A	A	A	A	A
Kuwait	A	A	A	A	A	A
Lesoto	C	C	C		C	C
Letônia	A			N/A		A
Líbano						
Libéria						
Líbia						
Liechtenstein	A	A	A	A	A	A
Lituânia				A	A	A
Luxemburgo	A	A	A	A	A	A
Madagáscar	C			C	C	C
Malásia		N/A	N/A	N/A	N/A	N/A
Malauí	C		C	C	C	C
Maldivas						
Mali						
Malta						
Marrocos		A				
Maurício						
Mauritânia	A	C				
México		A	A		A	
Mianmar						
Micronésia (Estados Federados da)						
Moçambique			A	A		
Mônaco	A	A	A	A	A	A
Mongólia						
Montenegro						
Namíbia		A	N/A			N/A
Nauru						

Nepal	C			C		
Nicarágua		A	A	B	A	A
Níger						
Nigéria						
Noruega	A	A	A	A	A	A
Nova Zelândia	A	A	A	A	A	A
Omã	A				A	
Palau						
Panamá	A	A	A	A	N/A	N/A
Papua Nova Guiné						
Paquistão		B	C	B	C	B
Paraguai						
Peru		A	A	A	A	N/A
Peru	A			A	A	
Polônia	A	A	A	A		A
Portugal	A	A	A	A	A	A
Quênia		C	C	C		C
Quirguistão						
Quiribati						
Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte	A	A	A	A	A	A
República Árabe da Síria	B	B	C	A	A	
República Centro-Africana						
República Checa	A	A	A	A	A	A
República da Coreia	A	A	A	A	A	A
República da Moldávia						
República Democrática do Congo		C	C	C	C	
República Democrática Popular do Laos						
República Dominicana						
República Popular Democrática da Coreia						
República Unida da Tanzânia		B	A	A	A	A
Romênia	A		A			A
Ruanda						
Samoa						
San Marino	A					
Santa Lúcia						
São Cristóvão e Névis						
São Tomé e Príncipe		C		C		
São Vicente e Granadinas						
Senegal		C	C			
Serra Leoa						
Sérvia						
Seychelles						

Somália						
Sri Lanka		A	B	A	C	A
Suazilândia		C	C			C
Sudão	A	A			C	
Sudão do Sul	B	A		C	C	C
Suécia	A	A	A	A	A	A
Suíça	A	A	A	A	A	A
Suriname						
Tailândia		A	A	A	A	A
Tajiquistão						
Timor-Leste			C	C	A	
Togo						
Tonga						
Trinidad e Tobago						
Tunísia			C			
Turcomenistão						
Tuvalu						
Ucrânia		A				
Uganda	C		A			
Uruguai						
Uzbequistão						
Vanuatu						
Venezuela, República Bolivariana do	A	A		A	A	
Vietnã						
Zâmbia		C	B	C	C	C
Zimbábue			C			C

Fonte: WFP.

ANEXO 3

Dados primários das doações dos países ao Programa Mundial de Alimentos, em dólares convertidos para o ano-base 2000, entre os anos de:

▪ **1998 a 2002:**

Países	1998	1999	2000	2001	2002
Afeganistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
África do Sul	0,00	0,00	175.738,00	170.907,85	41.513,72
Albânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alemanha	65.262.573,18	54.882.172,91	46.750.330,00	45.465.400,00	58.320.815,67
Andorra	0,00	0,00	13.000,00	12.642,70	72.779,21
Angola	0,00	0,00	2.999.695,00	2.917.248,56	1.436,00
Antiga República Jugoslava da Macedónia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Antígua e Barbuda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arábia Saudita	0,00	6.143.126,33	2.961.922,00	2.880.513,75	4.064.625,55
Argélia	0,00	0,00	10.000,00	0,00	9.573,31
Argentina	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Armênia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Austrália	64.091.424,79	47.383.729,46	53.785.990,00	52.307.685,30	48.241.435,34
Áustria	4.070.261,85	3.835.119,10	2.831.533,00	2.753.708,49	3.161.433,08
Azerbaijão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bahamas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bahrein	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bangladesh	0,00	0,00	0,00	0,00	906.828,42
Barbados	6.849,62	0,00	0,00	0,00	0,00
Bélgica	17.861.005,15	11.146.547,61	6.283.602,00	6.110.897,58	5.582.604,81
Belize	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benin	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bielorrússia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bósnia e Herzegovina	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Botswana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Brunei Darussalam	0,00	0,00	50.000,00	48.625,75	0,00
Bulgária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Burkina Faso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Burundi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Butão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cabo Verde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Camarões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Camboja	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Canadá	70.900.732,01	96.550.875,12	51.849.281,00	50.424.206,64	50.414.856,38

Catar	61.270,49	0,00	10.000,00	9.725,15	0,00
Cazaquistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Chade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Chile	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
China	1.197.449,27	1.188.818,35	4.549.980,00	4.424.924,07	1.196.664,35
Chipre	0,00	0,00	9.647,00	9.381,85	0,00
Cingapura	0,00	9.303,92	0,00	0,00	19.146,63
Colômbia	15.634,54	14.989,64	15.500,00	15.073,98	0,00
Comores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Congo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Costa do Marfim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Costa Rica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Croácia	0,00	1.199.171,54	0,00	0,00	0,00
Cuba	0,00	310.130,57	379.980,00	369.536,27	593.251,62
Dinamarca	45.830.585,35	48.483.248,82	41.922.329,00	40.770.096,31	38.444.701,39
Djibuti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dominica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Egito	309.521,60	206.753,71	215.568,00	209.643,13	191.466,30
El Salvador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Emirados Árabes Unidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equador	0,00	0,00	7.083,00	6.888,32	0,00
Eritreia	0,00	0,00	0,00	0,00	33.506,60
Eslováquia	26.409,69	535.776,41	15.000,00	14.587,73	14.359,97
Eslovênia	239.800,01	145.761,37	0,00	0,00	34.572,11
Espanha	2.878.278,32	2.595.870,42	3.256.071,00	3.166.578,08	2.495.922,09
Estados Unidos da América	922.279.845,03	745.508.961,89	795.676.450,00	773.807.330,70	898.153.650,86
Estônia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Etiópia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Federação Russa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiji	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Filipinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Finlândia	14.579.388,49	15.863.013,35	15.218.899,00	14.800.608,48	16.699.219,33
França	26.136.997,89	28.628.478,72	26.170.223,00	25.450.936,00	13.840.276,19
Gabão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gâmbia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gana	5.281,94	5.168,84	0,00	0,00	0,00
Geórgia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Grécia	26.409,69	1.184,70	130.000,00	126.426,96	0,00
Granada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guatemala	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné Equatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné-Bissau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Haiti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Holanda	48.099.393,46	56.860.472,05	62.800.864,00	61.074.786,04	56.286.221,09
Honduras	0,00	0,00	0,00	0,00	870.774,35
Hungria	68.665,20	76.010,94	65.000,00	63.213,48	62.226,55
Iêmen	58.101,32	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Marshall	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Salomão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índia	1.014.132,20	0,00	953.153,00	926.955,65	7.126.478,93
Indonésia	101.976,27	0,00	0,00	0,00	0,00
Irã (República Islâmica do Irã)	0,00	0,00	40.000,00	38.900,60	0,00
Iraque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irlanda	4.624.572,78	5.190.063,03	7.644.491,00	7.434.382,63	9.907.837,06
Islândia	5.174,19	5.168,84	5.000,00	4.862,58	10.878,16
Israel	8.451,10	0,00	10.000,00	9.725,15	0,00
Itália	11.232.040,22	21.527.629,91	19.936.478,00	19.388.525,10	40.004.365,73
Jamaica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Japão	130.734.856,23	110.032.428,88	260.098.730,00	252.949.932,07	88.931.957,88
Jordânia	0,00	43.418,28	84.000,00	81.691,27	40.209,84
Kuwait	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lesoto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Letônia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Libéria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líbia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Liechtenstein	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lituânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Luxemburgo	285.224,68	134.029,13	1.205.093,00	1.171.971,09	2.794.464,95
Madagáscar	0,00	279.117,51	0,00	0,00	0,00
Malásia	0,00	103.376,86	0,00	0,00	95.733,15
Malawi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Maldivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mali	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Malta	29.050,66	0,00	0,00	0,00	0,00
Marrocos	0,00	487.497,35	4.000,00	3.890,06	2.062,09
Maurício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mauritânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
México	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mianmar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Micronésia (Estados Federados da)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moçambique	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mônaco	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mongólia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Montenegro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Namíbia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nauru	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nepal	0,00	104.290,71	101.200,00	98.418,52	95.733,15

Nicarágua	0,00	0,00	0,00	0,00	2.393,33
Níger	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nigéria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Noruega	39.069.463,15	43.451.870,30	32.802.558,00	31.900.981,67	43.763.845,71
Nova Zelândia	477.165,05	541.085,84	657.674,00	639.597,87	703.955,51
Omã	0,00	0,00	100.000,00	97.251,51	1.914.662,96
Palau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Panamá	1.056,39	1.033,77	1.000,00	972,52	957,33
Papua Nova Guiné	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Paquistão	0,00	0,00	270.000,00	262.579,07	0,00
Paraguai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Peru	0,00	0,00	0,00	0,00	6.701,32
Polônia	0,00	706.872,34	224.700,00	218.524,13	205.826,27
Portugal	195.431,73	2.362.161,19	0,00	0,00	0,00
Quênia	0,00	0,00	9.025.000,00	8.776.948,42	11.621.871,10
Quirguistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quiribati	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte	84.734.746,00	25.104.234,50	60.055.989,00	58.405.353,76	91.633.795,27
República Árabe da Síria	5.869,29	33.710,16	32.609,00	31.712,74	31.217,62
República Centro-Africana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Checa	21.127,75	610.297,68	36.709,00	35.700,06	0,00
República da Coreia	11.172.834,97	574.472,43	588.030,00	571.868,03	15.500.019,01
República da Moldávia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Democrática do Congo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Democrática Popular do Laos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Dominicana	0,00	0,00	0,00	0,00	3.829,33
República Popular Democrática da Coreia	0	0,00	0,00	0,00	0,00
República Unida da Tanzânia	2.112,78	0,00	220.000,00	213.953,31	0,00
Romênia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ruanda	1.794,80	0,00	0,00	0,00	0,00
Samoa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
San Marino	9.507,49	0,00	0,00	0,00	7.544,73
Santa Lúcia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Cristóvão e Névis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Tomé e Príncipe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Vicente e Granadinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Senegal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serra Leoa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sérvia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Seychelles	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Somália	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sri Lanka	0,00	0,00	123.900,00	120.494,62	199.841,99
Suazilândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sudão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sudão do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suécia	31.175.427,45	29.375.039,51	30.777.985,00	29.932.053,94	29.891.774,62
Suíça	22.537.341,98	25.143.492,90	21.735.350,00	21.137.955,21	23.123.891,96
Suriname	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tailândia	0,00	38.287,69	10.582,00	10.291,15	19.146,63
Tajiquistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Timor-Leste	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Togo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tonga	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trinidad e Tobago	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tunísia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turcomenistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turquia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tuvalu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ucrânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Uganda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Uruguai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Uzbequistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vanuatu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Venezuela, República Bolivariana do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vietnã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Zâmbia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Zimbábue	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.621.445.236,04	1.387.424.264,57	1.564.897.916,00	1.521.877.065,90	1.567.394.856,54

■ **2003 a 2007:**

Países	2003	2004	2005	2006	2007
Afeganistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
África do Sul	18.281.855,02	4.728.214,21	4.747.928,53	949.996,46	318.642,69
Albânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alemanha	43.531.044,50	59.560.352,45	61.310.953,89	50.978.696,19	54.677.617,43
Andorra	48.718,36	105.129,67	28.129,85	113.686,60	107.634,96
Angola	0,00	3.659.085,14	0,00	2.989.706,92	0,00
Antiga República Jugoslava da Macedónia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Antígua e Barbuda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arábia Saudita	3.134.130,18	3.049.845,40	2.876.673,93	25.365.813,83	5.429.011,38
Argélia	9.348.024,78		13.073.616,81	2.144,90	0,00

Argentina	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Armênia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Austrália	36.698.779,11	37.831.623,12	54.578.098,04	51.745.934,43	51.299.596,76
Áustria	2.058.896,37	1.995.554,74	3.608.928,14	1.570.816,79	3.151.303,00
Azerbaijão	0,00	0,00	715.741,53	1.782.069,48	1.990.591,86
Bahamas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bahrein	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bangladesh	0,00	0,00	12.650.857,91	16.668.776,06	8.848.736,95
Barbados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bélgica	7.867.452,69	10.670.765,25	12.292.637,53	9.509.365,06	14.651.735,40
Belize	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benin	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bielorrússia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,00	0,00	0,00	0,00	192.804,61
Bósnia e Herzegovina	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Botswana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00	909.886,25
Brunei Darussalam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bulgária	0,00	4.558,37	0,00	8.542,02	8.305,10
Burkina Faso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Burundi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Butão	0,00	911,67	872,94	839,68	4.068,67
Cabo Verde	0,00	0,00	0,00	0,00	205.970,69
Camarões	31.281,97	547.004,32	0,00	0,00	135.809,19
Camboja	0,00	0,00	0,00	0,00	418.078,85
Canadá	107.373.285,49	82.044.792,87	134.437.113,00	127.594.500,76	134.058.593,32
Catar	282.696,63	0,00	175.092,46	129.821,62	0,00
Cazaquistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Chade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Chile	0,00	0,00	0,00	0,00	41.525,51
China	1.170.101,93	4.424.026,01	2.468.539,87	1.537.831,78	2.131.406,53
Chipre	92.792,83	4.220,14	0,00	341.680,79	544.942,62
Cingapura	0,00	18.233,48	13.226,37	42.710,10	41.525,51
Colômbia	0,00	2.027.522,58	2.783.219,04	760.060,38	13.838,79
Comores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Congo	0,00	0,00	0,00	212.608,31	0,00
Costa do Marfim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Costa Rica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Croácia	0,00	0,00	0,00	0,00	8.305,10
Cuba	440.324,33	560.679,43	798.409,87	738.884,71	809.747,48
Dinamarca	36.758.140,72	39.599.361,49	46.911.319,33	37.428.633,75	37.160.899,93
Djibuti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dominica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Egito	19.103,55	247.670,79	206.558,00	415.960,49	383.170,85

El Salvador	936,08	145.867,82	141.081,29	136.672,32	132.881,64
Emirados Árabes Unidos	0,00	45.583,69	1.725.524,68	4.271.009,88	1.744.071,50
Equador	0,00	80.818,98	186.826,90	339.385,55	205.783,83
Eritreia	44.229,85	0,00	90.600,64	0,00	0,00
Eslováquia	652.101,55	22.573,05	26.452,74	40.871,00	36.512,55
Eslovênia	0,00	30.944,95	85.920,27	0,00	88.461,80
Espanha	6.322.276,94	15.923.374,27	10.185.851,25	14.515.264,54	24.617.316,77
Estados Unidos da América	1.365.403.775,20	970.950.732,01	1.034.936.700,96	959.517.184,19	983.474.547,36
Estônia	0,00	0,00	0,00	0,00	35.152,18
Etiópia	0,00	27.692,09	0,00	0,00	0,00
Federação Russa	10.296.896,94	0,00	9.699.338,60	9.402.902,45	12.457.653,58
Fiji	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Filipinas	0,00	0,00	0,00	36.006,32	0,00
Finlândia	16.655.927,25	16.410.104,18	20.980.648,13	15.647.860,34	21.233.850,45
França	13.984.959,92	27.736.508,81	33.338.060,49	21.632.325,92	26.698.202,53
Gabão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gâmbia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gana	4.680,41	9.116,74	0,00	8.542,02	0,00
Geórgia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Grécia	187.216,31	14.181,09	3.207.095,12	3.588.551,19	4.211.929,35
Granada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guatemala	0,00	109.767,36	123.577,51	158.727,81	214.583,08
Guiana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné Equatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné-Bissau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Haiti	0,00	0,00	270.876,07	279.577,74	0,00
Holanda	47.198.853,49	70.873.662,71	101.712.248,22	68.355.876,47	62.838.681,93
Honduras	3.470.662,72	2.639.253,92	661.070,77	2.474,62	4.811,15
Hungria	60.845,30	59.258,80	106.138,10	55.523,13	53.983,17
Iêmen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Marshall	1.404,12	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Salomão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índia	4.016.056,59	21.514.526,08	29.745.695,30	5.772.602,14	7.355.354,96
Indonésia	18.721,63	0,00	0,00	5.981.162,38	2.574.783,55
Irã (República Islâmica do Irã)	0,00	36.466,95	0,00	0,00	0,00
Iraque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irlanda	11.060.068,31	12.475.033,48	17.476.299,14	26.484.129,93	28.604.880,46
Islândia	222.305,32	68.616,22	421.830,41	457.642,13	1.566.859,72
Israel	5.616,49	0,00	44.086,14	0,00	25.356,31
Itália	38.449.028,80	43.695.414,66	40.411.650,58	10.585.289,68	26.239.773,34
Jamaica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Japão	121.817.567,52	123.741.153,78	141.497.079,92	60.973.939,88	98.722.750,44
Jordânia	39.315,42	136.377,29	41.098,74	32.308,48	77.529,79

Kuwait	936.081,54	0,00	440.879,03	122.200,43	0,00
Lesoto	0,00	0,00	0,00	0,00	788.984,73
Letônia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líbano	0,00	0,00	0,00	22.209,25	0,00
Libéria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líbia	0,00	0,00	0,00	3.856.544,25	0,00
Liechtenstein	0,00	0,00	40.498,27	55.161,80	35.797,48
Lituânia	0,00	0,00	0,00	95.863,67	254.337,95
Luxemburgo	3.867.774,72	4.934.467,66	9.640.188,50	13.143.364,06	10.138.019,38
Madagáscar	0,00	1.823.347,75	801,52	950,73	1.243.232,30
Malásia	0,00	0,00	1.260.720,91	213.550,49	0,00
Malawi	968.181,65	13.190.651,89	0,00	7.608.740,04	1.532.920,92
Maldivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mali	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Malta	936,08	0,00	0,00	0,00	0,00
Marrocos	208.477,53	0,00	0,00	32.659,56	0,00
Maurício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mauritânia	0,00	0,00	0,00	1.031.342,96	664.408,19
México	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mianmar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Micronésia (Estados Federados da)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moçambique	0,00	0,00	0,00	0,00	122.583,31
Mônaco	18.721,63	27.350,22	31.909,06	30.987,03	0,00
Mongólia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Montenegro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Namíbia	0,00	0,00	1.763,52	0,00	0,00
Nauru	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nepal	94.373,87	131.455,17	131.488,64	85.467,18	3.279,68
Nicarágua	0,00	1.246.958,35	17.635,16	16.752,61	19.932,25
Níger	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nigéria	0,00	0,00	29.436,61	171.469,94	0,00
Noruega	48.081.569,95	50.007.115,21	82.698.878,13	43.855.995,37	33.676.026,64
Nova Zelândia	2.252.658,70	1.909.738,87	8.083.472,87	4.877.794,82	4.121.941,91
Omã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Palau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Panamá	0,00	911,67	1.763,52	854,20	830,51
Papua Nova Guiné	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Paquistão	0,00	34.710,16	34.480,27	8.009.346,24	2.841.636,46
Paraguai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Peru	0,00	0,00	0,00	40.147,49	440.540,83
Polônia	201.257,53	324.429,18	176.351,61	1.025.042,37	626.730,43
Portugal	418.703,66	658.914,11	770.516,34	416.894,98	92.247,26
Quênia	3.424.167,55	9.157.254,43	12.618.663,16	18.087.128,90	2.037.656,87
Quirguistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quiribati	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte	127.058.431,58	105.648.310,23	98.399.407,37	85.753.632,77	55.520.375,20
República Árabe da Síria	0,00	912.294,72	1.409.646,32	923.744,27	0,00
República Centro-Africana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Checa	163.850,78	89.775,26	1.089.968,47	263.259,92	476.795,10
República da Coreia	16.019.099,74	21.600.760,40	1.189.217,39	378.624,17	17.321.571,68
República da Moldávia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Democrática do Congo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Democrática Popular do Laos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Dominicana	43.893,80	0,00	0,00	0,00	0,00
República Popular Democrática da Coreia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Unida da Tanzânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Romênia	0,00	0,00	0,00	0,00	122.494,45
Ruanda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Samoa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
San Marino	0,00	0,00	0,00	32.853,46	0,00
Santa Lúcia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Cristóvão e Névis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Tomé e Príncipe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Vicente e Granadinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Senegal	0,00	0,00	29.979,77	0,00	0,00
Serra Leoa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sérvia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Seychelles	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Somália	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sri Lanka	99.635,58	22.076,18	172.592,68	10.083,85	25.957,60
Suazilândia	0,00	0,00	0,00	526.757,32	382.034,71
Sudão	0,00	0,00	0,00	5.313.136,29	0,00
Sudão do Sul	0,00	0,00	0,00	25.626.059,28	45.993.158,72
Suécia	39.635.019,78	40.606.110,19	74.296.157,70	49.988.040,58	53.778.591,75
Suíça	28.907.479,46	29.786.726,60	31.451.977,37	28.621.406,49	26.545.262,41
Suriname	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tailândia	348.850,44	0,00	251.458,88	106.590,74	93.336,89
Tajiquistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Timor-Leste	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Togo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tonga	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trinidad e Tobago	0,00	0,00	13.226,37	12.813,03	0,00

Tunísia	0,00	0,00	0,00	0,00	83.051,02
Turcomenistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turquia	0,00	136.751,08	2.689.362,07	1.025.042,37	2.533.056,23
Tuvalu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ucrânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Uganda	501.920,37	308.848,67	390.731,68	0,00	0,00
Uruguai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Uzbequistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vanuatu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Venezuela, República Bolivariana do	0,00	0,00	2.658.500,53	1.537.563,56	0,00
Vietnã	468.039,83	0,00	0,00	110.468,82	0,00
Zâmbia	0,00	0,00	0,00	0,00	2.076.275,60
Zimbábue	0,00	4.035,07	0,00	0,00	0,00
Total	2.180.769.200,40	1.840.389.573,15	2.130.815.342,71	1.842.195.456,49	1.884.352.529,36

■ **2008 a 2011:**

Países	2008	2009	2010	2011
Afganistão	0,00	0,00	0,00	765,54
África do Sul	252.229,68	539.552,83	263.447,90	492.203,38
Albânia	0,00	0,00	0,00	0,00
Alemanha	80.581.919,47	106.045.268,86	75.672.794,48	149.481.111,68
Andorra	46.234,32	123.463,36	182.673,49	76.019,68
Angola	0,00	0,00	0,00	0,00
Antiga República Jugoslava da Macedónia	0,00	0,00	0,00	0,00
Antígua e Barbuda	0,00	0,00	0,00	0,00
Arábia Saudita	402.738.637,46	15.523.819,93	30.663.745,70	51.803.224,94
Argélia	0,00	0,00	15.059.597,20	0,00
Argentina	79.980,49	2.367,04	0,00	0,00
Armênia	0,00	0,00	0,00	0,00
Austrália	86.322.197,01	65.332.409,66	66.280.000,37	109.653.376,25
Áustria	3.147.460,33	1.382.100,51	1.049.437,96	560.851,68
Azerbaijão	0,00	0,00	78.947,03	76.554,03
Bahamas	0,00	0,00	0,00	0,00
Bahrein	0,00	0,00	0,00	0,00
Bangladesh	5.748.184,40	4.169.024,79	2.590.457,60	1.370.304,91
Barbados	0,00	0,00	0,00	0,00
Bélgica	19.822.565,23	31.392.812,01	29.765.073,90	28.403.932,56
Belize	0,00	0,00	0,00	0,00
Benin	0,00	0,00	25.468,06	0,00
Bielorrússia	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolívia (Estado Plurinacional da)	206.809,56	169.758,31	0,00	0,00
Bósnia e Herzegovina	0,00	0,00	0,00	0,00
Botswana	120.930,50	0,00	0,00	0,00
Brasil	1.026.122,53	12.670.962,84	10.220.770,53	53.800.832,72

Brunei Darussalam	0,00	0,00	0,00	0,00
Bulgária	11.997,07	0,00	0,00	0,00
Burkina Faso	1.485.528,08	200.974,51	936,59	0,00
Burundi	1.944.365,76	3.915.408,71	0,00	1.855.105,51
Butão	4.010,22	4.156,97	4.026,72	3.970,09
Cabo Verde	0,00	0,00	0,00	0,00
Camarões	0,00	0,00	0,00	0,00
Camboja	1.730.777,86	3.508.427,81	937.382,46	939.317,96
Canadá	220.260.130,02	180.873.770,43	225.484.677,27	231.422.936,06
Catar	0,00	8.200.363,91	209.698,06	214.336,74
Cazaquistão	0,00	32.106,35	15.824,15	15.291,67
Chade	0,00	0,00	0,00	0,00
Chile	0,00	40.132,94	15.794,14	15.310,81
China	7.658.812,00	2.455.227,16	3.206.046,21	15.358.802,57
Chipre	159.960,99	653.525,56	544.540,24	0,00
Cingapura	1.700,39	24.079,76	0,00	38.277,02
Colômbia	819.916,02	16.053,17	39.485,36	89.263,53
Comores	0,00	0,00	0,00	0,00
Congo	639.843,94	264.096,40	0,00	0,00
Costa do Marfim	0,00	0,00	0,00	0,00
Costa Rica	0,00	0,00	0,00	0,00
Croácia	49.587,91	51.370,16	19.742,68	0,00
Cuba	59.505,49	962.708,90	888.420,61	1.646.277,60
Dinamarca	45.282.780,22	33.623.480,94	32.515.032,61	34.925.981,58
Djibuti	0,00	0,00	0,00	0,00
Dominica	0,00	0,00	0,00	0,00
Egito	968.704,53	3.351.048,91	306.297,42	1.009.730,07
El Salvador	159.960,99	0,00	236.912,16	229.662,09
Emirados Árabes Unidos	0,00	0,00	7.881,28	4.767.729,18
Equador	198.175,66	198.882,78	195.673,65	189.685,58
Eritreia	0,00	0,00	0,00	0,00
Eslováquia	57.581,96	23.913,61	11.845,61	11.483,10
Eslovênia	108.299,19	86.799,52	94.183,64	150.114,03
Espanha	93.934.885,05	171.932.656,85	65.257.192,91	52.144.542,62
Estados Unidos da América	1.655.944.311,94	1.417.926.636,66	1.226.211.972,97	951.291.598,34
Estônia	193.551,99	0,00	189.204,37	54.525,61
Etiópia	1.778.095,12	0,00	0,00	6.813.308,78
Federação Russa	11.997.073,88	21.511.254,47	25.270.630,64	28.842.826,01
Fiji	0,00	0,00	0,00	0,00
Filipinas	0,00	81.949,85	0,00	2.715.910,43
Finlândia	22.599.794,26	23.115.901,75	21.040.000,92	22.890.942,99
França	32.298.109,61	17.418.483,86	15.894.341,41	29.296.433,14
Gabão	0,00	0,00	0,00	0,00
Gâmbia	0,00	0,00	0,00	0,00
Gana	3.639.112,41	0,00	0,00	0,00
Geórgia	0,00	0,00	0,00	15.310,81

Grécia	6.830.308,47	4.376.443,05	281.196,57	96.971,76
Granada	0,00	0,00	0,00	0,00
Guatemala	0,00	137.738,65	0,00	57.469,11
Guiana	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné	47.306,86	94.951,32	0,00	0,00
Guiné Equatorial	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné-Bissau	0,00	0,00	0,00	0,00
Haiti	779.809,80	0,00	0,00	0,00
Holanda	93.981.028,20	62.281.341,62	58.773.351,64	55.996.589,13
Honduras	638.944,96	0,00	0,00	0,00
Hungria	51.987,32	52.172,82	51.330,97	11.483,10
Iêmen	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Marshall	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Salomão	0,00	0,00	0,00	0,00
Índia	13.099.590,58	11.205.035,87	10.088.231,60	11.150.348,81
Indonésia	1.599.609,85	802.658,75	368.843,81	0,00
Irã (República Islâmica do Irã)	0,00	0,00	0,00	0,00
Iraque	31.992.197,03	0,00	14.888.890,93	10.391,44
Irlanda	31.848.805,60	18.099.250,85	15.255.892,35	20.677.373,99
Islândia	1.682.922,33	120.398,81	146.340,64	224.305,61
Israel	23.994,15	24.079,76	119.304,23	126.314,15
Itália	81.515.843,69	24.126.662,62	18.993.117,75	19.955.459,52
Jamaica	0,00	0,00	0,00	0,00
Japão	142.524.588,31	162.876.361,73	169.599.067,72	215.974.966,42
Jordânia	70.965,09	566.677,08	36.704,80	50.797,43
Kuwait	0,00	0,00	0,00	191.385,08
Lesoto	0,00	0,00	260.342,78	460.055,28
Letônia	0,00	0,00	29.140,20	0,00
Líbano	0,00	0,00	0,00	0,00
Libéria	0,00	0,00	0,00	0,00
Líbia	0,00	0,00	0,00	0,00
Liechtenstein	673.619,70	267.577,53	150.876,72	335.047,14
Lituânia	21.636,32	0,00	0,00	0,00
Luxemburgo	11.417.833,56	10.423.833,79	10.101.847,73	8.861.152,09
Madagáscar	1.928.148,12	1.540.647,28	354.562,74	0,00
Malásia	3.369,58	0,00	789.831,19	765.540,31
Malawi	0,00	1.570.525,45	1.553.504,12	0,00
Maldivas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mali	140.765,67	0,00	0,00	0,00
Malta	0,00	0,00	0,00	0,00
Marrocos	0,00	0,00	0,00	484.907,78
Maurício	0,00	0,00	0,00	0,00
Mauritânia	989.714,61	0,00	1.359,88	1.590.690,19
México	39.990,25	40.132,94	0,00	765.540,31
Mianmar	0,00	0,00	0,00	0,00
Micronésia (Estados Federados da)	0,00	0,00	0,00	0,00

Moçambique	84.017,91	0,00	0,00	0,00
Mônaco	125.754,93	0,00	22.725,40	154.727,18
Mongólia	0,00	0,00	0,00	0,00
Montenegro	0,00	0,00	0,00	0,00
Namíbia	0,00	0,00	0,00	1.322.296,35
Nauru	0,00	0,00	0,00	0,00
Nepal	12.956.839,80	0,00	28.272.375,65	0,00
Nicarágua	19.995,12	19.263,81	14.168,93	14.676,17
Níger	0,00	0,00	0,00	0,00
Nigéria	0,00	0,00	0,00	0,00
Noruega	42.803.696,87	32.752.961,41	34.699.068,98	35.616.571,67
Nova Zelândia	11.252.555,47	2.997.715,31	5.413.174,41	6.487.461,91
Omã	0,00	80.265,87	20.817.272,69	0,00
Palau	0,00	0,00	0,00	0,00
Panamá	33.697,38	54.580,79	53.700,09	52.056,74
Papua Nova Guiné	0,00	0,00	0,00	0,00
Paquistão	1.539.772,45	21.854.235,37	21.671,93	1.807.038,77
Paraguai	0,00	0,00	0,00	0,00
Peru	253.259,83	0,00	0,00	369.471,19
Polónia	930.707,40	429.219,36	545.559,75	355.839,98
Portugal	88.691,17	89.839,99	0,00	0,00
Quênia	4.487.519,08	11.700.305,21	4.399.587,58	2.608.090,97
Quirguistão	0,00	0,00	0,00	0,00
Quiribati	0,00	0,00	0,00	0,00
Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte	135.135.761,66	102.438.528,99	124.084.014,84	110.143.560,90
República Árabe da Síria	50.091,78	53.524,50	1.575.008,64	801.298,70
República Centro-Africana	0,00	0,00	0,00	0,00
República Checa	653.220,68	248.056,07	125.550,02	181.605,30
República da Coreia	2.080.300,61	4.334.357,24	4.065.418,23	4.473.865,05
República da Moldávia	0,00	0,00	0,00	0,00
República Democrática do Congo	0,00	0,00	0,00	1.532.480,03
República Democrática Popular do Laos	0,00	0,00	0,00	0,00
República Dominicana	0,00	0,00	69.740,62	0,00
República Popular Democrática da Coreia	0,00	0,00	0,00	0,00
República Unida da Tanzânia	75.215,25	17.997,21	0,00	80.371,78
Romênia	240.366,97	60.441,01	56.977,38	0,00
Ruanda	0,00	0,00	0,00	0,00
Samoa	0,00	0,00	0,00	0,00
San Marino	0,00	0,00	10.571,81	0,00
Santa Lúcia	0,00	0,00	0,00	0,00
São Cristóvão e Névis	0,00	0,00	0,00	0,00
São Tomé e Príncipe	0,00	0,00	0,00	55.118,90
São Vicente e Granadinas	0,00	0,00	0,00	0,00
Senegal	0,00	0,00	0,00	53.890,21
Serra Leoa	0,00	0,00	0,00	0,00

Sérvia	0,00	0,00	0,00	0,00
Seychelles	0,00	0,00	0,00	0,00
Somália	0,00	0,00	0,00	0,00
Sri Lanka	8.928,22	8.914,33	0,00	2.082.295,68
Suazilândia	39.990,25	0,00	0,00	275.594,51
Sudão	0,00	0,00	2.112.608,14	2.870.776,17
Sudão do Sul	0,00	0,00	10.279.850,89	469.794,48
Suécia	65.350.425,67	58.182.593,62	71.595.154,74	74.894.178,35
Suíça	35.932.028,09	31.280.731,15	33.916.830,82	35.456.549,24
Suriname	0,00	0,00	0,00	0,00
Tailândia	110.264,31	77.579,38	9.181.237,87	143.954,50
Tajiquistão	0,00	0,00	0,00	0,00
Timor-Leste	279.931,72	0,00	0,00	0,00
Togo	0,00	0,00	0,00	0,00
Tonga	0,00	0,00	0,00	0,00
Trinidad e Tobago	0,00	0,00	0,00	0,00
Tunísia	0,00	0,00	0,00	0,00
Turcomenistão	0,00	0,00	0,00	0,00
Turquia	3.279.200,20	1.952.135,91	1.579.414,42	0,00
Tuvalu	0,00	0,00	0,00	0,00
Ucrânia	0,00	465.542,07	0,00	94.032,08
Uganda	0,00	0,00	94.764,86	0,00
Uruguai	0,00	0,00	0,00	0,00
Uzbequistão	0,00	0,00	0,00	0,00
Vanuatu	0,00	0,00	0,00	0,00
Venezuela, República Bolivariana do	599.853,69	0,00	236.912,16	210.146,17
Vietnã	0,00	0,00	0,00	0,00
Zâmbia	1.623.645,59	0,00	0,00	2.617.966,44
Zimbábue	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	3.446.018.555,67	2.695.530.230,62	2.505.537.257,53	2.405.680.349,38

▪ **2012 a 2015:**

Países	2012	2013	2014	2015
Afeganistão	1.500,04	0,00	0,00	0,00
África do Sul	2.089.255,36	14.894.714,78	0,00	0,00
Albânia	0,00	0,00	0,00	0,00
Alemanha	112.661.694,01	170.303.885,92	219.179.144,54	239.216.109,39
Andorra	65.926,00	66.218,29	42.094,90	34.549,42
Angola	1.174.741,13	0,00	0,00	0,00
Antiga República Jugoslava da Macedónia	0,00	0,00	0,00	0,00
Antígua e Barbuda	0,00	0,00	0,00	0,00
Arábia Saudita	6.781.309,17	15.749.235,45	197.229.981,76	109.887.451,26
Argélia	0,00	0,00	0,00	0,00
Argentina	0,00	0,00	0,00	40.177,12
Armênia	133.255,28	0,00	74.241,27	73.147,78

Austrália	91.298.978,50	70.310.237,12	82.043.028,92	52.660.297,63
Áustria	811.334,75	934.195,22	860.521,50	4.413.724,51
Azerbaijão	75.001,99	0,00	145.478,41	0,00
Bahamas	9.375,25	0,00	0,00	0,00
Bahrein	0,00	0,00	0,00	0,00
Bangladesh	4.485.766,10	0,00	2.806.020,21	2.998.802,66
Barbados	0,00	0,00	0,00	0,00
Bélgica	10.836.494,12	27.664.208,35	18.545.033,56	12.535.893,65
Belize	0,00	0,00	0,00	0,00
Benin	1.492.957,31	0,00	0,00	0,00
Bielorrússia	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,00	238.089,29	127.240,51	234.687,41
Bósnia e Herzegovina	0,00	0,00	0,00	0,00
Botswana	0,00	0,00	0,00	0,00
Brasil	61.912.716,90	5.241.994,48	3.226.166,94	4.426.807,87
Brunei Darussalam	0,00	0,00	0,00	0,00
Bulgária	0,00	153.805,89	100.916,91	82.186,55
Burkina Faso	36.834,23	0,00	0,00	0,00
Burundi	1.596.915,31	1.848.781,89	1.411.691,17	2.808.570,18
Butão	3.735,85	0,00	0,00	0,00
Cabo Verde	0,00	0,00	0,00	0,00
Camarões	744.351,22	0,00	0,00	662.813,47
Camboja	920.274,38	906.988,52	892.510,02	891.452,51
Canadá	275.368.839,74	271.032.769,78	254.634.921,07	190.093.563,21
Catar	199.944,05	321.666,03	1.731.192,30	911.976,26
Cazaquistão	15.000,40	14.765,36	0,00	21.577,22
Chade	0,00	303.884,03	0,00	5.245.993,15
Chile	0,00	14.783,84	14.547,84	229.598,06
China	3.422.694,69	4.853.060,50	8.048.893,19	7.604.121,89
Chipre	3.831,85	1.912,29	7.698,72	19.144,07
Cingapura	0,00	0,00	0,00	0,00
Colômbia	7.368.544,73	10.024.924,14	2.768.013,98	1.777.146,55
Comores	0,00	0,00	0,00	0,00
Congo	0,00	0,00	3.039.722,54	2.092.460,64
Costa do Marfim	1.301.336,23	170.566,32	0,00	0,00
Costa Rica	0,00	0,00	0,00	0,00
Croácia	30.000,79	0,00	0,00	0,00
Cuba	2.541.118,33	0,00	351.974,09	0,00
Dinamarca	32.624.602,90	44.869.351,09	49.374.688,46	41.410.217,79
Djibuti	0,00	0,00	0,00	0,00
Dominica	0,00	0,00	0,00	0,00
Egito	3.756.200,77	571.342,89	283.732,35	279.406,06
El Salvador	0,00	0,00	0,00	145.306,03
Emirados Árabes Unidos	2.194.235,64	36.959,60	21.647.186,71	1.571.733,95
Equador	409.205,59	183.156,98	180.233,20	0,00
Eritreia	0,00	0,00	0,00	0,00

Eslováquia	13.211,60	11.087,88	10.910,88	238.989,92
Eslovênia	0,00	29.025,85	30.098,75	47.575,37
Espanha	9.876.254,17	2.893.267,50	5.613.746,89	5.536.759,24
Estados Unidos da América	1.095.139.293,85	1.104.181.506,94	1.619.971.687,73	1.457.416.491,26
Estônia	134.838,57	179.265,87	137.250,87	192.757,17
Etiópia	0,00	0,00	34.729.242,11	25.156.561,03
Federação Russa	28.500.755,14	36.959.597,35	48.354.887,02	35.398.682,71
Fiji	0,00	0,00	0,00	0,00
Filipinas	6.681.624,78	871.926,43	0,00	0,00
Finlândia	19.810.961,90	23.133.796,26	25.360.153,49	25.144.664,10
França	23.191.326,21	17.879.075,86	16.712.266,06	29.641.929,41
Gabão	0,00	0,00	0,00	0,00
Gâmbia	383.920,17	0,00	2.319.120,72	0,00
Gana	0,00	0,00	0,00	0,00
Geórgia	0,00	0,00	0,00	0,00
Grécia	97.405,08	30.130,20	27.517,97	0,00
Granada	0,00	0,00	0,00	0,00
Guatemala	0,00	1.831.382,05	3.523.116,73	3.788.535,13
Guiana	7.491,20	0,00	0,00	0,00
Guiné	0,00	0,00	5.164.483,39	2.697.289,73
Guiné Equatorial	0,00	0,00	47.917,68	0,00
Guiné-Bissau	0,00	357.581,89	0,00	292.275,82
Haiti	0,00	0,00	187.125,96	0,00
Holanda	56.442.788,97	49.256.295,63	64.420.549,58	73.702.341,06
Honduras	15.943.942,69	18.477.110,97	6.072.047,51	17.560.541,40
Hungria	63.892,69	34.870,64	36.883,14	246.255,22
Iêmen	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Marshall	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Salomão	0,00	0,00	0,00	0,00
Índia	2.541.610,34	1.401.461,36	756.015,63	989.139,58
Indonésia	1.500.039,74	2.084.225,61	0,00	0,00
Irã (República Islâmica do Irã)	0,00	0,00	0,00	2.876.660,59
Iraque	15.098.853,30	25.132.526,20	0,00	430.759,73
Irlanda	15.002.177,99	17.088.189,26	15.520.105,44	21.539.638,86
Islândia	220.885,35	451.499,92	290.102,12	751.274,33
Israel	150.003,97	14.783,84	14.547,84	14.530,60
Itália	10.564.740,92	16.828.811,98	23.011.765,42	19.058.237,56
Jamaica	0,00	0,00	0,00	0,00
Japão	143.065.339,57	176.321.311,23	114.039.689,77	142.961.581,09
Jordânia	34.958,43	34.453,74	33.903,74	67.676,28
Kuwait	191.255,07	31.046.061,77	27.259.016,19	32.693.857,40
Lesoto	997.354,68	0,00	5.840.256,77	2.662.661,85
Letônia	0,00	20.059,45	0,00	40.770,69
Líbano	0,00	0,00	0,00	0,00
Libéria	1.875.049,68	118.176,83	4.073.395,35	1.765.468,30
Líbia	0,00	0,00	0,00	0,00

Liechtenstein	288.721,65	320.927,58	243.231,89	291.616,86
Lituânia	0,00	35.354,07	29.376,45	57.071,85
Luxemburgo	7.440.007,38	9.608.371,00	8.827.828,21	8.289.072,74
Madagáscar	0,00	609.542,85	2.182.176,08	567.701,95
Malásia	750.019,87	739.191,95	727.392,03	726.530,16
Malauí	11.656.380,59	2.853.280,92	4.646.672,64	12.912.165,08
Maldivas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mali	0,00	0,00	0,00	0,00
Malta	0,00	0,00	0,00	57.078,39
Marrocos	0,00	0,00	0,00	0,00
Maurício	0,00	0,00	0,00	0,00
Mauritânia	0,00	0,00	0,00	0,00
México	217.125,50	0,00	72.739,20	0,00
Mianmar	0,00	0,00	0,00	0,00
Micronésia (Estados Federados da)	0,00	0,00	0,00	0,00
Moçambique	80.960,15	1.478,38	0,00	0,00
Mônaco	73.411,95	135.585,54	197.054,14	149.859,20
Mongólia	0,00	0,00	0,00	0,00
Montenegro	0,00	0,00	0,00	0,00
Namíbia	682.691,34	0,00	0,00	914.122,43
Nauru	0,00	0,00	0,00	0,00
Nepal	0,00	47.241,76	0,00	0,00
Nicarágua	11.250,30	2.228.663,72	10.910,88	14.530,60
Níger	0,00	0,00	0,00	0,00
Nigéria	0,00	0,00	0,00	0,00
Noruega	41.129.073,73	50.677.759,52	52.294.945,59	67.255.462,57
Nova Zelândia	5.204.937,66	5.794.027,46	4.290.028,70	3.503.958,35
Omã	0,00	0,00	727.392,03	0,00
Palau	0,00	0,00	0,00	0,00
Panamá	51.001,35	16.177,22	420.629,71	272.993,71
Papua Nova Guiné	0,00	0,00	0,00	0,00
Paquistão	16.622.025,91	29.622.823,82	50.592.306,34	58.577.854,58
Paraguai	0,00	0,00	0,00	0,00
Peru	1.507.295,44	235.496,21	191.296,10	209.150,60
Polónia	558.144,54	171.831,82	0,00	720.210,08
Portugal	74.233,22	7.391,92	7.273,92	107.280,17
Quênia	1.919.272,35	428.715,81	0,00	445.655,06
Quirguistão	0,00	0,00	0,00	0,00
Quiribati	0,00	0,00	0,00	0,00
Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte	151.612.630,53	334.007.580,91	297.733.032,48	331.919.008,05
República Árabe da Síria	663.216,32	29.818,26	14.792,24	0,00
República Centro-Africana	0,00	0,00	8.728.704,32	0,00
República Checa	299.555,69	148.060,15	109.933,67	819.300,80
República da Coreia	4.418.756,33	11.421.042,63	22.549.992,23	27.110.714,30
República da Moldávia	0,00	0,00	0,00	0,00
República Democrática do Congo	3.461.553,97	2.062.675,95	439.551,36	0,00

República Democrática Popular do Laos	0,00	0,00	0,00	0,00
República Dominicana	0,00	3.469.712,30	0,00	0,00
República Popular Democrática da Coreia	0,00	0,00	0,00	0,00
República Unida da Tanzânia	253.908,73	77.512,41	130.476,67	244.784,00
Romênia	29.802,04	0,00	0,00	79.663,31
Ruanda	0,00	0,00	0,00	0,00
Samoa	0,00	0,00	0,00	0,00
San Marino	0,00	0,00	0,00	0,00
Santa Lúcia	0,00	0,00	0,00	0,00
São Cristóvão e Névis	0,00	0,00	0,00	0,00
São Tomé e Príncipe	0,00	113.197,64	0,00	0,00
São Vicente e Granadinas	0,00	0,00	0,00	0,00
Senegal	3.977.948,65	0,00	0,00	0,00
Serra Leoa	0,00	3.361.042,21	6.948.871,32	4.359.180,99
Sérvia	0,00	0,00	0,00	0,00
Seychelles	0,00	0,00	0,00	0,00
Somália	0,00	0,00	0,00	0,00
Sri Lanka	1.170.757,02	6.936,58	1.219.474,19	12.869,03
Suazilândia	4.355.882,91	144.392,28	0,00	1.523.148,69
Sudão	0,00	0,00	159.962,96	0,00
Sudão do Sul	0,00	2.755.630,70	3.636.960,13	1.895.928,42
Suécia	71.403.340,11	78.612.212,76	68.122.900,80	66.461.295,35
Suíça	45.244.087,76	61.214.930,38	62.999.534,70	61.740.179,56
Suriname	0,00	0,00	0,00	0,00
Tailândia	92.079,94	89.178,33	93.512,79	98.915,63
Tajiquistão	0,00	0,00	0,00	0,00
Timor-Leste	1.275.033,78	443.515,17	130.812,00	0,00
Togo	0,00	0,00	0,00	12.064,76
Tonga	0,00	0,00	0,00	0,00
Trinidad e Tobago	0,00	0,00	0,00	0,00
Tunísia	300.007,95	0,00	0,00	0,00
Turcomenistão	0,00	0,00	0,00	0,00
Turquia	0,00	739.191,95	72.739,20	726.530,16
Tuvalu	0,00	0,00	0,00	0,00
Ucrânia	0,00	0,00	0,00	0,00
Uganda	567.378,78	0,00	0,00	0,00
Uruguai	0,00	0,00	3.636,96	0,00
Uzbequistão	0,00	0,00	0,00	0,00
Vanuatu	0,00	0,00	0,00	0,00
Venezuela, República Bolivariana do	0,00	184.797,99	3.636,96	0,00
Vietnã	0,00	0,00	0,00	0,00
Zâmbia	488.498,44	3.060.693,74	1.293.099,35	1.094.782,15
Zimbábue	6.291.832,70	0,00	0,00	905.553,74
Total	2.458.070.773,21	2.772.854.964,44	3.492.177.558,06	3.239.359.055,01

ANEXO 4

Dados primários das doações dos países ao CERF em dólares, convertidos para o ano-base 2000, entre os anos de:

■ 2006 a 2010:

Países	2006	2007	2008	2009	2010
Afeganistão	0,00	0,00	0,00	1.203,99	1.184,56
África do Sul	246.503,04	199.322,46	177.187,18	144.478,57	208.119,44
Albânia	0,00	0,00	2.399,41	2.809,31	0,00
Alemanha	0,00	5.479.291,30	11.829.114,85	15.669.892,58	17.164.286,16
Andorra	21.730,90	24.695,22	26.789,47	31.292,45	36.742,71
Angola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Antiga República Iugoslava da Macedônia	0,00	0,00	1.599,61	0,00	3.948,54
Antígua e Barbuda	4.271,01	4.152,55	3.999,02	4.013,29	3.948,54
Arábia Saudita	42.710,10	41.525,51	79.980,49	120.398,81	0,00
Argélia	0,00	8.305,10	7.998,05	8.026,59	7.897,07
Argentina	0,00	0,00	23.994,15	24.079,76	39.485,36
Armênia	4.271,01	4.152,55	3.999,02	4.013,29	3.948,54
Austrália	6.491.935,02	7.275.269,69	7.611.743,48	6.278.075,67	8.675.723,38
Áustria	0,00	333.391,73	823.843,06	340.921,28	433.075,43
Azerbaijão	17.084,04	16.610,20	0,00	8.026,59	0,00
Bahamas	0,00	41.525,51	0,00	0,00	0,00
Bahrein	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bangladesh	4.271,01	0,00	3.999,02	0,00	3.948,54
Barbados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bélgica	2.277.468,18	2.482.323,68	2.031.179,79	5.837.660,83	6.623.699,21
Belize	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benin	0,00	0,00	0,00	1.203,99	0,00
Bielorrússia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolívia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bósnia e Herzegovina	0,00	0,00	3.999,02	0,00	0,00
Botswana	0,00	0,00	3.999,02	0,00	0,00
Brasil	0,00	24.915,31	39.990,25	120.386,77	157.941,44
Brunei Darussalam	0,00	41.525,51	0,00	0,00	0,00
Bulgária	0,00	8.305,10	7.998,05	12.012,59	0,00
Burkina Faso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Burundi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Butão	0,00	0,00	1.183,71	1.187,93	1.184,56
Cabo Verde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Camarões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Camboja	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Canadá	18.742.309,50	29.164.508,16	31.222.403,18	27.745.405,44	29.478.546,01
Catar	1.708.403,95	0,00	79.980,49	40.132,94	0,00
Cazaquistão	21.355,05	8.305,10	39.990,25	40.132,94	39.485,36
Chade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Chile	0,00	24.915,31	79.980,49	16.053,17	23.691,22
China	0,00	415.255,12	399.902,46	401.329,37	1.184.560,81
Chipre	0,00	24.915,31	0,00	0,00	23.691,22
Cingapura	0,00	0,00	0,00	0,00	23.691,22
Colômbia	0,00	16.610,20	0,00	32.106,35	23.691,22
Comores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Congo	0,00	0,00	0,00	1.810,80	0,00
Costa do Marfim	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Costa Rica	0,00	0,00	0,00	0,00	7.615,15
Croácia	4.271,01	16.610,20	27.193,37	19.263,81	19.742,68
Cuba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dinamarca	7.176.358,37	7.260.639,42	7.943.241,02	6.857.986,18	8.793.767,24
Djibuti	1.708,40	1.661,02	0,00	0,00	3.158,83
Dominica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Egito	12.813,03	12.457,65	11.997,07	12.039,88	11.845,61
El Salvador	0,00	1.661,02	0,00	0,00	0,00
Emirados Árabes Unidos	0,00	0,00	39.990,25	0,00	39.485,36
Equador	17.084,04	16.610,20	15.996,10	0,00	0,00
Eritreia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Eslováquia	0,00	0,00	0,00	8.026,59	0,00
Eslovênia	8.542,02	41.525,51	39.990,25	53.447,44	10.753,44
Espanha	8.542.006,09	17.185.319,83	36.416.692,28	35.597.098,40	31.260.559,81
Estados Unidos da América	8.542.019,76	0,00	3.999.024,63	0,00	7.897.072,08
Estônia	44.505,63	33.003,65	72.942,21	64.890,95	58.483,35
Etiópia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Federação Russa	0,00	0,00	0,00	0,00	1.579.414,42
Fiji	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Filipinas	0,00	4.152,55	3.999,02	8.026,59	7.897,07
Finlândia	4.402.556,98	5.586.011,87	6.231.280,18	6.580.517,49	6.380.044,53
França	1.079.540,46	1.089.712,48	1.778.003,14	0,00	519.035,06
Gabão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gâmbia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gana	0,00	0,00	3.999,02	8.026,59	0,00
Geórgia	0,00	0,00	0,00	0,00	1.579,41
Grécia	85.420,20	0,00	239.941,48	401.329,37	394.853,60
Granada	8.542,02	0,00	0,00	0,00	0,00
Guatemala	0,00	0,00	7.998,05	0,00	0,00
Guiana	0,00	0,00	3.929,44	0,00	0,00
Guiné	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné Equatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné-Bissau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Haiti	0,00	0,00	0,00	1.187,93	0,00
Holanda	44.298.914,47	44.349.246,76	51.107.534,75	44.682.407,23	43.421.261,10
Honduras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Hungria	0,00	8.305,10	15.996,10	43.414,21	0,00
Iêmen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Ilhas Marshall	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Salomão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índia	854.201,98	830.510,24	0,00	401.329,37	394.853,60
Indonésia	42.710,10	83.051,02	79.980,49	100.332,34	118.456,08
Irã (República Islâmica do Irã)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iraque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irlanda	10.764.631,09	21.820.804,42	26.634.363,01	21.815.951,76	4.027.484,65
Islândia	128.130,30	463.937,97	488.875,16	160.531,75	78.970,72
Israel	0,00	24.915,31	11.997,07	12.039,88	15.794,14
Itália	0,00	2.217.794,54	2.347.747,38	1.090.707,29	1.186.353,45
Jamaica	0,00	4.152,55	0,00	4.013,29	0,00
Japão	6.406.514,82	0,00	1.734.843,27	802.658,75	1.579.414,42
Jordânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Kuwait	170.840,40	0,00	39.990,25	40.132,94	27.323,87
Lesoto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Letônia	0,00	0,00	15.996,10	0,00	16.325,62
Líbano	0,00	2.491,53	0,00	0,00	2.369,12
Libéria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líbia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Liechtenstein	85.420,20	102.355,40	156.870,54	185.285,75	185.638,84
Lituânia	0,00	0,00	16.671,93	0,00	0,00
Luxemburgo	3.416.807,90	4.659.826,85	4.951.112,41	4.572.265,30	4.560.559,12
Madagáscar	0,00	0,00	0,00	0,00	1.579,41
Malásia	42.710,10	83.051,02	79.980,49	80.265,87	0,00
Malauí	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Maldivas	0,00	830,51	799,80	0,00	0,00
Mali	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Malta	0,00	8.305,10	0,00	0,00	0,00
Marrocos	4.271,01	4.152,55	3.999,02	4.013,29	3.948,54
Maurício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mauritânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
México	42.710,10	41.525,51	79.980,49	120.398,81	118.456,08
Mianmar	0,00	0,00	0,00	8.026,59	7.897,07
Micronésia (Estados Federados da)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moçambique	0,00	0,00	0,00	1.605,32	3.158,83
Mônaco	21.355,05	29.067,86	111.423,22	113.730,32	106.435,16
Mongólia	0,00	0,00	7.998,05	0,00	0,00
Montenegro	0,00	0,00	1.999,51	3.993,23	3.948,54
Namíbia	0,00	0,00	0,00	802,66	1.579,41
Nauru	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nepal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nicarágua	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Níger	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nigéria	2.094,50	0,00	0,00	0,00	0,00
Noruega	25.620.909,29	45.732.917,51	44.196.232,43	34.301.607,99	51.712.819,57
Nova Zelândia	0,00	633.430,16	799.804,93	802.658,75	789.707,21

Omã	0,00	0,00	0,00	24.079,76	0,00
Palau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Panamá	0,00	0,00	0,00	0,00	3.948,54
Papua Nova Guiné	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Paquistão	17.084,04	16.582,80	15.996,10	12.039,88	15.139,48
Paraguai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Peru	0,00	4.152,55	7.998,05	8.026,59	0,00
Polônia	213.550,49	423.560,22	239.941,48	240.797,62	197.426,80
Portugal	217.155,23	223.025,22	249.859,06	211.115,30	225.856,26
Quênia	0,00	0,00	0,00	7.942,31	0,00
Quirguistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quiribati	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte	59.732.635,77	69.535.333,48	64.175.547,43	51.580.456,52	47.386.933,79
República Árabe da Síria	0,00	0,00	3.999,02	4.013,29	3.948,54
República Centro Africana	0,00	0,00	0,00	0,00	155.761,06
República Checa	96.782,79	100.784,91	123.069,98	114.921,47	0,00
República da Coreia	4.271.009,88	1.245.765,36	1.599.609,85	2.407.976,25	2.369.121,62
República da Moldávia	0,00	0,00	0,00	8.026,59	7.897,07
República Democrática do Congo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Democrática Popular do Laos	0,00	0,00	0,00	2.407,98	0,00
República Dominicana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Popular Democrática da Coreia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Unida da Tanzânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Romênia	0,00	298.672,24	0,00	0,00	108.110,92
Ruanda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Samoa	0,00	0,00	0,00	1.605,32	0,00
San Marino	0,00	0,00	3.529,54	24.079,76	78.970,72
Santa Lúcia	0,00	0,00	0,00	0,00	789,71
São Cristóvão e Névis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Tomé e Príncipe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Vicente e Granadinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Senegal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serra Leoa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sérvia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Seychelles	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Somália	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sri Lanka	8.542,02	8.305,10	7.983,65	8.026,59	7.897,07
Suazilândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sudão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sudão do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suécia	35.101.935,35	42.393.808,74	45.000.544,26	39.625.313,57	50.833.096,00
Suíça	3.355.388,22	6.806.016,46	5.792.047,31	3.738.278,78	3.608.127,22
Suriname	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tailândia	8.542,02	8.305,10	15.996,10	0,00	0,00

Tajiquistão	0,00	0,00	0,00	0,00	1.579,41
Timor-Leste	0,00	0,00	0,00	963,19	0,00
Togo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tonga	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trinidad e Tobago	17.084,04	16.610,20	15.996,10	16.053,17	15.794,14
Tunísia	0,00	0,00	3.999,02	0,00	0,00
Turcomenistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turquia	256.260,59	249.153,07	239.941,48	160.531,75	157.941,44
Tuvalu	0,00	0,00	0,00	802,66	0,00
Ucrânia	0,00	0,00	0,00	0,00	397.467,53
Uganda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Uruguai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Uzbequistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vanuatu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Venezuela	0,00	0,00	0,00	4.013,29	0,00
Vietnã	0,00	0,00	0,00	8.026,59	7.897,07
Zâmbia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Zimbábue	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	254.434.533,95	319.056.177,17	361.465.797,30	313.868.748,99	334.518.746,91

▪ **2010 a 2015:**

Países	2011	2012	2013	2014	2015
Afeganistão	382,77	750,02	739,19	0,00	0,00
África do Sul	208.594,42	182.597,59	202.885,27	177.222,52	125.372,22
Albânia	3.062,16	37.500,99	0,00	0,00	0,00
Alemanha	12.531.894,92	14.552.260,57	15.015.206,02	21.690.265,77	31.426.193,77
Andorra	21.533,12	19.737,52	14.522,16	14.939,18	32.068,31
Angola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Antiga República Iugoslava da Macedônia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Antígua e Barbuda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arábia Saudita	0,00	0,00	332.636,38	109.108,80	108.979,52
Argélia	7.655,40	0,00	0,00	0,00	0,00
Argentina	44.702,96	51.001,35	51.743,44	32.732,64	0,00
Armênia	3.827,70	3.750,10	3.695,96	3.636,96	3.632,65
Austrália	10.645.756,70	12.204.323,36	13.724.281,20	10.606.018,76	6.700.810,23
Áustria	221.378,95	196.565,21	200.764,53	0,00	0,00
Azerbaijão	7.655,40	0,00	29.434,62	0,00	0,00
Bahamas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bahrein	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bangladesh	7.655,40	0,00	0,00	0,00	0,00
Barbados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bélgica	13.562.427,01	14.725.233,90	14.084.304,64	12.793.872,86	7.969.309,37
Belize	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benin	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bielorrússia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Bolívia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bósnia e Herzegovina	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Botswana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Brasil	382.770,16	562.514,90	739.191,95	523.722,26	0,00
Brunei Darussalam	38.277,02	0,00	0,00	0,00	0,00
Bulgária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Burkina Faso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Burundi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Butão	1.148,31	1.125,03	1.108,79	0,00	0,00
Cabo Verde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Camarões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Camboja	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Canadá	31.531.220,62	0,00	21.295.681,65	19.435.904,04	17.740.853,11
Catar	3.062.161,25	2.250.059,62	2.217.575,84	0,00	0,00
Cazaquistão	38.249,46	74.960,74	0,00	7.273,92	0,00
Chade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Chile	22.966,21	22.500,60	22.175,76	21.821,76	21.795,90
China	382.770,16	375.009,94	369.595,97	363.696,01	363.265,08
Chipre	21.128,91	0,00	0,00	0,00	10.011,59
Cingapura	38.277,02	37.500,99	36.959,60	36.369,60	36.326,51
Colômbia	7.655,40	75.001,99	73.919,19	0,00	170.734,59
Comores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Congo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Costa do Marfim	3.827,70	0,00	0,00	0,00	7.265,30
Costa Rica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Croácia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cuba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dinamarca	7.029.367,99	17.256.862,98	17.788.926,23	18.907.434,09	10.575.402,86
Djibuti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dominica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Egito	0,00	11.250,30	0,00	0,00	0,00
El Salvador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Emirados Árabes Unidos	38.277,02	37.500,99	51.743,44	72.739,20	726.530,16
Equador	3.827,70	0,00	0,00	0,00	0,00
Eritreia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Eslováquia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Eslovênia	54.345,71	0,00	50.801,71	0,00	0,00
Espanha	15.380.470,42	1.956.201,83	4.891.602,71	1.811.206,15	1.588.043,82
Estados Unidos da América	4.593.241,88	3.750.099,36	2.956.767,79	2.909.568,11	2.179.590,49
Estônia	70.660,90	75.140,74	76.036,24	98.619,81	90.888,92
Etiópia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Federação Russa	1.531.080,63	1.500.039,74	739.191,95	1.091.088,04	1.089.795,25
Fiji	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Filipinas	7.655,40	0,00	0,00	0,00	7.265,30
Finlândia	7.204.767,82	6.388.369,26	6.735.443,10	7.059.703,31	5.645.139,38
França	551.916,29	294.510,30	290.724,19	0,00	0,00

Gabão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gâmbia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gana	0,00	11.250,30	0,00	0,00	0,00
Geórgia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Grécia	382.770,16	0,00	36.959,60	0,00	0,00
Granada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guatemala	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiana	1.677,30	1.647,04	1.614,40	1.584,99	1.583,11
Guiné	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné Equatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné-Bissau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Haiti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Holanda	41.691.325,43	39.364.042,96	38.529.641,05	39.974.556,20	42.988.063,30
Honduras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Hungria	45.932,42	0,00	14.856,28	34.949,00	0,00
Iêmen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Marshall	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Salomão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índia	382.770,16	375.009,94	369.595,97	363.696,01	363.265,08
Indonésia	133.969,55	150.003,97	147.838,39	145.478,41	145.306,03
Irã (República Islâmica do Irã)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iraque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irlanda	4.185.034,35	3.870.681,56	9.616.476,24	8.862.035,28	8.872.386,37
Islândia	0,00	37.500,99	96.094,95	72.739,20	72.653,02
Israel	15.310,81	15.000,40	0,00	0,00	0,00
Itália	1.001.403,28	484.437,84	482.951,06	844.781,46	802.452,57
Jamaica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Japão	2.296.620,94	2.025.053,65	2.207.975,96	1.157.145,42	1.019.183,05
Jordânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Kuwait	516.739,71	750.019,87	369.595,97	363.696,01	726.530,16
Lesoto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Letônia	0,00	0,00	30.326,83	0,00	0,00
Líbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Libéria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líbia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Liechtenstein	215.524,10	204.565,67	201.239,09	202.300,82	197.448,38
Lituânia	0,00	7.500,20	0,00	0,00	15.733,01
Luxemburgo	4.580.155,73	4.183.377,59	4.248.229,26	3.697.036,89	3.107.514,82
Madagáscar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Malásia	76.554,03	37.500,99	0,00	0,00	36.326,51
Malauí	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Maldivas	765,54	0,00	0,00	0,00	0,00
Mali	0,00	0,00	0,00	72.739,20	0,00
Malta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Marrocos	3.827,70	0,00	3.695,96	0,00	0,00
Maurício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Mauritânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
México	229.662,09	225.005,96	258.717,18	363.696,01	181.632,54
Mianmar	7.655,40	7.500,20	7.391,92	7.273,92	7.265,30
Micronésia (Estados Federados da)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moçambique	0,00	1.500,04	1.478,38	0,00	0,00
Mônaco	107.264,45	48.536,79	48.040,08	49.404,47	38.000,43
Mongólia	0,00	0,00	7.391,92	0,00	0,00
Montenegro	3.827,70	3.750,10	2.217,58	0,00	0,00
Namíbia	1.531,08	0,00	0,00	0,00	0,00
Nauru	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nepal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nicarágua	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Níger	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nigéria	76.440,73	0,00	0,00	0,00	0,00
Noruega	52.031.288,58	55.460.239,69	50.461.273,12	48.090.148,33	35.587.999,03
Nova Zelândia	1.132.214,22	1.259.563,87	1.234.764,71	1.864.451,24	1.698.336,91
Omã	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Palau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Panamá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Papua Nova Guiné	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Paquistão	0,00	7.500,20	7.391,92	7.273,92	7.265,30
Paraguai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Peru	0,00	3.750,10	18.479,80	3.399,83	3.027,45
Polónia	249.605,18	198.155,25	183.439,35	154.825,39	148.810,09
Portugal	204.537,06	190.145,04	50.010,03	49.211,71	42.889,98
Quênia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quirguistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quiribati	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte	72.175.140,69	71.362.890,79	82.220.689,86	82.330.230,21	60.447.672,95
República Árabe da Síria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Centro Africana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Checa	332.599,71	93.281,47	0,00	84.532,41	0,00
República da Coreia	2.296.620,94	3.000.079,49	2.956.767,79	2.909.568,11	3.269.385,74
República da Moldávia	765,54	1.500,04	0,00	0,00	0,00
República Democrática do Congo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Democrática Popular do Laos	2.296,62	0,00	0,00	0,00	0,00
República Dominicana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Popular Democrática da Coreia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Unida da Tanzânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Romênia	54.276,81	69.347,59	25.389,76	38.551,78	0,00
Ruanda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Samoa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
San Marino	38.277,02	20.468,79	0,00	7.252,10	1.646,32
Santa Lúcia	382,77	0,00	0,00	0,00	0,00

São Cristóvão e Névis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Tomé e Príncipe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Vicente e Granadinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Senegal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serra Leoa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sérvia	1.531,08	0,00	5.174,34	0,00	3.632,65
Seychelles	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Somália	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sri Lanka	7.655,40	7.500,20	7.391,92	0,00	0,00
Suazilândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sudão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sudão do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suécia	57.020.252,79	54.101.088,18	52.990.991,98	52.849.467,08	38.020.570,96
Suíça	4.648.360,78	4.463.881,27	5.580.358,11	5.717.856,33	7.523.021,51
Suriname	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tailândia	0,00	15.000,40	14.783,84	14.547,84	14.530,60
Tajiquistão	0,00	1.500,04	0,00	0,00	0,00
Timor-Leste	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Togo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tonga	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trinidad e Tobago	0,00	0,00	0,00	14.547,84	14.530,60
Tunísia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turcomenistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turquia	191.385,08	150.003,97	184.797,99	327.057,28	326.938,57
Tuvalu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ucrânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Uganda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Uruguai	0,00	3.750,10	3.695,96	0,00	0,00
Uzbequistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vanuatu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Venezuela	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vietnã	7.655,40	7.500,20	7.391,92	7.273,92	7.265,30
Zâmbia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Zimbábue	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	355.417.169,73	318.704.160,38	354.438.907,12	348.103.387,36	291.965.422,55

ANEXO 5

Dados primários das doações dos países ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (UNHCR) em dólares, convertidos para o ano-base 2000, entre os anos de:

▪ 2011 A 2015:

Países	2011	2012	2013	2014	2015
Afeganistão	0,00	750,02	739,19	0,00	726,53
África do Sul	467.200,07	206.259,21	249.392,28	15.467,26	248.742,86
Albânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alemanha	44.824.547,20	51.948.210,89	86.202.929,77	101.469.450,67	103.791.646,67
Andorra	39.494,99	23.889,63	17.336,27	9.583,39	6.129,01
Angola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Antiga República Jugoslava da Macedónia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Antígua e Barbuda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arábia Saudita	731.856,54	10.274.274,72	8.518.266,16	67.135.303,19	21.485.427,35
Argélia	2.373.174,97	75.001,99	73.919,19	72.739,20	72.653,02
Argentina	76.554,03	169.504,49	240.976,57	237.129,80	89.668,35
Armênia	0,00	74.035,96	72.567,95	144.541,52	71.199,96
Austrália	43.281.658,88	36.484.321,42	42.520.059,37	35.060.863,04	37.268.720,49
Áustria	2.447.260,90	1.945.427,04	3.720.101,74	2.047.989,71	3.042.648,03
Azerbaijão	15.310,81	41.609,60	27.164,56	26.712,74	36.617,12
Bahamas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bahrein	0,00	0,00	0,00	2.567.693,85	0,00
Bangladesh	0,00	0,00	0,00	0,00	8.718,36
Barbados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bélgica	20.616.097,85	12.638.191,85	14.465.427,57	7.513.225,69	14.255.024,59
Belize	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benin	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bielorrússia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolívia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bósnia e Herzegovina	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Botswana	0,00	84.968,25	9.822,38	9.665,59	12.060,40
Brasil	2.870.802,20	2.727.024,25	527.933,85	2.337.515,74	539.908,54
Brunei Darussalam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bulgária	6.124,32	106.346,82	7.391,92	8.001,31	8.718,36
Burkina Faso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Burundi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Butão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cabo Verde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Camarões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Camboja	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Canadá	44.817.319,73	48.743.091,72	55.610.887,08	53.407.640,08	50.919.790,00
Catar	76.554,03	75.001,99	0,00	19.226.420,95	2.522.398,67

Cazaquistão	0,00	126.930,36	136.749,77	150.415,94	147.393,35
Chade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Chile	76.554,03	75.001,99	73.919,19	72.739,20	50.857,11
China	19.138,51	355.981,93	1.090.318,47	676.084,70	684.275,90
Chipre	26.341,48	9.758,51	9.776,55	4.541,84	11.957,96
Cingapura	7.655,40	7.500,20	36.959,60	36.369,60	36.326,51
Colômbia	7.655,40	750.019,87	127.260,76	0,00	0,00
Comores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Congo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Costa do Marfim	7.655,40	76.635,53	0,00	0,00	0,00
Costa Rica	13.318,10	11.539,06	11.087,88	11.017,81	11.740,73
Croácia	0,00	102.794,72	51.767,09	70.950,55	18.132,01
Cuba	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dinamarca	35.865.982,40	43.605.820,10	63.930.020,84	56.176.433,10	53.145.287,75
Djibuti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dominica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Egito	19.138,51	0,00	0,00	0,00	0,00
El Salvador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Emirados Árabes Unidos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Eritreia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Eslováquia	10.059,97	48.015,52	10.030,10	57.837,12	33.009,90
Eslovênia	156.708,40	86.463,79	30.089,55	30.098,75	64.138,08
Espanha	24.009.350,69	11.187.978,93	5.615.519,99	5.511.842,18	7.253.314,62
Estados Unidos da América	534.475.791,94	595.118.824,38	770.021.591,87	931.663.979,86	982.599.085,54
Estônia	0,00	143.481,80	388.150,43	492.291,65	274.531,77
Etiópia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Federação Russa	1.531.080,63	1.906.633,02	8.870.303,36	1.454.784,05	1.453.060,33
Fiji	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Filipinas	0,00	75.001,99	0,00	0,00	7.265,30
Finlândia	21.492.099,50	18.246.606,45	20.079.189,77	23.475.054,49	21.404.435,95
França	19.889.661,33	17.445.416,47	17.977.641,93	15.611.876,86	30.608.579,97
Gabão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gâmbia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Geórgia	0,00	0,00	0,00	18.184,80	21.795,90
Grécia	1.631.014,26	1.077.711,80	85.336,01	49.482,30	16.073,75
Granada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guatemala	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné Equatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné-Bissau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Haiti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Holanda	60.142.297,67	77.576.693,67	63.251.684,35	56.417.186,77	52.302.809,19

Honduras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Hungria	1.513.176,93	1.629.434,67	1.447.813,87	1.395.157,55	1.872.691,80
Iêmen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Marshall	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Salomão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índia	0,00	0,00	0,00	4.858,25	4.698,47
Indonésia	0,00	37.500,99	36.959,60	36.369,60	1.639,05
Irã (República Islâmica do Irã)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Iraque	0,00	0,00	7.366.647,98	0,00	0,00
Irlanda	0,00	9.068.157,26	9.632.137,50	9.487.897,20	7.956.829,77
Islândia	155.066,31	38.251,01	36.959,60	0,00	435.918,10
Israel	4.593,24	75.001,99	73.919,19	72.739,20	72.653,02
Itália	6.003.143,59	9.620.943,66	7.785.122,28	8.214.321,04	15.014.677,99
Jamaica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Japão	173.093.750,96	139.038.673,38	186.970.547,28	132.103.459,67	126.053.372,23
Jordânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Kuwait	765.540,31	2.705.143,17	83.053.213,66	75.908.276,58	88.634.327,56
Lesoto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Letônia	0,00	10.000,01	65.308,35	106.442,91	92.323,09
Líbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Libéria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líbia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Liechtenstein	254.156,32	244.683,48	159.652,89	160.395,03	228.462,50
Lituânia	15.708,89	13.489,86	19.394,18	46.141,39	49.842,88
Luxemburgo	7.628.028,94	7.886.464,95	7.199.921,75	7.678.266,58	7.017.612,98
Madagáscar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Malásia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Malawi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Maldivas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mali	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Malta	60.540,46	32.704,62	86.858,75	45.292,52	52.708,31
Marrocos	765.540,31	958.925,91	760.324,71	748.542,40	744.443,49
Maurício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mauritânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
México	38.277,02	18.750,50	18.479,80	745.576,83	108.979,52
Mianmar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Micronésia (Estados Federados da)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moçambique	0,00	0,00	0,00	1.454,78	3.632,65
Mônaco	216.282,75	189.225,51	172.797,94	231.420,50	240.230,11
Mongólia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Montenegro	0,00	0,00	3.695,96	62.644,46	60.116,74
Namíbia	0,00	66.301,01	65.343,83	64.300,73	31.778,43
Nauru	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nepal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nicarágua	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Níger	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nigéria	48.791,71	47.802,52	47.112,40	46.360,33	46.305,40
Noruega	58.265.229,57	63.648.927,40	59.266.923,06	66.139.280,19	64.253.349,84
Nova Zelândia	4.776.016,92	4.518.635,72	3.790.727,84	4.240.634,41	3.154.255,41
Omã	76.554,03	0,00	0,00	0,00	0,00
Palau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Panamá	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Papua Nova Guiné	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Paquistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Paraguai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Peru	0,00	0,00	0,00	0,00	35.221,46
Polónia	671.088,71	521.173,06	940.824,29	477.022,24	859.875,33
Portugal	229.662,09	225.005,96	144.149,08	223.569,03	195.626,24
Quênia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quirguistão	0,00	50.261,83	49.536,21	51.756,85	51.695,53
Quiribati	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte	92.395.617,25	74.691.453,48	119.122.653,16	148.030.037,60	190.557.321,22
República Árabe da Síria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Centro- Africana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Checa	97.065,92	252.795,70	231.647,97	286.913,24	1.894.120,08
República da Coreia	3.595.670,12	3.858.663,24	4.395.744,62	11.544.046,06	11.592.919,98
República da Moldávia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Democrática do Congo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Democrática Popular do Laos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Dominicana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Popular Democrática da Coreia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Unida da Tanzânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Romênia	160.185,48	177.639,96	197.622,97	166.642,60	225.224,35
Ruanda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Samoa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
San Marino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Santa Lúcia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Cristóvão e Névis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Tomé e Príncipe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Vicente e Granadinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Senegal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serra Leoa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sérvia	48.751,90	75.001,99	3.695,96	3.636,96	3.632,65
Seychelles	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Somália	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sri Lanka	0,00	0,00	0,00	0,00	7.265,30
Suazilândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sudão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sudão do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suécia	91.319.138,96	88.728.285,39	95.289.425,34	97.641.579,96	80.284.912,87
Suíça	24.210.112,87	28.161.340,39	33.904.021,04	34.685.490,93	37.444.787,81
Suriname	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tailândia	15.310,81	15.000,40	14.783,84	14.547,84	14.530,60
Tajiquistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Timor-Leste	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Togo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tonga	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trinidad e Tobago	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tunísia	0,00	0,00	0,00	5.091,74	0,00
Turcomenistão	0,00	61.345,63	60.459,99	68.440,32	68.359,22
Turquia	153.873,60	375.009,94	147.838,39	509.174,42	217.959,05
Tuvalu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ucrânia	0,00	93.752,48	0,00	0,00	0,00
Uganda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Uruguai	0,00	0,00	3.695,96	21.821,76	10.897,95
Uzbequistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vanuatu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Venezuela, República Bolivariana do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vietnã	0,00	135.003,58	133.054,55	65.465,28	0,00
Zâmbia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Zimbábue	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.328.602.336,13	1.370.923.470,60	1.786.761.329,16	1.984.606.184,32	2.024.120.068,94

ANEXO 6

Dados primários das doações dos países ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em dólares, convertidos para o ano-base 2000, entre os anos de:

■ 1999 a 2004:

Países	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Afeganistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
África do Sul	154.655,91	504.960,00	341.251,64	0,00	95.522,44	220.410,83
Albânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alemanha	7.569.785,88	4.681.040,00	4.356.441,51	6.730.404,09	6.919.853,61	7.926.699,82
Andorra	51.818,68	13.300,00	87.635,28	62.810,52	123.602,08	327.060,27
Angola	0,00	0,00	0,00	0,00	1.872,16	0,00
Antiga República Jugoslava da Macedónia	0,00	5.000,00	2.431,29	0,00	2.340,20	0,00
Antígua e Barbuda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arábia Saudita	1.033.768,57	1.000.000,00	972.515,06	0,00	1.918.979,33	0,00
Argélia	20.675,37	25.000,00	19.450,30	497.812,37	18.721,63	21.880,17
Argentina	49.138,12	142.034,00	0,00	16.227,73	0,00	0,00
Armênia	0,00	0,00	0,00	0,00	6.552,57	0,00
Austrália	15.709.210,29	20.487.412,00	9.218.003,45	13.186.026,29	25.808.857,66	29.354.897,68
Áustria	1.858.273,44	1.424.012,00	1.160.259,09	1.103.533,23	1.207.730,53	1.472.858,37
Azerbaijão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.669,70
Bahamas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bahrein	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bangladesh	33.080,59	445.000,00	246.753,33	183.440,99	565.393,25	62.905,50
Barbados	8.354,92	4.000,00	3.890,06	44.539,85	3.744,33	4.593,01
Bélgica	3.915.070,76	6.812.192,00	9.514.420,20	7.384.303,62	9.345.014,35	12.642.945,58
Belize	52.210,48	75.758,00	36.837,90	48.350,03	46.804,08	45.583,69
Benin	4.135,07	10.324,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bielorrússia	0,00	5.000,00	14.587,73	0,00	0,00	0,00
Bolívia	715.354,41	932.217,00	854.023,83	239.592,31	407.817,03	43.185,08
Bósnia e Herzegovina	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Botswana	0,00	5.652,00	9.118,30	0,00	0,00	7.197,67
Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Brunei Darussalam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bulgária	2.067,54	0,00	0,00	0,00	2.443,17	2.438,73
Burkina Faso	97.174,25	7.182,00	1.388,75	0,00	0,00	0,00
Burundi	51.490,98	1.330,00	1.137,84	1.244,53	0,00	0,00
Butão	0,00	21.000,00	11.767,43	12.780,38	13.760,40	0,00
Cabo Verde	0,00	0,00	0,00	0,00	1.404,12	0,00
Camarões	0,00	0,00	0,00	13.295,42	13.000,30	0,00
Camboja	0,00	0,00	0,00	4.786,66	0,00	9.116,74
Canadá	42.150.037,26	19.983.753,00	37.173.661,71	51.524.390,17	79.831.136,19	79.046.670,37
Catar	0,00	0,00	9.725,15	0,00	9.360,82	45.583,69
Cazaquistão	0,00	0,00	0,00	0,00	9.360,82	9.116,74

Chade	2.100.632,21	15.204,00	22.354,23	0,00	0,00	0,00
Chile	79,60	77.000,00	94.333,96	73.714,52	5.803,71	45.583,69
China	1.199.714,27	1.209.616,00	1.183.105,42	1.146.589,21	1.092.453,96	1.109.386,76
Chipre	0,00	1.270,00	2.334,04	9.573,31	0,00	26.803,21
Cingapura	51.688,43	50.000,00	383.170,93	47.866,57	46.804,08	45.583,69
Colômbia	465.195,86	467.131,00	440.063,06	382.932,59	0,00	0,00
Comores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Congo	0,00	0,00	7.780,12	0,00	0,00	0,00
Costa do Marfim	5.168,84	123.702,00	0,00	0,00	71.128,16	79.771,46
Costa Rica	0,00	0,00	51.913,83	7.811,82	8.665,31	0,00
Croácia	0,00	0,00	0,00	0,00	936,08	46.120,67
Cuba	0,00	50.000,00	24.312,88	4.786,66	9.360,82	9.116,74
Dinamarca	27.108.509,15	29.105.573,00	29.861.960,89	30.035.587,83	33.511.284,80	34.777.430,86
Djibuti	1.033,77		0,00	0,00	936,08	0,00
Dominica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Egito	157.422,28	140.662,00	209.234,67	0,00	0,00	0,00
El Salvador	0,00	26.000,00	24.312,88	0,00	24.338,12	0,00
Emirados Árabes Unidos	103.376,86	100.000,00	97.251,51	95.733,15	187.216,31	95.655,56
Equador	0,00	0,00	21.642,35	0,00	0,00	0,00
Eritreia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Eslováquia	0,00	0,00	0,00	0,00	10.784,60	11.104,19
Eslovênia	1.966,23	3.700,00	9.725,15	17.710,63	87.625,66	18.724,87
Espanha	2.667.910,65	1.495.650,00	1.697.681,61	1.729.585,89	3.045.116,31	5.302.529,54
Estados Unidos da América	210.646.234,68	247.599.795,00	210.430.186,83	236.223.623,02	269.709.991,50	239.571.792,69
Estônia	0,00	19.295,00	34.691,56	15.850,54	56.179,87	56.935,86
Etiópia	50.939,98	36.869,00	34.927,88	47.161,98	46.820,93	44.950,08
Federação Russa	516.884,29	500.000,00	486.257,53	478.665,74	468.040,77	455.836,94
Fiji	2.558,58	2.293,00	0,00	1.572,90	0,00	14.586,78
Filipinas	81.249,04	82.525,00	53.272,43	61.251,03	41.657,50	32.110,98
Finlândia	14.184.026,39	13.133.690,00	13.377.649,73	14.542.300,77	17.181.849,68	20.059.024,16
França	7.964.164,46	7.518.096,00	8.132.911,99	8.104.257,10	11.218.251,11	15.150.426,16
Gabão	159.200,36	0,00	0,00	0,00	0,00	180.967,26
Gâmbia	0,00	4.692,00	496.955,20	9.573,31	0,00	0,00
Gana	5.168,84	5.000,00	9.725,15	0,00	0,00	13.675,11
Geórgia	0,00	0,00	1.945,03	0,00	0,00	1.424,03
Grécia	299.792,89	260.000,00	257.716,49	253.692,84	568.546,91	335.352,85
Granada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	911,67
Guatemala	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	455.836,94
Guiana	0,00	0,00	2.859,19	2.910,29	2.877,51	2.763,28
Guiné	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné Equatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné-Bissau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Haiti	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.116,74
Holanda	54.416.250,31	50.851.543,00	66.915.491,70	79.599.752,76	69.305.971,08	103.388.439,36
Honduras	94.732,48	24.879,00	25.086,03	24.527,79	22.650,37	380.578,26
Hungria	0,00	0,00	0,00	4.006,43	0,00	44.128,66

Iêmen	0,00	18.400,00	16.270,18	0,00	0,00	9.114,92
Ilhas Marshall	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Salomão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índia	74.252,50	959.710,00	631.298,43	1.141.078,81	0,00	1.880.826,05
Indonésia	0,00	0,00	72.938,63	0,00	93.608,15	91.167,39
Irã (República Islâmica do Irã)	0,00	100.000,00	52.029,56	102.434,47	50.080,36	0,00
Iraque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irlanda	5.178.399,02	4.948.177,00	7.539.509,56	8.511.223,50	16.825.815,75	12.907.708,43
Islândia	136.267,24	109.007,00	107.491,12	110.190,77	124.842,39	118.348,03
Israel	79.727,33	64.038,00	116.701,81	57.439,89	112.329,78	54.700,43
Itália	15.426.279,20	16.911.177,00	35.379.020,34	28.707.808,31	31.517.137,19	26.809.969,19
Jamaica	0,00	60.000,00	1.495,73	707.467,96	0,00	526.035,82
Japão	66.965.709,74	71.922.138,00	94.920.299,90	113.031.058,53	94.537.744,77	141.861.319,29
Jordânia	0,00	28.249,00	13.735,80	13.521,35	13.221,22	0,00
Kwuaít	206.753,71	200.000,00	194.503,01	0,00	0,00	364.669,55
Lesoto	3.964,50	0,00	0,00	643.326,75	3.300,62	618.114,89
Letônia	0,00	0,00	4.862,58	9.573,31	0,00	0,00
Líbano	33.560,26	272.086,00	129.257,95	4.786,66	0,00	0,00
Libéria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líbia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Liechtenstein	51.774,23	81.554,00	75.132,62	14.262,32	7.200,34	119.289,79
Lituânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Luxemburgo	975.235,56	492.780,00	932.449,38	2.731.866,00	1.488.612,09	2.970.661,96
Madagáscar	0,00	122.976,00	82.026,78	4.786,66	150.460,13	0,00
Malásia	86.836,56	84.000,00	81.691,27	80.415,84	0,00	153.161,21
Malauí	1.312,89	758.000,00	155.602,41	0,00	0,00	0,00
Maldivas	7.753,26	7.564,00	7.293,86	7.179,99	7.020,61	6.837,55
Mali	0,00	0,00	0,00	0,00	16.287,82	0,00
Malta	0,00	3.342,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Marrocos	0,00	145.693,00	2.354,46	87.546,05	4.112,21	0,00
Maurício	0,00	14.314,00	7.639,11	0,00	8.853,46	8.885,17
Mauritânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.056,83
México	210.149,64	229.122,00	220.177,41	191.466,30	234.682,19	205.198,64
Mianmar	0,00	9.086,00	3.340,59	3.308,54	1.809,45	1.641,01
Micronésia (Estados Federados da)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moçambique	21.709,14	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mônaco	14.587,51	54.043,00	15.560,24	23.933,29	23.402,04	22.791,85
Mongólia	10.337,69	9.992,00	10.697,67	10.530,65	10.296,90	10.028,41
Montenegro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Namíbia	0,00	0,00	0,00	0,00	936,08	911,67
Nauru	0,00	0,00	2.917,55	0,00	0,00	0,00
Nepal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.675,11
Nicarágua	0,00	7.000,00	134.197,35	124.034,74	4.680,41	2.735,02
Níger	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nigéria	222.204,42	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Noruega	61.685.416,29	53.876.445,00	62.547.664,96	78.877.082,37	105.579.028,73	123.194.681,88
Nova Zelândia	1.844.967,81	1.632.342,00	2.214.914,72	2.723.848,35	3.851.405,46	5.388.365,46
Omã	51.688,43	100.000,00	98.872,69	0,00	134.187,29	516.055,73
Palau	0,00	0,00	0,00	478.665,74	0,00	0,00
Panamá	34.714,98	22.664,00	1.061.198,71	17.926,03	288.336,52	297.889,44
Papua Nova Guiné	0,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Paquistão	126.340,99	104.519,00	86.953,54	90.584,62	34.052,77	90.408,87
Paraguai	0,00	0,00	0,00	12.767,93	0,00	0,00
Peru	9.544,79	0,00	9.725,15	9.573,31	0,00	18.233,48
Polônia	47.553,35	46.000,00	146.894,51	14.359,97	18.721,63	18.233,48
Portugal	723.638,00	720.000,00	406.893,49	162.746,35	276.023,30	924.334,29
Quênia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quirguistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quiribati	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte	52.850.851,77	84.085.007,00	71.851.384,91	68.553.322,12	121.769.253,54	171.355.445,99
República Árabe da Síria	0,00	18.522,00	14.868,78	0,00	5.388,09	0,00
República Centro-Africana	62.218,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Checa	153.359,57	182.377,00	0,00	152.455,04	205.170,35	327.433,14
República da Coreia	1.240.522,29	1.400.000,00	1.458.772,59	2.182.715,77	6.468.323,44	2.826.189,01
República da Moldávia	0,00	0,00	0,00	0,00	140.412,23	0,00
República Democrática do Congo	0,00	0,00	0,00	478.665,74	0,00	0,00
República Democrática Popular do Laos	5.168,84	5.000,00	5.202,96	5.121,72	5.008,04	9.435,82
República Dominicana	0,00	0,00	50.598,01	0,00	0,00	0,00
República Popular Democrática da Coreia	56,86	30.233,00	29.540,14	523.660,32	0,00	0,00
República Unida da Tanzânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Romênia	4.847,34	9.904,00	9.794,20	10.045,28	11.401,47	10.717,64
Ruanda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Samoa	1.033,77	0,00	972,52	957,33	1.001,61	911,67
San Marino	0,00	19.807,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Santa Lúcia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Cristóvão e Névis	2.791,18	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Tomé e Príncipe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Vicente e Granadinas	0,00	2.225,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Senegal	0,00	27.888,00	21.976,90	0,00	0,00	139.189,81
Serra Leoa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sérvia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Seychelles	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Somália	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sri Lanka	16.023,41	34.095,00	14.757,92	16.850,95	226.577,60	211.155,52
Suazilândia	0,00	0,00	1.213,70	819.475,75	0,00	0,00

Sudão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sudão do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suécia	72.037.443,49	55.941.450,00	58.453.317,23	70.699.407,52	96.392.019,33	101.740.009,92
Suíça	13.768.660,24	13.694.483,00	10.999.035,44	12.324.173,30	15.801.003,98	15.099.751,68
Suriname	258.442,14	0,00	336.639,98	0,00	0,00	0,00
Tailândia	217.741,64	214.739,00	75.930,09	198.868,38	195.478,16	465.390,37
Tajiquistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Timor-Leste	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Togo	0,00	3.500,00	0,00	0,00	0,00	39.759,01
Tonga	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trinidad e Tobago	1.640,59	1.587,00	4.767,27	1.753,83	3.633,87	2.461,52
Tunísia	35.972,05	34.797,00	43.524,91	42.392,55	154.168,89	27.878,08
Turcomenistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Turquia	124.052,23	120.000,00	121.564,38	114.879,78	205.936,07	109.400,86
Tuvalu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ucrânia	0,00	0,00	0,00	14.359,97	0,00	0,00
Uganda	0,00	2.000,00	24.312,88	0,00	0,00	0,00
Uruguai	31.013,06	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Uzbequistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vanuatu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Venezuela, República Bolivariana do	0,00	0,00	45.712,10	0,00	0,00	42.852,32
Vietnã	0,00	13.709,00	13.332,21	0,00	25.665,48	12.498,14
Zâmbia	17.294,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Zimbábue	0,00	0,00	0,00	870.214,32	0,00	0,00
Total	690.820.015,84	719.454.092,00	749.486.986,25	849.690.691,88	1.030.107.194,08	1.164.662.014,06

■ **2005 a 2010:**

Países	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Afganistão	0,00	0,00	498.306,14	0,00	0,00	0,00
África do Sul	127.787,02	205.419,35	250.428,74	19.687,20	16.053,17	108.520,77
Albânia	0,00	854,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Alemanha	9.498.696,31	7.128.265,95	10.720.716,16	38.637.229,89	14.412.145,59	12.623.884,31
Andorra	555.648,66	216.471,86	288.028,43	353.668,94	288.208,27	119.603,53
Angola	0,00	0,00	8.305,10	0,00	1.396.679,20	1.390.750,20
Antiga República Jugoslava da Macedónia	0,00	5.125,21	0,00	2.399,41	0,00	0,00
Antígua e Barbuda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arábia Saudita	1.322.637,08	405.745,94	1.245.765,36	1.599.609,85	401.329,37	5.658.512,75
Argélia	21.162,19	20.500,85	19.932,25	19.195,32	19.263,81	18.952,97
Argentina	0,00	0,00	0,00	7.998,05	0,00	3.074,33
Armênia	1.587,16	2.989,71	830,51	3.599,12	3.210,63	3.158,83
Austrália	32.457.596,86	42.210.112,17	35.954.991,59	19.822.661,20	56.212.832,13	95.346.008,86
Áustria	2.158.222,76	2.710.073,65	4.613.896,31	3.879.656,14	2.418.472,61	3.887.115,77
Azerbaijão	119.185,47	184.657,11	109.401,45	11.997,07	12.039,88	0,00

Bahamas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bahrein	0,00	854.201,98	0,00	3.999,02	0,00	0,00
Bangladesh	297.901,08	29.469,97	28.652,60	55.186,54	0,00	27.244,90
Barbados	3.527,03	3.416,81	3.322,04	3.199,22	3.210,63	3.158,83
Bélgica	10.172.784,48	10.269.691,09	13.475.470,46	10.055.919,34	31.756.485,45	27.785.675,94
Belize	44.143,45	42.710,10	51.906,06	0,00	30.092,48	86.373,44
Benin	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.468,06
Bielorrússia	0,00	8.542,02	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolívia	0,00	0,00	290.671,94	99.975,62	88.806,16	464.295,72
Bósnia e Herzegovina	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Botswana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Brasil	0,00	85.202,38	40.316,29	0,00	2.105.341,79	3.700.324,74
Brunei Darussalam	101.807,78	0,00	33.220,41	0,00	0,00	0,00
Bulgária	2.645,27	2.989,71	2.906,79	5.598,63	0,00	223.257,33
Burkina Faso	0,00	7.559,69	1.727,46	3.631,11	3.435,38	4.596,10
Burundi	1.718,55	854,20	0,00	0,00	0,00	0,00
Butão	12.961,84	12.556,77	12.208,50	0,00	12.185,16	12.189,13
Cabo Verde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Camarões	0,00	0,00	0,00	0,00	1.795,55	0,00
Camboja	4.408,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Canadá	91.548.793,62	99.739.234,01	93.520.127,01	14.966.805,56	102.980.509,86	106.302.776,24
Catar	44.087,90	469.811,09	83.051,02	79.980,49	0,00	0,00
Cazaquistão	36.620,29	0,00	58.135,72	39.990,25	40.132,94	39.485,36
Chade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Chile	209.435,17	137.395,83	63.949,29	61.584,98	149.971,97	186.055,02
China	1.939.867,72	1.039.143,54	1.010.236,81	1.031.520,41	976.433,57	1.355.533,21
Chipre	12.714,95	19.552,68	0,00	22.568,90	0,00	0,00
Cingapura	52.905,48	85.420,20	41.525,51	39.990,25	64.212,70	63.176,58
Colômbia	1.058.109,67	551.777,75	456.780,63	319.921,97	0,00	39.485,36
Comores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.022.278,35
Congo	0,00	0,00	0,00	0,00	12.979,79	0,00
Costa do Marfim	405.608,70	0,00	59.061,74	0,00	0,00	5.370.009,01
Costa Rica	14.356,78	22.671,37	13.094,65	13.188,78	12.645,09	12.859,59
Croácia	439.997,27	17.938,24	24.915,31	26.393,56	28.895,71	19.742,68
Cuba	0,00	0,00	16.610,20	0,00	16.053,17	7.897,07
Dinamarca	38.357.373,87	45.807.428,33	41.108.139,85	39.052.555,79	50.167.248,97	39.273.785,18
Djibuti	881,76	854,20	344.172,58	0,00	0,00	0,00
Dominica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Egito	0,00	0,00	0,00	117.932,04	561.397,19	496.219,63
El Salvador	0,00	0,00	0,00	799,80	0,00	0,00
Emirados Árabes Unidos	1.261.011,01	85.420,20	4.667.386,98	79.980,49	6.404.523,32	5.973.257,66
Equador	0,00	0,00	0,00	17.798,86	0,00	0,00
Eritreia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Eslováquia	207.661,08	10.120,59	10.927,85	177.194,38	44.353,32	11.395,48

Eslovênia	89.641,29	66.608,11	25.745,82	1.606.543,36	112.364,20	123.424,92
Espanha	6.679.853,37	43.454.564,01	66.442.144,61	37.008.680,69	91.022.656,34	100.664.518,70
Estados Unidos da América	206.231.768,06	222.725.383,45	230.104.006,30	109.276.578,38	240.369.645,40	269.030.631,56
Estônia	50.198,49	75.859,11	34.420,50	289.678,95	233.106,55	120.005,49
Etiópia	44.303,93	42.464,09	41.768,85	40.301,37	39.997,29	0,00
Federação Russa	3.241.342,61	854.201,98	830.510,24	799.804,93	802.658,75	3.158.828,83
Fiji	72.304,16	55.523,13	0,00	0,00	0,00	0,00
Filipinas	28.608,64	42.380,38	51.570,53	48.626,54	39.814,28	42.711,31
Finlândia	21.959.386,35	21.888.856,44	21.109.346,17	28.212.237,37	24.502.431,33	31.277.345,04
França	19.579.196,87	17.225.859,26	17.833.818,77	45.207.754,52	11.528.496,91	11.631.753,03
Gabão	3.967,91	78.586,58	92.601,89	0,00	80.522,73	78.970,72
Gâmbia	98.756,90	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gana	0,00	17.084,04	0,00	0,00	0,00	0,00
Geórgia	47.921,79	1.707,55	1.699,22	0,00	0,00	0,00
Grécia	264.527,42	322.582,54	394.103,68	4.167.231,60	345.664,99	410.015,98
Granada	0,00	0,00	1.661,02	0,00	0,00	0,00
Guatemala	440.879,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiana	66.074,54	18.047,58	8.979,48	0,00	8.610,12	8.492,51
Guiné	0,00	469.811,09	0,00	0,00	0,00	78.970,72
Guiné Equatorial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné-Bissau	0,00	42.789,54	0,00	0,00	0,00	0,00
Haiti	0,00	0,00	0,00	15.996,10	0,00	0,00
Holanda	103.327.665,12	115.339.594,74	141.977.952,77	86.814.264,99	153.176.091,89	125.372.506,65
Honduras	234.562,63	170.840,40	51.994,92	24.127,72	24.213,81	20.566,34
Hungria	41.442,63	21.326,86	105.785,41	254.269,98	110.304,58	98.170,08
Iêmen	8.859,02	8.542,02	8.290,15	7.961,26	0,00	0,00
Ilhas Marshall	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Salomão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índia	2.717.185,06	2.303.673,39	2.549.591,69	708.755,13	1.231.130,83	1.940.156,62
Indonésia	88.175,81	1.131.381,12	83.051,02	79.980,49	80.265,87	0,00
Irã (República Islâmica do Irã)	47.174,06	45.699,81	0,00	43.993,27	0,00	29.006,74
Iraque	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Irlanda	18.712.851,95	24.777.953,74	28.674.212,29	23.029.435,86	13.096.149,65	11.467.520,78
Islândia	367.678,12	515.101,73	1.200.292,43	476.399,80	1.422.685,34	860.780,86
Israel	52.905,48	51.252,12	49.830,61	111.972,69	80.265,87	94.764,86
Itália	30.363.089,94	15.343.053,74	29.242.484,77	32.527.750,40	21.946.976,97	12.394.586,50
Jamaica	501.720,33	68.937,52	0,00	394.303,83	0,00	0,00
Japão	162.364.731,64	132.742.695,78	89.006.145,24	119.051.478,25	131.997.394,99	138.235.108,39
Jordânia	12.453,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Kwuit	617.230,64	170.840,40	830.510,24	159.960,99	160.531,75	414.596,28
Lesoto	416.189,80	56.377,33	0,00	779.809,80	1.203,99	1.184,56

Letônia	0,00	0,00	17.429,09	0,00	0,00	0,00
Líbano	8.817,58	0,00	4.152,55	0,00	4.013,29	3.948,54
Libéria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Líbia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Liechtenstein	91.626,12	78.443,93	124.487,67	15.307,47	200.504,16	272.333,69
Lituânia	0,00	0,00	81.590,16	31.287,57	0,00	0,00
Luxemburgo	6.843.261,65	6.389.712,67	9.849.605,60	4.090.335,16	8.108.397,68	7.486.751,27
Madagáscar	0,00	854,20	490.942,01	0,00	1.358.349,03	121.471,18
Malásia	74.067,68	0,00	139.525,72	67.183,61	468.732,64	461.189,01
Malauí	768,01	0,00	0,00	2.399,41	2.387,91	0,00
Maldivas	6.613,19	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mali	183.405,68	15.717,32	0,00	18.955,38	17.578,23	0,00
Malta	0,00	0,00	0,00	0,00	5.267,05	0,00
Marrocos	237.380,73	71.675,23	373.143,27	65.421,64	255.068,90	1.286.476,48
Maurício	689.534,80	8.218,28	12.457,65	0,00	7.082,66	0,00
Mauritânia	0,00	0,00	0,00	9.189,76	0,00	2.928,23
México	188.696,22	182.799,22	177.729,19	0,00	171.768,97	168.997,34
Mianmar	0,00	2.333,68	1.034,82	0,00	1.187,93	2.110,10
Micronésia (Estados Federados da)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moçambique	0,00	1.708,40	1.661,02	0,00	0,00	0,00
Mônaco	715.105,78	55.523,13	74.536,63	9.303,33	169.496,65	118.997,03
Mongólia	9.699,34	434.770,01	18.271,23	8.797,85	8.989,78	126.639,82
Montenegro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Namíbia	1.763,52	0,00	1.245,77	1.199,71	1.203,99	0,00
Nauru	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nepal	0,00	12.813,03	0,00	0,00	71.799,43	43.549,19
Nicarágua	3.527,03	5.125,21	1.391,10	5.729,80	3.210,63	4.738,24
Níger	0,00	0,00	49.830,61	0,00	0,00	0,00
Nigéria	0,00	0,00	1.123.561,59	0,00	365.326,92	0,00
Noruega	181.185.041,68	152.578.467,52	164.062.893,50	60.854.324,68	159.797.181,36	161.863.842,98
Nova Zelândia	4.469.986,04	4.935.948,03	4.468.422,48	3.432.108,50	4.231.900,26	7.213.807,92
Omã	491.096,03	427.932,13	870.956,09	0,00	801.615,29	789.008,32
Palau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Panamá	288.114,44	276.825,51	24.437,76	21.394,78	141.869,93	376.492,91
Papua Nova Guiné	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Paquistão	45.085,17	117.700,49	51.357,09	95.616,68	30.701,70	887.951,52
Paraguai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Peru	0,00	0,00	202.114,63	0,00	0,00	0,00
Polônia	193.986,77	85.420,20	166.102,05	714.900,03	736.211,45	0,00
Portugal	755.320,12	578.990,06	13.888,62	4.291.210,16	3.999.361,19	710.736,49
Quênia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quirguistão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Quiribati	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte	140.401.275,10	158.623.751,43	162.065.446,61	36.793.637,94	146.105.784,81	203.850.501,44
República Árabe da Síria	5.620,33	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Centro-Africana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Checa	417.113,00	407.725,12	207.616,76	1.583.949,67	232.506,16	0,00
República da Coreia	3.703.383,83	4.039.160,67	6.286.962,51	11.592.399,79	17.158.211,33	4.896.184,69
República da Moldávia	881,76	0,00	244.130,98	5.598,63	331.553,45	0,00
República Democrática do Congo	0,00	0,00	0,00	0,00	1.952.707,40	1.910.837,95
República Democrática Popular do Laos	4.717,41	4.569,98	0,00	0,00	0,00	4.224,93
República Dominicana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Popular Democrática da Coreia	0,00	0,00	0,00	58.196,21	69.253,40	0,00
República Unida da Tanzânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Romênia	12.643,53	13.294,80	137.304,94	70.864,32	0,00	11.191,73
Ruanda	615.467,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Samoa	881,76	0,00	830,51	799,80	802,66	0,00
San Marino	0,00	8.542,02	4.152,55	6.576,00	26.431,55	0,00
Santa Lúcia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Cristóvão e Névis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Tomé e Príncipe	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Vicente e Granadinas	1.999,83	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Senegal	43.728,15	0,00	79.509,73	0,00	27.772,80	35.576,31
Serra Leoa	461.744,07	684.680,47	0,00	0,00	0,00	0,00
Sérvia	311.208,57	0,00	0,00	7.998,05	0,00	0,00
Seychelles	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Somália	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sri Lanka	76.712,95	26.437,55	12.872,91	12.396,98	12.441,21	12.240,46
Suazilândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sudão	0,00	0,00	0,00	0,00	4.105.019,18	0,00
Sudão do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Suécia	111.312.276,17	123.043.242,59	140.142.677,12	68.994.036,99	137.293.207,38	99.780.833,17
Suíça	15.885.038,00	16.613.093,20	13.942.979,62	16.807.040,72	18.615.486,45	19.390.388,65
Suriname	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tailândia	98.484,44	151.889,07	191.446,73	190.008,86	186.504,18	187.040,57
Tajiquistão	0,00	0,00	0,00	0,00	261.634,65	0,00
Timor-Leste	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Togo	0,00	0,00	0,00	1.743,57	0,00	1.579,41

Tonga	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trinidad e Tobago	15.254,41	9.139,96	8.886,46	11.997,07	12.019,81	11.845,61
Tunísia	777.298,82	33.916,94	37.756,66	35.253,80	23.782,78	23.399,02
Turcomenistão	0,00	0,00	1.661,02	0,00	0,00	0,00
Turquia	546.689,99	187.924,43	116.271,43	550.320,18	288.957,15	118.456,08
Tuvalu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ucrânia	41.471,73	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Uganda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Uruguai	0,00	0,00	0,00	90.508,32	17.176,90	16.899,73
Uzbequistão	0,00	713.258,65	0,00	0,00	801.856,09	0,00
Vanuatu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Venezuela, República Bolivariana do	41.446,16	80.301,82	41.525,51	0,00	40.132,94	0,00
Vietnã	17.378,57	11.710,25	11.385,46	0,00	11.003,65	0,00
Zâmbia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	67.637,63
Zimbábue	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.242.542.107,88	1.283.437.375,47	1.345.817.823,78	832.319.308,89	1.471.587.582,24	1.531.481.548,07

▪ **2011 a 2015:**

Países	2011	2012	2013	2014	2015
Afeganistão	359.038,41	750,02	0,00	0,00	50.023,78
África do Sul	0,00	22.608,60	427.279,56	172.354,09	153.077,73
Albânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alemanha	20.687.564,10	45.453.411,55	44.176.913,03	140.924.283,82	161.334.782,08
Andorra	253.364,75	120.640,70	72.439,33	195.861,21	82.023,80
Angola	0,00	0,00	1.227.058,63	1.207.470,76	1.206.040,07
Antiga República Jugoslava da Macedónia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Antígua e Barbuda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Arábia Saudita	765.540,31	10.471.009,43	845.783,43	3.817.892,35	15.124.586,74
Argélia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Argentina	19.138,51	18.750,50	133.054,55	130.930,56	130.775,43
Armênia	4.593,24	4.500,12	86.182,39	84.806,64	84.706,15
Austrália	105.378.645,08	66.014.898,84	39.756.218,46	86.857.765,49	33.051.552,90
Áustria	2.661.625,97	2.880.773,08	2.732.754,19	2.135.747,58	1.877.169,41
Azerbaijão	0,00	0,00	0,00	43.670,58	72.549,85
Bahamas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bahrein	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bangladesh	26.411,14	25.875,69	25.502,12	25.095,02	25.065,29
Barbados	3.062,16	3.000,08	139.707,28	134.567,52	134.408,08
Bélgica	36.461.872,86	29.271.569,31	25.512.878,15	29.690.797,57	22.205.886,63
Belize	86.136,30	93.759,98	83.159,09	82.028,00	81.832,73
Benin	0,00	0,00	17.832,27	17.547,61	17.526,81
Bielorrússia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Bolívia	206.713,49	142.939,54	195.885,87	29.095,68	192.530,49
Bósnia e Herzegovina	0,00	0,00	2.733,53	0,00	0,00
Botswana	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Brasil	2.439.317,65	3.483.875,31	3.418.512,91	3.608.697,31	1.175.961,72
Brunei Darussalam	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bulgária	0,00	7.500,20	49.895,46	49.098,96	83.914,23
Burkina Faso	4.776,97	0,00	9.184,46	0,00	0,00
Burundi	618.556,57	0,00	0,00	0,00	455.774,17
Butão	11.816,11	0,00	0,00	0,00	20.744,62
Cabo Verde	0,00	0,00	258.717,18	0,00	254.285,56
Camarões	0,00	30.300,80	70.888,51	5.207.961,06	67.494,65
Camboja	0,00	45.001,19	0,00	42.154,55	89.131,45
Canadá	101.402.842,08	134.640.923,61	119.416.323,77	137.569.608,53	112.280.213,69
Catar	76.554,03	75.001,99	1.845.361,65	0,00	363.265,08
Cazaquistão	15.310,81	75.001,99	13.081,48	198.283,43	164.900,55
Chade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Chile	312.877,09	57.751,53	112.501,32	295.108,04	55.942,82
China	1.007.800,90	975.025,83	1.179.473,89	1.982.748,46	1.183.545,25
Chipre	18.850,66	19.492,27	4.989,55	0,00	0,00
Cingapura	38.277,02	37.500,99	36.959,60	109.108,80	36.326,51
Colômbia	38.277,02	0,00	0,00	0,00	0,00
Comores	0,00	284.112,78	51.743,44	50.917,44	50.857,11
Congo	0,00	0,00	553.248,21	1.422.279,81	2.178.361,20
Costa do Marfim	0,00	0,00	1.657.898,88	13.716.608,93	5.335.470,43
Costa Rica	12.574,00	8.569,73	14.519,95	10.530,45	7.190,47
Croácia	0,00	0,00	33.263,64	73.020,70	38.060,74
Cuba	7.655,40	7.500,20	7.391,92	7.273,92	7.265,30
Dinamarca	43.627.116,60	40.435.457,60	44.102.435,75	46.377.163,38	33.803.217,38
Djibuti	3.062,16	0,00	0,00	0,00	0,00
Dominica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Egito	0,00	151.915,78	0,00	0,00	122.288,10
El Salvador	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Emirados Árabes Unidos	8.908.392,05	3.821.331,75	73.919,19	11.832.502,10	2.263.274,42
Equador	0,00	3.750,10	0,00	0,00	0,00
Eritreia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Eslováquia	12.248,65	9.373,00	69.733,15	8.870,55	0,00
Eslovênia	48.973,14	0,00	82.731,84	22.094,53	64.033,46
Espanha	38.650.471,46	9.027.254,18	8.972.902,47	4.811.432,76	3.334.408,01
Estados Unidos da América	264.441.838,06	16.050,43	240.499.977,76	488.980.992,40	630.433.182,82
Estônia	394.085,61	482.078,27	801.159,15	531.367,88	548.882,64
Etiópia	0,00	0,00	263.063,63	275.273,51	328.479,54
Federação Russa	2.296.620,94	1.875.049,68	739.191,95	2.036.697,67	3.487.344,79
Fiji	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Filipinas	39.852,50	46.953,49	43.392,78	40.034,93	39.110,57
Finlândia	31.839.532,79	31.093.972,85	34.520.285,36	38.584.694,07	23.868.427,40
França	15.547.460,03	14.398.530,49	12.522.605,68	86.651.854,63	14.823.708,08

Gabão	83.061,12	75.752,01	0,00	67.576,17	0,00
Gâmbia	0,00	0,00	0,00	246.469,51	378.885,48
Gana	0,00	0,00	109.778,87	108.026,44	107.898,45
Geórgia	40.956,41	0,00	114.574,75	112.745,76	115.155,03
Grécia	0,00	48.702,54	0,00	50.303,52	0,00
Granada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guatemala	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiana	17.244,56	7.573,70	0,00	0,00	0,00
Guiné	0,00	0,00	258.717,18	20.905.019,89	11.562.442,77
Guiné Equatorial	0,00	0,00	0,00	14.655,49	1.772.801,90
Guiné-Bissau	5.162.560,43	0,00	583.237,97	452.151,98	667.394,24
Haiti	10.717.170,13	0,00	0,00	0,00	0,00
Holanda	109.430.172,25	93.349.979,09	130.263.831,06	106.491.253,93	95.480.219,33
Honduras	22.970,80	22.499,10	22.172,80	21.238,39	0,00
Hungria	144.027,99	158.772,46	204.564,72	111.199,33	810.112,37
Iêmen	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Marshall	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Salomão	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Índia	868.614,96	118.887,15	596.365,28	788.958,49	711.349,32
Indonésia	0,00	157.504,17	151.506,26	136.531,48	207.085,07
Irã (República Islâmica do Irã)	43.342,60	0,00	80.972,56	0,00	38.049,11
Iraque	0,00	0,00	36.061,48	35.485,82	35.443,77
Irlanda	17.540.940,78	19.711.683,27	13.461.618,95	20.080.350,82	11.936.490,28
Islândia	642.579,99	365.628,69	1.131.634,87	1.223.207,89	1.805.913,51
Israel	76.554,03	82.502,19	73.919,19	72.739,20	72.653,02
Itália	11.349.426,81	8.895.270,93	10.127.510,68	14.423.796,91	12.598.982,63
Jamaica	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Japão	147.609.163,52	148.062.882,48	194.421.257,65	126.573.554,89	116.629.512,42
Jordânia	0,00	0,00	1.478.383,89	1.454.784,05	1.453.060,33
Kwuit	344.493,14	337.508,94	40.803.395,48	26.877.135,38	32.839.163,44
Lesoto	1.531,08	0,00	88.703,03	87.287,04	87.183,62
Letônia	0,00	0,00	0,00	0,00	15.828,19
Líbano	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Libéria	0,00	0,00	0,00	3.050.607,24	12.761.149,97
Líbia	0,00	771.134,43	153.357,94	0,00	0,00
Liechtenstein	179.367,63	158.904,46	121.428,54	113.993,24	18.090,60
Lituânia	0,00	0,00	0,00	24.030,85	70.318,68
Luxemburgo	7.342.349,20	6.097.222,80	6.853.848,35	6.232.568,38	5.394.820,68
Madagáscar	106.251,64	22.893,61	0,00	0,00	726.530,16
Malásia	293.967,48	288.007,63	342.049,99	336.589,75	336.190,94
Malauí	0,00	0,00	0,00	394.610,17	0,00
Maldivas	0,00	0,00	88.703,03	0,00	0,00
Mali	0,00	0,00	80.202,33	805.768,52	78.828,52
Malta	0,00	0,00	24.093,96	74.412,20	28.022,99
Marrocos	236.515,98	171.594,05	182.703,86	73.959,77	72.568,01
Maurício	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Mauritânia	0,00	0,00	0,00	0,00	14.973,79
México	163.825,63	160.504,25	0,00	1.072.018,73	231.444,90
Mianmar	300.857,34	1.380,79	68.968,83	35.886,61	0,00
Micronésia (Estados Federados da)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Moçambique	0,00	1.500,04	0,00	6.910,22	13.062,29
Mônaco	20.040,31	152.911,05	149.317,51	8.004,22	59.924,93
Mongólia	8.729,46	25.793,18	77.904,18	68.659,26	76.569,74
Montenegro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Namíbia	0,00	0,00	89.442,23	87.287,04	87.183,62
Nauru	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nepal	42.893,22	0,00	0,00	0,00	5.231.017,18
Nicarágua	1.531,08	750,02	28.458,89	30.914,16	30.877,53
Níger	0,00	0,00	0,00	730.301,59	0,00
Nigéria	48.764,15	95.252,52	17.199.728,15	28.824.139,79	24.713.272,28
Noruega	172.801.704,99	175.717.201,94	178.371.590,20	144.179.543,53	116.644.518,17
Nova Zelândia	4.623.959,95	4.841.442,78	6.195.148,49	9.754.751,14	6.779.728,84
Omã	191.385,08	748.678,09	736.793,27	725.031,64	853.579,22
Palau	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Panamá	250.140,30	225.005,96	770.053,21	757.760,64	271.849,42
Papua Nova Guiné	0,00	0,00	240.775,51	192.803,99	0,00
Paquistão	28.448,24	48.800,79	0,00	81.413,35	112.319,38
Paraguai	0,00	0,00	0,00	0,00	196.163,14
Peru	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Polónia	0,00	383.486,66	441.313,85	66.353,43	0,00
Portugal	229.662,09	150,00	0,00	101.834,88	14.530,60
Quênia	0,00	80.327,13	5.174.633,39	1.145.155,82	178.724,24
Quirguistão	0,00	0,00	539.610,12	36.369,60	36.326,51
Quiribati	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte	222.513.462,31	250.883.724,00	410.537.754,59	356.245.702,56	372.098.522,97
República Árabe da Síria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Centro-Africana	0,00	176.419,67	272.076,60	4.950.674,50	79.954,64
República Checa	97.065,92	97.557,33	72.945,68	101.256,61	148.976,46
República da Coreia	11.060.629,02	4.831.939,27	19.571.398,17	18.375.137,33	32.205.037,74
República da Moldávia	1.531,08	1.500,04	44.351,52	43.643,52	43.591,81
República Democrática do Congo	4.122.367,98	1.759.526,37	580.265,68	5.546.874,83	570.326,18
República Democrática Popular do Laos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
República Dominicana	0,00	0,00	65.048,89	64.010,50	63.934,65
República Popular Democrática da Coreia	0,00	0,00	1.044.773,90	578.291,94	11.264.348,17
República Unida da Tanzânia	0,00	250.579.722,20	16.262,22	16.002,62	15.983,66
Romênia	11.298,61	0,00	36.959,60	72.739,20	72.653,02
Ruanda	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Samoa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
San Marino	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Santa Lúcia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Cristóvão e Névis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
São Tomé e Príncipe	0,00	0,00	14.414,24	14.184,14	14.167,34
São Vicente e Granadinas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Senegal	0,00	0,00	177.036,47	462.587,87	207.754,21
Serra Leoa	0,00	0,00	1.529.408,10	15.851.233,21	5.539.616,68
Sérvia	0,00	0,00	37.698,79	0,00	37.053,04
Seychelles	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Somália	0,00	0,00	542.123,37	533.227,09	532.546,61
Sri Lanka	11.865,87	11.625,31	11.457,48	11.274,58	11.261,22
Suazilândia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sudão	0,00	0,00	97.129,82	95.579,31	95.466,06
Sudão do Sul	0,00	0,00	187.274,28	184.284,77	137.567,03
Suécia	134.854.573,69	121.002.071,74	152.595.861,30	139.006.337,99	126.322.287,20
Suíça	22.022.480,38	24.386.980,14	34.025.718,64	31.339.818,57	31.355.291,69
Suriname	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Tailândia	189.798,88	185.383,91	183.844,43	173.480,82	1.136.353,48
Tajiquistão	8.357,40	0,00	23.949,82	68.932,03	23.539,58
Timor-Leste	0,00	0,00	73.919,19	95.652,05	95.538,72
Togo	1.531,08	0,00	19.218,99	303.124,62	18.889,78
Tonga	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Trinidad e Tobago	11.483,10	0,00	0,00	0,00	0,00
Tunísia	20.145,96	21.429,57	18.713,38	17.504,69	27.842,82
Turcomenistão	0,00	2.250,06	48.425,94	45.462,00	45.408,14
Turquia	114.831,05	112.502,98	110.878,79	896.384,11	125.579,29
Tuvalu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ucrânia	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Uganda	0,00	0,00	346.681,02	6.369.031,49	340.742,65
Uruguai	0,00	0,00	69.373,16	68.265,74	52.637,11
Uzbequistão	0,00	0,00	229.149,50	225.491,53	225.224,35
Vanuatu	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Venezuela, República Bolivariana do	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Vietnã	31.470,60	0,00	0,00	9.965,27	24.886,56
Zâmbia	79.361,27	10.275,27	190.356,71	187.317,99	187.096,05
Zimbábue	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.564.846.305,19	1.511.084.760,23	1.821.573.539,16	2.211.345.919,04	2.120.267.890,30

ANEXO 7

Dados primários das doações multilaterais dos países ao Programa Mundial de Alimentos em dólares, convertidos para o ano-base 2000, entre os anos de:

▪ 2002 a 2007:

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Afeganistão						
África do Sul			1.284,55			
Alemanha	20.054.495,77	22.510.568,74	26.062.743,05	25.743.789,63	26.679.188,66	25.546.112,08
Andorra	7.476,76	16.384,24	21.756,19	28.129,85	32.596,35	35.920,40
Angola	1.436,00					
Arábia Saudita	3.107.295,03					
Argélia					2.144,90	
Argentina						
Austrália	12.218.587,30			19.717,87	3.261.927,42	
Áustria					12.109,17	
Azerbaijão						
Bélgica	126.710,48					830.510,24
Bolívia						192.804,61
Brasil						
Bulgária			4.558,37		8.542,02	8.305,10
Burkina Faso						
Butão			911,67	872,94	839,68	4.068,67
Camarões						135.809,19
Canadá	21.617.411,21	26.450.254,18	19.014.951,54	17.260.261,37	23.228.299,81	19.088.718,91
Chile						
China	1.196.664,35	1.170.101,93	1.183.709,15	1.586.781,81	1.537.831,78	1.716.151,41
Chipre		4.333,12	4.220,14			
Cingapura						
Colômbia				26.432,46	26.210,33	13.838,79
Croácia						8.305,10
Cuba		440.324,33	41.025,32	36.372,52		
Dinamarca	26.363.235,55	25.912.011,98	28.667.958,72	30.916.499,81	27.785.742,41	29.122.372,22
Egito				28.307,08	158.881,57	154.873,55
El Salvador		936,08	145.867,82	141.081,29	136.672,32	132.881,64
Equador			80.818,98	186.826,90	339.385,55	205.783,83
Eslováquia	14.359,97	1.404,12		26.452,74	12.813,03	12.457,65
Eslovênia	34.572,11					
Espanha						6.053.281,01
Estados Unidos da América	147.676.893,41	76.717.847,87	49.484.943,97	27.334.499,68		
Estônia						
Filipinas					36.006,32	
Finlândia	8.073.435,81	7.906.578,09	6.702.968,19	6.895.597,52	6.119.671,23	6.731.008,10
França	93.040,17	4.216,11	1.545.250,75	362.066,61	185.920,48	535.118,51

Gana		4.680,41		9.116,74		8.542,02	
Grécia				14.181,09	88.175,81	85.420,20	7.959,61
Guatemala				109.767,36	123.577,51	158.727,81	214.583,08
Guiné Equatorial							
Holanda	22.944.775,24	26.604.062,68	30.247.956,09	31.663.324,19	28.430.783,63		29.208.352,46
Honduras					251.053,27	2.474,62	4.811,15
Hungria	62.226,55	60.845,30	59.258,80	57.314,27	55.523,13		53.983,17
Ilhas Marshall		1.404,12					
Índia			60.778,56	1.754.095,41	57.664,61		56.394,97
Indonésia							83.252,84
Irã (República Islâmica do Irã)			36.466,95				
Irlanda	3.661.469,33	5.617.001,28	1.970.980,57	1.762.096,48	7.874.261,89		9.670.469,53
Islândia		16,85	16.837,70		28.298,86		3.052,96
Israel							25.356,31
Itália	8.448.647,52	4.829.375,72	6.519.079,01	5.241.626,62	4.763,88		5.452.183,45
Japão	7.773.047,21	8.625.597,30	15.416.030,49	6.575.902,91	4.527.151,74		4.296.241,09
Jordânia			84.986,24	41.098,74			77.529,79
Liechtenstein				23.409,79	19.864,47		35.797,48
Luxemburgo			1.209.116,59	2.074.724,68			
Madagascar				801,52	950,73		849,61
Malásia							
Malta		936,08					
Marrocos	2.062,09						
Mauritânia							
Moçambique							
Namíbia				1.763,52			
Nicarágua	2.393,33		36.299,21	17.635,16	16.752,61		19.932,25
Noruega	29.374.034,44	28.348.895,26	27.930.771,93	29.614.077,03	26.403.877,66		20.803.333,87
Nova Zelândia	339.918,73	521.594,00	628.741,36	629.827,43	1.812.547,40		1.153.486,54
Omã							
Panamá	957,33		911,67	1.763,52	854,20		830,51
Paquistão			34.710,16	34.480,27	32.808,19		19.019,51
Peru	6.701,32				40.147,49		390.710,22
Polônia							
Portugal		315.950,92	100.316,95	99.610,44	94.375,65		92.247,26
Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte	472.720,71				598.778,50		
República Árabe da Síria	31.217,62		52.993,78	24.676,00	49.280,62		
República Checa					153.220,77		
República da Coreia	95.733,15	93.608,15	91.167,39	93.580,10	91.983,03		5.433,20
República Unida da Tanzânia							
Sri Lanka	199.841,99	99.635,58	22.076,18	172.592,68	10.083,85		25.957,60
Suécia	23.283.162,24	25.823.813,44	35.361.473,76	52.834.584,61	43.625.673,48		47.174.081,17

Suíça	2.103.609,56	2.691.788,59	1.842.732,67	2.242.420,07	2.158.776,82	1.362.372,32
Tailândia				27.200,47	72.958,24	93.336,89
Trinidad e Tobago				13.226,37	12.813,03	
Tunísia						83.051,02
Turquia						
Ucrânia						
Uganda			308.848,67	338.245,92		
Venezuela				13.226,37		

▪ **2008 a 2011:**

	2008	2009	2010	2011
Afganistão				765,54
África do Sul				164.067,54
Alemanha	24.968.217,39	27.824.371,01	22.881.418,08	24.186.694,99
Andorra	38.437,03	65.717,69	32.940,27	
Angola				
Arábia Saudita	368.523.211,49	2.094,94	1.838.876,67	
Argélia				
Argentina		2.367,04		
Austrália	7.670.162,03		24.150.222,49	23.776.795,62
Áustria				
Azerbaijão			78.947,03	76.554,03
Bélgica	2.037.217,52	1.092.052,54	4.618.440,71	4.231.646,57
Bolívia	186.154,60			
Brasil				
Bulgária	11.997,07			
Burkina Faso			936,59	
Butão	4.010,22	4.156,97	4.026,72	3.970,09
Camarões				
Canadá	26.907.282,85	21.073.129,61	18.713.682,22	23.140.019,95
Chile		40.132,94	15.794,14	15.310,81
China	1.660.275,05	2.053.897,79	2.416.339,01	1.579.076,94
Chipre			4.228,88	
Cingapura	1.700,39	8.026,59		
Colômbia	10.692,59	16.053,17		32.178,72
Croácia	9.597,66	11.237,22		
Cuba	59.505,49	59.717,81		1.646.277,60
Dinamarca	37.208.005,68	27.898.242,90	195.673,65	25.010.274,74
Egito	297.530,63	151.080,44	236.912,16	142.387,44
El Salvador	159.960,99			229.662,09
Equador	198.175,66	198.882,78	146,89	189.685,58
Eslováquia	11.997,07	12.039,88	11.845,61	11.483,10
Eslovênia				
Espanha	22.110.092,89	20.661.619,31	18.711.937,76	18.020.995,80

Estados Unidos da América		7.596.082,94		
Estônia	63.596,49			
Filipinas				
Finlândia	7.757.022,44	8.735.677,90	6.377.177,89	7.085.947,54
França	429.800,77	108.582,87		
Gana				
Grécia	1.167,72	3.168,09		
Guatemala		137.738,65		57.469,11
Guiné Equatorial				
Holanda	41.218.634,67	43.073.954,55	41.894.281,66	42.062.654,59
Honduras				
Hungria	51.987,32	52.172,82	51.330,97	11.483,10
Ilhas Marshall				
Índia	60.362,88	48.902,79	51.502,33	50.475,13
Indonésia				
Irã (República Islâmica do Irã)				
Irlanda	16.145.595,65	10.233.555,51	10.614.688,33	11.295.972,96
Islândia	400.436,73			7.533,68
Israel	23.994,15	24.079,76		11.483,10
Itália	16.695.481,53	10.776.698,63	9.513.250,52	10.236.974,25
Japão	4.308.207,62	3.893.073,12	3.300.563,90	3.173.941,62
Jordânia	37.278,91		36.704,80	50.797,43
Liechtenstein	77.052,41	72.639,01	72.851,28	87.691,11
Luxemburgo	3.032.391,59	1.357.464,50	1.397.711,47	1.132.735,55
Madagascar	2.207,46			
Malásia	3.369,58		123,98	
Malta				
Marrocos				
Mauritânia	6.348,05		1.359,88	
Moçambique				
Namíbia				
Nicarágua	19.995,12	19.263,81	14.168,93	13.779,73
Noruega	22.726.886,46	23.863.780,64	23.672.683,38	25.194.265,47
Nova Zelândia	7.011.581,86	2.646.909,29	3.445.994,80	3.506.291,76
Omã			518,05	
Panamá	33.697,38	54.580,79	53.700,09	52.056,74
Paquistão	39.658,33	12.692,44	21.671,93	20.849,49
Peru	237.263,73			369.471,19
Polónia		3.810,22		
Portugal	88.691,17	80.781,18		
Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte	178.058,97	391.886,09	41.368,02	25.441.194,32
República Árabe da Síria	50.091,78	25.481,20	51.552,88	46.584,66
República Checa	124.192,91	520,93	28.049.690,07	
República da Coreia	159.960,99	80.265,87	78,97	

República Unida da Tanzânia	75.215,25			76.838,05
Sri Lanka	8.928,22	8.914,33		8.779,22
Suécia	58.122.407,00	48.097.756,33	52.241.402,19	62.175.012,36
Suíça	3.073.288,82	2.151.058,02	1.725.191,21	2.989.307,08
Tailândia	94.293,00	77.579,38	96.108,95	105.677,48
Trinidad e Tobago				
Tunísia				
Turquia		5.688,44		
Ucrânia				94.032,08
Uganda				
Venezuela				

■ **2012 a 2015:**

	2012	2013	2014	2015
Afganistão	750,02			
África do Sul				
Alemanha	20.852.874,50	23.892.644,06	24.727.816,32	20.513.706,34
Andorra				
Angola				
Arábia Saudita				
Argélia				
Argentina				
Austrália	23.713.381,29	23.271.587,56	24.795.565,62	19.214.878,92
Áustria				
Azerbaijão	75.001,99			
Bélgica	4.061.111,60	5.015.839,44	8.268.742,33	3.935.699,63
Bolívia		238.089,29		234.687,41
Brasil	21.364.722,57			
Bulgária				
Burkina Faso				
Butão	3.735,85			
Camarões				
Canadá	23.035.466,08	21.271.027,38	20.680.588,18	17.698.220,32
Chile		14.783,84	14.547,84	14.530,60
China	422.615,20	787.504,79	1.138.668,93	2.579.802,54
Chipre	3.831,85	1.912,29	7.698,72	3.211,26
Cingapura				
Colômbia	5.974,66	14.783,84		
Croácia				
Cuba				
Dinamarca	24.120.435,08	24.328.501,94	28.256.072,08	24.991.209,30
Egito	140.950,48	275.310,56	135.278,91	135.112,81
El Salvador				145.306,03
Equador	409.205,59	183.156,98	180.233,20	
Eslováquia	13.211,60	11.087,88	10.910,88	

Eslovênia				
Espanha		511.322,72		40.679,15
Estados Unidos da América	5.574.110,19	3.695.959,74	3.636.960,13	3.632.650,82
Estônia				
Filipinas				
Finlândia	5.501.869,02	5.782.466,50	5.970.385,75	6.957.196,91
França				77.044,89
Gana				
Grécia				
Guatemala		696.346,90	109.279,74	108.980,25
Guiné Equatorial			47.917,68	
Holanda	33.686.862,05	33.098.146,58	36.019.412,25	35.976.734,08
Honduras			11.328,40	1.591,10
Hungria		7.391,92	7.273,92	7.265,30
Ilhas Marshall				
Índia	45.733,21	41.598,03	36.056,82	34.227,56
Indonésia				
Irã (República Islâmica do Irã)				
Irlanda	10.172.224,77	9.463.882,63	9.252.649,89	17.257.470,07
Islândia				133.723,69
Israel				
Itália	6.403.751,42	9.397.004,24	9.920.378,31	9.345.980,14
Japão	3.391.232,10	3.342.273,39	2.476.619,28	2.117.220,79
Jordânia	34.958,43	34.453,74	33.903,74	67.676,28
Liechtenstein	83.614,47	81.140,36	82.006,18	71.158,54
Luxemburgo	1.671.079,53	1.666.613,21	1.700.916,78	1.400.341,85
Madagascar				
Malásia				
Malta				
Marrocos				
Mauritânia				
Moçambique	1.500,04	1.478,38		
Namíbia				
Nicarágua	11.250,30	11.087,88	10.910,88	14.530,60
Noruega	18.731.120,04	18.468.239,19	26.935.805,36	30.657.920,81
Nova Zelândia	3.676.568,16	3.790.727,84	3.551.140,97	3.408.046,93
Omã				
Panamá	51.001,35	16.177,22	246.055,63	98.626,47
Paquistão		51.764,87		16.523,48
Peru	1.507.295,44	235.496,21	191.296,10	190.382,14
Polônia	849,02			
Portugal	74.233,22	7.391,92	7.273,92	7.265,30
Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte	20.773.646,91	24.413.803,95	45.757.850,90	44.849.234,52
República Árabe da Síria		29.818,26	14.792,24	

República Checa

República da Coreia	150.003,97	73.919,19	363.696,01	72.653,02
----------------------------	------------	-----------	------------	-----------

República Unida da Tanzânia	79.092,60	77.512,41	130.476,67	244.784,00
------------------------------------	-----------	-----------	------------	------------

Sri Lanka	63.777,19	6.936,58		12.869,03
------------------	-----------	----------	--	-----------

Suécia	61.917.778,03	58.225.825,16	59.367.350,62	47.366.122,45
---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Suíça	4.559.352,05	5.164.884,19	5.816.834,02	5.473.346,24
--------------	--------------	--------------	--------------	--------------

Tailândia	86.624,30	89.178,33	81.147,13	80.304,11
------------------	-----------	-----------	-----------	-----------

Trinidad e Tobago**Tunísia****Turquia****Ucrânia**

Uganda	567.378,78			
---------------	------------	--	--	--

Venezuela			3.636,96	
------------------	--	--	----------	--

ANEXO 8

Dados primários das doações multilaterais dos países ao UNHCR em dólares, convertidos para o ano-base 2000, entre os anos de 2012 a 2015:

Países	2012	2013	2014	2015
Afeganistão				
Albânia				
Argélia	75.001,99	73.919,19	72.739,20	72.653,02
Andorra	9.316,75	9.803,90	0,00	0,00
Angola	0,00	0,00	0,00	0,00
Antígua e Barbuda	0,00	0,00	0,00	0,00
Argentina	75.001,99	147.838,39	145.478,41	0,00
Armênia	0,00	0,00	0,00	0,00
Austrália	13.527.412,41	14.508.932,72	15.780.199,01	17.262.597,19
Áustria	593.179,47	566.394,00	534.410,56	491.021,78
Azerbaijão	22.500,60	22.029,40	21.660,28	21.795,90
Bahamas	0,00	0,00	0,00	0,00
Bahrein	0,00	0,00	0,00	0,00
Bangladesh	0,00	0,00	0,00	0,00
Barbados	0,00	0,00	0,00	0,00
Bielorrússia	0,00	0,00	0,00	0,00
Bélgica	9.652.765,50	7.228.082,75	7.187.668,30	6.177.977,33
Belize	0,00	0,00	0,00	0,00
Benin	0,00	0,00	0,00	0,00
Butão	0,00	0,00	0,00	0,00
Bolívia	0,00	0,00	0,00	0,00
Bósnia e Herzegovina	0,00	0,00	0,00	0,00
Botswana	0,00	0,00	0,00	0,00
Brasil	0,00	0,00	0,00	0,00
Brunei Darussalam	0,00	0,00	0,00	0,00
Bulgária	6.750,18	7.391,92	8.001,31	8.718,36
Burkina Faso	0,00	0,00	0,00	0,00
Burundi	0,00	0,00	0,00	0,00
Cabo Verde	0,00	0,00	0,00	0,00
Camboja	0,00	0,00	0,00	0,00
Camarões	0,00	0,00	0,00	0,00
Canadá	10.448.037,82	9.572.787,78	8.227.234,43	7.202.423,37
República Centro-Africana	0,00	0,00	0,00	0,00
Chade	0,00	0,00	0,00	0,00
Chile	75.001,99	0,00	0,00	50.857,11
China	262.506,96	258.717,18	581.913,62	581.224,13
Colômbia	0,00	0,00	0,00	0,00
Comores	0,00	0,00	0,00	0,00
Congo	0,00	0,00	0,00	0,00
Costa Rica	11.539,06	11.087,88	11.017,81	1.174,07

Costa do Marfim	0,00	0,00	0,00	0,00
Croácia	0,00	0,00	0,00	0,00
Cuba	0,00	0,00	0,00	0,00
Chipre	9.758,51	9.776,55	4.541,84	3.992,28
República Checa	0,00	0,00	0,00	0,00
República Popular Democrática da Coreia	0,00	0,00	0,00	0,00
República Democrática do Congo	0,00	0,00	0,00	0,00
Dinamarca	21.517.514,36	20.604.653,24	20.353.746,93	20.329.630,48
Djibuti	0,00	0,00	0,00	0,00
Dominica	0,00	0,00	0,00	0,00
República Dominicana	0,00	0,00	0,00	0,00
Equador	0,00	0,00	0,00	0,00
Egito	0,00	0,00	0,00	0,00
El Salvador	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné Equatorial	0,00	0,00	0,00	0,00
Eritreia	0,00	0,00	0,00	0,00
Estônia	41.153,59	43.087,50	49.415,38	72.743,83
Etiópia	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiji	0,00	0,00	0,00	0,00
Finlândia	7.000.185,22	6.719.926,72	6.918.131,00	6.365.095,17
França	10.500.278,21	10.348.687,26	10.183.488,37	10.171.422,30
Gabão	0,00	0,00	0,00	0,00
Gâmbia	0,00	0,00	0,00	0,00
Geórgia	0,00	0,00	0,00	0,00
Alemanha	7.600.201,12	7.679.916,04	7.489.334,50	6.288.252,26
Gana	0,00	0,00	0,00	0,00
Grécia	0,00	0,00	0,00	0,00
Granada	0,00	0,00	0,00	0,00
Guatemala	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiné-Bissau	0,00	0,00	0,00	0,00
Guiana	0,00	0,00	0,00	0,00
Haiti	0,00	0,00	0,00	0,00
Honduras	0,00	0,00	0,00	0,00
Hungria	149.521,71	28.321,40	29.852,17	24.517,49
Islândia	0,00	0,00	0,00	0,00
Índia	0,00	0,00	4.858,25	4.698,47
Indonésia	37.500,99	36.959,60	36.369,60	0,00
Irã (República Islâmica do Irã)	0,00	0,00	0,00	0,00
Iraque	0,00	0,00	0,00	0,00
Irlanda	6.075.858,48	5.758.711,08	6.137.055,99	4.605.327,95
Israel	75.001,99	73.919,19	72.739,20	72.653,02
Itália	0,00	478.132,27	1.000.539,37	787.140,22
Jamaica	0,00	0,00	0,00	0,00
Japão	16.831.378,20	16.246.231,16	15.917.158,20	13.287.880,71

Jordânia	0,00	0,00	0,00	0,00
Cazaquistão	0,00	0,00	10.910,88	10.897,95
Quênia	0,00	0,00	0,00	0,00
Quiribati	0,00	0,00	0,00	0,00
Kwuit	1.500.039,74	0,00	727.392,03	726.530,16
Quirguistão	0,00	0,00	0,00	0,00
República Democrática Popular do Laos	0,00	0,00	0,00	0,00
Letônia	10.000,01	14.400,20	14.824,25	13.743,04
Líbano	0,00	0,00	0,00	0,00
Lesoto	0,00	0,00	0,00	0,00
Libéria	0,00	0,00	0,00	0,00
Líbia	0,00	0,00	0,00	0,00
Liechtenstein	82.692,69	0,00	0,00	0,00
Lituânia	0,00	0,00	0,00	18.185,78
Luxemburgo	0,00	1.439.984,35	1.482.456,23	1.363.949,22
Madagáscar	0,00	0,00	0,00	0,00
Malauí	0,00	0,00	0,00	0,00
Malásia	0,00	0,00	0,00	0,00
Maldivas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mali	0,00	0,00	0,00	0,00
Malta	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Marshall	0,00	0,00	0,00	0,00
Mauritânia	0,00	0,00	0,00	0,00
Maurício	0,00	0,00	0,00	0,00
México	18.750,50	18.479,80	18.184,80	18.163,25
Micronésia (Estados Federados da)	0,00	0,00	0,00	0,00
Mônaco	0,00	0,00	19.766,15	18.185,78
Mongólia	0,00	0,00	0,00	0,00
Montenegro	0,00	3.695,96	0,00	0,00
Marrocos	750.019,87	739.191,95	727.392,03	726.530,16
Moçambique	0,00	0,00	1.454,78	3.632,65
Mianmar	0,00	0,00	0,00	0,00
Namíbia	0,00	0,00	0,00	0,00
Nauru	0,00	0,00	0,00	0,00
Nepal	0,00	0,00	0,00	0,00
Holanda	37.353.545,70	36.622.287,06	32.614.045,01	32.978.673,21
Nova Zelândia	3.762.641,19	3.790.727,84	3.649.123,58	3.154.255,41
Nicarágua	0,00	0,00	0,00	0,00
Níger	0,00	0,00	0,00	0,00
Nigéria	0,00	0,00	0,00	0,00
Noruega	37.104.360,59	39.152.116,06	35.855.669,76	31.972.869,21
Omã	0,00	0,00	0,00	0,00
Paquistão	0,00	0,00	0,00	0,00
Palau	0,00	0,00	0,00	0,00
Panamá	0,00	0,00	0,00	0,00

Papua Nova Guiné	0,00	0,00	0,00	0,00
Paraguai	0,00	0,00	0,00	0,00
Peru	0,00	0,00	0,00	35.221,46
Filipinas	0,00	0,00	0,00	0,00
Polónia	0,00	53.698,60	87.685,65	82.359,46
Portugal	225.005,96	14.783,84	14.547,84	14.530,60
Catar	75.001,99	0,00	145.478,41	145.306,03
República da Coreia	2.100.055,64	2.019.736,29	2.249.296,18	2.243.301,38
República da Moldávia	0,00	0,00	0,00	0,00
Romênia	97.153,07	100.297,26	58.191,36	72.653,02
Federação Russa	375.009,94	369.595,97	363.696,01	363.265,08
Ruanda	0,00	0,00	0,00	0,00
São Cristóvão e Névis	0,00	0,00	0,00	0,00
Santa Lúcia	0,00	0,00	0,00	0,00
São Vicente e Granadinas	0,00	0,00	0,00	0,00
Samoa	0,00	0,00	0,00	0,00
San Marino	0,00	0,00	0,00	0,00
São Tomé e Príncipe	0,00	0,00	0,00	0,00
Arábia Saudita	750.019,87	739.191,95	727.392,03	726.530,16
Senegal	0,00	0,00	0,00	0,00
Sérvia	7.500,20	3.695,96	3.636,96	3.632,65
Seychelles	0,00	0,00	0,00	0,00
Serra Leoa	0,00	0,00	0,00	0,00
Cingapura	7.500,20	36.959,60	36.369,60	36.326,51
Eslováquia	10.000,01	10.030,10	9.883,08	8.547,63
Eslovênia	0,00	0,00	0,00	0,00
Ilhas Salomão	0,00	0,00	0,00	0,00
Somália	0,00	0,00	0,00	0,00
África do Sul	142.643,28	230.063,88	0,00	161.030,33
Sudão do Sul	0,00	0,00	0,00	0,00
Espanha	0,00	0,00	0,00	0,00
Sri Lanka	0,00	0,00	0,00	7.265,30
Sudão	0,00	0,00	0,00	0,00
Suriname	0,00	0,00	0,00	0,00
Suazilândia	0,00	0,00	0,00	0,00
Suécia	61.099.867,86	64.745.929,08	65.410.957,83	57.957.381,83
Suíça	11.396.556,46	11.258.753,77	12.404.967,62	11.340.221,17
República Árabe da Síria	0,00	0,00	0,00	0,00
Tajiquistão	0,00	0,00	0,00	0,00
Tailândia	15.000,40	14.783,84	14.547,84	14.530,60
Antiga República Jugoslava da Macedónia	0,00	0,00	0,00	0,00
Timor-Leste	0,00	0,00	0,00	0,00
Togo	0,00	0,00	0,00	0,00
Tonga	0,00	0,00	0,00	0,00
Trinidad e Tobago	0,00	0,00	0,00	0,00
Tunísia	0,00	0,00	0,00	0,00

Turquia	150.003,97	147.838,39	145.478,41	217.959,05
Turcomenistão	0,00	0,00	0,00	0,00
Tuvalu	0,00	0,00	0,00	0,00
Uganda	0,00	0,00	0,00	0,00
Ucrânia	0,00	0,00	0,00	0,00
Emirados Árabes Unidos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte	34.803.023,62	29.520.444,99	40.668.883,17	38.822.222,89
República Unida da Tanzânia	0,00	0,00	0,00	0,00
Estados Unidos da América	0,00	0,00	0,00	0,00
Uruguai	0,00	3.695,96	21.821,76	10.897,95
Uzbequistão	0,00	0,00	0,00	0,00
Vanuatu	0,00	0,00	0,00	0,00
Venezuela, República Bolivariana do	0,00	0,00	0,00	0,00
Vietnã	0,00	0,00	0,00	0,00
Iêmen	0,00	0,00	0,00	0,00
Zâmbia	0,00	0,00	0,00	0,00
Zimbábue	0,00	0,00	0,00	0,00

ANEXO 9

Dados primários das ações brasileiras de assistência humanitária internacional por ano, em dólares, convertidos para o ano-base 2000:

Países	2006	Países	2008 (cont.)	Países	2009 (cont.)
Equador	216.708,03	Cuba	86.532,99	El Salvador	40.132,94
Líbano	252.868,88	Equador	121.837,19	El Salvador	224.744,45
Suriname	-	Guatemala	78.823,89	Filipinas	56.186,11
		Guiné-Bissau	23.430,23	Gaza	318.797,55
Países	2007	Haiti	111.338,74	Guatemala	80.265,87
Argentina	-	Haiti	161.085,84	Guiné-Bissau	80.265,87
Bangladesh	220.999,16	Haiti	163.841,62	Haiti	40.132,94
Belize	42.260,57	Haiti	171.186,55	Haiti	108.945,49
Bolívia	93.852,74	Haiti	400.176,36	Haiti	26.487,74
Bolívia	79.425,83	Jamaica	35.571,24	Haiti	201.360,99
Dominica	8.752,39	Líbano	233.210,55	Haiti	40.132,94
El Salvador		Mianmar	33.732,10	Indonésia	80.265,87
Equador	69.783,55	Moçambique	69.912,90	Laos	8.026,59
Haiti	55.359,94	Moçambique	39.617,31	Mali	40.132,94
Jamaica	169.042,29	Nicarágua	86.864,40	Moçambique	32.106,35
México	187.778,76	Palestina	159.960,99	Namíbia	8.026,59
Nicarágua	78.646,92	Paraguai	23.566,44	Paquistão	40.132,94
Nicarágua	171.667,51	Timor Leste	18.457,29	Paraguai	80.265,87
Nicarágua	24.330,88	Togo	11.861,00	Quênia	40.132,94
Palestina	7.908.801,65	Zâmbia	69.470,05	Quênia	20.066,47
Panamá	46.522,36	Zâmbia	39.831,39	República Democrática do Congo	28.093,06
Paraguai	1.267.817,13	Cuba, Haiti, Jamaica	1.897.412,20	Samoa	8.026,59
Peru	316.954,28	Países	2009	São Tomé e Príncipe	40.132,94
República Dominicana	17.203,11	Afganistão	80.266,12	Sri Lanka	40.132,94
República Dominicana	29.287,90	Bolívia	41.763,51	Suriname	8.026,59
República Dominicana	93.044,73	Bolívia	1.403,85	Suriname	12.039,88
Timor Leste	-	Bolívia	-	Tadjiquistão	40.132,94
		Burkina Faso	40.132,94	Timor Leste	10.154,44
Países	2008	Burundi	80.265,87	Timor Leste	80.265,87
Afganistão	116.605,28	Cabo Verde	12.039,88	Togo	23.257,04
Angola	23.430,23	Cabo Verde	80.265,87	Tonga	8.026,59
Belize	42.015,46	Camboja	8.026,59	Vietnã	40.132,94
Bolívia	98.300,11	Colômbia	80.265,87	Zâmbia	40.132,94
Bolívia	2.577.541,15	Costa Rica	8.026,59	Zimbábue	8.026,59
Cazaquistão	3.732,84	El Salvador	184.611,51	Zimbábue	40.132,94
China	163.841,63	El Salvador	44.146,23	Cuba, Haiti, Honduras	16.053.174,98
Cuba	104.490,49				

Países	2010	Países	2010 (cont.)	Países	2010 (cont.)
África do Sul	6.949,42	Haiti	94.764,86	República Quirguiz	236.912,16
África do Sul	51.330,97	Haiti	789.707,21	Senegal	394.853,60
África do Sul	7.107,36	Haiti	39.485,36	Somália	236.912,16
Argélia	236.912,16	Haiti	2.098.655,59	Sri Lanka	710.736,49
Armênia	78.970,72	Haiti	31.588.288,30	Sudão	236.912,16
Bolívia	116.999,07	Haiti	7.897.072,08	Sudão	157.941,44
Cabo Verde	157.480,57	Haiti	197.426,80	Zâmbia	157.941,44
Caribe	78.970,72	Haiti	236.912,16		
Chile	394.853,60	Haiti	107.187,57		
Colômbia	394.853,60	Haiti	2.369.121,62		
Coreia do Norte	157.941,44	Haiti	4.273,90		
Cuba	394.853,60	Haiti	315.882,88		
El Salvador	102.660,44	Haiti	78.970,72		
El Salvador	197.426,80	Ilhas Salomão	7.897,06		
El Salvador	184.551,12	Irã	394.853,60		
El Salvador	47.362,29	Iraque	78.970,72		
Equador	394.853,60	Iraque	39.485,36		
Gana	157.941,44	Iraque	197.426,80		
Gaza	789.707,21	Iraque	78.970,72		
Guatemala	671.251,13	Jamaica	15.794,14		
Guatemala	157.941,44	Líbano	394.853,60		
Guatemala	118.456,08	Malauí	23.691,22		
Guatemala	394.853,60	Mali	78.970,72		
Guiné-Bissau	157.941,44	Moçambique	78.970,72		
Haiti	631.765,77	Mongólia	276.397,52		
Haiti	102.628,33	Mongólia	78.970,72		
Haiti	2.040,60	Nicarágua	39.485,36		
Haiti	78.970,72	Nicarágua	394.853,60		
Haiti	11.845.608,11	Níger	157.941,44		
Haiti	3.443,12	Níger	394.853,60		
Haiti	113.717,84	Palestina	157.941,44		
Haiti	424,86	Paquistão	394.853,60		
Haiti	199.006,22	Paquistão	157.941,44		
Haiti	5.093,61	Paquistão	236.912,16		
Haiti	138.831,75	Peru	142.031,62		
Haiti	160.239,49	República Democrática do Congo	157.941,44		

Países	2011	Países	2011 (cont.)	Países	2011 (cont.)
Afganistão	306.216,13	Haiti	76.554,03	Somália	76.554,03
Angola	444.013,38	Haiti	925,54	Somália	1.065.326,85
Argentina	2.021,03	Honduras	215.929,83	Somália	352.691,37
Argentina	411,10	Honduras	38.277,02	Somália	759.730,49
Armênia	38.277,02	Irã (República Islâmica do Irã)	421.047,17	Somália	1.819.276,25
Benin	153.108,06	Japão	382.770,16	Somália	762.272,41
Bolívia	382.770,16	Malauí	153.108,06	Somália	1.712.089,40
Burkina Faso	153.108,06	Mali	76.554,03	Somália	1.300.064,96
Camboja	76.554,03	Moçambique	767.078,53	Somália	402.172,78
Chade	362.355,75	Moçambique	704.880,37	Somália	866.322,07
Colômbia	631.605,59	Moçambique	203.396,22	Somália	362.986,88
Colômbia	153.108,06	Moçambique	204.144,09	Somália	725.502,60
Congo	153.108,06	Moçambique	204.144,09	Somália	301.751,04
Egito	114.831,05	Nicarágua	513.626,82	Somália	660.809,71
El Salvador	287.173,31	Nicarágua	287.062,31	Somália	276.877,69
El Salvador	205.304,90	Nicarágua	177.680,25	Somália	229.662,09
El Salvador	153.108,06	Nicarágua	38.277,02	Sri Lanka	547.868,61
El Salvador	76.554,03	Palestina	1.397.601,61	Sudão	2.157.079,30
Equador	101.765,57	Palestina	4.338.249,43	Sudão	265.092,07
Etiópia	229.662,09	Palestina	405.736,37	Suriname	16.390,78
Etiópia	204.144,09	Palestina	612,43	Tailândia	38.277,02
Etiópia	204.144,09	Paquistão	267.939,11	Timor-Leste	13.655,71
Etiópia	76.554,03	Paquistão	153.108,06	Tunísia	171.481,03
Etiópia	342.417,88	Quênia	264.902,98	Turquia	76.554,03
Guatemala	1.222.704,94	Quênia	229.662,09	Venezuela, República Bolivariana do	228.578,85
Guatemala	76.554,03	Quênia	76.554,03	Venezuela, República Bolivariana do	38.277,02
Guiné-Bissau	13.243,85	República Democrática do Congo	765.540,31	Zimbábue	1.062.858,94
Haiti	5.451.707,71	República Dominicana	7.655,40	Zimbábue	332.145,34
Haiti	6.031.370,47	República Popular Democrática da Coreia	2.788.318,14		
Haiti	504.273,33	República Popular Democrática da Coreia	286.639,73		
Haiti	297.756,90	Ruanda	76.554,03		
Haiti		Santa Lúcia	39.808,10		
Haiti	535.878,22	São Tomé e Príncipe	30.621,61		
Haiti	153.108,06	São Vicente e Granadinas	47.846,27		
Haiti	124.017,53	Senegal	204.144,09		
Haiti	76.554,03	Senegal	204.144,09		

Países	2012	Países	2012 (cont.)	Países	2012 (cont.)
Angola	75.001,99	Níger	2.490.449,99	Quênia	2.925.651,27
Armênia	75.001,99	Níger	1.387.536,76	Quênia	874.682,18
Azerbaijão	75.001,99	Níger	284.623,54	República Centro Africana	75.001,99
Bangladesh	2.492.550,98	Haiti	75.001,99	República Centro Africana	399.164,24
Bolívia	81.454,70	Haiti	75.001,99	República Democrática do Congo	138.473,50
Bolívia	8.400,22	Haiti	19.958,03	República Democrática do Congo	1.771.495,19
Bolívia	2.625,07	Haiti	22.020,58	República Democrática do Congo	721.060,85
Bulgária	37.500,99	Haiti	1.384.389,52	República Democrática do Congo	63.559,68
Burkina Faso	37.500,99	Haiti	400.588,55	República Democrática do Congo	904.796,01
Burkina Faso	352.509,34	Haiti	85.102,80	República Democrática do Congo	241.542,54
Burkina Faso	101.472,89	Haiti	198.384,01	República Democrática do Congo	391.081,25
Cabo Verde	41.713,94	Honduras	124.553,55	República Quirguiz	37.500,99
Cabo Verde	106.823,83	Honduras	2.116.887,59	Ruanda	75.001,99
Camarões	1.047.070,00	Honduras	961.412,22	Saara Ocidental	90.002,38
Camarões	212.963,39	Jordânia	90.002,38	São Tomé e Príncipe	112.668,39
Cazaquistão	75.001,99	Líbano	90.002,38	São Tomé e Príncipe	80.117,87
Chade	1.317.493,91	Líbia	75.001,99	Senegal	11.807,11
Chile	24.863,16	Madagascar	195.917,84	Senegal	13.160,74
Chile	24.863,16	Madagascar	407.581,80	Senegal	2.492.550,98
Coreia do Norte	3.086.376,96	Malauí	221.392,67	Senegal	961.414,47
Costa do Marfim	150.003,97	Malauí	228.668,47	Síria	132.513,09
Costa do Marfim	37.500,99	Maldivas	7.500,20	Somália	75.001,99
Costa do Marfim	62.961,08	Mali	150.003,97	Somália	3.053.324,90
Cuba	75.001,99	Mali	75.001,99	Somália	2.272.495,88
Cuba	8.901.967,79	Mali	2.026.720,20	Somália	757.584,41
El Salvador	75.001,99	Mali	373.343,39	Somália	1.385.688,12
El Salvador	15.000,40	Mauritânia	225.005,96	Somália	433.679,23
El Salvador	420.245,88	Mauritânia	75.001,99	Somália	681.325,36
El Salvador	199.801,54	Mauritânia	532.514,11	Somália	227.134,17
Equador	375.009,94	Moçambique	11.807,11	Sri Lanka	1.098.978,19
Equador	37.500,99	Moçambique	13.160,74	Sri Lanka	381.698,58
Etiópia	11.807,11	Moçambique	213.694,91	Sri Lanka	806.336,25
Etiópia	13.160,74	Myanmar	90.002,38	Sri Lanka	130.248,44
Etiópia	5.197.262,20	Namíbia	69.271,84	Suazilândia	352.509,34
Etiópia	2.492.556,04	Nicarágua	420.083,88	Sudão	112.502,98
Fiji	37.500,99	Nicarágua	320.470,84	Sudão do Sul	112.502,98
Gâmbia	1.780.393,56	Nicarágua	145.992,27	Suriname	1.275,03
Gana	271.785,45	Nicarágua	67.095,15	Timor Leste	113.202,39
Guatemala	356.078,71	Nicarágua	16.481,69	Timor Leste	80.117,87
Guatemala	420.172,88	Níger	221.392,67	Turquia	90.002,38
Guiana	21.362,70	Níger	228.668,47	Uganda	670.658,39
Guiné Bissau	214.704,48	Níger	75.001,99	Zâmbia	115.897,57
Guiné Bissau	71.215,74	Palestina	75.001,99	Zimbábue	37.500,99
Haiti	126.060,24	Paquistão	8.250,22	Zimbábue	2.116.065,48
		Paraguai	-	Zimbábue	891.199,86

País	2013	País	2013 (cont.)	País	2014 (cont.)
Argélia	761.535,58	São Tomé e Príncipe	2.201,31	Paraguai	87.287,04
Argentina	1.207.081,23	Senegal	261.323,20	Peru	928,73
Argentina	36.898,85	Senegal	166.786,36	República Centro Africana	6.364,68
Bangladesh	314.089,31	Síria	184.797,99	República Democrática do Congo	61.828,32
Benin	123.045,86	Uganda	41.235,22	Santa Lúcia	9.819,79
Bolívia	175.469,03	Uruguai	2.295,93	São Vicente e Granadinas	9.819,79
Burundi	702.232,35	Uruguai	2.292,23	Senegal	161.882,43
Cabo Verde	166.267,36	Zimbábue	22.486,22	Senegal	133.219,43
Costa Rica	1.036,31			Senegal	13.403,96
Cuba	1.750,79	Países	2014	Serra Leoa	5.158,21
El Salvador	352.516,94	Benin	36.369,60	Síria	218.217,61
Equador	1.528,93	Bolívia		Síria	139.175,37
Equador	124.232,29	Bolívia	744,85	Síria	778.435,76
Equador	57.181,00	Bolívia	3.948,36	Síria	514.199,08
Equador	154.735,79	Cabo Verde	5.417,51	Suriname	800,13
Etiópia	261.323,20	Chile			
Etiópia	166.786,36	Cisjordânia	122.681,74	País	2015
Etiópia	153.710,53	Cisjordânia	128.591,47	Argélia	114.328,15
Etiópia	377.329,40	Colômbia	330.616,41	Argélia	413.793,69
Filipinas	110.878,79	Colômbia	188.117,40	Argentina	606,65
Filipinas	110.878,79	Etiópia	161.882,43	Bolívia	32.335,44
Guatemala	160.266,39	Etiópia	133.219,43	Cabo Verde	
Guatemala	1.613.964,26	Filipinas	59.646,15	Cuba	608.049,46
Guiné Bissau	76.111,71	Gaza	2.065.741,18	Cuba	456.322,48
Haiti	1.478.383,89	Gaza	1.764.070,95	Dominica	16.829,00
Haiti	739.191,95	Gaza	5.088,36	El Salvador	167.584,35
Haiti	394.875,13	Guiné	77.830,95	Gaza	1.020.823,38
Honduras	38.514,49	Guiné	72.739,20	Granada	1.317,44
Honduras	414.186,99	Guiné	4.126,57	Guatemala	1.410.131,74
Honduras	164.940,89	Haiti	218.217,61	Guatemala	297.666,34
Jordânia	110.878,79	Honduras	5.269,65	Guiné	268.405,74
Madagascar	349.301,46	Jordânia	190.894,72	Guiné Bissau	3.091,26
Malauí	261.323,20	Jordânia	173.422,47	Líbano	2.060,83
Malauí	166.786,36	Líbano	240.204,65	Libéria	268.405,74
Moçambique	261.323,20	Líbano	194.972,95	Malauí	156.004,31
Moçambique	166.786,36	Libéria	5.158,21	Nepal	9.954,22
Nicarágua	384.101,88	Malauí	161.882,43	Nicarágua	16.880,20
Nicarágua	210.562,83	Malauí	133.219,43	Paraguai	6.438,67
Níger	261.323,20	Moçambique	161.882,43	Peru	95.519,90
Níger	166.786,36	Moçambique	133.219,43	Peru	1.417,46
Palestina	314.683,26	Moçambique	21.821,76	República Centro Africana	86.231,69
Peru	3.393,41	Nicarágua	207.201,56	Serra Leoa	268.405,74
República do Congo	151.176,47	Níger	161.882,43	Sudão	74.134,85
São Tomé e Príncipe	63.267,60	Níger	133.219,43	Suriname	2.585,28